Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa

Adelson Florêncio de Barros

Os papéis sociais dos negros e de seus senhores em *casa-grande & senzala*: representação textual-discursiva escravocrata ou abolicionista?

Doutorado em Língua Portuguesa

São Paulo
2018

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa

Adelson Florêncio de Barros

Os papéis sociais dos negros e de seus senhores em casa-grande & senzala: representação textual-discursiva escravocrata ou abolicionista?

Doutorado em Língua Portuguesa

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Célia Pagliuchi da Silveira.

São Paulo
2018

A Deus, grandioso, por mais essa conquista!

Aos meus pais, Antonio Florêncio de Barros e Josefa Florêncio de Barros, pelo amor, empenho, auxílio e dedicação. Pais incansáveis na árdua tarefa da formação e valores de vida. Mesmo longe, sempre muito presente.

Aos meus irmãos, Adeval Barros, Adjane Barros, Adeilson Barros e Antonio Barros Filho.

AGRADECIMENTOS

Em especial, à Prof. Dra. Regina Célia Pagliuchi da Silveira, minha orientadora, a quem agradeço a orientação, dedicação, carinho, acolhida, paciência, generosidade, amizade, disciplina, e, acima de tudo, me fez acreditar em mim mesmo.

Ao meu amigo, irmão, compadre e companheiro de tantas jornadas, Marcus Tulio Tomé Catunda, pelo auxílio, incentivo, contribuições, dedicação, disponibilidade sempre.

À minha querida amiga e comadre Luma Assayag e minha afilhada Luna Clara Assayag Catunda, pela acolhida, generosidade e por quem tenho muito carinho, admiração e comunhão verdadeira.

Aos meus amigos Dorotea Costa e Denilson Borges, pelo carinho, dedicação, amizade, atenção, auxílio, presença constante, incentivo e comunhão verdadeira e fraterna.

À Ellen Derzi e Marcela Fróes, pela dedicação constante, amizade, atenção, generosidade, acolhida, contribuições, carinho, leitura e revisão do texto.

À Lourdes Scaglione, pela competência, humanidade, pela disposição constante na orientação, esclarecimento e condução de todos os trâmites, ao longo de todo o percurso do doutorado.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ao Centro Universitário do Norte – *Laureate International Universities*, pelo apoio.

A todos que de maneira, direta ou indiretamente, deram sua contribuição e apoio de alguma forma para a consecução deste trabalho.

Adelson Florêncio de Barros

Os papéis sociais dos negros e de seus senhores em *casa-grande & senzala*: representação textual-discursiva escravocrata ou abolicionista?

RESUMO

Esta tese, fundamentada na Análise Crítica do Discurso, tematiza os papéis sociais dos senhores e seus escravos em *Casa-Grande & senzala.* Justifica-se, pois essa obra é estudada e criticada por cientistas sociais e não por uma visão crítica do discurso. Trata-se de uma análise textual-discursiva da referida obra. Há vários trabalhos publicados, sobre essa obra, com enfoque sociológico, antropológico, entre outros. A pesquisa justifica-se, pois busca responder: o autor de *Casa-grande & Senzala* é um conservador escravocrata ou revolucionário abolicionista? O objetivo geral é contribuir com os estudos discursivos da obra em questão e específicos: 1. Verificar, em textos historiográficos brasileiros, quais e quantos papéis sociais os escravos negros representaram socialmente; 2. Averiguar quais e quantos papéis sociais os escravos representam na referida obra, confrontando-os com os da historiografia, textos multimodais e anúncios de jornal; 3. Analisar o ponto de vista projetado pelo autor ao focalizar a escravidão na zona açucareira pernambucana. A investigação proposta é qualitativa e documental, com procedimento teórico-analítico. Os resultados indicam que os valores ideológicos e culturais que guiam Freyre, ao escrever essa obra, resultam dos valores patronais do senhor de engenho açucareiro pernambucano, objetivando a construção das origens miscigenadas da cultura brasileira e são esses que estão arquivados em sua memória social, a partir da instituição familiar. Logo, são valores conservadores e escravocratas. A hipótese da investigação mostrou-se adequada, pois Freyre é guiado por uma ideologia do poder patronal rural açucareiro pernambucano, cancelando a crueldade, o sadismo e a exploração excessiva da mão de obra escrava e privilegia o papel da escrava, transmissora da cultura afro na miscigenação cultural brasileira, de forma a construir o mito da sensualidade da negra.

Palavras-chave: Representações sociais-discursivas dos papeis dos escravos. miscigenação cultural brasileira. Mito da sensualidade da escrava negra.

Adelson Florêncio de Barros

The social roles of blacks and their masters in *casa grande & senzala*: a textual-discursive representation of the slave or abolitionist?

ABSTRACT

This dissertation, based on the Critical Discourse Analysis, thematizes the social roles of the masters and their slaves in *Casa Grande & Senzala*. It is justified, for this work is studied and criticized by social scientists and not by a critical vision of the discourse. It is a textual-discursive analysis of this work. There are several published works, about this work, with sociological, anthropological, among others. The research is justified, because it aims to answer: Is the author of *Casa Grande & Senzala* a conservative enslaver or revolutionary abolitionist? The general objective is to contribute to the discursive studies of the work in question and to specific ones: 1. To verify, in Brazilian historiographical texts, which and how many social roles the black slaves did represent socially; 2. To ascertain which and how many social roles the slaves represent in the said work, comparing them with those of historiography, multimodal texts and newspaper advertisements; 3. Analyze the point of view projected by the author when focusing on slavery in the sugar zone of Pernambuco. The proposed research is qualitative and documental, with theoretical-analytical procedure. The results indicate that the ideological and cultural values that guide Freyre in writing this work result from the patron saint values of sugar planter from Pernambuco, aiming to construct the miscegenated origins of Brazilian culture and are those that are archived in his social memory, from the family institution. Therefore, they are conservative and enslaved values. The hypothesis of the investigation proved to be adequate, since Freyre is guided by an ideology of Pernambuco sugarcane rural power, canceling the cruelty, sadism and excessive exploitation of the slave labor force and privileges the role of the female slave, transmitter of Afro Brazilian cultural miscegenation, in order to build the myth of the sensuality of the black woman.

Keywords: Social-discursive representations of the roles of slaves. Brazilian cultural miscegenation. Myth of the sensuality of the black female slave.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Esta tese está situada na linha de pesquisa Texto e Discurso: modalidade oral e escrita, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e fundamentada na Análise Crítica do Discurso. Tem por tema os papéis sociais representados pelos senhores e seus escravos em *Casa-Grande & senzala*, confrontados com os papéis sociais desses, representados pela historiografia brasileira, pinturas e anúncios de jornais, a fim de se obter uma resposta para a seguinte questão: Gilberto Freyre, em *Casa-grande & Senzala*, produz seu texto como um conservador escravocrata ou reacionário abolicionista?

Sendo assim, faz-se necessário recorrer à compreensão das transformações socioeconômicas, políticas, linguísticas e culturais, entre outros aspectos que auxiliarão na verificação das avaliações ideológicas contidas nas representações, em língua, feitas por Gilberto Freyre, para representar os papéis sociais atribuídos aos escravos e escravas na obra *Casa-Grande & Senzala*.

Dessa forma, torna-se relevante investigar o ponto de vista com o qual focaliza a escravidão brasileira, para a compreensão do discurso utilizado por Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*. É ele quem orienta a construção e condução do discurso por meio de uma ideologia do poder, ao construir, em sua obra, a origem da sociedade brasileira e do patronato no Brasil.

Por conseguinte, é interessante investigar, por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD), como são construídas as representações dos negros e seus senhores em *Casa-Grande & Senzala*.

Justifica-se a pesquisa proposta, pois, de forma geral, essa obra vem sendo estudada e criticada por cientistas sociais e não por uma visão crítica do discurso. Esta pesquisa trata de uma análise textual-discursiva da obra *Casa Grande & Senzala* que não foi realizada até o momento. Há vários trabalhos publicados a partir da referida obra, os quais têm enfoque sociológico, antropológico, entre outros, mas, sob a luz da abordagem temática aqui proposta, nada foi encontrado em Língua Portuguesa.

Tem-se por ponto de partida que todas as mudanças sociais produzem mudanças no discurso e vice-versa. No histórico da sociedade brasileira, o discurso político do capitalismo mercantilista produz uma mudança social. Os senhores rurais,

para obter maior lucro, precisam de maior produtividade, e, para tanto, a escravidão negra é a forma necessária.

Quanto mais o lucro é privilegiado, maior se torna a exploração do trabalho escravo e a crueldade de tratamento dado aos negros pelos seus senhores, que os obrigavam a uma jornada de trabalho de até 18 horas diárias. Caso houvesse qualquer resistência, os escravos eram cruelmente castigados no tronco às chibatadas, ou através de outros instrumentos de tortura. Uma síntese dessa sociedade está nas palavras de Vieira[1] (1648): “sem negros não há Pernambuco, e, sem Angola, não há negros”.

Por essa razão, embora existisse a obrigatoriedade da presença do negro aos domingos e dias santos nas igrejas, os padres os dispensavam disso, para que prestassem serviços aos seus senhores.

Tamanha opressão social da escravatura sensibilizou D. Pedro II, influenciando-o a adotar ideias que o levaram a tornar-se, ideologicamente, republicano e antiescravagista. Essa sociedade conflituosa gerou mudanças no discurso, que se tornou politicamente revolucionário e abolicionista, levando à mudança social que culminou com a passagem do império à República.

Durante o governo de Dom Pedro II, várias leis de caráter abolicionista foram sendo aplicadas. A gradação da política abolicionista traduzia o temor que certos setores da elite tinham em um processo de abolição brusco, capaz de promover uma revolta social. A lei Eusébio de Queiroz, de 1850, foi a primeira a proibir o tráfico de escravos para o Brasil. Somente quase quarenta anos depois, em 1888, a Lei Áurea deu fim ao regime escravista brasileiro.

Em outros termos, os textos de história do Brasil registram que D. Pedro II era um imperador republicano e antiescravagista, mas era guiado pelo poder rural brasileiro. Essa mudança da sociedade brasileira produziu mudança no discurso de forma a ocorrer, politicamente, a temática revolucionária da abolição da escravatura. Esta guia a mudança social do Império para a República. A filha de D. Pedro II, Princesa Isabel, assina a abolição dos escravos em 1888. Essa mudança no discurso propicia a mudança social com a deposição de D. Pedro II, em 1989, e a mudança de império para República brasileira, pois, na época, a economia brasileira

---

[1] Padre Antônio Vieira, Carta ao Marquês de Niza, 12 de agosto de 1648.

dependia da zona rural e a ausência da mão de obra escrava ocasionou perda de lucro pela perda da produção.

As mudanças sociais sempre produzem, portanto, mudanças no discurso e vice-versa. Por exemplo: durante a República, é quando se substitui “imperador por “presidente” e “membros da corte” por “membros da sociedade democrática republicana brasileira”.

Todavia, a História do Brasil documenta que a velha República foi realizada com os mesmos valores do Império brasileiro. É nesse contexto histórico conturbado que a obra *Casa Grande & Senzala* é publicada, em 1933, já com Getúlio Vargas no Poder. Sendo assim, houve uma mudança social: Império > Velha República > Estado novo.

É nesse contexto histórico e conturbado que a obra *Casa-Grande & Senzala* é publicada, em 1933, por Gilberto Freyre.

A pesquisa proposta justifica-se na medida em que trata de verificar quais foram as mudanças que ocorreram no discurso e que são manifestadas por Gilberto Freyre.

Para tanto, com fundamentos na Análise Crítica do Discurso, a pesquisa consiste em investigar quais e quantos papéis sociais compõem a estrutura social açucareira pernambucana e como esses papéis sociais são representados com valores ideológicos de discriminação ou inclusão social do negro no Brasil.

A obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, focaliza a escravidão no Brasil no final do século XIX e começo do século XX. Essa obra é considerada, pela crítica, uma das mais importantes sobre a escravidão brasileira no Nordeste.

Os negros eram objeto de compra e venda e usados enquanto rendiam e davam lucro; caso contrário, descartados. Por essa razão, não estavam integrados na sociedade como seres humanos, sendo discriminados socialmente. Por serem vendidos/comprados para realizar serviços rurais e domésticos, desde o início da comercialização dos negros escravizados havia uma diferença entre os serviços femininos e serviços masculinos, diferenciados pelo lugar: dentro e fora da casa patronal.

Nesse cenário, delimitou-se esta investigação às representações, em língua, feitas por Gilberto Freyre, para representar os papéis sociais atribuídos aos escravos e escravas, em *Casa-Grande & Senzala*. Trata-se de um resgate histórico do contexto da escravidão no Nordeste, no final do século XIX e começo do século XX,

para a representação social do negro em relação ao senhor de engenho, na sociedade açucareira nordestina.

Diante do exposto, o problema investigado parte da verificação das avaliações ideológicas contidas nas representações, em língua, feitas por Gilberto Freyre, para representar os papéis sociais atribuídos aos escravos e escravas na obra *Casa-Grande & Senzala*.

Em síntese, busca-se responder às seguintes questões:

1. Quais papéis sociais as escravas representavam na sociedade açucareira de Pernambuco no final do século XIX e começo do século XX?

2. Quais papéis sociais os escravos representavam na sociedade açucareira de Pernambuco no final do século XIX e começo do século XX?

3. Quais outros papéis sociais interacionam-se com os papéis da escravidão nessa época?

4. Quais valores ideológicos e culturais guiam os papéis sociais representados, em língua, por Gilberto Freyre em sua obra *Casa-Grande & Senzala?*

Portanto, o objetivo geral desta tese é contribuir para os estudos discursivos da obra *Casa-Grande & Senzala*. Especificamente, objetiva-se: 1. Verificar, em textos historiográficos brasileiros, quantos papéis sociais as escravas e escravos negros representaram socialmente; 2. Verificar quais e quantos papéis sociais as escravas e escravos representam na obra *Casa-grande & Senzala*, confrontando-os com os da historiografia; 3. Analisar o ponto de vista projetado por Gilberto Freyre para focalizar a escravidão na zona açucareira pernambucana; e 4. Responder à questão: Gilberto Freyre, ao escrever sua Obra *Casa-Grande & Senzala*, é guiado por uma ideologia conservadora ou revolucionária, de forma a ser um escravocrata ou abolicionista?

A hipótese orientadora da investigação realizada é: Gilberto Freyre, ao escrever sua obra, *Casa-Grande & Senzala*, é guiado por uma ideologia do poder patronal rural do engenho de açúcar pernambucano, sendo um conservador escravocrata, pois focaliza a escravidão açucareira pelo ponto de vista do senhor de engenho.

A investigação aqui proposta é qualitativa e documental, com um procedimento teórico-analítico, cujo material de análise foi selecionado na obra

Casa-Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, seguindo, como critério de seleção, a fragmentação do texto, a partir da representação, em língua, dos papéis sociais ocupados pelos escravos e seus senhores durante o período da escravidão açucareira pernambucana.

O *corpora* é composto, além de *Casa-grande & Senzala*, com o objetivo de atender a intertextualidade e a interdiscursividade com o texto-base, por jornais e revistas publicados na época, bem como ao critério temático; por textos de História e Historiógrafos brasileiros; por pinturas e capas de revistas que representam a escravidão brasileira.

Foram realizadas análises do material pesquisado e coletado, a priori, a partir do seguinte procedimento. **1º** Passo: fragmentação do texto-base a partir dos papéis sociais representados pelos escravos e seus senhores; **2º** passo: análise desses papéis na interação social, a partir das seguintes categorias analíticas: **1**. Papéis sociais masculinos e femininos, dentro e fora da casa-grande; **2.** Castigos e privilégios; **3**. A dominação pelo poder do senhor; **4**. Nos intertextos; e **5.** Resposta a questão: Gilberto Freyre conservador escravocrata ou revolucionário abolicionista?

Esta tese está composta por 4 capítulos, a saber:

Capítulo 1. Apresentação da tese e da problemática tratada: o autor Gilberto Freyre e sua obra *Casa-grande e Senzala* em língua portuguesa. Este capítulo apresenta a problemática existente na divergência de opiniões dos críticos de Gilberto Freyre a respeito da obra *Casa-Grande & Senzala*. Essa divergência decorre de duas teses: Gilberto Freyre é conservador e escravocrata e Gilberto Freyre revolucionário e abolicionista. A tese defendida é apresentada, também, como forma de complementação e de modificação da segunda proposta.

Capítulo 2. Uma visão crítica da Análise do Discurso e suas vertentes. Este capítulo é composto com os fundamentos teóricos que orientaram a investigação realizada para se construir a tese defendida.

Capítulo 3. Breve histórico do negro no contexto da escravidão brasileira. Este capítulo apresenta o ponto de vista cientifico projetado pelos historiógrafos brasileiros para tratarem da escravidão no Brasil, caracterizando-a pela exploração humana e a crueldade dos senhores rurais.

Capítulo 4. Senhores e escravos negros, em *Casa-grande & senzala:* representação abolicionista ou escravocrata? Este capítulo está composto com os

resultados obtidos de cada categoria analítica que orientou as análises realizadas. Esses resultados propiciaram a elaboração da tese proposta.

A seguir, no Anexo, são apresentados o histórico, a estrutura e o funcionamento de um engenho açucareiro do Nordeste pernambucano.

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO DA TESE E DA PROBLEMÁTICA TRATADA:O AUTOR GILBERTO FREYRE E SUA OBRA *CASA-GRANDE E SENZALA*, EM LÍNGUA PORTUGUESA

> Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (…) a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro (FREYRE, 2009, p. 367).

O presente capítulo trata de um resgate histórico dos principais críticos de Gilberto Freyre acerca de sua clássica obra *Casa-Grande & Senzala*. De forma geral, os críticos consideram que *Casa-Grande & Senzala* é a obra mais representativa para o tratamento da escravidão, no Nordeste brasileiro, e, mais tarde, de forma geral, em todo o Brasil. Em relação ao tratamento dado, a partir da década de 50 do século passado, começa a aparecer uma divergência para a crítica a essa obra. Uns se posicionam em considerar Gilberto Freyre um abolicionista, enquanto outros, um escravocrata, ao analisar a obra no contexto da escravidão no Brasil.

1.1 Gilberto Freyre e *Casa-Grande & Senzala*

Há diferentes teses a respeito da obra *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. Numa breve síntese, elas podem ser reduzidas a duas teses **1:** Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, é abolicionista e **2.** Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, é escravocrata.

1.1.1 Os críticos que consideram Gilberto Freyre um abolicionista revolucionário

Darcy Ribeiro é um dos mais audaciosos intérpretes do Brasil, em 1970, ao escrever um prefácio para uma edição venezuelana acerca do livro de Gilberto Freyre. Ele afirmou que *Casa Grande & Senzala* era a obra mais importante da cultura brasileira, ao resgatar o legado intelectual freyreano.

Ribeiro acrescenta, ainda, que o escritor pernambucano Gilberto Freyre, ao tratar da miscigenação, valoriza a importância do índio e do negro na formação do povo brasileiro. Mais tarde, Ribeiro (1995) sentenciou: “mestiço é que é bom, até porque a mistura de raças é a mais eficaz arma de combate ao racismo”.

O reconhecimento do esforço intelectual que Freyre engendrava numa inédita possibilidade de positivação da identidade nacional foi prontamente aceito por boa parte de seus primeiros leitores.

Horta (1985, p. 221) afirma que:

> [Freyre] Rompeu decididamente com o mito das 'raças inferiores' e contestou aqueles que culpavam todos os distúrbios e fragilidades de nosso organismo nacional à má qualidade dos povoadores de nossa madrugada histórica.

Nas palavras do Sodré (1985, p. 240), o livro "inaugurou uma nova época nos estudos científicos entre nós". Da mesma forma, Guimarães (1985, p. 118) considera que:

> *Casa Grande & Senzala* aparece num momento em que o ar começa a cheirar mal de tanto serem exumadas, por um certo número de intelectuais atrasados, ideias já nas catacumbas há muito tempo. Por isso, ao seu valor de grande obra, o caráter profilático que assume lhe dá um inestimável poder de ação.

A observação de Lins (1985, p. 262-263) reforça essa posição ao expor que:

> Freyre apresenta um retrato da formação do povo brasileiro no qual se destaca sua vocação democrática. O caráter nacional brasileiro fundamentar-se-ia, segundo ele, em um princípio de igualdade entre os homens que, fomentando paulatinamente as bases da democracia social, conduziria o país, mais tarde, à democracia política.

Monteiro Lobato, em 1944, dispôs-se a antever: "o Brasil futuro não vai ser o que os velhos historiadores disseram e os de hoje ainda repetem. Vai ser o que Gilberto Freyre disser". Ao que podemos juntar a previsão de Nélson Rodrigues: "daqui a duzentos anos Gilberto Freyre estará cada vez mais vivo, e sua figura terá a tensão, a densidade, a atualidade da presença física".

Não apenas escritores, mas também políticos, cientistas sociais e críticos rigorosos atestaram a importância da obra do mestre de Apipucos[2]. Nesse sentido, Sérgio Buarque de Holanda explica que:

> O jovem leitor de hoje não poderá talvez compreender, sobretudo em face dos rumos tomados posteriormente pelo seu autor, a força revolucionária, o impacto libertador que teve este grande livro. Inclusive pelo volume de informação, resultante da técnica expositiva, a cujo bombardeio as noções iam brotando como numa improvisação de talento, que coordenava os dados conforme pontos de vista totalmente novos no Brasil de então. Sob este aspecto, *Casa-grande & senzala* é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Viana, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940. (HOLANDA, 1995, p. 47)

---

[2] Gilberto Freyre, apelidado de "Mestre de Apipucos", o bairro onde morava, morreu em 1987, dando hoje nome ao aeroporto do Recife e a ruas de várias cidades.

Bastos acrescenta que:

> *Casa-Grande & Senzala* permanece vigente como registro excepcional da visão das elites nordestinas sobre a civilização brasileira e, sobretudo, como obra literária de valor único. Seu autor materializou em linguagem magistralmente dasabusada a sensualidade que defendeu como essência da cultura nacional. Apenas escritor de recursos singulares escreveria com tamanha elegância e desprezo senhoriais pela população que "no íntimo, o que o grosso do […] povo brasileiro ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático. (BASTOS, 1986, p. 48).

Mesmo com o apoio de muitos intelectuais e críticos que apoiaram sua obra, o autor de *Casa-Grande & Senzala*, durante um longo período de sua vida, preocupou-se em se justificar das críticas negativas recebidas.

Publicada em 1933, em meio ao fecho de um período do pensamento brasileiro e início de outro, *Casa-Grande & Senzala* foi o marco inaugural nas análises da cultura brasileira. A obra também representa um Retrato do Brasil, considerada híbrida de tradição e inovação, em muitos pontos nostálgicas, de um Brasil que chegava ao fim, ou seja, o que antecedeu na década de 1930.

Segundo Souza,

> se do ponto de vista ideológico o autor ainda se filia a um país arcaico, desejando que o Brasil fosse um vasto engenho Japaranduba – como o de seu primo Pedro Paranhos, segundo confessa em *Tempo morto e outros tempos* – é inegável a inovação documental e temática trazida por sua primeira obra e mantida nas que se seguem de perto: *Sobrados e mucambos* (1936) e *Nordeste* (1937). Freyre dignificou os anúncios de jornais, os diários e a correspondência familiar, os escritos de viajantes, os livros de receitas, as fotografias, as cantigas de roda e toda a tradição oral, multiplicando os "suportes culturais" à disposição do historiador. (SOUZA, 2014, p. 20).

Dessa forma, Gilberto Freyre foi o pioneiro nas análises da infância, da velhice, da festa, da família, do amor, do sexo, da morte, da comida, da natureza e da paisagem. Outra temática abordada por Freyre foi a mestiçagem que, segundo Souza (2014), mostrou-se benéfica no Brasil e foi em *Casa-Grande & Senzala* que se viu pela primeira vez uma abordagem como fato social, como dado sociológico, em que o momento cultural, transmissão cultural, dizem mais do que a transmissão genética.

Souza explica ainda que:

> A percepção da mestiçagem como um valor positivo permitiria a Freyre exaltar a superioridade dos portugueses como colonizadores: muito mais tolerantes, plásticos e flexíveis que os demais povos, empreenderiam a colonização sob a égide da mobilidade, da miscibilidade e da aclimatabilidade. Teórico de um *lusotropicalismo* e, em última instância, justificador do imperialismo português, Freyre ganharia grande prestígio em Portugal durante o regime ditatorial de Salazar. (SOUZA, 2014, p. 21)

Em sua obra, Freyre valoriza o aporte cultural africano ao destacar o caráter positivo e mostra que tudo que lhe foi atribuído como traço negativo dizia respeito antes à escravidão. “Parece às vezes influência da raça o que é influência pura e simples do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos”. (Ibidem, p. 21).

Em decorrência do sistema escravocrata, a autora ressalta ainda que ninguém, até Freyre, detivera-se em abordar a questão da sexualidade, cujas páginas sobre o sadismo sexual, muito imperante nas relações entre senhores e escravos permanecem antológicas, praticado desde a infância atingindo a plenitude da idade adulta. A tendência exagerada para a prática do sadismo, característica do brasileiro, nascido e criado em casa-grande e principalmente no engenho.

Segundo Souza, a obra *Casa-Grande & Senzala* permite, ainda, um estudo sistemático do período colonial:

> De *Casa-Grande & Senzala* caberia ressaltar que não se trata de estudo sistemático sobre o período colonial, mas de miscelânea iluminada sobre a história do Brasil até o final do século XIX. Apesar dessa inegável atemporalidade, o produto final revela aspectos até então nunca abordados da cultura na América Portuguesa – razão por que influenciou decisivamente os estudos posteriores sobre esse período. (SOUZA, 2014, p. 23).

Dessa forma, em se tratando da moderna história da mentalidade e da nova história cultural, Gilberto Freyre foi um precursor. Inaugura ainda temas, promove uma renovação no uso de fontes e dá início à análise da cultura numa perspectiva fortemente influenciada pela história. Assim, há várias polêmicas em torno da obra, cujo conteúdo foi, e continua sendo, ponto de partida para inúmeras outras obras e pesquisas. Cabe considerar o momento histórico em que tais polêmicas, questões controversas e argumentos utilizados pelos autores surgiram, como bem coloca Janotti:

> a validade dos estudos de historiografia supõe um julgamento da obra de história, não como simples trabalho de inspiração individual, mais ou menos bem-sucedida, segundo a formação cultural do autor, mas compreendida como resultado material e intelectual de uma determinada sociedade com problemas econômicos, sociais, políticos e ideológicos bem definidos[...]. (JANOTTI, 1977, p. 10).

Sílvia Lara (1988), em sua visão neopatriarcalista, no livro *Campos da violência*, nega a coisificação do negro. Os argumentos da autora muito se aproximam aos de Gilberto Freyre, ao se negar, ainda, a identificar o castigo físico com violência.

O educador Anísio Teixeira, ao elogiar Gilberto Freyre, disse: “em outra época, seria o pensador de sua geração; neste século 20, é o seu maior pensador”.

Um dos primeiros a saudar o aspecto metodológico da obra de Gilberto Freyre foi Astrojildo Pereira, fundador do Partido Comunista e reconhecido crítico literário, ao dizer: “é algo de explosivo, de insólito, de realmente novo a romper anos e anos de rotina e chão batido”.

Cabe mencionar o mestre alagoano Gilberto Macedo, professor Titular do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Alagoas, que sugere o uso da obra de Gilberto Freyre para estudos universitários e interdisciplinares dos países latino-americanos e do Brasil.

Outro crítico que manifestou apoio a Gilberto Freyre foi Roland Barthes, que considerou lamentável a França não ter tido ainda um intérprete assim dos primeiros séculos da sua formação.

1.1.2 Os críticos que consideram Gilberto Freyre um escravocrata conservador

Logo após a publicação da obra, Gilberto Freyre recebe uma série de críticas negativas.

Segundo Moura (1988, p, 18), "Gilberto Freyre caracterizou a escravidão no Brasil como composta de senhores bons e escravos submissos". O mito do bom senhor, de Freyre, seria uma tentativa no sentido de interpretar as contradições do escravismo como simples episódio sem importância, e que não teria o poder de desfazer a harmonia entre exploradores e explorados durante aquele período.

Para Pontes (1985, p. 212) não há dúvida; o sociólogo pernambucano carrega nas tintas ao atribuir papel extremamente positivo aos senhores de engenho:

> [Freyre] Fala neles como os cronistas de antanho falavam em príncipes, fidalgos, nobres e gente de prol, escolhendo fórmulas solenes e impondo uma espécie de respeito e vassalagem a quem lê esses nomes sublinhados pela fortuna fácil, amassada à custa do trabalho escravo.

A questão com as cores no Brasil era tamanha, que gerou um desconforto, e, a partir das doutrinas sobre a inferioridade biológica de negros e índios, esposadas por Nina Rodrigues, pelos influentes críticos Silvio Romero e José Veríssimo e pelo sociólogo Oliveira Viana, que a elite do país acreditava que a mestiçagem condenava o Brasil ao fracasso.

Sabe-se que a miscigenação é um antigo processo de enriquecimento racial e cultural dos povos, capaz de gerar civilizações, e que ocorre de forma livre e democrática.

Silva relata que:

> Historicamente, a miscigenação de raças no Brasil nunca foi tratada e nunca existiu como um processo livre, espontâneo, e, portanto, natural de união entre dois povos. Ao contrário, a dignidade da mulher negra teria sido violentada, atingindo sua honra no âmbito moral e sexual, através de uniões mantidas à força, sob a égide do medo, da insegurança, onde as crianças eram concebidas legalmente sem pai, permanecendo no status de escrava, não havendo assim nenhum enriquecimento racial e cultural de civilização alguma. (SILVA, 1995, p. 85).

O autor chama a atenção, ao dizer que é preciso que não se confunda a descaracterização de um povo pela violência sexual com a hipótese de uma democracia racial.

Assim, Gonzaga (1985, p. 16) colabora com a questão ao afirmar:

> Filhos, quase todos, de senhores de engenho, tinham à disposição o corpo das escravas — tidas como coisas, e assim obrigadas a aceitar o furor sexual dos grandes proprietários e seus descendentes. Algumas delas requintavam a sensualidade, buscando fugir à brutalidade do trabalho servil pelo reconhecimento de um senhor mais generoso.

Segundo Queiroz (2014), ainda no que diz respeito à miscigenação, esta existiu em todos os sistemas escravistas, mas nem por isso alterou a situação e a condição do escravo nem desestabilizou a instituição. As afirmações colocadas por Gilberto Freyre tiveram uma intencionalidade ideológica, ou seja, a de justificar o passado escravista.

Schwartz (1979) publicou *Segredos Internos*: *Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*, cujo objetivo original era unicamente provar que a visão doce que Freyre tinha da escravidão estava equivocada.

Moreira Leite (1969, p. 47) acrescenta que "*Casa-Grande & Senzala* entretém, mas não explica e, na verdade, por sua fórmula ensaística e universalista, encobre o problema real das relações de dominação no Brasil".

Cândido (1993), ao se referir a obra *Casa-Grande & Senzala*, não a considera uma interpretação do Brasil, mas uma autobiografia. Em seguida, não apenas Cândido, mas Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior. e Octavio Ianni começam uma crítica sistemática às ideias de Freyre.

Para Mota (1977), o comportamento intelectual de Gilberto Freyre está articulado às suas posições políticas e ao seu enraizamento social e econômico. A

obra de Freyre é o “canto do cisne” do antigo estamento senhorial dominante em crise de ajustamento à emergente sociedade de classes. Nesse sentido, o estilo ensaístico surge como o “discurso possível”: uma “perspectiva modernizante, conjugada ao mandonismo do senhor de engenho” (Idem, p. 50).

Para o mesmo autor, Freyre estaria incapacitado de perceber a decomposição da aristocracia rural. Sua narrativa oscila entre a descrição da saga da oligarquia e o desvendamento de sua vida interna. Seu pretenso modernismo viria da valorização da mestiçagem, rompendo com o quadro ideológico anterior, que preservava a separação entre as raças e a divisão da sociedade em estamentos e castas.

Consoante Mota, a obra de Freyre, ao mesmo tempo que revaloriza a ação do senhoriato e o papel das oligarquias num momento de crise, encobre as relações de dominação. O regionalismo combinado ao universalismo abstrato, o mito da democracia racial e do luso-tropicalismo, reforçam “um sistema ideológico no qual se perpetua a noção de cultura brasileira” (MOTA, 1977, p. 59).

Desse modo, Freyre faz uma leitura não-radical de Boas, realçando “as excelências dos negros e mestiços”, propiciando sua “incorporação menos conflituosa às novas formas” do capitalismo no país (Idem, p. 63). Despojando os sujeitos do mundo do trabalho de suas características negativas, confere-lhes um papel na construção da nova ordem que se instaurava em 30, ao mesmo tempo que, para consumo externo, oferece uma imagem folclorizada do Nordeste e do Brasil.

No entanto, “sua visão privilegia a força da casa-grande em detrimento da senzala” (MOTA, 1977, p. 52); o escravo é apreendido como trabalhador doméstico, não como trabalhador da lavoura, embora Freyre separe a condição de negro da condição de escravo e atribua ao negro o papel de colonizador.

A contribuição de Gilberto Freyre e de sua obra *Casa-Grande & Senzala* acerca do período escravocrata, sobretudo no Nordeste brasileiro, é de fundamental relevância. Cabe mencionar que, pela boa formação acadêmica que obtivera nos Estados Unidos, divulgara, naquele momento de publicação de sua obra, influências da antropologia norte-americana. Imprime ainda um estilo irreverente e caudaloso; porém, não deixou de mascarar contradições e incoerências.

A obra Casa-Grande & Senzala, ao ser publicada em 1933, escreveria Gilberto Freyre: “desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com

escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América". (FREYRE, 1963, p. 393).

Assim como os de sua geração, preocupado com a questão da raça e atento à intensa miscigenação que ocorria no país, Freyre propôs explicar o significado concebendo uma sociedade de tipo paternalista[3], em que as relações de caráter pessoal assumiam extrema importância. Nesse sentido, Queiroz explica que:

> A família patriarcal foi a base do sistema: resultante da transplantação e adaptação da família portuguesa ao ambiente colonial brasileiro, constituía a hierárquica rede de parentesco, uma "ordem privada" impermeável a formas públicas de organização e controle. Na sociedade assim estabelecida, predominavam a empatia entre as raças e a amenidade na relação senhor-escravo, características que explicariam a miscigenação e seriam peculiares no quadro geral do escravismo americano. (QUEIROZ, 2014, 104).

Acerca do paternalismo em Gilberto Freyre, Chiavenato diz:

> O antissemitismo, em um livro específico sobre a escravidão, não surge por acaso: é o bode expiatório tradicional que justifica sutilmente os preconceitos que levam a estabelecer raças superiores e inferiores, possibilitando ao autor usar todo um arsenal racista em situar diretamente o negro, expressando o racismo com um sentimento paternalista. (CHIAVENATO, 2012, p. 13).

O autor faz sérias críticas ao paternalismo de Freyre, ao seu mal encoberto racismo, atingindo os judeus para justificar a inferioridade dos negros, por meio de sua paternalização, recurso este utilizado para justificar a necessidade da escravidão.

Gilberto Freyre, ao defender suas ideias, não hesitou, também, em exagerar os resultados ao dizer que o cativo talvez tenha sido "o elemento melhor nutrido de nossa sociedade patriarcal" (FREYRE, 1963, p. 107); "que os castigos a ele infligidos tinha por finalidade educar e disciplinar, que as "numerosas" alforrias, em conjunto, teriam constituído "antecipação" nada significante ao Treze de Maio..." (FREYRE, 1979, p. XII).

Freyre é considerado um conservador-revolucionário. Conservador por ter sido influenciado pelo pensamento conservador do século XIX, revelado por meio de seus argumentos para ressaltar a benignidade da escravidão e apologia do passado e a defesa do *status quo*. Figuras importantes daquela época como viajantes e

---

[3] Paternalismo, em sentido lato, é um sistema de relações sociais e trabalhistas, unidos por um conjunto de valores, doutrinas políticas e normas fundadas na valorização positiva da pessoa do patriarca. Em sentido estrito, o paternalismo é uma modalidade de autoritarismo, na qual uma pessoa exerce o poder sobre outra combinando decisões arbitrárias e inquestionáveis, com elementos sentimentais e concessões graciosas.

parlamentares representavam os interesses dos proprietários ou os historiadores saudosos do império, difundiram a ideia de brandura na escravidão em razão da índole do povo brasileiro como bondoso e equânime por natureza. E revolucionário quanto ao método, antropológico-cultural, à originalidade da pesquisa dos fatos e à força de interpretações dos mesmos, as raízes africanas e a importância destas na cultura brasileira.

Historiadores revisionistas, acerca das nuances, no que dizem respeito à fundamentação teórica e de interpretação em relação a *Casa-Grande & Senzala*, chegam a conclusões em tudo, ou quase tudo, opostas às de Gilberto Freyre, cuja obra foi objeto de duras críticas. O autor e sociólogo pernambucano generalizou para o Brasil, e para toda a massa escrava, uma interpretação calcada apenas no Nordeste canavieiro e no escravo doméstico.

Assim, segundo Gorender:

> é totalmente infundada no escravismo colonial, em que a maioria esmagadora dos escravos se destinou ao trabalho produtivo..., um escravismo patriarcal brasileiro, familialista e benevolente para com os escravos, não lida, afinal de contas, senão com uns poucos fiapos adrede pinçados do tecido sócio-histórico. (GORENDER, 1978, p. 466).

Ribeiro, em relação à sensação de ambiguidade que a obra desperta, explica que:

> A razão preponderante é ser ele um ambíguo. Por um lado, o senhorito fidalgo evocativo de um mundo seu. Por outro lado, o moço formado no estrangeiro, que trazia de lá um olhar perquiridor, um olho de estranho, de estrangeiro, de inglês. [...] Combinando as duas perspectivas nele interiorizadas, sem fundi-las jamais, GF viveu sempre o drama, a comédia - a novela, na verdade - de ser dois: o pernambucano e o inglês. (RIBEIRO, 1979, p. 26)

Gorender, acerca da contradição entre ser coisa e ser pessoa, acrescenta:

> Mas justamente a contradição entre ser coisa e ser pessoa é que se constituiu a vivência do escravo: uma contradição que a legislação, o Estado, os senhores não conseguiram anular, ora tratando-o como mercadoria, ora como ser humano passível de produzir atração sexual, de condenação às galés e o mais: suprimida essa contradição como o faz Sílvia Lara, a escravidão deixa de ser escravidão. (GORENDER, 1990, p. 23).

Várias obras foram produzidas pela historiografia sobre diversos ângulos, mas, em sua maioria, divergiam do autor de *Casa-Grande & Senzala*, confirmando a face cruel da escravidão. Assim, a visão atribuída a um regime em que se moviam

iaiás dengosas, senhores severos, mas paternais, escravos submissos e fiéis, entre outras colocações, esmaece-se.

A violência era um vínculo básico na relação escravista e era transmitida ao escravo, que, ao transgredir as normas, desacatar os senhores, roubando-os e assassinando-os, expressava de maneira brutal o seu inconformismo ante o cativeiro.

Acerca do sistema de exploração de um grupo pelo outro, consagrada pela própria lei, Costa (1966, p. 280) assinala que "as duas camadas raciais permaneciam, a despeito de toda sorte de contatos, intercomunicações e intimidades, dois mundos cultural e socialmente separados, antagônicos e irredutíveis um do outro".

Casa-Grande & Senzala foi publicada em 1933, em meio a um ambiente escuro em que se encontrava a ciência social. A Revolução de 30 marca uma fase modernizadora do Brasil ao abrir caminho para novas ideias e debates acerca da formação e da identidade do povo brasileiro, o que não impediu a existência de discursos degradantes e conservadores como nação.

No ano em que *Casa-Grande & Senzala* foi publicada, Paulo Prado já havia publicado *Retrato do Brasil* (1928), uma visão pessimista, típica da oligarquia cafeeira paulista, em que o autor sustenta a impagável tese de que o povo brasileiro é triste. Bem como, completara um ano que viera à luz outro bombardeio editorial cujo alvo era a autoestima nacional, *Raça e Assimilação* (1932), de Oliveira Viana, defendendo a impossibilidade da miscigenação e dizendo acreditar na progressiva arianização[4] do povo brasileiro.

Analistas da obra de Gilberto Freyre, como Leite, Merquior e Mota, delimitaram sua visão sobre a obra de Freyre como um complexo do passado, em sua representatividade, vivida pelo autor de *Casa-grande & Senzala*, ao abordar o passado brasileiro como se fosse íntimo do ocorrido, ao trazer uma trajetória social apreciável da época para os dias atuais.

O ano de 1933 foi marcado, ainda, por um intenso agito político e social, período também marcado pela reflexão da situação conturbada em que se encontrava o país. Conforme Goldmann (1967, p. 159) explica:

---

[4] O termo arianização (em alemão: arisierung) foi cunhado durante o período do nazismo, referindo-se à expulsão forçada dos chamados "não-arianos", na maioria judeus, da vida de negócios da Alemanha Nazista e dos territórios por ela controlados. Fundamentalmente, o conceito é baseado na ideologia da "supremacia da raça ariana" e propunha a germanização da Europa.

> a solução está nas leis da história. [...] Nem Lenine, nem Mussolini, nem Hitler representavam a solução. Ainda não apareceu um homem-síntese, um homem-figura pelo qual temos que esperar muito.

Esse período foi marcado ainda por uma forte instabilidade e por intenso debate sobre questões como a República, o fim do liberalismo, a democracia, a ditadura militar e o desprestígio da política, a questão nacional, a federação, o regionalismo, a industrialização, a reforma agrária e a busca de um caráter.

Acerca desse período, diz Borges:

> Após outubro de 1930, numa frequentemente apontada situação de "crise", sucediam-se as imagens de "confusão", de "desordem", de "anarquia", de "erro", de "turbilhão", de "caos" e até de "inferno". Exemplo, em falas de literatos: para Humberto de Campos, o Brasil "cavalga um corcel desenfreado"; para Afrânio Peixoto, "só um profeta poderá dizer neste momento para onde vai o Brasil"; Gilberto Amado finaliza uma longa reflexão sobre a economia do país e sua política, atônito: "Eu daria um prêmio àquele que me dissesse qual é o problema, qual o programa, qual a política nacional do Brasil. Assim, como saber para onde vai nossa pátria?" Humberto Freire diz: "O país é como "uma barata num terreiro de galinhas [...]". (BORGES, 2014, p. 153-164).

Em meio a tantas discussões e debates políticos foram criados vários conceitos e interpretações da vida política e de fatos em particular, segundo conveniências e visões de cada um. Surgem assim inúmeros termos: oligarquia/burguesia, República Nova/República velha, Primeira República/Segunda República, Movimento de outubro/Revolução de outubro, Revolução de 30, Revolução Constitucionalista/Contrarrevolução, Governo Provisório/Ditadura, Tenentes/Tenentismo, politicalha/Ciência/Sociologia. O período entre 1889 e 1930 é classificado como a República burguesa e o período entre 1930 e 1934 marcado pelas oligarquias e o tenentismo.

1.2 A tese defendida

A pesquisa realizada tratou da representação, em língua, da sociedade escravista rural, do período colonial e imperial brasileiro. Após a leitura da obra *Casa-grande & Senzala*, verificou-se que a temática da escravidão estava situada nos papéis sociais representados pelos escravos e seus senhores, na sociedade rural pernambucana no engenho de cana-de-açúcar.

Esta tese está fundamentada na Teoria das Representações Sociais propostas por Moscovici (2013) e da inter-relação sociedade e discurso, assim como, sociedade, cognição e discurso, propostas respectivamente pela vertente

social e sociocognitiva da ACD. Buscou-se a dialética do social com o individual. Tendo por ponto de partida que o social guia o individual, ao mesmo tempo em que este modifica aquele, buscou-se analisar a transitividade existente entre os papéis sociais selecionados por Gilberto Freyre. Verificou-se que um conjunto de outros papéis sociais havia sido cancelado de sua obra. Os resultados obtidos das análises indicam que o texto em questão, produzido por Gilberto Freyre, traz representado, em língua, uma sociedade escravocrata suavizada na exploração do negro e na violência e crueldade dos senhores.

Quando a violência existe é praticada pela mulher, e não pelo senhor de engenho, pois ele delegava a sua senhora a tarefa de forma a usar a crueldade como punição por uma infração cometida pela escrava.

Toda ação violenta gera uma reação violenta, e isso é demonstrado pelas reações de crueldade dos escravos em relação à crueldade de seus senhores. Todavia, a crueldade está cancelada tanto por parte dos negros quanto por parte dos senhores brancos. Os papéis sociais representados, em língua, em *Casa-Grande & Senzala* são quase totalmente femininos. O autor, raramente, representa os papéis sociais masculinos. Esses papéis são relativos à casa-grande, porém, não se pode esquecer que ela é uma parte do engenho de açúcar, na medida em que este não se reduz a ela, pois, também, compreende o canavial e o próprio engenho, além da senzala. Por essa razão, o local centro representativo da escravidão brasileira, que é o tronco, para o castigo desumano do escravo, está cancelado. O mesmo ocorre com o papel social do feitor, que era mais temido do que o próprio senhor.

Entende-se que Gilberto Freyre foi pioneiro no tratamento de questões, relativas à escravidão, tais como: infância, velhice, amor, família, sexo, festas, morte, comida, natureza e paisagem. Porém, no que se refere à infância, Freyre apresenta o filho negro da escrava mucama participando da vida da família, embora de maneira diferente dos filhos brancos. As crianças negras não eram amamentadas por suas mães, pois estas passavam a servir de amas-de-leite do sinhozinho branco. Ainda que fossem do mesmo pai, ou seja, filhos das negras escravas com o seu senhor, as crianças negras eram privadas.

É interessante observar que a infância negra representada por Gilberto Freyre não condiz com a infância negra tratada pelos cientistas sociais. Estes afirmam que as crianças negras, ao nascerem, eram mortas, pois custaria muito

dinheiro sustentá-las até terem idade produtiva, ou serem vendidas. A morte era variada e pode ser exemplificada por arremesso do recém-nascido ao chão, pisados até a morte, ou enterrados vivos. A morte do recém-nascido negro era considerada, pelos senhores, necessária, pois não tomaria o tempo exigido da mãe escrava, assim como do seu leite.

Por vezes, os senhores não permitiam que as mães escravas gerassem seus filhos, e, por isso, obrigavam as negras a abortar no quarto ou quinto mês. Por essa razão, as negras, quando por descuido engravidavam (temendo as consequências impostas pelos senhores), provocavam próprio o aborto, ou, quando a criança nascia, assassinavam-nas, para evitar a crueldade que seria praticada com sua prole. Uma possível justificativa para esses atos de desespero seria evitar que seus filhos sofressem durante o resto de suas vidas, como escravos, naquela sociedade.

Muitas vezes, não havia crianças para serem amamentadas por uma ama-de-leite e, nesse caso, os senhores levavam os bebês negros para a Casa da Roda e alugavam a mãe negra para servir de ama-de-leite para outros senhores, por um preço alto; mais alto que o valor pago a um trabalhador livre rural.

No que se refere à velhice, Freyre a representa pelo respeito do senhorio e pelo reconhecimento do serviço prestado; porém, os cientistas sociais representam a velhice negra pelo abandono do senhorio, de forma a descartar o velho como um objeto inútil, ficando à dura sorte.

No que se refere à família, Freyre prioriza o papel da mulher. A mulher negra é representada pela sua esperteza, que a leva a se utilizar de suas características físicas para transforma-las em sensualidade, de forma a seduzir o seu senhor para sair da senzala e ir viver participando da família dos brancos, livrando-se dos trabalhos pesados das plantações e do engenho.

A mulher branca é representada como a senhora que aceita e administra a inclusão da negra em sua família. Porém, sabe que o lugar que ocupa na sociedade da casa-grande não é seguro, e, quando se sente usurpada pela sedução pela negra de seu marido, castiga-a com crueldade, arrancando-lhe os olhos, cortando-lhe os seios, quebrando-lhe os dentes, pois os seus, geralmente, eram apodrecidos. O senhor delega a sua mulher a governança da família no interior da casa-grande e omite-se de praticar a crueldade. O mesmo ocorre com os demais escravos fora da

casa-grande, pois delega ao feitor essa prática. Com isso, quer se representar como patriarca paternalista.

Acredita-se que, por essa razão, os críticos de Gilberto Freyre afirmam que ele representa o senhor como submisso. A tese aqui defendida caracteriza essa atitude como omissão, para sua própria exaltação.

Essa omissão foi transmitida a Gilberto Freyre pelas cognições sociais da sua própria família. São elas que guiam a sua produção textual.

No que se refere ao amor, Freyre trata ligeira e suavemente desse tema, mas ele está situado pelos cientistas sociais tanto dentro quanto fora da casa-grande. Dentro, o casamento do senhor era realizado por um jogo de interesses financeiros, e não por amor. Fora, o amor entre os escravos praticamente está cancelado, já que não trata da senzala nem das plantações. O autor, quando se refere à relação amorosa entre os escravos, trata-a como providenciada pelo senhor, já que ele escolhia o negro para manter relações sexuais com a negra, a fim de obter uma criança que será vendida como escravo de físico perfeito.

O casamento do senhor não era realizado por amor, mas por interesse. A noção de família para a escravidão era exclusivamente procriação e não amor. Nesse sentido, o amor é retratado pelo sexo como forma de atender à produtividade e procriação.

Frente ao exposto, embora Gilberto Freyre tenha sido inovador pelo tratamento dado à escravatura, pela infância, família, amor e sexo, ele o faz a partir da escravidão nos engenhos de açúcar pernambucanos. É esse tratado que é generalizado mais tarde como o tratamento de toda a escravidão para todo o território brasileiro.

No que se refere ao sexo na casa-grande, Freyre dá saliência com o papel social feminino da negra, representando a escrava como a mulher sensual, bonita, saudável e sedutora, qualidades típicas da mulher afro ou afro-brasileira. O senhor do engenho é visto como generoso e omisso, em relação à pratica da crueldade, que é realizada pela senhora e pelo feitor. Todavia, continua a ser o grande senhor, pois é quem delega à senhora e ao feitor a prática da crueldade, para que não suje suas mãos.

Se Gilberto Freyre, como autor, se pretendeu cientista social, e, por essa razão considerado um grande antropólogo brasileiro, a pesquisa realizada possibilita a defesa da tese apresentada, neste texto. Concorda com os comentários feitos por

Florestam Fernandes, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso. Sendo assim, esta tese tem por ponto de partida que Gilberto Freyre ignora a mudança social ocorrida devido ao capitalismo comercial, ou seja, grande produtividade para o aumento do lucro, sem se importar com as consequências. Porém, complementa esta tese o mito da sensualidade e sedução da escrava negra no Brasil, representando essa mulher por características físicas, emocionais e psíquicas de sublimação: a negra atrai pela beleza e sensualidade o senhor de engenho, e pela dedicação e generosidade em relação à família de seu senhor, ao representar os diferentes papéis que poderiam ter uma “mucama”.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a obra *Casa-Grande & Senzala* traz representadas em língua possibilidades, ou seja, mundos possíveis, pois é possível que existisse o mundo representado por Gilberto Freyre ao tratar da escravidão brasileira, ou seja, focalizando a escravidão a partir do ponto de vista do senhor de engenho que se quer paternal e não cruel. O outro mundo possível seria o representado pelas Ciências Sociais, que é focalizado a partir do ponto de vista do escravo explorado e cruelmente castigado.

Acredita-se que é devido a esses mundos possíveis que vários cientistas sociais, ao criticarem Gilberto Freyre, caracterizam-no como um Romancista e, portanto, anticientífico.

Segundo Silveira (2012), o discurso científico é modalizado pelo fazer saber a descoberta realizada e, por essa razão, exigem-se provas para o que é dito, além de teorias e métodos postulados no paradigma cientifico.

A sua farta documentação não apresenta probabilidades, mas possibilidades.

Sendo assim, esta tese defende que Gilberto Freyre não age como um cientista, pois não realiza o trabalho da descoberta cientifica.

Por ter vivido e experienciado a sociedade escravocrata pernambucana no engenho de açúcar, as suas cognições sociais são regidas por uma política conservadora e escravocrata. Esta é caracterizada não pelo paternalismo, mas pelo patronalismo, ou seja, pelo poder da oligarquia rural. Assim, segundo Weber (2015), a dominação do senhor é realizada pela categoria burocracia. Portanto, embora Freyre tenha por intenção ser revolucionário e abolicionista, *Casa-Grande & Senzala*, ao ser analisada por uma visão crítica do discurso, reproduz a noção de escravatura do senhor de engenho que se representa como submisso, embora

omisso, paternal e generoso. Nesse sentido, defende-se que o autor, em sua obra *Casa-Grande & Senzala*, é guiado por uma visão conservadora e escravocrata.

A seguir, os capítulos apresentados explicitam melhor a temática que orientou a tese proposta para esta dissertação.

CAPÍTULO 2

UMA VISÃO CRÍTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO E SUAS VERTENTES

Neste capítulo, são apresentadas as bases teóricas que serviram de apoio para a realização da pesquisa. A visão crítica da Análise do Discurso é diferenciada por vertentes: a Vertente Social, a Semiótica Social e a Sociocognitiva. A Vertente Social e a Semiótica Social privilegiam as Ciências Sociais, ao passo que a Vertente Sociocognitiva privilegia as Ciências Sociocognitivas. O capítulo está composto, também, pela teoria do Interacionismo Simbólico e pela Teoria da dominação de Max Weber.

2.1 A Análise do Discurso e a Análise Crítica do Discurso

Pêcheux e Jean Dubois desenvolveram uma abordagem da Análise do Discurso tomando como base o trabalho do linguista Zellig Harris e a reelaboração da teoria marxista sobre a ideologia, feita por Althusser e conhecida como Análise do Discurso Francesa, no final da década de 60.

Em 1990, em função dos estudos limitadores de algumas teorias em Análise do Discurso (AD), surge a Análise Crítica do Discurso (ACD). A publicação da revista de van Dijk, *Discourse and Society*, em 1990, foi um marco para o estabelecimento dessa nova corrente na Linguística.

O ano de 1991 marca o desenvolvimento dessa nova perspectiva da linguagem. Foi em um simpósio realizado em Amsterdã que vários nomes relevantes em ACD se reuniram, como: Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuven e Ruth Wodak. Estes estudiosos apresentaram diferentes enfoques de estudo de caráter internacional e heterogêneo, mas, estreitamente inter-relacionados.

A seguir, apresenta-se um quadro sintético a partir das principais diferenças entre AD e ACD. A intenção é tão somente estabelecer uma comparação entre as duas vertentes de Análise de Discurso, sem a pretensão de analisá-las.

Quadro 1 - Quadro comparativo das 2 vertentes da Análise do discurso

	AD	**ACD**
IDEOLOGIA	Althusser	Thompson
Língua	Forma material heterogênea atravessada pela historicidade	Forma abstrata com inserção do Social.
Método	Análise de máquinas discursivo estruturais (1969 a 1975) e disciplina de interpretação e leitura	Análise sistêmica da estrutura organizacional do texto (Halliday)
Discurso	Efeito de sentido entre locutores	Dimensão da prática social constituída por duas instâncias: texto (descritiva) e prática discursiva (interpretativa)
Ênfase	Trabalho teórico-abstrato	Empirista
Interrrogantes	Como a estrutura da língua autoriza funcionamentos tão distintos?	Como o discurso contribui para os processos de mudança social?
Fundamentos Epistemológicos	Materialismo histórico, Psicanálise e Linguística	Escola de Frankfurt e Realismo Crítico de Bhaskar
Posição Institucional	Transdisciplinar	Multidisciplinar

Fonte: Dados da pesquisa.

A linha teórica e analítica que norteou e sustentou a pesquisa foi a Análise Crítica do Discurso (ACD), que será melhor apresentada no item a seguir.

2.2 Análise Crítica do Discurso (ACD)

Na segunda metade do século XX, um conjunto de insatisfações possibilitou o aparecimento de um novo paradigma para a linguística: a Pragmática. De acordo com esse paradigma, os estudos linguísticos voltam-se ao uso efetivo da língua, tornando-se objetos de análise o texto e o discurso. Tanto o texto, quanto o discurso, não podem ser investigados pela unidisciplinaridade, pois exigem a contribuição das Ciências Sociais e Cognitivas.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) objetiva analisar o discurso a partir do texto produto, de forma a examinar a sua expressão lexical e construções Gramaticais. A ACD, ao analisar o texto a partir do discurso, visto como uma das práticas sociais, ou seja, a prática discursiva, objetiva denunciar como, em tais práticas, as relações de poder disseminam ideologia, de forma a controlar o comportamento social das pessoas e as suas mentes.

Desse modo, a ACD propõe uma dialética entre o social e o individual. Aquele domina o individual e este modifica o social. Sendo assim, a ACD postula uma dialética dinâmica entre o social e o individual.

Para a análise textual, a ACD tem por ponto de partida a Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday (1985). Segundo este autor, as unidades sistêmicas da língua, quando em uso efetivo, adquirem novas funções que merecem ser analisadas. Para Halliday há três metafunções: a ideacional, a textual e a interpessoal.

Segundo a ACD, o texto traz, em seus enunciados, unidades que não são ingênuas, na medida em que o produtor textual é um EU, que tem intenções de interagir com o OUTRO. Mas, como o social guia o individual, o texto produzido reproduz a ideologia do poder.

Os fundamentos do conceito de ideologia da Análise Crítica do Discurso são marxistas. Tem-se por princípio que, em sociedade, as elites mantêm-se no poder por meio de estratégias discursivas que (re)produzem a sua ideologia. Cabe ao analista crítico do discurso identificá-las, de modo a denunciar sob quais formas ocorre a dominação do comportamento das pessoas e de suas mentes, por meio do discurso.

A ACD postula, também, uma relação entre o texto produto e o contexto situacional de sua produção.

A pesquisa proposta está fundamentada nas diferentes vertentes da ACD: a Social, a Semiótica Social e a Sociocognitiva.

2.3 A vertente Social da Análise Crítica do Discurso

A vertente social da ACD propõe que, para se analisar discursivamente o texto com uma visão crítica, é necessário considerar a inter-relação das categorias analíticas Sociedade e Discurso e propõe que toda mudança social produz uma mudança no discurso, assim como este modifica aquele.

2.3.1 Fairclough

Para fins desta pesquisa, foi necessário recorrer à vertente social da ACD, pois a tese defendida compreende que ocorre uma mudança social devido à entrada

do Capitalismo Mercantil, e postula que, para se obter lucro, é necessário aumentar a produtividade e, no caso da escravidão brasileira, a mão de obra escrava é responsável pelo aumento dessa produtividade.

Sendo assim, o escravo desobediente foi sempre cruelmente punido. Em *Casa-Grande & Senzala,* Gilberto Freyre não considera a mudança social e cancela a crueldade dos senhores com seus escravos, assim como suas relações cruéis em relação a seus donos, como forma de reagir à ação de seus senhores.

Por essa razão, Gilberto Freyre é considerado, na tese proposta, como conservador e escravocrata, pois os senhores de escravos são apresentados pelo ponto de vista daqueles que se utilizaram da escravidão no Brasil; logo, o texto do autor é guiado pela ideologia do poder dos senhores de engenho.

A vertente social da ACD tem como seus maiores representantes Fairclough e Thompson. Essa vertente é também conhecida como a Escola Inglesa.

Fairclough (1992: 2001) propõe que o discurso é o uso da linguagem como uma forma de prática social, por meio da qual o indivíduo age sobre o mundo e sobre outras pessoas, em um processo que, entretanto, é determinado pelo contexto social; logo, o discurso, sendo uma das práticas sociais, é uma ação que se define pelos participantes, suas funções e suas ações a serem realizadas em uma organização social prévia.

Para o autor, uma visão crítica da ACD implica a inter-relação entre as categorias analíticas Sociedade e Discurso, por um processo dialético, no qual a Sociedade incide no Discurso e este, por sua vez, age sobre a Sociedade. Assim sendo, o Discurso, como uma das práticas sociais, é definido por uma ação dinâmica passível de se manifestar sob a forma de conflito com as estruturas sociais. A inter-relação Discurso/Sociedade tem um efeito transformador, tanto da estrutura social, quanto das práticas discursivas.

Fairclough (1992: 2001, p. 90) propõe “considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual, ou reflexo de variáveis situacionais”.

Desse modo, Levinson (apud FAIRCLOUGH, 2003, p. 91) afirma que isso leva a várias implicações:

> Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Trata-se de uma visão do uso de linguagem que se tornou familiar, embora frequentemente em termos

> individualistas, pela Filosofia linguística e pela Pragmática linguística. Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não discursiva, e assim por diante.

Fairclough (1992: 2001, p. 91) defende que “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. No entanto, é oportuno lembrar que, da mesma forma que tais práticas discursivas contribuem para a formação da estrutura social, também sofrem influências relacionadas à ação social, estruturalmente, organizada e constituída.

A vertente social da ACD diferencia prática discursiva de prática social. Assim, a prática discursiva, segundo Fairclough (1992: 2001), realiza-se como forma linguística, ou seja, como texto. A análise de um discurso, como exemplo de prática discursiva, envolve os processos de produção, de distribuição e de consumo textual, sendo que a natureza desses processos se modifica nas diferentes modalidades de discurso, de acordo com fatores sociais.

Os textos são produzidos de modos distintos, em contextos sociais específicos. De acordo com Fairclough, no universo midiático, um artigo jornalístico, por exemplo, é produzido por meio de rotinas complexas engendradas por um grupo específico de profissionais que são responsáveis por seus vários estágios de produção: no acesso às fontes, na transformação dessas fontes em textos jornalísticos, na primeira versão da reportagem, no seu lugar de publicação no jornal e na edição da reportagem.

A prática social, para Fairclough (2003), é uma forma relativamente estabilizada de atividade social, como por exemplo: refeições familiares, consultas médicas, comemorações de Natal, entre outras, que articula vários elementos sociais, no interior de uma configuração de certo modo estável e que sempre inclui o discurso.

Segundo o autor (1992: 2001), são elementos constitutivos da prática social:

Atividade	Tempo e espaço
Sujeitos e suas relações sociais	Formas de conscientização
Instrumentos	Valores

Objetos Discurso

Todos esses elementos são, em parte, discursivos, porém, investigar relações sociais é diferente de investigar o uso da linguagem, pois são propriedades distintas.

Na perspectiva crítica discursiva, a interpelação dos sujeitos pela ideologia é uma questão bastante complexa. Em primeiro lugar, porque não se pode acreditar que as pessoas tenham consciência da abrangência ideológica de sua própria prática, uma vez que as ideologias que afloram nas convenções podem, muitas vezes, cristalizar-se, tornando-se inconscientemente, imperceptíveis. Em segundo lugar, os sujeitos ao realizarem práticas de resistência, possivelmente, contribuam para mudanças no âmbito da ideologia, a abrangência de sua realização, geralmente, não é percebida.

Dessa forma, a relevância dos estudos linguísticos, que investigam os processos ideológicos que afloram no discurso, está na possibilidade de os sujeitos desenvolverem uma consciência crítica maior a respeito de suas próprias práticas e daquelas às quais são submetidos.

Para Fairclough (1992: 2001), a prática social aborda o conceito de discurso em relação à ideologia e ao poder. A noção de ideologia é apresentada a partir de três asserções, que estabelecem as suas bases teóricas:

- A ideologia tem existência material nas práticas das instituições, o que possibilita a investigação das práticas discursivas como formas materiais de ideologia;
- A ideologia interpela os sujeitos e;
- Os aparelhos ideológicos do Estado (a educação, a mídia) são marcos delimitadores das lutas de classe, apontando para uma análise de discurso orientada ideologicamente.

A noção de ideologia do autor ancora-se em Althusser (1983) ao mesmo tempo em que ele é questionado por Fairclough (1992: 2001) ao afirmar que as ideologias são apresentadas como significações ou construções da realidade, que são construídas nas várias dimensões das formas ou sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. Os aspectos textuais discursivos que devem ser

investigados, ideologicamente, estão nos sentidos das palavras, as pressuposições, as metáforas, a coerência e, inclusive, o estilo de alguns textos.

Fairclough (1992: 2001), no que se refere a uma abordagem crítica do discurso, propõe que a análise textual é organizada em quatro direções: investigação do vocabulário, da Gramática, dos elementos de coesão e da estrutura textual que são analisados em relação ao modo como organizam as junções das frases e orações na estrutura textual, abordada em relação a suas propriedades de organização textual.

No que se refere à prática discursiva, devem ser analisados elementos tais como a força dos enunciados, ou seja, os atos de fala (promessas, pedidos, ameaças etc.) constituídos por eles, além da coerência e a intertextualidade dos textos. A prática social é investigada por intermédio do conceito de hegemonia que propicia uma matriz para análise das relações de poder. Desse modo, a análise textual abrange aspectos de sua produção, interpretação, bem como das propriedades formais de sua constituição.

Para Fairclough (1992: 2001), o conceito de intertextualidade é importante para a análise de textos. Estes são constitutivamente intertextuais, ou seja, compostos por elementos de outros textos. Além disso, existe uma inserção histórica do texto, na medida em que ele responde, reacentua e reorganiza textos passados e contribui para processos de mudança social, ao influenciar textos subsequentes. O autor afirma que, apesar de as práticas discursivas materializarem a ideologia dominante, reproduzindo práticas anteriores, ocorre uma luta ideológica, na medida em que reestruturam as relações de poder e, como consequência, provocam transformações.

Consoante Fairclough (1992: 2001), o conceito de intertextualidade é importante para a análise de textos, os quais são constitutivamente intertextuais, ou seja, compostos por elementos de outros textos.

2.3.2 Thompson

De acordo com Thompson (2011, p. 76), fenômenos ideológicos são definidos como “fenômenos simbólicos significativos, desde que sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Assim, a ideologia é utilizada para manter relações de poder entre uma

classe dominante e outra dominada. Acrescenta que a dominação não apenas é exercida em se tratando de classes sociais, mas de gêneros, raças, entre indivíduos e Estado e entre os Estados. Afirma, também, que as formas simbólicas são fundamentais na constituição das relações sociais.

O autor caracteriza as formas simbólicas como as ações, os enunciados, as imagens e os textos produzidos por membros de um grupo social que os reconhecem como construtos significativos. Afirma que podem ser analisadas sob quatro aspectos básicos: intencional, convencional, estrutural e referencial. Um quinto aspecto, o contextual, indica que elas sempre estão inseridas em contextos socialmente estruturados. Considera ainda que, quando as relações de poder são assimétricas, ou seja, quando alguns grupos ou indivíduos desfrutam de poder permanentemente, este se caracteriza por ser inacessível a outros, gerando exclusão.

Thompson (2011), segundo sua reformulação do conceito de ideologia, apresenta um quadro a partir do questionamento: de que maneira pode o sentido servir para estabelecer e sustentar relações de dominação? O autor propõe a distinção por meio de cinco modos gerais, dos quais a ideologia pode operar: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. A tabela, a seguir, mostra como esses modos podem estar ligados com várias estratégias de construção simbólica.

Quadro 2 - Modos de operação da ideologia

Modos Gerais	**Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica**
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandardização Simbolização da Unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

Fonte: Modos de operação da ideologia, Thompson (2011, p. 81).

Thompson (2011) ressalta que os cinco modos não são as únicas maneiras de como a ideologia opera. Mas, que esses modos podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente, e a ideologia pode, em circunstâncias particulares, operar de outras maneiras; as estratégias não estão associadas, unicamente, com esses modos ou como únicas relevantes, bem como ao realçar algumas estratégias típicas de construção simbólica não defende que essas estratégias sejam ideológicas como tais.

Estratégias de construção simbólica são os instrumentos com os quais as formas simbólicas, capazes de criar e sustentar relações de dominação, podem ser produzidas.

Thompson (2011, p. 89) acentua que:

> Essas estratégias são instrumentos simbólicos, por assim dizer, que facilitam a mobilização de sentido. Mas, se as formas simbólicas assim produzidas servem para sustentar relações de dominação ou para subvertê-las, se servem para promover indivíduos e grupos poderosos ou para miná-los, é uma questão que só pode ser resolvida examinando como essas formas simbólicas operam em condições sócio-históricas particulares, como elas são usadas e entendidas pelas pessoas que as produzem e recebem nos contextos socialmente estruturados na vida cotidiana.

2.3.3 Ideologia nas sociedades modernas

A ideologia é constituída pela realidade e constituinte dela própria. Não se configura num conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Numa formação social, tantas visões de mundo quantas forem as classes sociais, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. No modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa.

Segundo Silveira (2009), a ideologia e a cultura são conjuntos de valores contidos nas crenças sociais. A diferença entre elas é que a cultura compreende um conjunto de crenças cujos valores são construídos socialmente pelo vivido e experienciado pelas pessoas; e ideologia é um conjunto de valores impostos pelo poder aos grupos sociais, com o objetivo de marginalizar pessoas e grupos sociais para haver a manutenção do poder.

Possivelmente, nenhum indivíduo está livre do discurso manipulado por aqueles que estão no poder, pois os que se ocupam em construir e manipular o discurso dominante, fazem à revelia dos interesses da maioria, valendo-se da ignorância como formas perversas de exercício do poder, que é a ideologia. O

discurso ideológico é abstrato e lacunar, faz uma análise invertida da realidade e separa o pensar e o agir, a fim de manter privilégios e a consequente dominação de uma classe sobre outra.

Se toda sociedade é plural, seria saudável que fosse permeada por concepções de mundos diferentes. Esse pluralismo tão enriquecedor não deveria ser cercado em nome dos interesses de grupos divergentes.

O que se pode observar é que, nas sociedades, os grupos privilegiados predominam sobre os demais, e, geralmente, se mantêm pelo prestígio. Seus valores são aceitos, dando a aparência de que se vive em uma sociedade hegemônica, movida por interesses comuns e não-divergentes.

É importante ressaltar que, na divisão do trabalho, há dois grupos: os que compõem o grupo do trabalho intelectual, ou seja, função privilegiada da classe dominante, e os do trabalho material, a quem são destinadas as tarefas exigentes de esforços físicos e entregues aos indivíduos das classes dominadas e exploradas.

Segundo Thompson (2011, p. 121):

> O capitalismo é um sistema de exploração de âmbito mundial. Minha riqueza ou lazer é comprado ao preço do trabalho do outro. Minha liberdade de ação é comprada ao preço da de outro. A partir de um ponto de vista que recusa a ideia de destino ou eleição do indivíduo, minha sobrevivência só pode ser uma questão de acaso, de sorte.

Assim, uns serão os pensadores dessa classe dominante, dedicando-se, ao pensar, como os ideólogos ativos que teorizam e fazem da elaboração da ilusão que essa classe tem de si mesma, uma substância principal; ao passo que os outros, terão uma atitude mais passiva e mais receptiva, em face desses pensamentos e dessas ilusões, porque eles são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para alimentar ilusões e ideias sobre suas próprias pessoas.

Dessa forma, a classe que controla os meios de produção mental, ou seja, as ideias dos que detêm o poder, também controla os meios de produção material e que estão à sua disposição. E, ao constituir a força material dominante na sociedade, ao mesmo tempo, constitui a sua força intelectual dominante.

Poulantzas (1978, p. 14) define o significado de classes sociais “como conjunto de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica”. O autor explica ainda que o lugar econômico caracteriza a determinação das classes sociais.

Pode-se, ainda, definir classe social pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, ou seja, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho que compreende as relações políticas e as relações ideológicas.

Acrescenta Poulantzas (ibidem, p. 16):

> Pode-se observar que as relações ideológicas e políticas, isto é, os lugares de dominação-subordinação política e ideológica já se referem a uma determinação estrutural de classe; não se trata, pois, de um objetivo que só diria respeito ao lugar econômico nas relações de produção, só se encontrando os elementos políticos e ideológicos nas posições de classe. A determinação estrutural de classe refere-se desde já à luta econômica, política e ideológica de classe, expressando-se todas essas lutas pelas posições de classe na conjuntura.

A classe dominante também é dominada e explorada pelo capital, mas de forma distinta da exploração e dominação sofridas pela classe operária. Por ser dominante, usa e manipula o Estado para fins de interesse próprio, conseguindo assim poder e ascensão política.

O Estado apresenta-se como o único ente possuidor da prerrogativa capaz de instaurar a justiça e redistribuir a riqueza, de tal modo que os pobres possam sair da pobreza. As privatizações servem para aumentar o poder das multinacionais e diminuir o poder de negociação do Estado que se enfraquece frente às elites tradicionais.

Deste modo, Poulantzas (1985, p. 33) explica que:

> A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de ideias ou de representações. Compreende também uma série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. As relações ideológicas são em si essenciais na construção das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção. O Estado não pode sancionar e reproduzir o domínio político usando como meio exclusivo a repressão, a força ou a violência "nua", e, sim lançando mão diretamente da ideologia, que legitima a violência e contribui para organizar um consenso de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público. A ideologia não é algo neutro da sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante. Desse modo, a ideologia dominante invade os aparelhos de Estado, os quais igualmente têm por função elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia, fato que é importante na constituição e reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe. Esse é por excelência o papel de certos aparelhos oriundos da esfera do Estado, designados aparelhos ideológicos de estado, mesmo que pertençam formalmente ao Estado.

Pode-se dizer que a classe dominante manipula e impõe seu discurso e ideologia pautados e construídos em benefício próprio para garantir e perpetuar seus interesses.

Poulantzas acrescenta ainda que (1985, p. 179):

> A ideologia dominante, que o Estado reproduz e inculca, tem igualmente por função constituir o cimento interno dos aparelhos de Estado e da unidade de seu pessoal. Esta ideologia é precisamente a do Estado neutro, representante da vontade e do interesse gerais, árbitro entre as classes em luta: a administração ou a justiça acima das classes, o exército pilar da nação, a polícia garantia da ordem republicana e das liberdades dos cidadãos, a administração motor de eficiência e do bem-estar geral. É a forma que reveste a ideologia dominante no seio dos aparelhos de Estado: mas esta ideologia não domina inteiramente, pois os sub-conjuntos ideológicos das classes dominadas estão também cristalizados, sob a dominância desta ideologia, nos aparelhos de Estado. Esses temas da ideologia dominante são frequentemente entendidos por amplas camadas do pessoal de Estado como o que lhes compete no estabelecimento da justiça social e da “igualdade de chances” entre cidadãos, no restabelecimento de um “equilíbrio” em favor dos “fracos” etc. [...]

No que diz respeito à classe dominante, Poulantzas considera que o silêncio burocrático não passa, na maioria dos casos, de organizador da palavra. Se o Estado nem sempre diz sua estratégia ao discursar à classe dominante, é que frequentemente receia desvendar seus desígnios às classes dominadas.

Esta vertente foi importante para as análises textuais-discursivas, a partir das relações sociedade e discurso e de que forma a ideologia do poder guia a produção discursiva, na sua construção textual.

2.4 Vertente Semiótica Social

Com a evolução dos novos meios de comunicação e o fenômeno das altas tecnologias e da globalização, os textos atuais passaram a ser organizados multimodalmente. Nesta composição textual, há a combinação do verbal com outras modalidades de imagens, cores, sons, gestos, entre outras.

A partir dessas construções textuais e da necessidade de estudá-las, a vertente Semiótica Social da Multimodalidade constitui um campo de trabalho e um domínio do conhecimento que vê a linguagem como parte de um conjunto multimodal. Kress e van Leeuwen (2006) são os maiores representantes dessa vertente. Esses autores têm por objetivos construir uma Gramática das imagens para auxiliar a Hermenêutica de textos multimodais. Para tanto, fundamentam-se

teoricamente na vertente social que considera que toda mudança social produz uma mudança no discurso.

Kress e van Leeuwen (2006) postulam que, com a pós-modernidade e as altas tecnologias, houve uma mudança na construção textual, de forma a se privilegiar textos multimodais, visto estes serem privilegiados atualmente, em relação aos textos exclusivamente verbais.

Os autores têm por ponto de partida as noções de “dado” e “novo”, contidas em Halliday (1985).

2.4.1 Composição textual

Kress e van Leeuwen (2006) tratam a composição de significados em textos multimodais e propõem que a composição é a forma pela qual os elementos representados e interativos são estabelecidos para se relacionarem uns com os outros, em um todo significativo, a partir do “dado” e do “novo”. Estes se baseiam no senso de equilíbrio para a produção e reprodução de mensagens espacialmente articuladas.

Para os autores, faz-se necessário que os estudiosos se preocupem em encontrar uma Gramática para o desenho visual da mesma forma que a Gramática do verbal foi realizada. Sabe-se que há um conjunto de significados que não podem ser manifestados pela língua e que se manifestam por imagens, projeções, cores, focos, e, nessa combinatória, aparecem os textos multimodais. Ao analisar um texto multimodal é preciso verificar em que medida as imagens complementam significados do verbal e vice-versa, de forma a atender os atos de fala do produtor.

A vertente da Semiótica Social é baseada nos seguintes pressupostos: os contextos sócio-históricos institucionais moldam os modos semióticos, como a fala, a escrita, o gesto, a imagem, o som, a música, a arte, o movimento, entre outros, usados na comunicação humana.

Os significados elaborados pelos recursos semióticos são influenciados por motivações e interesses particulares, embora delineados por normas e regras aplicadas no momento da produção. Os recursos apropriados dos modos semióticos representam as experiências e os objetos do mundo social, mas eles podem combinar-se e complementar-se com outros modos semióticos para produzir e reproduzir significados comunicativos e ideologias.

De acordo com os autores, há três princípios relacionados na composição de significados: a saliência, o valor da informação e o enquadramento das informações.

- A saliência é o princípio composicional que atrai a atenção do espectador da imagem e envolve os diferentes graus de localização dos planos (primeiro, médio e fundo), o tamanho relativo dos elementos na composição, as cores e os tons contrastantes com valores informacionais, a nitidez da imagem entre outras coisas.
- O valor da informação envolve a localização (à esquerda, ao centro, à direita) a posição (acima, abaixo, nos planos horizontal e vertical) e a proporção dos elementos participantes da composição.
- O enquadramento diz respeito à presença ou à ausência de elementos: posicionamentos, linhas de conexão ou desconexão dos elementos de uma imagem, significando ou não relacionamento.

Consoante Kress e van Leeuwen (2006), acerca da composição do texto multimodal, os elementos constitutivos no enquadramento são:

- Na linha horizontal, os significados contidos na distinção entre a esquerda e a direita têm sido muito importantes como fontes de significado, em diferentes culturas e ao longo da história. A esquerda é geralmente associada ao “dado” (informação antiga) e tem valor negativo e, a direita, ao “novo”, ou seja, à informação nova e a valores morais positivos. A dimensão horizontal é usada para separar o lado esquerdo e para indicar o domínio daquilo que já foi formulado e que é conhecido dos usuários. Quando usada para o lado direito, para o domínio do “novo”, a posição horizontal significa mudança e inovação. Da mesma forma, o antes e o depois correspondem à esquerda e à direita e não só na escrita, mas em todos os modos espaciais semióticos.
- No eixo vertical, a parte superior do espaço semiótico tem o poder de vender a informação, o que é “ideal”, e a parte inferior tem o poder de informar sobre o modo de entretenimento, o “real”. O espaço superior também pode significar aspectos positivos e poder, mas excesso de abstração produz significados idealistas. Por sua vez, o espaço inferior pode representar uma atitude realista, mas também a falta de energia

pode indicar um efeito negativo. A parte superior de uma página de jornal, geralmente, tem uma estrutura clara do “dado” e do “novo”. À esquerda, geralmente são expostas as palavras, e, à direita, comentários e fotos salientes.

- Quando uma composição polariza os espaços superior e inferior, colocando elementos contrastantes na sessão superior e inferior do espaço semiótico, os elementos colocados na parte superior são apresentados como “ideal” e, aqueles colocados na parte inferior, como o “real”. Em diferença com a esquerda e a direita, o que está acima e abaixo é distinto da nossa experiência cotidiana com a maioria das coisas da natureza.
- O plano horizontal pode ser movido em todas as direções com igual facilidade, para marcar atividades. Já o plano vertical, não; por ser este o plano do espetáculo. Nesse sentido, é interessante destacar que as metáforas da verticalidade são as que desempenham papel significativo na interpretação e na manutenção do poder e da diferença social.

Kress e van Leeuwen (2006) também ressaltam que há elementos informacionais de valor que são relativos ao centro e às margens; porém, embora o espaço central seja o mais importante, mais sagrado, mais público e integrador das atividades, ele não se opõe às margens. Ele une o que é organizado em torno de si, criando uma relação de igualdade entre os elementos apresentados. Sempre que as pessoas, as coisas ou as construções estão dispostas no espaço, é necessário examinar se a escolha é de polarização (eixo vertical e horizontal) ou da centralização em relação às margens. Às vezes, ambas podem existir, ao mesmo tempo.

Os autores, ao tratarem da relação centro e margem, propõem que o centro é apresentado como núcleo do que é comunicado, e as margens são apresentadas como sentidos subservientes, auxiliares ou dependentes dele. Como a centralidade não admite grau, os graus de marginalidade dependem da saliência do centro e da sua distância, a partir do centro. Mesmo quando o centro está vazio, essa centralidade continua a existir, como o pivô invisível, em torno do qual tudo gira. Em muitos casos, as margens são semelhantes, de modo que não há sentido de polarização sem o senso de divisão entre o “dado” e o “novo” e o “ideal” e o “real”.

No entanto, também, acontece a combinação do centro e da margem com o “dado” e o “novo” e com o “ideal” e o “real”; mas, o mais comum na composição é a combinação do centro com a margem.

Em termos de perspectiva, os objetos colocados em “primeiro plano” de uma imagem são mais salientes do que aqueles “objetos de fundo”; da mesma forma, os elementos que se sobrepõem a outros elementos são mais salientes. Em composições simétricas, a esquerda e a direita são equilibradas; mas o equilíbrio torna-se mais agitado quando um lado é visualmente mais pesado que o outro, pois o balanceamento do foco é deslocado para fora do centro geométrico do espaço

Kress e van Leeuwen (2006) tratam as imagens como participantes. Estes são “interativos” e “representados”. Os participantes interativos são aqueles que falam, ouvem, leem e escrevem. Já os participantes representados são os que constituem o assunto da comunicação: as pessoas, os lugares e as coisas representadas na e pela fala ou escrita ou imagem, isto é, são os participantes de quem ou do que se fala/escreve, ou seja, EU/TEXTO. Os participantes interacionais são as relações que se estabelecem entre EU/TU.

Os participantes que realizam a ação são “atores”. Aqueles para quem a ação é feita são a “meta”. Os processos realizados são “vetores”. Na Teoria Semiótica Social, a análise volta-se para as funções semânticas do “ator”, “vetor” e “meta”.

A modalidade é uma outra categoria de análise para a Teoria da Semiótica Social da Multimodalidade porque escreve e analisa o que é real e o que não é real, o que é verdadeiro e o que é falso na comunicação visual, por meio de uma série de sinais especializados e de modos gerais de expressão usados para significar a “verdade/falsidade” e a “realidade/ficção”.

Kress e van Leeuwen (2006) tratam, também, dos marcadores de modalidade. Uma série de sinais especializados e de modos de expressão usados na comunicação visual podem ser descritos e analisados, conforme a perspectiva naturalista, nas formas de comunicação veiculadas pela mídia, com adequação e precisão. Esses marcadores são: a “cor”, a “contextualização”, a “representação”, a “profundidade”, a “iluminação” e o “brilho”.

- A “cor” é uma importante marca de modalidade utilizada no centro ou nas margens e pode ser analisada em termos de três escalas: saturação da “cor”, a diferenciação da “cor” e a modulação da “cor”.

- A saturação pode ser marcada em uma escala que vai da cor completamente saturada para a ausência de "cor" (o preto e o branco).
- A diferenciação ocorre quando dois elementos são apresentados como indivíduos diferentes.
- A modulação da "cor" é marcada em uma escala que vai de cores totalmente moduladas (por exemplo, muitos tons diferentes de vermelho) a cores não moduladas.
- A "contextualização" pode ser marcada em uma escala que vai da ausência de plano de fundo para um fundo mais plenamente articulado e detalhado dentro da orientação naturalista. Dentro da orientação naturalista, a ausência de configuração reduz a modalidade. Na contextualização completa, configurações fora de foco podem ser encontradas em maior ou menor grau. Detalhes visuais na representação resultam de uma espécie de brilho que também, numa escala, podem atingir a escuridão profunda, levando à descontextualização. As limitações impostas pelo padrão fotográfico, pelas emulsões e pela profundidade de campo das lentes produzem imagens em que o fundo é menor do que o primeiro fundo articulado. Quando o fundo é mais nítido e definido, a impressão do "real" é um pouco artificial.
- A "representação" vai da máxima abstração para a máxima representação de detalhes pictóricos. Uma imagem pode mostrar todos os detalhes dos participantes representados, como por exemplo: os fios individuais de cabelos, os poros da pele, os vincos da roupa etc. A "representação" reduzida de detalhes leva à descontextualização. Na fotografia, a nitidez de foco e a exposição podem reduzir detalhes, dependendo das intenções de quem fotografou.
- A "profundidade" pode ser marcada em uma escala que vai da ausência para o máximo de "profundidade". Quanto menor a "profundidade", maior a descontextualização.
- A "iluminação", também, percorre uma escala que vai da representação mais completa do jogo de luz até à abstração da luz. A abstração da luz leva a mostrar sombras que, de forma intencional, são importantes para a composição textual.

- O ‘brilho’, também, é medido em uma escala contínua, que depende de graus de luminosidade. Em uma fotografia, a diferença entre a área mais escura e a área mais clara pode ser muito grande e, em outra foto, a diferença pode ser mínima. A gama de contraste e de valores de “brilho” são importantes para a análise da composição. Logo, a modalidade é realizada por uma complexa interação de pistas visuais. Uma mesma imagem pode ser abstrata em termos de um ou de vários marcadores e naturalista em termos de outro. Na realidade, a linguagem também permite combinações complexas de diferentes sinais de modalidade, por isso, o valor de pistas da modalidade depende do contexto. Para os autores, isso implica reconhecer que o exercício do poder e da dominação encontra nas diversidades de sinais de modalidade uma fonte propícia para suas intenções.

2.4.2 Transitividade

Kress e van Leeuwen (2006), para construir uma Gramática das imagens recorrem, também, à noção de transitividade proposta por Halliday (1985).

Halliday trata da transitividade, ou seja, como as ações adquirem novas funções tanto na meta-função textual quanto na meta-função interpessoal. A meta-função textual abarca as novas funções que as unidades sistêmicas adquirem na construção referencial do texto, ou seja, como os sujeitos representados no texto interagem entre si. A meta-função interpessoal implica as novas funções atribuídas às unidades sistêmicas a partir das relações EU/TU, ou seja, de que maneira a transitividade textual se interaciona com o produtor e seus interlocutores.

A vertente semiótica social foi importante para fundamentar as análises intertextuais com quadros que trazem representados na tela tanto a composição textual quanto a transitividade.

2.5 Vertente Sociocognitiva

A vertente Sociocognitiva tem como seu maior representante van Dijk (1997). Ele postula a existência de discursos públicos e eventos discursivos particulares, em uma dialética entre o social e o individual. Os discursos públicos são definidos por três grandes categorias: Poder, Controle e Acesso. Cada uma

dessas categorias é definida pelos seus participantes, suas funções e suas ações. O discurso é visto, também, como uma das práticas sociais.

Segundo o autor, uma visão crítica da Análise do Discurso requer três categorias analíticas: Sociedade, Cognição e Discurso. Essas categorias são de tal forma inter-relacionadas que uma se define pela outra. Foi necessário recorrer a essa vertente, pois os resultados obtidos indicaram que Gilberto Freyre é guiado pelas cognições sociais do grupo relativo aos senhores de engenho pernambucanos. Esse autor vivenciou a escravatura pelo relato familiar do cotidiano da vida do engenho. Acredita-se que, por essa razão, muitos críticos da obra *Casa-Grande & Senzala* afirmam que ele foi um saudosista ao escrever sua obra, pois esta decorre do ponto de vista dos senhores de engenho, classe dominante do poder da época.

A categoria Sociedade é definida por um conjunto de grupos sociais, compostos pela reunião de pessoas que têm o mesmo ponto de vista para representar o mundo. Nesse sentido, os grupos sociais são definidos por formas de conhecimento, que são representações do mundo, e não por aspectos materiais como idade, dinheiro, sexo.

A categoria Cognição é definida por um conjunto de conhecimentos, crenças, ou seja, formas de conhecimentos avaliativas do mundo. O homem tem uma característica fundamental para construir suas formas de conhecimento; essas decorrem de um ponto de vista com o qual capta os referentes do mundo. Esse ponto de vista é guiado por objetivos, interesses e propósitos comuns que reúnem as pessoas em um mesmo grupo social. Por essa razão, cada grupo social é definido por um conjunto de conhecimentos avaliativos diferentes, relativos ao ponto de vista projetado pelo seu grupo social. Como cada grupo social tem o seu próprio ponto de vista, há um conflito intergrupal, pois as crenças diferem entre eles.

A categoria Discurso é definida pela prática social discursiva que produz a interação social. Os discursos são diferenciados em discursos institucionais pela interação social e pelos eventos discursivos particulares. A pesquisa realizada buscou, a partir de Gilberto Freyre e sua obra, *Casa-Grande & Senzala*, verificar se esse é cientifico ou anticientífico.

A inter-relação entre essas categorias decorre da imposição da ideologia do poder. Essa compreende um conjunto de crenças que guiam a produção textual-discursiva de forma a reproduzi-la, a fim de obter a descriminação do que não

interessa ou ameaça o poder. Como os discursos públicos institucionais têm acesso a um grande público, eles constroem crenças extragrupais.

A Análise Crítica do Discurso postula uma dialética entre o individual e o social. Este guia o individual que, por sua vez modifica o social. Assim, os discursos públicos guiam os eventos discursivos particulares e estes, por sua vez, modificam os discursos públicos.

Todas as formas de conhecimento são construídas no e pelo discurso, por meio de seus textos.

Kintsch e van Dijk (1983), ao tratarem das estratégias utilizadas para se obter a compreensão discursiva, buscam entre os psicólogos da memória o modelo de Atkinson: as memórias por armazéns. Esse modelo permanece, quando van Dijk propõe a vertente sociocognitiva para a análise do discurso com visão crítica.

2.5.1 Armazenamento de Memória: memórias de longo, médio e curto prazo

Tendo por ponto de partida a diferença entre memória de longo prazo e de curto prazo proposta por Kintsch e van Dijk (1983), esta tese fundamentou-se na vertente sociocognitiva de forma a considerar: memória de curto, médio e longo prazo.

A memória de longo prazo é um armazém onde se encontram arquivadas as formas de conhecimento construídas após o processamento da informação recebida. Esse armazém e dividido em: memória de longo prazo social e memória de longo prazo individual.

A memória de longo prazo social arquiva as formas de conhecimento construídas pelo vivido e experienciado em sociedade. Seu arquivo é organizado por sistemas de conhecimento. De forma geral, pode-se dizer que são três os grandes sistemas de armazenamento social, a saber: o sistema de língua, o sistema enciclopédico e o sistema interacional.

O sistema de língua, atualmente, foi estendido para todas as formas de conhecimento de códigos semióticos, porém, todos eles são transcodificados pelo verbal, por exemplo: o verbal em língua portuguesa, as imagens, elementos musicais.

O sistema enciclopédico armazena as formas de conhecimento relativas aos conhecimentos de mundo, como por exemplo: festas de casamento, batizado e rituais, como enterro e carnaval.

O sistema interacional é composto pelas formas de conhecimento relativas às situações interacionais comunicativas entre as pessoas, como por exemplo, atos de fala e gêneros textuais-discursivos.

A memória de longo prazo individual armazena as formas de conhecimento decorrentes de experiências pessoais que também são organizadas pelos mesmos sistemas, ou seja, o de língua, o enciclopédico e o comunicativo interacional.

Nesse sentido, entende-se que o armazém social guia as construções do armazém individual, porém, este modifica aquele. É por essa razão que nenhum texto tem o mesmo sentido, seja para o mesmo leitor, seja para leitores diferentes, embora haja um consenso de leitura entre eles.

A memória de médio prazo armazena a informação processada por período diferente de tempo que pode variar no tempo, dependendo do processador, em horas, dias, meses. A memória de médio prazo armazena o processamento da informação na memória de curto prazo a partir dos sentidos secundários até que seja construído um sentido mais global, a coerência do texto.

A memória de curto prazo é sensorial e apresenta o processo de trabalho produzido na memória que parte do verbal, e, progressivamente, constrói sentidos secundários. Esses sentidos decorrem de inferências realizadas pelo processador que transforma cada palavra em unidades de sentido ou proposições. Quanto mais maduro é o leitor, maior número de proposições ele constrói (n-tuplo), até que nos processamentos posteriores os anteriores sejam reduzidos.

É por essa razão que a memória de curto prazo é, também, considerada uma memória redutora, ou seja, controlada pelo *chunking*, unidade possível de ser armazenada. Quando o armazenamento está para atingir o seu limite, se não houver a redução, a informação seguinte será cancelada.

2.5.2 Processamento da informação

O processamento da informação implica as três memórias já tratadas.

Na memória de curto prazo ocorre o trabalho realizado para transformar palavras e frases em sentidos.

Cada palavra lida é transformada em um n-tuplo de sentidos secundários proposicionais. Para tanto, o processador recorre à memória de longo prazo de onde ativa as formas de conhecimento já armazenadas por ele.

Assim, faz um conjunto de inferências inserindo outros conhecimentos que não estavam explícitos no texto. O *chunking*[5] é uma unidade de armazenamento que não pode ser lotada, caso contrário, a informação nova processada será perdida.

Sendo assim, há dois grandes movimentos na memória de curto prazo para o processamento da informação: o momento de expansão pelas inferências, construindo sentidos secundários, e o movimento de redução desses sentidos, para refrigerar o *chunking.*

Durante o processamento com esses dois movimentos, são construídos sentidos mais globais que serão armazenados na memória de médio prazo. Esses, nesta memória, serão novamente reduzidos até que se atinja um sentido mais global, ou frame, para o conjunto textual. Como o já foi indicado, quando a coerência textual estiver construída, ela será armazenada na memória de longo prazo e arquivada seja no armazém social, seja no armazém individual.

Esses armazéns, portanto, são constantemente renovados de forma dinâmica.

Nesta tese, são consideradas as cognições sociais de Gilberto Freyre, pois elas guiaram, segundo a pesquisa realizada, pelo saudosismo, a produção de sua obra *Casa-Grande & Senzala*.

Em síntese, apenas os sentidos mais globais são armazenados na memória de longo prazo, pois, se ficarem durante muito tempo na memória de médio prazo, os sentidos construídos serão perdidos.

2.6 Interacionismo Simbólico

De modo geral, pode-se dizer que o Interacionismo simbólico constitui uma perspectiva teórica que possibilita a compreensão não apenas do modo como os indivíduos interpretam os objetos e as outras pessoas com as quais interagem, mas

---

[5] Segundo Atkinson & Hilgard (2012, p. 258), A memória de longo prazo pode ser usada para desenvolver o que é conhecido como chunking (agrupamento), ou registro de material novo em unidades maiores e mais significativas e o armazenamento dessas unidades na memória operacional.

também como tal processo de interpretação conduz o comportamento individual, em situações específicas.

O Interacionismo simbólico tem suas raízes no século XVIII e seus fundamentos têm sido importantes no pensamento sociológico norte-americano. Entende-se por Interacionismo Simbólico uma abordagem sociológica das relações humanas que considera de muita importância e influência, na interação social, os significados bastante particulares que ele obtém a partir dessa interação sob sua interpretação pessoal. Originada na Escola de Chicago, essa abordagem é especialmente relevante na MicrosSociologia[6] e Psicologia Social.

No Interacionismo Simbólico, o mundo simbólico só se constrói por meio da interação entre duas ou mais pessoas, e, portanto, o simbolismo não é resultado de interação do sujeito consigo ou mesmo de sua interação com um simples objeto, mas fundada nas interações do indivíduo, ou naquilo que o "eu" faz sendo regulado pelo que "nós" construímos socialmente.

A escola que originou o Interacionismo Simbólico vem do pragmatismo americano, e, particularmente, do trabalho de George Herbert Mead. Este demonstrou que os egos (self) das pessoas são produtos sociais, sem deixar de ser propositados e criativos. Outros pioneiros na área foram Herbert Blumer e Charles Cooley. Blumer, um estudioso e intérprete de Mead, e criador do termo "Interacionismo Simbólico", pôs em evidência as principais perspectivas dessa abordagem: as pessoas agem em relação às coisas baseando-se no significado que essas coisas têm para elas; e esses significados são resultantes da sua interação social e modificados por sua interpretação.

Por essa razão, Mead (1982, p. 222) afirma que o papel do Eu e do Mim é um processo de interação contínua:

> O Mim é um indivíduo convencional, habitual. Está sempre presente. Tem que ter os hábitos, as reações que todos têm, ao contrário, o indivíduo não poderia ser um membro da comunidade... A reação do Eu a uma atitude organizada transforma a mesma, e assim, ocorre certa proporção de adaptação e readaptação. Essa reação do Eu pode ser um processo que envolve uma degradação do estado social como uma integração superior.

Acrescenta, ainda, que o progresso social humano implica o emprego, por parte dos indivíduos, do seu mecanismo de consciência de si, socialmente surgido,

---

[6] A microssociologia tem por objetivo estudar e compreender as relações entre atores sociais, quer sejam entre indivíduos, quer sejam entre grupos, e as posições e os papéis sociais que esses mesmos atores ocupam e desempenham no seio dos espaços sociais em que estão integrados.

tanto para produzir as transformações sociais progressivas como para o desenvolvimento de si mesmos ou de suas personalidades individuais como forma de se manter adaptativo a esse ritmo de reconstrução social.

O Interacionismo Simbólico constitui uma das abordagens mais adequadas para analisar processos de socialização e ressocialização e, também, para o estudo de mobilização de mudanças de opiniões, comportamentos, expectativas e exigências sociais.

De acordo com Blanco (1998), entre 1930 e 1940, o Interacionismo Simbólico começou a se delinear e desenvolveu-se no transcurso das duas décadas seguintes. O nome dessa linha de pesquisa sociopsicológica e sociológica foi criada em 1937 por Herbert Blumer, que estabeleceu os pressupostos da abordagem interacionista, por meio de seus escritos.

Blumer (1982), apoiando-se em Mead, reafirma a noção de que o significado é um produto social, uma criação que emana das atividades dos indivíduos à medida que esses interagem.

Afirma, ainda, que a natureza do Interacionismo Simbólico tem como base a análise de três premissas:

> A primeira é que o ser humano orienta seus atos em direção às coisas em função do que estas significam para ele... A segunda é que o significado dessas coisas surge como consequência da interação social que cada qual mantém com seu próximo. A terceira é que os significados se manipulam e se modificam mediante um processo interpretativo desenvolvido pela pessoa ao defrontar-se com as coisas que vai encontrando em seu caminho. (BLUMER, 1982, p. 2)

Acrescenta também que, ao basear-se nessas premissas, a interação simbólica é levada a desenvolver um esquema analítico da sociedade e da conduta humana que envolve determinadas ideias básicas relacionadas com a natureza dos seguintes temas: grupos humanos ou sociedades, interação social, objetos, o ser humano como ator, a ação humana e as interconexões entre as linhas de ação. Em uma visão de conjunto, essas ideias representam a forma como o Interacionismo Simbólico vê a sociedade humana e a conduta.

Mead (1982) apresenta duas formas de interação social, na sociedade: a conversação dos gestos ou interação não-simbólica, e o uso de símbolos significantes, ou seja, interação simbólica. A primeira forma diz respeito ao processo associativo, onde o homem reage irrefletidamente à ação do outro, e, a segunda, refere-se à apresentação de gestos, à interpretação e reação a eles.

Assim, reconhecendo a importância dessa abordagem para o campo de estudo da Psicologia Social, o Interacionismo Simbólico tem se fortalecido em um percurso que possibilita abordar os fenômenos, aplicando uma dialética entre aspectos da estruturação social e a construção das individualidades, entre o geral e o particular, entre o cultural e o singular, entre sujeito e objeto, apreendendo as contradições da vida contemporânea no contexto de sociedades plurais, bem como refletindo sobre os fenômenos sociopsicológicos, sem ignorar o caráter histórico dos mesmos.

2.6.1 A noção de representação da Psicologia Social e Moscovici

A Psicologia Social é uma ciência que estabelece uma ponte entre a Psicologia e as Ciências Sociais. Com essa ponte ocorre o Interacionismo Simbólico, que trata de como as pessoas pensam, influenciam e se relacionam umas com as outras. O conceito de representação social de Émile Durkheim é retomado por Serge Moscovici em 1961, quando resgata e busca designar fenômenos múltiplos, observados e estudados em termos de complexidades individuais e coletivas, ou psicológicas e sociais.

Atualmente, o termo representação social saiu do âmbito da Sociologia e encontra-se na Psicologia Social. O fenômeno das representações está relacionado aos grupos sociais implicados na categoria cognição e sociedade.

Duveen (1998) acentua que, o que marcou a contribuição de Moscovici (2013) como inovadora, foi o fato de que ela não se limitou a uma crítica negativa das fraquezas e limitações das formas predominantes da Psicologia Social, mas sempre procurou, em vez disso, elaborar uma alternativa positiva.

A representação que um grupo elabora sobre o que deve fazer para criar uma rede de relações entre seus componentes decorre dos mesmos objetivos e procedimentos que são específicos de cada grupo. As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos, para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural,

pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas.

Tem-se por representação a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade. Toda representação social é representação de alguma coisa ou de alguém; ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas. Para Moscovici (2013), não há nada na representação que não esteja na realidade, exceto a representação de si.

Segundo Moscovici (2013), o pensamento construído a respeito de um ambiente ou de uma atmosfera social é assim construído:

> Cada um de nós está obviamente cercado, tanto individualmente como coletivamente, por palavras, ideias e imagens que penetram nossos olhos, nossos ouvidos e nossa mente, quer queiramos quer não e que nos atingem, sem que saibamos, do mesmo modo que milhares de mensagens enviadas por ondas eletromagnéticas circulam no ar sem que as vejamos e se tornem palavras em um receptor de telefone, ou se tornam imagens na tela da televisão. (MOSCOVICI, 2013, p. 33).

As convenções por imagens, som, cores entre outros, ajudam-nos a conhecer o que as mesmas representam para nós e facilitam a resolução de determinados problemas de comunicação. Um significado em relação a outro depende de um número de convenções preliminares por meio das quais é possível distinguir, por exemplo, que o cumprimento, ao chegar a um casamento, pode representar felicitações, um gesto mecânico por educação ou ato de despedida, representado por tristeza/perda interiormente por quem estendeu a mão ao cumprimentar.

A cada experiência vivenciada é somada uma realidade predeterminada por convenções e que define suas fronteiras, distinguindo mensagens significantes de mensagens não-significantes.

Assim, Moscovici (2013) considera que:

> Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhes são impostas por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções. (MOSCOVICI, 2013, p. 35).

Cada indivíduo vive o mundo que conhece e, a partir de seu ponto de vista, analisado por si mesmo não apenas no plano de seu pensamento, mas, também, quanto ao seu posicionamento diante de tudo e dos demais.

As interações humanas advindas de duas pessoas, ou entre dois grupos, pressupõe representações. Quando as pessoas encontram outras pessoas ou coisas que para elas são familiares, tais representações estão presentes. A finalidade de todas as representações é tornar algo familiar em não-familiar ou a própria não-familiaridade.

Moscovici (2013) explica que:

> Para alargar um pouco o referencial, nós podemos afirmar que o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações. (MOSCOVICI, 2013, p. 40).

O autor acrescenta que as representações sociais não são criadas por um indivíduo isoladamente, e, uma vez criadas, elas adquirem uma vida própria, encontram-se, atraem-se e se repelem, dando oportunidade à criação de novas representações.

Dessa forma, a Teoria das Representações Sociais toma como ponto de partida a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade. Deve ser vista como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Baseia-se no dito. Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade.

Dessa maneira, Moscovici (2013) explica que a tarefa principal da Psicologia Social é estudar as representações sociais, suas propriedades, suas origens e seu impacto. Nenhuma outra disciplina se dedica a essa tarefa e nenhuma está melhor equipada para isso.

2.6.2 Teoria dos Papéis Sociais, de Moscovici

Para o Interacionismo Simbólico, a Teoria dos Papéis Sociais é uma classe particular de linguagem categorial ligada à noção de posição. O termo é usado em sentido amplo, para referir-se a qualquer categorial social de atores.

Segundo Stryker e Statham (1985, p.324), acerca do Interacionismo Simbólico, o papel é um conceito importante:

> Conceito de papel assumido, definido como o processo de antecipar respostas dos outros com que alguém está implicada na interação social, é evocado para responder perguntas tais como (...) como aprendemos o que são as expectativas dos outros? Como aprendemos os significados das características do meio? E como aprendemos a faixa de variações possíveis para construir dentro dos papéis?

Os autores acrescentam, ainda, que o conceito de papel assumido introduz elementos do conceito de empatia, na medida em que implica assumir o papel do outro para ver o mundo da maneira como ele o vê. Assim como no teatro, na vida cotidiana temos que representar/agir de acordo com o contexto que nos envolve; assim, cada cenário um papel diferente.

A partir de Goffman (2014) tem-se os papéis sociais numa perspectiva teatral. O autor nos apresenta uma base para compreendermos como ocorre a criação e manutenção dos papéis sociais a partir de questões como: por que representamos?; como representamos; a representação é falsidade?; é necessário representar?; em quais situações representamos?

Dessa forma, no Interacionismo Simbólico, a Teoria dos Papéis é um movimento e não uma escola ou teoria única. Assim, tanto para o interacionismo quanto para a Teoria dos Papéis, o conceito de interação é básico. Esta é visualizada como atores, representando partes atribuídas a um *script,* por uma cultura formada no curso da adaptação evolucionária às circunstâncias do ambiente.

O conceito de grupo é, de alguma forma, um derivado da interação das pessoas e, ao mesmo tempo, ele estrutura o individual. Este conceito para a Teoria dos Papéis é de que o grupo é o contexto estrutural imediato da maioria das interações. É um sistema que envolve atores cooperativos procurando um objetivo comum, com membros reconhecidos dentro de uma unidade organizada e interdependente como sistema.

Assim, segundo Stryker e Statham (1985, p. 334), “junto com a sociedade, os grupos são estruturas de padrões de comportamento organizados por normas segundo as quais as pessoas, geralmente, devem se conformar, para o funcionamento dessas unidades sociais”.

O conceito de papel é, sem dúvida, o mais importante ou conhecido da teoria dos papéis por estar ligado ao nome da proposta conceitual ou teórica do movimento. Assim, a teoria dos papéis entende essa categoria como padrões de comportamento atribuídos para certas posições, geralmente, dentro de uma estrutura social.

Acerca da proposta que contém referências dos papéis e implícitas ao Interacionismo Simbólico, Goffman (2014) apresenta a perspectiva da representação teatral, ao descrever como o indivíduo se apresenta na situação social. Utiliza para sua análise os princípios dramatúrgicos como ator, papel, cenário, plateia, entre outros com o objetivo de garantir, na representação, certo tipo de influência, manipulando as impressões que outras pessoas têm sobre ele.

2.7 A Sociologia de Max Weber: a Teoria da Ação Social e a Tipologia Ideal de Dominação

A Sociologia de Max Weber contribui com a Teoria da Ação Social e a Tipologia Ideal de Dominação.

2.7.1 Teoria da Ação Social

Para introduzir as noções de poder advindas da Teoria da Ação Social, e sua progressão para a Tipologia Ideal de Dominação, recorre-se a Catunda (2009), quando afirma que:

> Partindo-se do princípio de que cultura e ideologia fazem parte da dinâmica social, em que, de um lado, indivíduos agem segundo algumas características específicas, agrupando-se com os mesmos objetivos e intenções e compartilhando de interesses em comum (para promover a dominação) e, de outro lado, indivíduos se deixam levar em função das mesmas ações sociais (permitindo-se dominar), é possível afirmar que ideologia e cultura são manifestações naturais que surgem a partir do que Max Weber chama de Teorias da Ação Social e Tipologia Ideal de Dominação.(CATUNDA, 2009, p. 46).

Ainda sobre as definições das Teorias de Ação Social, é correto afirmar que:

> Como qualquer outra ação, a ação social pode ser determinada de qualquer das quatro maneiras seguintes: Primeira: Pode ser classificada racional em relação a fins. Neste caso a classificação se baseia na expectativa de que objetos em condição exterior ou outros indivíduos humanos comportar-se-ão de uma maneira e pelo uso de tais expectativas como “condições” ou “meios” para atingir com sucesso os fins racionalmente escolhidos pelo indivíduo. Em tal caso, a ação será denominada *ação em relação a* fins. Segunda: A ação social pode ser determinada pela crença consciente no valor absoluto da ação como tal, independente de quaisquer motivos posteriores e medida por algum padrão tal como a ética, estética ou religião. Em tal caso de orientação racional para um valor absoluto será denominada *ação em relação a valores*. Terceira: A ação social pode ser determinada pela afetividade, especialmente de modo emocional, como resultado de uma configuração especial de sentimentos e emoções por parte do indivíduo. Quarta: A ação social pode ser determinada tradicionalmente, tornando-se costume devido a uma lógica prática. (WEBER, 2008, p. 41).

Portanto, objetivando auxiliar na compreensão da Tipologia Ideal de Dominação, faz-se oportuno conhecer a orientação das ações humanas/sociais, de forma distinta, a partir de seus tipos:

Quadro 3 - Tipologia da ação social

TIPO DE AÇÃO SOCIAL		CARACTERÍSTICAS	FORMA DE AÇÃO
AÇÃO RACIONAL	1. No tocante aos fins.	Racionalidade instrumental, funcional ou técnica.	Consciente, calculada e deliberada.
	2. Com relação a um valor.	Valor relacionado a uma ação prescrita pelo mérito intrínseco que a inspira.	A finalidade da ação coincide com a própria conduta, que constitui o valor racionalmente perseguido.
3. AÇÃO AFETIVA		Legitima-se através de um líder carismático por conta do afeto e da confiança depositados pelos indivíduos.	Envolve o estado emocional-afetivo dos agentes.
4. AÇÃO TRADICIONAL		Estabelecida através dos costumes arraigados com o tempo.	Habitual e não intencional, equivale à hierarquia mais baixa, em relação às demais, apoiada na legitimidade de ordenações e poderes de mando, advindos, por herança, de tempos pretéritos.

Fonte: Tipologia da ação social, de Weber, adaptado de Catunda (2009).

Nessa direção, Catunda (2009), explica, sobre a ação racional, que:

> Com relação ao primeiro tipo, que trata da ação racional, nota-se que ela se relaciona no tocante aos fins e aos valores. A primeira relação refere-se à racionalidade instrumental, funcional ou técnica, agindo de forma consciente, calculada e deliberada; a segunda, por sua vez, relaciona o valor a uma ação prescrita pelo mérito intrínseco que a inspira, já que o significado do ato em si é maior que a reflexão sobre as suas consequências; assim, a finalidade dessa ação coincide com a própria conduta, considerando que tal conduta constitui o valor racionalmente perseguido. Portanto, tratam-se de tipos de ação racional, pois todo o direito, por pacto ou outorgado, pode ser estatuído de modo racional – racional orientada a fins ou racional orientada a valores (ou ambas as coisas) –, com a pretensão de ser respeitada, pelo menos, pelos membros da associação. (CATUNDA, 2009, p. 46).

Sobre as ações afetivas, fica claro que envolvem o estado emotivo do agente, parecendo-se com uma ação em que os sentimentos, associados às

emoções e afeições do indivíduo, têm primazia em uma determinada situação, e não em uma finalidade ou em um conjunto de valores. Portanto, entende-se o que, de fato, leva os indivíduos a reconhecerem a dominação carismática, pois esse tipo de dominação é legitimado por um líder carismático, justamente pelo fato de que afeto e confiança são nele depositados pelos outros. Sendo assim, a legitimidade atribuída à dominação carismática ocorre por conta do envolvimento emocional do outro para com o líder carismático, já que a ação afetiva é determinada e fundamentada nesse tipo de dominação.

No que se refere às ações tradicionais, percebe-se que elas ocorrem por meio de costumes arraigados com o tempo, aparentando estarem relacionadas diretamente com a legitimidade da dominação tradicional, já que são definidas como ações apoiadas na legitimidade da santidade de ordenações e poderes de mando, herdadas de tempos passados.

Posto isto, é correto afirmar ainda, segundo Catunda (2009):

> a existência de um vínculo entre a dominação e qualquer organização, já que existe uma necessidade, por parte de toda organização, de algum tipo de dominação para administrá-la internamente e promover seus interesses externamente. Dessa forma, para que ela seja administrada, alguns poderes de mando precisam estar nas mãos de alguém, mesmo que tais poderes sejam evidenciados modestamente, na oportunidade em que o dominador pode ser considerado aquele que serve aos dominados, sentindo-se como um deles. (CATUNDA, 2009, p. 48).

Torna-se, portanto, mais claro o entendimento das estruturas puras de dominação a partir dos três tipos ideais weberianos: o patriarca/tradicional (Patriarcado), o carismático (Carisma) e o legal/burocrata (Burocracia).

2.7.2 Tipologia Ideal de Dominação

A dominação, como conceito mais geral e sem alguma referência a algum conteúdo concreto constitui um dos elementos mais importantes da ação social. Segundo Weber (2015), nem toda ação social apresenta uma estrutura que implica dominação. A dominação, como o próprio nome já nos orienta, é um caso especial de poder. Em um sentido muito geral de poder, a dominação é a possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria e pode apresentar-se nas formas mais diversas.

Desse modo, nas palavras de Weber (2015):

> Por “dominação” compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade se manifesta (“mandado”) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominantes”), e de fato as influenciar de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (“obediência). (WEBER, 2015, p.191).

A Tipologia Ideal de Dominação constitui-se a partir das noções de tradição/Patriarcado, Carisma e Burocracia.

2.7.2.1 A dominação tradicional/patriarcal (Patriarcado)

Baseada na tradição, segundo Catunda (2009):

> este tipo variante de domínio weberiano pode ser considerado como a forma mais universal e primitiva de dominação legítima, já que, por essência, tem por fundamento as relações de caráter pessoal guiadas por um grupo de regras, princípios e valores normalmente objetivados em organizações, aprendidos desde criança e aplicados em situações concretas transmitidas às gerações que estão por vir. (CATUNDA, 2009, p.47).

Originalmente, de acordo com Alves (2003, p. XXXX),

> o Patriarcado representa a autoridade e o controle do pai, ou também do homem mais velho, sobre a família, membros da casa e servos domésticos, legitimando-se na crença de uma autoridade que sempre existiu; por isso, a lealdade pessoal, bem como, o respeito aos costumes e aos antepassados, alicerçam a estrutura patriarcal. Nota-se, ainda, que a própria organização familiar patriarcal se solidariza com o seu líder, usufruindo normalmente da mesma habitação, compartilhando alimentos, de forma mútua e dependente, reforçando a proximidade pessoal[7].

Ainda, que a fidelidade ao senhor patriarcal, por parte de seus membros subordinados, deve-se à sua dignidade intrínseca, obedecendo-se às ordens emanadas por ele sem que lhes peça ou obrigue a fazer, já que fazem parte de um costume já arraigado.

Porém, ao mesmo tempo em que existe compromisso da parte do patriarca com a tradição que dá legitimidade a sua posição, ela assegura-lhe o direito, limitado, ao exercício da autoridade que o investe, manifestada na sua vontade pessoal.

Na visão de Alves (2003), esse fato faz com que o Patriarcado possa ser compreendido em uma área estritamente ligada à tradição (objetiva) e outra contendo elementos do livre-arbítrio (subjetiva).

---

[7] Compara-se tal relação à de alguns grupos silvícolas, em que o patriarca figura no cacique.

Catunda (2009), por sua vez, entende que esse contraste é justificado pelo fato de que

> A diferença entre a objetividade e a subjetividade exercidas pelo patriarca pode ser mais bem entendida a partir de algumas associações, como: da tradição (área objetiva) à expressão 'conservador'; do livre arbítrio (área subjetiva) ao termo 'reformista', e, finalmente, do fato de haver um relativo equilíbrio entre tradição e livre arbítrio, ao termo 'renovador'. (CATUNDA, 2009, p. 23).

Por consequência, quando prevalece a dominação tradicional/patriarcal, é importante que sejam levadas em conta as diferenças entre a tradição, o livre-arbítrio e o equilíbrio entre ambas, já que, sob essa perspectiva, podem ser compreendidas melhor suas associações a partir da objetividade e da subjetividade, nas relações do poder organizacional.

Para que se chegue a uma explicação mais clara sobre o reconhecimento da estrutura tradicional/patriarcal no funcionamento das organizações, deve-se recorrer àquelas em que o comando administrativo encontra-se sob o domínio de uma mesma família, em que os integrantes se perpetuam no poder, já que, dessa forma, torna-se mais fácil compreender o motivo pelo qual a maioria dos engenhos nordestinos terem sido comandados por senhores que, simultaneamente, eram donos/proprietários e patriarcas, mantendo na composição hierarquia estratégica da estrutura organizacional administrativa[8] dessas organizações escravistas, os membros de sua família, do sexo masculino, atuando tanto de forma conservadora, quanto reformista, ou seja, renovadora.

Porém, quando essas organizações familiares experimentam o crescimento de seus empreendimentos, convertem-se (hibridizam-se), em uma mistura de tradição/Patriarcado com outro tipo de dominação organizacional, por conta das necessidades de se organizar racionalmente, já que

> Progressivamente, na medida em que tal empresa adquire dimensões maiores, ou seja, na medida em que ela cresce, ocorre a necessidade natural de se criar uma ação racional no tocante aos fins, através da implantação de componentes burocráticos. Note-se também que, quando ocorre mudança da liderança patriarcal dentro da empresa, paralelamente se tem a subjetividade da ação social atuando através do livre arbítrio, em maior ou menor grau, em função das novas ideias, visões e propostas trazidas pelo substituto, justificando a manifestação da vontade do patriarca, de forma arbitrária. Excetuam-se neste caso, algumas normas e

---

[8] Disposição estrutural administrativa representada por um organograma piramidal, que obedece a hierarquias em função dos cargos e funções desempenhadas por seus membros.

> costumes que possam ser considerados invioláveis. (CATUNDA, 2009, p. 23-4).

Cabe colocar, ainda, que, segundo Weber (2015), há a dominação de portadores de honra, onde a honra social, tida como "prestígio", dentro de um determinado círculo, torna-se a base de uma posição dominante com o poder de mando autoritário.

Assim, torna-se possível compreender como ocorria a autoridade e o controle do poder por parte dos senhores de engenho que, simultaneamente, exerciam o papel de proprietário e senhor, e de patriarca, bem como aqueles que detinham o poder econômico e social.

2.7.2.2 A dominação carismática (Carisma)

É o tipo de dominação essencialmente afetiva, cujos fundamentos encontram-se nas figuras dos líderes naturais, da mesma forma que no Patriarcado, diferindo, porém, no fato de que, na dominação carismática, o dominador é personificado em um indivíduo portador de carisma, defendendo uma missão estabelecida por ele próprio para o seu séquito, a partir de suas próprias convicções, sem influência de outros. Por isso, age de forma mais eficiente enquanto mecanismo de dominação, já que

> [...] vem de dentro para fora, fazendo com que seus seguidores sejam influenciados pela sedução praticada por seu líder, legitimando-se a partir de características pessoais e da devoção que ele (o líder) consegue impor a seus liderados. Observe-se que o líder carismático utiliza-se de uma forte capacidade argumentativo-persuasiva associada às características da sedução para convencer seus seguidores a acreditarem que a melhor opção é segui-lo. (CATUNDA, 2009, p. 24).

Ainda segundo Catunda (2009), isso se justifica pelo fato de que,

> apesar de aparentemente estranho, o termo *líder* explica melhor o indivíduo dominador dotado de carisma, pois, caso fosse usado o termo *chefe*, estaríamos nos referindo às relações de subordinação por conta do autoritarismo (amparadas pelo poder legalmente instituído), que são diferentes das relações em que o dominador exerce *influência* sobre o outro. Nesse contexto, o herói, o profeta, o guerreiro e o grande demagogo são os representantes do tipo mais legítimo de líder carismático, por conta da obediência prestada à sua figura, sendo referenciada no dom que ele ostenta, sem que se considere uma posição hierárquica formalmente estabelecida, ou ainda uma dignidade tradicional. Porém, o Carisma não é eterno (bem como o tipo de dominação que dele provém), já que, com o passar do tempo, ele acaba por se esgotar, passando a ser institucionalizado, objetivo e rotineiro, adquirindo características patriarcais ou racionais, justamente por conta dos seus efeitos transmudarem-se em

> dogmas, doutrina, jurisprudência, ou ainda, encerrado em uma tradição. (CATUNDA, 2009, p. 50).

2.7.2.3 A dominação legal/burocrática (Burocracia)

Fundamenta-se na autoridade racional, ou formal, em que a obediência por parte dos subordinados é legítima, já que emana dos superiores hierárquicos o comando. Isso se justifica por ser a dominação legal/burocrática a face mais saliente da racionalização, já que a ação no tocante a um objetivo se sobrepõe progressivamente à ação afetiva e à tradicional.

A Burocracia, pelo fato de estar ligada ao progressivo desenvolvimento do capitalismo, no início do século XX, foi necessária como instrumento de adequação dos meios com vista a um determinado fim (aplicada de forma eficiente até os dias atuais), já que, por conta dela, chega-se a um tipo de autoridade técnica, meritocrática (já que a progressão hierárquica dentro de toda estrutura organizacional, pública, privada ou moderna, dá-se por meio através do mérito e do saber profissional) e administrada.

Sobre a natureza, pressupostos e desenvolvimento da dominação burocrática, Weber (2015) explica que:

> O funcionamento especifico do funcionalismo moderno manifesta-se da forma seguinte: I. Rege o princípio das competências oficiais fixas, ordenadas, de forma geral, mediante regras: leis ou regulamentos administrativos, isto é, 1) existe uma distribuição fixa das atividades regularmente necessárias para realizar os fins do complexo burocraticamente dominado, como deveres oficiais; 2) os poderes de mando, necessários para cumprir estes deveres, estão também fixamente distribuídos, e os meios coativos (físicos, sacros e outros) que eventualmente podem empregar estão também fixamente delimitados por regras; 3) para o cumprimento regular e contínuo dos deveres assim distribuídos e o exercício dos direitos correspondentes criam-se providências planejadas, contratando pessoas com qualificação regulamentada de forma legal. (WEBER, 2015, p. 198).

Para melhor compreender a dominação legal/burocrática (Burocracia) Catunda (2009) explica:

> Basicamente, conceitua-se a partir das leis que podem ser promulgadas e da livre regulamentação através de procedimentos formais, tidos como corretos. A partir disso, ocorre por parte dos superiores a simples escolha ou eleição dos governantes hierarquicamente inferiores, fazendo com que tais subordinados exerçam comando de autoridade sob seus domínios, cumprindo regras e leis. Por consequência, a obediência se dá em função do conjunto de normas e regulamentos legais previamente estabelecidos, diferenciando-se da que ocorre com a tradição ou com o carisma. (CATUNDA, 2009, p. 32).

Some-se a isso, o fato de que

> algumas características relacionam-se a essa autoridade, como por exemplo: o fato de ela se basear em normas que formam uma legislação, sendo aceitas por seguidores e condutores; ela é adquirida através da racionalidade impessoal, pertencendo ao cargo e não à pessoa, pois quem o ocupa é alguém que somente exerce autoridade, como o chefe, o juiz, o comandante ou o presidente; dita a forma de se comportar desejada aos seus seguidores além de determinar os limites para quem detém a autoridade; torna-se permanente para o cargo enquanto ele existir e temporária para a pessoa que o ocupa. Quando o mandato finda, quem ocupa o cargo perde seus poderes formais conferidos por ele, transferindo-os a quem o sucede. (CATUNDA, 2009. p. 25).

Quando essas características são direcionadas para os engenhos nordestinos, verifica-se ser comum a presença de traços da dominação legal/burocrática na composição do seu funcionamento, apesar da ausência das relações empregatícias, características das organizações administrativas.

Ao se considerar o fato de que a estrutura organizacional administrativa dos engenhos se compõe de forma hierárquica, tendo o senhor de engenho como o seu controlador, deve-se, além de tratar dos assuntos relacionados à sua administração como empresa, chegar à conclusão de que a dominação legal/burocrática, diretamente, faz-se presente nas interações discursivas daquele ambiente, influenciando na construção das representações sociais, bem como dos papéis desempenhados por seus membros.

Quando comparado com os outros dois tipos ideais, o domínio burocrático, para fins organizacionais administrativos, difere, por exemplo, por contar com a predominância da lógica científica contrapondo-se à lógica mágica, mística ou intuitiva percebida no domínio carismático, e à cultura patriarcal arraigada na tradição.

Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, é importante observar que, tanto para os membros da casa-grande, quanto para os que ali chegaram, em qualquer momento antes da abolição, a figura do senhor de engenho (como controlador administrativo) denota, ao mesmo tempo: *o patriarca* – aquele que tem o poder de decisão em relação aos demais membros da família, seus escravos, dentro e fora da casa-grande, bem como às demais estruturas sociais, como a igreja, políticos e outros senhores de menor poder e prestígio – e *o burocrata* – quando delega ordens para o cumprimento de ações dentro da estrutura organizacional da casa grande, além da senzala.

Assim, os senhores de engenho cumprem não apenas o papel de dono, todo-poderoso e superior a tudo, mas também aquele que assume o papel de empresário bem-sucedido e grande administrador. Por conta disso, e a partir dessas características, os papéis sociais, bem como suas representações sociais, encontram nas bases sociológicas de Weber um forte aliado para descrever a sua dinâmica e a sua importância dentro do funcionamento da casa-grande.

Dessa forma, é o proprietário ou senhor de engenho quem tem o dinheiro e quem administra tudo. Ele não é patriarca apenas no entendimento de Gilberto Freyre, mas tratado aqui, principalmente, a partir do conceito de Max Weber. Assim, ele não é carismático porque ninguém o segue espontaneamente. Ele obriga a segui-lo, ele dá ordens dentro e fora de casa-grande.

Os senhores de engenho eram os patriarcas e, a partir da Tipologia Ideal da Dominação de Weber, as únicas categorias que constam no texto analisado, e estão enunciadas, são a dominação tradicional/patriarcal e a burocrática.

Para fins de análise, nesta pesquisa, o termo patriarcado/patriarca a ser utilizado tem por base a Tipologia Pura de Dominação, de Max Weber. Isto se faz necessário por conta da necessidade em se estabelecer diferenças entre Max Weber e Gilberto Freyre, já que, enquanto este utiliza patriarcado/patriarca, a partir da ressemantização em machismo e paternalismo (subjugando a mulher, seus/suas filho(a)s e demais subordinado(a)s, em uma relação de gênero), aquele o utiliza a partir de um tipo ideal de dominação, de base estrutural.

É importante observar o fato de que, na obra estudada, de Freyre, é possível associar o patriarcado-machista-paternal ao patriarcado estrutural de dominação de Weber.

2.7.3 Gilberto Freyre: O patriarcado-machista-paternalista na zona rural do Nordeste brasileiro, durante a escravidão

Sabe-se que as diferentes formas de organização e estruturação familiar foram criadas ao longo da história. Uma dessas formas de organização e estruturação, centrada na figura masculina, foi a família patriarcal e, instaura-se, desta maneira, o patriarcado, como uma nova ordem social centrada na descendência patrilinear e, consequentemente, no controle dos homens sobre as mulheres. É a partir do patriarcado que se estruturam e normatizam os papéis na constituição das famílias.

Na composição da família patriarcal, uma família numerosa, não se considera apenas o núcleo conjugal e de seus filhos, mas são considerados e incluídos um grande número de criados, parentes, aderentes, agregados e escravos, já que todos são submetidos ao poder absoluto do chefe que, ao mesmo tempo, era marido, pai e patriarca. Dessa maneira, o patriarca constitui-se em um núcleo econômico e um núcleo de poder e este, não raramente, era um senhor de engenho.

Cabe ressaltar que, para Freyre, o patriarcado não designa, somente, o poder do pai, mas o poder dos homens, ou centrado no masculino no que diz respeito à classe social. Portanto, o patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos:

> 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas. (MILLET, 1970, p. 20; SCOTT, 1995, p. 71-79).

A questão do patriarcado nas famílias brasileiras, no que diz respeito a história da instituição familiar, teve como ponto de partida o modelo patriarcal, trazido pela colonização e adaptado às condições sociais do Brasil de então, latifundiário e escravagista.

O modelo de família patriarcal era a espinha dorsal da sociedade da época, e, portanto, desempenhava os papéis não só de procriação, mas da administração econômica e direção política. Era no espaço da Casa-Grande, considerado coração e cérebro das poderosas fazendas, lugar onde nasciam os numerosos filhos e netos do patriarca, bem como os filhos ilegítimos fruto do emprenhamento das negras, aumentando o rebanho e o capital por meio das negras e mulatas usadas como ventres geradores deste valioso objeto, consideradas ainda, como animais engordados nas senzalas para gozo físico dos senhores e aumento do seu capital-homem.

Era na casa-grande que também traçavam-se os destinos da fazenda e educavam-se os futuros governantes do país. Cada um com seu papel bem definido.

Por ser o patriarca, os demais membros de sua família, como as crianças e mulheres, criados e subordinados, não passavam de pessoas insignificantes e amedrontadas. O mandonismo era tão forte e austero que o patriarca não reconhecia sequer a autoridade religiosa dos padres. O papel da mulher, por mais

elitizada e de família que fosse, resumia-se a obedecer e procriar, tendo ainda a responsabilidade de supervisionar os trabalhos domésticos, podendo ainda, as que sabiam ler, ter acesso a parcas leituras.

Em relação ao uso do termo patriarcado, por Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, é correto afirmar que o autor é um dos que mais se detêm e se destacam na explicação do seu significado.

Freyre (2006) explica que o patriarcalismo se estabeleceu no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa, tendo por bases institucionais na dominação o grupo doméstico rural e o regime da escravidão.

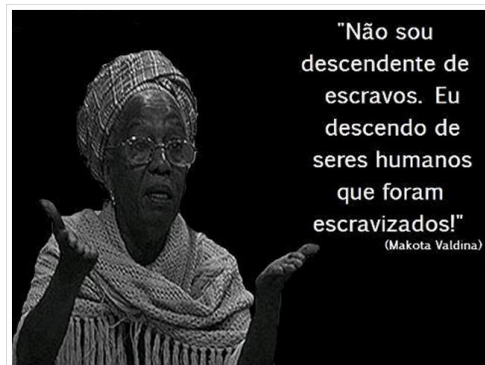
A estratégia patriarcal consistia em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão de obra para gerar riquezas. A dominação era exercida por homens que utilizavam sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava e a relação entre homens e mulheres ocorria pelo arbítrio masculino no uso do sexo.

Na zona rural, reduto dos engenhos e da sociedade agrária que detinha o poder político e econômico, imperava livre a autoridade senhorial. O senhor, portanto, representava a Igreja, a justiça, a força política e militar. Seu domínio era sem limites, a benevolência, a autoridade, assim como a crueldade tinham ampla oportunidade para agir.

Por ser um senhor proprietário e controlador financeiro, todas as pessoas que vivem e sobrevivem por causa dele dependem financeiramente de seu custeio.

A seguir será apresentado o capítulo 3, que contém um breve histórico da escravatura no Brasil, considerando sua origem africana e sua transferência para o Brasil, e particularizada no Nordeste pernambucano pelo engenho de cana-de-açúcar. Esse breve histórico foi produzido com o auxílio da historiografia brasileira, pois busca-se direcionar um novo olhar para o já visto.

CAPÍTULO 3

BREVE HISTÓRICO DO NEGRO NO CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA

Fonte: desistirnunca.com.br

> As desigualdades na interação diária com os indígenas e com as pessoas negras em sociedades tradicionais, em que todos os grupos tinham o seu lugar e papel próprios, parecem tão "naturais" que a ideia de dominação racista foi geralmente vista – e, muitas vezes, ainda o é, - como uma acusação absurda.
>
> Van Dijk (2008a:13)

Justifica-se este capítulo, pois foi a partir dele que se considerou quais elementos foram apagados, o que foi privilegiado e o que exaltado na obra de Gilberto Freyre *Casa-Grande & Senzala.* A pesquisa realizada considerou a historiografia brasileira para construção deste capítulo.

Nas palavras de Freitas (2014, p. 9) "olhem novamente". "Há sempre um novo olhar que apanha o "novo" quando ele não é novo, mas a repetição; que percebe a ruptura quando ela falseou a realidade e tornou-se persistência, continuidade (uma vez tragédia outra vez farsa)".

Para o autor, há uma expectativa que cochicha nos ouvidos do leitor de que há alguém que zela pela ordem dos fatos, pelo nome das personagens, pela indicação dos seus papéis. A historiografia pode ser entendida como o universo, como indiferente ao fato de que muitos olhares vislumbram a mesma coisa. Também não pode ser entendida como depositária fiel da verdade, ao contrário:

> Um fato pode não ter acontecido, contrariamente às alegações de um cronista. Mas o fato de ele ter podido afirma-lo, de ter podido contar com a sua aceitação pelo público contemporâneo, é pelo menos tão revelador quanto a simples ocorrência de um evento [...]. A recepção dos enunciados é mais reveladora para a história das ideologias do que sua produção; e quando um autor comete um engano ou mente, seu texto não é menos significativo do que quando diz a verdade; o que importa é que o texto

> possa ser recebido pelos contemporâneos, ou que seu produtor tenha acreditado nele. Nessa perspectiva a noção de falso é não pertinente. (TODOROV, 1991, p. 52).

Por se tratar de recuperar os espaços íntimos da sociedade, fazem-se necessária novas abordagens; assim, Dias assinala que:

> O descortinar as estruturas do cotidiano ao nível de organização domiciliar, familiar e das parentelas e vizinhanças constitui terreno difícil, onde a historiografia penetra esporadicamente com resultados brilhantes, porém sempre com enormes dificuldades de documentação.
> Não são caminhos trilháveis por historiadores preocupados com métodos que pressupõem equilíbrio, funcionalidade, estabilidade, conservação e *"status quo"*; estes, voluntariamente ou não, se veem enredados nos conteúdos formais e normativos das fontes [...] (DIAS, 1995, p. 51).

Em várias universidades brasileiras, desde a década de 70, disseminou-se um debate entre historiadores, o que significa dizer que os sucessores de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, José Honório Rodrigues, entre outros, construíram, a partir de então, uma nova historiografia brasileira, nem sempre de ruptura em relação aos grandes mestres, nem sempre de continuidade.

3.1 A história da escravidão negra: um breve relato

A escravidão[9] é herança dos povos da Antiguidade e ocorria, por exemplo, na Grécia antiga, em Roma e na região da Mesopotâmia e cada uma dessas civilizações conheceu a escravidão, e as relações entre senhores e escravos eram definidas de maneira diferente. Dessa forma, a escravidão não foi uma invenção portuguesa, bem como as noções de etnia, racismo[10], raça[11], discriminação racial e preconceito de cor.

---

[9] No Brasil, em sua convivência com a escravidão, o cativeiro vigorou por mais de três séculos. A diáspora foi de tal modo que um terço da população africana deixou, contra sua vontade, seu continente de origem rumo às américas. Tal deslocamento, por consequência, alterou cores, costumes e a própria estrutura social.

A escravidão, em primeiro lugar, enquanto regime que supõe a posse de um homem por outro, legitimou com sua vigência a hierarquia social, naturalizou o arbítrio e inibiu toda discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho manual acabou ficando limitado exclusivamente aos escravos, e a violência se disseminou nessa sociedade das desigualdades, onde se acreditava, como dizia o provérbio colonial, "que os escravos eram os pés e as mãos do Brasil". SCHWARCZ (2013, p. 39).

[10] Consoante Carneiro (1998), pode ser entendido como um ideário ou uma doutrina segundo a qual há raças que são naturalmente superiores a outras. A autora afirma que o racismo deforma o conceito científico de raça, utilizando-o para caracterizar diferenças religiosas, linguísticas e culturais. Cabe mencionar que a noção de racismo foi introduzida pelo francês Arthur de Gobineau, durante a vigência do período imperial.

[11] Segundo Cashmore (2000, p. 448-9) O termo raça passou a ser usado no sentido de tipo, designando espécies de seres humanos distintos, tanto pela constituição física quanto pela capacidade mental. Essa concepção sobrevive até os dias de hoje e forma a essência das doutrinas

3.1.1 Na Grécia

Antes mesmo da civilização Grega começar a surgir, a escravidão já era uma prática adotada naturalmente em todas as Cidades-Estado da Hélade. Por volta dos séculos 5 e 6 a.C. já estava institucionalizada como um dos pilares do desenvolvimento da sociedade grega. Segundo Cintra (2016),

> Acredita-se que Atenas chegou a ter um terço de sua população composta por escravos e Esparta, uma sociedade militarizada e erguida em torno das guerras, teria tantos escravos que fazia parte do treinamento dos guerreiros matá-los, tanto para se aperfeiçoarem nas técnicas de luta, como para controle da população de cativos. (CINTRA, 2016, p. 6).

Ainda de acordo com o autor, até mesmo Platão e Aristóteles a aceitavam sem objeções. Platão, em A República, a defende explicitamente: "qualquer pessoa, desde que goze de perfeita sanidade mental, poderá tomar, se o desejar, seu próprio escravo e empregá-lo para qualquer finalidade legal".

Cada Cidade-Estado possuía suas próprias leis e costumes, e a forma mais comum de se levar um indivíduo à condição de escravo era pela captura em uma guerra.

Em Atenas, os aristocratas podiam escravizar membros de classes sociais mais baixas como forma de pagamento de dívidas. Essa prática se tornou tão comum que no século VI o número de escravos era muito superior ao de trabalhadores livres. De acordo com Cintra (2016), em Esparta, uma aristocracia de 30 mil nobres mantinha sob seu jugo 600 mil escravos. Em Atenas, para cada pessoa de condição livre, havia quatro escravos. Em uma população de mais de 5 milhões de pessoas que povoavam toda a Grécia, mais de 3 milhões e 500 mil eram escravos, e, para manter tal contingente sob domínio, os métodos utilizados não eram dos mais suaves.

3.1.2 Roma

Na expansão Romana, ao conquistar inúmeros territórios, o Império Romano teve à disposição uma gigantesca população escrava, sobretudo na área urbana,

---

frequentemente designadas como racismo cientifico. O autor explica ainda que é a necessidade de se criar identidades grupais que leva as pessoas a elaborarem crenças sobre raças, etnias, classes e nacionalidade.

uma vez que no campo havia uma população de trabalhadores livres no cultivo da terra.

Em Roma, e em outras áreas urbanas, disseminou-se a utilização de uma grande massa escrava para todo tipo de trabalho. Essa população chegou a representar um terço da população, e muitos senhores dispunham de centenas de escravos. Assim, toda a cadeia produtiva da sociedade romana estava impregnada, e também dependente, da mão de obra escrava.

Possuir um escravo tornou-se um meio de acumular riqueza. Os escravos podiam ser usados para proteger, para afirmar a própria riqueza e a exploração de sua força produtiva.

3.1.3 Na África

A escravidão na África pode ser abordada em dois tempos diferentes: Inicialmente, a escravidão africana foi relativa às conquistas e lutas tribais. A escravidão em algumas partes da África se dava em decorrência de disputas entre reinos e por territórios, que, por consequência, os perdedores, ao serem capturados, eram obrigados a trabalhar de maneira compulsória. A escravidão, em tal contexto, não era de fato o objeto das disputas, mas resultado de batalhas entre tribos, cujos perdedores se tornavam escravos e mantidos em cativeiro.

Posteriormente, a partir do século XV, houve o maior movimento de dispersão populacional do mundo, momento em que os europeus chegaram em suas esquadras à costa Leste africana.

3.2 Escravidão em Portugal e no Brasil

As razões que levaram Portugal a realizar longas viagens marítimas, como os demais reinos da Europa, foi ampliar o comércio por meio de matérias-primas e de metais preciosos em terras distantes, com o objetivo de garantir ao rei novos domínios e recursos suficientes para fortalecer seu poder bélico, garantir o controle dos mercados recém-conquistados e a possibilidade de acumulação de mais riquezas.

Após a descoberta do Brasil e dada sua extensão territorial, necessitava-se não apenas de indivíduos para ocupar o imenso território, mas da mão de obra para assegurar as atividades desenvolvidas nas terras do novo mundo, como a cana-de-

açúcar, e o negro africano foi o elemento decisivo para tal empreendimento e garantia de uma produção em grandes proporções, construída por meio da mão de obra escrava.

Nas intensas buscas por essa mão de obra escrava vários foram os conflitos e rebeliões que não se deram apenas entre os diferentes povos africanos, mas também ocorreram contra os conquistadores europeus de diferentes nacionalidades, ao longo dos séculos. A resistência negra se deu por embates diretos e por povos inteiros que abandonavam suas cidades e passavam a viver em um nomadismo de sobrevivência. Esta estratégia foi adotada pelos negros para dificultar, e até impedir, que fossem capturados por traficantes de pessoas, e, por esta razão, escondiam-se pelos territórios dos quais tinham conhecimento.

Desde o início das transações comerciais de negros africanos entre Lisboa e a costa africana, os navios saiam de Lisboa carregados de produtos manufaturados para serem trocados por africanos capturados. Pregava-se a vantagem aos escravistas de que a mão de obra ideal para os colonos ao trabalho exaustivo das colônias era o jovem forte e do sexo masculino.

Nos séculos XV e XVIII, com a explosão do tráfico de pessoas, iniciou-se uma verdadeira diáspora africana, termo amplamente explorado pela Antropologia para descrever um fenômeno cultural que vai além de um imenso deslocamento geográfico. O êxodo realizado, de maneira forçada, por milhões de indivíduos africanos, mudou as feições do mundo.

O tráfico implicou o deslocamento de milhões de homens, mulheres e crianças. Pois com o movimento da diáspora negra atinge os mais diferentes países da época, modificando-os com a introdução de uma cultura, até estão desconhecidas. A exploração do trabalho escravo[12] no período colonial mudou não apenas a trajetória dos povos africanos, mas da própria humanidade.

O número de negros trazidos da África não é consensual. Estima-se que cerca de 12 milhões e meio de negros cruzaram as águas e foram levados para o novo mundo, amontoadas como mercadorias em navios para serem utilizados como mão de obra escravizada, uma prática já realizada no continente africano.

---

[12] Segundo Fragoso e Gouvêa (2014, p. 255), o escravo não se define apenas em função de seu estatuto cultural, tão variável quanto o número de sociedades escravistas na história humana. Por intermédio da herança jurídica romana, o Ocidente maneja uma concepção de escravo que o singulariza frente a outras formas de dependência pessoal, inclusive em Roma e na Grécia: ser propriedade era o atributo que o definia.

Para que a colonização portuguesa se efetivasse, foi necessário que o negro africano fosse desprovido de traços humanos e revestido de características que o assemelhavam a bestas de carga e ferramentas de trabalho. Os brancos europeus, ao adotar o processo de desumanização, apropriaram-se de ideias que buscavam explicar e legitimar a superioridade sobre os negros.

Da África saiam os navios negreiros, com os porões carregados de negros acorrentados e transportados em condições precárias, submetidos ao frio e à fome, em uma viagem desumana. Ao longo do trajeto, e pela demora, era comum que homens e mulheres defecassem e vomitassem no mesmo ambiente em que viajavam. Assim, pode-se imaginar como aquela travessia era humilhante. Os negros estavam submetidos a todo e qualquer tipo de doença, que, na maioria das vezes, os levava à morte.

Os que conseguiam sobreviver ao difícil e árduo percurso desembarcavam no Brasil, arrasados de cansaço da dura viagem e inconscientes do sofrimento que lhes aguardava neste país. Sobre esta dolorosa viagem, Mattoso explica:

> Vinha de longe após um mês, frequentemente dois meses de navegação, ou de mais perto, após cabotagem perigosa e por vezes clandestina, o cativo é, de ordinário, desembarcado num estado de exaustão física e moral fácil de imaginar. Se vem do outro lado do oceano, sofreu o traumatismo psíquico da captura, as longas marchas às vezes necessárias para atingir o porto. Foi posto a ferro e esperou talvez muito tempo a chegada dos "tumbeiros" traficantes. Preso a bordo do navio, conheceu as rotas de uma dura navegação antes de ser desembarcado, mas morto do que vivo, em terra desconhecida e hostil. Se vem de mais perto seus sofrimentos não são menores, pois teve igualmente de separar-se dos amigos, talvez também de parentes, deixar um tipo de vida ao qual se havia mais ou menos adaptado, para ser acorrentado e arrastado do desconhecido, numa angústia somente igualada ao desgaste físico levado ao extremo pela viagem forçada à promiscuidade a bordo, a fome e a rudez agressiva dos seus condutores. (MATTOSO, 2003, p. 65)

Acerca dos negros que vieram para o Brasil, Santos (1975), afirma:

> Os negros que vieram para o Brasil eram retirados à força de diversas regiões do continente africano, principalmente da costa ocidental da África. Africanos de origem Banto, do Congo e de Angola, foram trazidos logo no começo da colonização, e foram espalhados pelas plantações do extenso território rural, que correspondia os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Devido à extensa faixa territorial destas províncias, praticamente não havia comunicação entre esses grupos. Já os africanos de origem Sudanesa, os Gege do Daomé e os Yorubá, também conhecidos como Nagôs e os Minas, desembarcaram no Brasil, já no último período da escravidão e ficaram concentrados nas regiões urbanas de Salvador e Recife, existia entre esses últimos povos uma comunicação mais facilitada, contribuindo assim para proliferar os terreiros de candomblé na cidade de Salvador. (SANTOS 1975, p. 86).

De acordo com Mattoso (2003), suas palavras legitimam as verdades do período da escravatura, negros maltratados e desrespeitados até a própria natureza. Ao longo do século XVIII, o tráfico negreiro ganhou ainda mais forças; estima-se que em 1817, o número de africanos no Brasil chegava a 1.930.000.

Em 1831 foi proibido o tráfico negreiro, mas a entrada destes povos ao país não diminuiu, pelo contrário, desenvolveu-se um contrabando por meio de navios negreiros, que só chegou ao fim com o último embarque no ano de 1855. Com a vinda dos negros africanos, vinha também uma rica e expressiva cultura que a escravidão, felizmente, não conseguiu esmagar totalmente.

Desde o início da escravidão o negro era mantido na ignorância, tratado de maneira sempre inferior. A falta de perspectiva para o futuro nutria um sentimento de infelicidade e baixa autoestima, ou até mesmo sem autoestima, sem esperança de dias melhores e perspectiva de vida. Os negros escravos eram constantemente submetidos a castigos animalescos e a constantes tipos de humilhação moral e física.

Durante muito tempo, o maior desejo de qualquer negro africano no Brasil era tornar-se livre, pois a condição de escravo o tornava quase que um ser desumano, sem alma. O negro escravo, no Brasil, em nenhum momento desistiu de viver livre. Ribeiro (1995) explica que:

> Não tem outra saída, entretanto, uma vez que da condição de escravo só se sai pela porta da morte ou da fuga. Portas estreitas, pelas quais, entretanto muitos índios e muitos negros saíram; seja pela fuga voluntarista do suicídio, que era muito frequente, ou da fuga mais frequente ainda, que era tão temerária porque quase sempre resultava mortal. Todo negro alentava no peito uma ilusão de fuga, era suficiente audaz para, tendo uma oportunidade, fugir, sendo por isso, supervigiado durante seus sete a dez anos de vida ativa no trabalho. (RIBEIRO, 1995, p. 118).

Conforme Ribeiro (1995), os negros eram tratados como animais e ainda viviam períodos dolorosos de confinamento, mas nunca deixaram de almejar, a todo tempo, sua liberdade. Ademais, eram desprovidos de direitos e tratados simplesmente como instrumentos de trabalho. Eram obrigados a trabalhar, entre outras atividades, nas plantações canavieiras do século XVII, nas atividades da colônia, nas minas de ouro, de pedras preciosas e nas atividades agrícolas e domésticas. Seu acesso à educação era inexistente.

Os dominantes, os brancos, não achavam necessário que os negros estudassem, pois a função deles era a de executar tarefas que não necessitavam de

estudos, e sim de força braçal; também tinham consciência de que, com a possibilidade da entrada dos negros na escola, os escravos poderiam perceber que eram em maior quantidade e rebelar-se contra os seus senhores.

Com seu duro trabalho, os negros sustentavam a classe colonial dominante, pois a escravidão negra rendia muitos lucros para os traficantes, comerciantes e muito mais para os senhores. Quanto mais escravos, mais elevada era a posição social.

Os senhores de engenho não eram amáveis ou possuíam qualquer sentimento positivo pelos seus escravos. Mesmo com toda a tirania em que viviam, os negros escravos, por meio de trabalhos árduos, exaustivos e pesados, foram agentes sociais que lutaram cotidianamente para resistirem ao tipo de sociedade racista existente naquele período. Ainda trabalharam exaustivamente para enriquecer cada vez mais o país e os seus senhores que, em contrapartida, nada deram ou beneficiaram a massa escrava, senão desprezo e falta de oportunidades.

Assim, os negros encontraram inúmeras formas para resistir à escravidão, não apenas por fugas e suicídios, já que era comum o assassinato de seus próprios filhos, abortos, fugas coletivas e individuais. Neste contexto nascem os quilombos, sendo o mais famoso o de Palmares, que resistiu por aproximadamente 100 anos, e conseguiu reunir no ano de 1690 um número aproximado de 20 mil pessoas, desenvolvendo e estruturando neste ambiente uma comunidade bastante organizada.

O quilombo dos Palmares foi marcado como um exemplo de luta e resistência do povo negro em busca da verdadeira liberdade, tendo como maior representante desta comunidade o negro Zumbi, que resistiu até 20 de novembro de 1696, último dia de sua vida e data que marca o seu assassinato, tornando-se o maior símbolo de heroísmo brasileiro contra a escravidão.

Vários foram os movimentos em busca da liberdade ou fuga de um sistema escravocrata. Acrescentam Shumaker e Brazil que a Constituição brasileira de 1824, outorgada por decreto imperial, não garantia aos escravos a condição de sujeitos de direitos, tampouco "a Carta Magna republicana, escrita em 1891, dois anos depois da abolição da escravatura, esta, manteve sufrágio como direito de poucos" (SHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 315).

Cruz acrescenta ainda que, "No período da República, houve uma aproximação da população negra às escolas, nos moldes das exigências oficiais,

mesmo sem o apoio das políticas públicas. Fica patente a criação de escolas pelos próprios negros" (CRUZ, 2005, p. 56).

O autor explica que neste contexto veio à abolição, forçada pelas pressões externas e internas dos movimentos sociais ao Governo em prol do fim da escravatura. Festejada por todo o território nacional, a abolição foi recebida pelos brasileiros com muito entusiasmo e muitas comemorações, porém, ela não representava deveras a liberdade almejada pelo negro.

3.3 Comércio de escravos

Verifica-se em livros de história, documentos e diversos registros, os termos negro[13], escravo, africano e peça, frequentemente empregados para se referir às pessoas trazidas da África para realizarem o trabalho escravo no período colonial.

Os negros eram considerados objetos, peças da África, chamados de sopros de vida, fôlegos vivos, portanto, eram pesados e medidos, e a maneira como eram comercializados era desumana. Neste comércio não se vendia um, dois, 40 negros, mas se vendia a peça. Assim, uma peça não significava um escravo, como uma tonelada não representava mil quilos de negros escravos.

Explica Chiavenato:

> A partir de 1660, uma "peça"', no geral era 1,75 metro de negro, no padrão de medidas atual. Assim, 5 negros entre os 30 e 35 anos, somando 8,34 metros, representavam não 5 escravos, mas 4,76 peças. Dois negros de 1,60 metro eram apenas 1,8 peça. O valor do negro media-se pelos músculos, idade, dentes, sexo, saúde, aspecto geral. Por isso o padrão de "peça" podia variar de 1,85 a 1,60 metro, dependendo do estado do lote. Na prática as coisas simplificavam-se. Era comum dois negros mais idosos ou duas crianças de 4 e 8 anos valerem uma peça. Três negros de 9 a 18 anos (os "molecões") valiam duas peças. (CHIAVENATO, 2012, p. 102).

Dado o aumento do tráfico, os negros eram vendidos às toneladas. Em alguns momentos, três negros chegaram a valer uma tonelada, por se levar em consideração não o seu peso, mas a capacidade de carga dos navios negreiros em relação ao espaço ocupado para transportá-los. Cada navio, em média, transportava

[13] De acordo com Cruz (2000, p. 162), o termo negro remonta uma identificação racial, o termo escravo é um modo de identificação pela relação com o regime de servidão e o termo africano permite a relação com a origem do indivíduo. No que se refere ao termo peça era dessa maneira que o negro africano era denominado durante as transações nas quais era vendido e comprado por brancos, assim, esse termo denotava explicitamente que o negro africano era visto como uma espécie de mercadoria que podia ser quantificada em peças à moda do que se faz ainda hoje com toda sorte de objetos negociáveis.

três vezes mais que a sua capacidade de lotação. Metade dos negros morria no trajeto da viagem, e esse número era compensado com o excedente.

O negro era mercadoria, objeto de lucro, desumanizado e manipulado desde o começo do tráfico. Os navios eram pequenos, mal construídos, com a pior marujada portuguesa possível. Viajavam em condições precárias, tanto de higiene quanto de alimentação; assim, contraíam moléstias que se transformam em epidemias.

Sabe-se que os negros eram amontoados nos porões, sem luz, e tinham que defecar onde estivessem, chegando a ter que sentar ou deitar em cima dos dejetos, urina e vômitos, por cerca de 120 dias. Os negros doentes, por tuberculose ou outras enfermidades, eram jogados vivos ao mar para não contaminar a carga.

Alguns comerciantes justificavam o trato rudimentar do transporte ao alegarem que a “mercadoria”, como eram considerados os escravos, custava pouco na fonte e vendia-se caro no Brasil. Esse produto, capturado nas guerras tribais e até em conflitos religiosos, tinha como principais compradores os portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses.

De acordo com Mattoso (2001), o negro foi uma das mercadorias mais apreciadas durante o longo período de escravidão nas Américas e, mais especificamente, no Brasil.

> Entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos serão transportados para as Américas, e o Brasil figura como o maior importador de homens pretos. O século XVIII detém o recorde de importação: as Américas coloniais fizeram vir a elas 6 milhões e 200 mil escravos durante esse período e todas as grandes potencias dos tempos modernos engajaram-se no tráfico e nele, uma a uma, assumiram o papel dominante (...). Como o tráfico revela-se fonte de lucros importantes, ele se autofinancia tanto mais facilmente quanto responde a uma procura sempre maior de mão de obra. Nação alguma quer abandonar essa fonte de lucros e cada qual pretende empalmar todo o tráfico em seu benefício exclusivo, nos marcos do sistema colonial ajustado ao espírito da época. (MATTOSO, 2001, p. 19-20).

Conforme Chiavenato:

> Às vezes eram tantos os negros que a “mercadoria” vazava para as ruas, ficando exposta à curiosidade dos compradores. Eram examinados como animais: apalpados, dedos enfiando-se pelas bocas, procurando os dentes para adivinhar a idade ou conferir se o vendedor não mentia. Os órgãos sexuais eram cuidadosamente inspecionados, as mulheres tendo os seios manipulados e os genitais escancarados para avaliação de sua qualidade erótica ou como “parideiras”. (CHIAVENATO, 2012, p. 106).

Acrescenta ainda que:

> O desespero aliado à difícil travessia, produz o escravo que chega ao Brasil como um animal passivo da brutalização, uma besta de carga que só vai reagir em resposta ao açoite. Não terá tempo de aclimatar-se completamente, de adaptar-se à nova situação para criar uma base comum de revolta: morrerão todos em sete anos em média, seu tendo de vida útil no Brasil. (CHIAVENATO, 2012, p. 106).

Ao chegar ao Brasil, enfrentavam terríveis condições de trabalho, o que contraria a fala do autor de *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre. Não houve o adocicar para o negro, mas muito sangue e chibata. Jogados nas imundas senzalas, dormindo no chão, ou em cima de folhas, trabalhando 14 a 18 horas por dia, levado ao tronco pela menor falta, sua vida transformara-se em uma crônica de crueldades, acompanhada do sadismo dos seus senhores e sinhazinhas.

Os negros, além de serem trazidos de seu continente para o Brasil e servirem de mão de obra escrava, também cumpriram a função de povoar o solo brasileiro, protegendo, assim, o litoral das ameaças de invasão. Além disso, faziam funcionar os engenhos de cana-de-açúcar e trabalhavam de maneira exaustiva nos serviços domésticos.

Nos quadros abaixo, têm-se dados estatísticos referentes ao período da escravidão, inclusive, em território brasileiro:

Quadro 4 - Exportações de escravos africanos para as Américas, Ilhas do Atlântico e Europa, de acordo com as áreas de origem dos cativos (1501–1866)

África Ocidental	**1501-1600**	**1601-1700**	**1701-1800**	**1801-1866**	**Totais**
Senegâmbia e Bacia Atlântica	147.281	136.104	363.187	108.941	755.513
Serra Leoa	1.405	6.843	201.985	178.538	388.771
Windward Coast	2.482	1.350	289.582	43.454	336.868
Costa do Ouro	0	108.679	1.014.529	86.114	1.209.321
Baía de Benin	0	269.812	1.284.585	444.663	1.999.060
Baía de Biafra	8.459	186.321	904.616	495.164	1.594.560
África central Atlântica e St. Helena	117.878	1.1134.807	2.365.204	2.076.685	5.694.574
África Sul-Oriental e ilhas do Índico	0	31.715	70.930	440.023	542.668
Totais	**277.505**	**1.875.632**	**6.494.619**	**3.873.580**	**12.521.336**

Fonte: Eltis, David; Richardson, David; Berhens, Stephen; Florentino, Manolo. The trans-atlantic slave trade database. http://wilson.library.emory.edu:9090

Quando x - Importações de escravos africanos para as Américas, ilhas do Atlântico e Europa, de acordo com as áreas de recepção dos cativos (1501-1866)

	1501-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1866	Totais
1.Europa	640	2.981	5.239	-	8.860
2.América do Norte	-	15.147	295.482	78.117	388.747
3.Caribe Britânico	-	310.476	1.813.323	194.452	2.318.252
4.Caribe Francês	-	38.685	995.133	86.397	1.120.216
5.América Holandesa	-	124.158.	295.215	25.355	444.728
6.Caribe Dinamarquês	-	18.146	68.608	22.244	108.998
7.América Espanhola	169.370	225.504	145.533	752.505	1.292.912
8.Brasil	29.275	784.456	1.989.017	2.061.625	4.864.374
9.África	-	3.122	2.317	150.130	155.569
Totais	199.285	1.522.676	5.609.869	3.370.825	10.702.656

Fonte: Eltis, David; Richardson, David; Berhens, Stephen; Florentino, Manolo. The trans-atlantic slave trade database. http://wilson.library.emory.edu:9090

3.3.1 Sistema de compra e venda de escravos

No sistema de compra e venda de escravos, os compradores examinavam cuidadosamente os pretos[14]. Os da Costa do Ouro eram considerados os melhores. Excetuando os minas, que se tornaram conhecidos por sua altivez e insubmissão, indomáveis e perigosos, eram resistentes e bons trabalhadores. Os negros da Costa Oriental africana de Sofala, Inhambane e Quilimane eram considerados dóceis tanto quanto inteligentes. Os da Baixa Guiné, de baixa estatura e peito comprido, eram considerados inimigos do trabalho. Os congueses se destacavam por se mostrarem laboriosos, embora muitos os considerassem broncos.

Foram vários os preconceitos acerca das características físicas para classificar se o negro era bom ou mau no momento da compra, como: negros de cabelos muito crespos, testa pequena ou baixa, olhos encovados e orelhas grandes eram desaconselhada sua aquisição por indícios de mau caráter; os negros de nariz chato, ventas muito apertadas, prejudicava a respiração e, consequentemente,

---

[14] Durante o período escravocrata, invertia-se o uso etimológico de dois termos aparentemente sinônimos: "negro" era o escravo insubmisso e rebelde; "preto", o cativo fiel. De acordo com uma notícia que apareceu no jornal Correio Paulistano em 1886, alterando os termos como se correspondessem a realidade distintas: "Certo dia o *preto* João Congo estando tranquilamente a trabalhar na fazenda de seu senhor notou que dous *negros* fugidos se aproximavam e que logo foram dizendo: 'Sai dessa vida, *preto velho*, ela não serve para ti'. Ao que o *preto leal* reagiu: 'Eu não é que não vou ficar andando de par em par tal qual *negro quilombola'*. Ao que os *negros* irados disseram: 'Então, *preto covarde*, tu vais é morrer'".

atrapalharia as atividades que viessem a ser desempenhadas. Outros que deveriam ser evitados eram de dentes mal seguros, amarelos ou pretos, excessivamente grandes ou pouco visíveis, gengivas brancas ou moles, sangrando ao menor toque, respiração presa e fétida: eram indicadores de moléstias várias.

Os negros que tivessem a estrutura das pernas comprida e pés chatos, deveriam ser recusados, pois revelam-se sujeitos a úlceras e edemas nas pernas.

De acordo com Costa:

> Quem pretendesse comprar escravos deveria preferir os que tivessem “pés redondos, barrigas da perna grossas e tornozelos finos, o que as tornava firmes; pele lisa, não oleosa, e bela cor preta, isenta de manchas, cicatrizes e odor demasiado forte; com as partes genitais convencionalmente desenvolvidas”; isto é, “nem pecassem pelo excesso, nem por cainheza”; o baixo ventre não muito saliente, nem o umbigo muito volumoso, circunstância de que se dizia originar sempre as hérnias; peito comprido, profundo, sonoro, espáduas desempenadas, sem todavia estarem muito desviadas do tronco, sinal de pulmões bem colocados; pescoço em justa proporção com a estatura do indivíduo, não oferecendo aqui e ali, mormente sob a queixada, tumores glandulosos, sinal evidente de afecção escrofulosa, conduzindo cedo ou tarde a uma tísica, músculos dos membros, peitos e costas bem salientes, carnes rijas e compactas; e que, enfim, deixasse o escravo entrever no semblante aspecto de ardor e vivacidade. Assim se teria um escravo saudável e inteligente. (COSTA, 2010a, p. 93-94).

Os negros eram examinados antes da compra. Caso apresentassem moléstias ocultas desconhecidas pelo comprador no ato da compra, a venda era anulada. Outro ponto a se considerar nesse comércio era a venda de cativos sem a menor atenção e respeito aos laços familiares[15]; desta forma, pais e filhos, marido e mulher eram separados ao sabor das circunstâncias.

3.4 Exploração e castigo

O escravo era explorado ao máximo, pois além de ser um trabalhador, também representava um investimento. No período em que não havia moagem, os negros trabalhavam 12 horas por dia, no campo, mais uma jornada de 4 a 6 horas em outras atividades, totalizando carga horária diária de 18 horas de trabalho. Alguns, pelo excesso de trabalho e sem descanso necessário, acabavam dormindo em pé e caíam entre as moendas, estragando o precioso açúcar dos seus senhores.

[15] Segundo Giacomini (2013), nem o casamento de uma minoria teria sido levado em conta quando se tratava do jogo de interesse de compra e venda de escravos. Dentre a massa de anúncios de escravos há apenas uma exceção em relação a situação marital. O único anúncio que evidencia uma relação familiar foi encontrado no Jornal do Commércio de 24/08/1850: “Vendem-se na rua São Bento n. 38b, cinco escravos vindos da roça, sendo mulher, marido e uma cria que serão vendidos juntos...”

Outros, por descuido, tinham os braços engolidos pelos cilindros; muitos eram esmagados junto com a cana-de-açúcar.

Para o proprietário de escravos, era mais vantajoso e barato explorá-lo intensamente e trocá-lo, depois, por um novo, a ter que investir em sua manutenção. A exploração dos senhores chegava ao ponto de nem alimentarem seus escravos. Estes tinham que produzir seu alimento no domingo, dia santificado. Os mais humanos, para mantê-los em melhor estado, davam-lhes uma porção de farinha e carne seca para complementar.

Dos castigos mais brutais sofridos pelos negros, além dos já mencionados, destacam-se a perda de contato com sua tribo, seus costumes, a família, e o impedimento do uso de seu idioma. Este foi um método de dominação, anulando do negro a possibilidade de organização imediata. Ao serem coletivamente animalizados, foram individualizados e constantemente agredidos pelo sadismo que se camuflava na ideologia escravista.

No período escravocrata, um dos mais terríveis quadros foi o destino que tinham as crias das negras, pois, logo que nasciam, os senhores, para não terem gastos com os recém-nascidos, praticavam várias perversidades. As crianças eram jogadas ao chão, pisadas e enterradas vivas, principalmente, para não tomar o tempo de trabalho da escrava, além de economizar alimento.

Alguns senhores não admitiam que as negras engravidassem. Quando suspeitavam que estavam grávidas, obrigavam-nas a abortar, muitas vezes, já no quarto ou quinto mês. As negras escravas, sabendo do triste destino que aguardava seus filhos, abortavam antes que fossem descobertas, ou, quando nasciam, preferiam sacrificá-los elas próprias à sanha dos algozes que executavam os bebês.

Os negrinhos que conseguiam nascer e viviam, eram levados para a Casa da Roda, nome do Asilo dos Expostos, onde se colocavam os expostos.

De acordo com Chiavenato:

> Não era raro entregarem os negrinhos à Roda para a mãe preta amamentar os filhos da sinhazinha. Enquanto seu filho tinha nove chances, em dez, de morrer na Roda, a mãe preta às vezes sequer aleitava os filhos do Senhor: tiravam-lhe a sua cria para alugá-la como ama de leite de outros bebês brancos. Os anúncios de jornal da época informam que uma ama de leite negra rendia em torno de 600$000 nesse comércio passivamente aceito pela sociedade imperial: duas vezes mais que um catador de café. (CHIAVENATO, 2012, p. 114).

Uma outra forma de controle social foi a economia sexual. Por conta do desequilíbrio sexual provocado pela escravidão ao importar homens em maior quantidade, faltavam mulheres para os negros escravos. Segundo relatos de Debret, alguns senhores regulavam a vida sexual dos seus escravos ao reservar uma negra para cada quatro negros. Dado o crescimento das famílias senhoriais, as mulheres começam a adentrar o Brasil em maior número, pois as casas-grandes exigiam mão de obra feminina.

Os escravos comedores de terra, por deficiência alimentar ou tentativa de suicídio, eram punidos com máscaras, que também serviam para impedi-los de furtar doces, comerem frutas ou beberem os vinhos de seus senhores. No caso de fugas, para evitá-las, os negros eram acorrentados pelos pés.

São inúmeros os objetos de tortura e vendidos em lojas. A gargantilha, espécie de colar que se punha ao pescoço, com corrente pendurada; calceta, grilhões que eram amarrados nos tornozelos; o anjinho[16], vira-mundo[17], peia, algemas, folhas de flandre[18] sobre o rosto do escravo, libambo[19], sem deixar de fora o terrível tronco[20].

Acrescentam-se ainda às formas de torturas e castigos a castração, destruição dos dentes a marteladas, a amputação dos seios, o vazamento dos olhos, as marcas do rosto com ferro em brasa, as queimaduras provocadas pelas fagulhas das caldeiras quando o escravo era acorrentado com o corpo nu próximo as suas chamas, brasas nos seios das negras escravas, como forma de punição.

O açoitamento foi o castigo mais duro, seguido de salmoura nas chagas. Senhores besuntavam os escravos com mel, expondo-os às abelhas, maribondos e

---

[16] Usados para extrair confissões, são dois anéis de ferro que vão comprimindo os polegares da vítima à medida que cada aperto de um pequeno parafuso diminui progressivamente e seu diâmetro, provocando dores horríveis.

[17] Um pesado grilhão de ferro que prende pés e mãos e obriga o sentenciado a uma posição incômoda e, não raro, deformante. Utilizado para impedir a tentativa de fuga do escravo. Prendia punhos e tornozelos de maneira inversa. A mão direita era atada ao pé esquerdo, enquanto a mão esquerda era presa ao pé direito. Além da desconfortável posição os feitores ainda castigam com chutes e chibatadas.

[18] Era uma espécie de máscara, fabricada com folha de flandres, usada no período da escravidão no Brasil, utilizada com o objetivo de impedir que os escravos ingerissem alimentos, bebidas ou terra. Eram construídas de chapa de aço laminada e trancadas com um cadeado atrás da cabeça, possuindo orifícios para os olhos e nariz, mas impedindo totalmente o acesso à boca.

[19] Uma argila de fero ao redor do pescoço com uma haste à qual é fixado um chocalho ou uma placa com dizeres aviltantes ou preso a um sistema de correntes que dificultem seus movimentos.

[20] Dois grandes pedaços de madeira retangular que imobilizavam os pés, mãos e pescoço. Muitos escravos morriam durante o castigo r os que sobreviviam eram obrigados a banhar-se com água e sal.

formigas. Tais castigos eram autorizados pelas Ordenações e leis do Reino de Portugal, garantindo em 1663, via regimento, que:

> Depois de bem açoitado, o mandará picar com navalha ou faca que corte bem, e dar-lhe-á com sal, sumo de limão e urina e o meterá alguns dias na corrente, e sendo fêmea, será açoitada à guisa de baiona [urtiga] dentro de casa com o mesmo açoite. (CARREIRA,1978, p. 68).

Acrescenta Antonil:

> Mas não era permitido surrar-lhe com pedras, paus ou tijolos, para não o "estragar". Essa preocupação foi demostrada também pelo padre João António Andreoni (1649-1716), que em Cultura e opulência do Brasil – publicada sob o pseudônimo de André João Antonil – recomendava aos feitores moderarem no castigo ao "escravo de muito préstimo, que vale muito dinheiro. (ANTONIL, 1989, p. 33).

As negras escravas não estavam dispensadas do trabalho duro e da realização de trabalhos de toda sorte. Por sua condição de coisa e propriedade de seu senhor, servia também, além do serviço braçal, como procriadora ou ventre-gerador. Assim, Giacomini (2013) acrescenta:

> As negras peladas e as que amamentavam não eram dispensadas da enxada: Duras fadigas impediam em algumas o regular desenvolvimento do feto, em outras minguava a secreção do leite, em quase todas geravam o desmazelo pelo tratamento dos filhos, e d'ahi as doenças e a morte às pobres creanças (A Liberdade dos Ventres, 1880). (GIACOMINI, 2013, p. 28).

Nos momentos de desespero, muitos escravos praticavam o suicídio por enforcamento, envenenamento, comiam terra, afogavam-se, jogavam-se de montanhas, e alguns recorriam às armas de fogo.

3.5 Resistências, Fugas e Criminalidade

Várias foram as formas de resistência para fugir das crueldades dos senhores proprietários de escravos em busca de sua liberdade e melhores condições de vida. Não conseguindo resistir ao forte sistema escravocrata, ou não se curvando às imposições do regime e ao desmedido poder dos senhores, os negros escravizados apelavam para as fugas, praticavam vários crimes e cometiam suicídios. O quadro abaixo situa as principais formas de resistência do Brasil escravocrata:

Quadro 5 - Formas de resistência escrava – Enfrentamento Direto

	► Articuladas por sociedades religiosas e/ou técnicas.
Revoltas	
	► Articuladas pelo movimento abolicionista.

	► Individuais		Manutenção dos direitos adquiridos.
Fugas		Objetivos	
	►Coletivas		Rompimento total com o sistema escravagista.

		►	Senhores e familiares
	Assassinatos	►	Feitores, soldados capitães do mato.
		►	Parceiros, amigos e companheiros.
Crimes ►			
	Estelionato, roubos e furtos	►	Produção agrícola, animais, dinheiro e joia.

		►Alianças com outras camadas sociais.
	►Mocambos - Tradicionais	►Comercialização de gêneros agrícolas.
Quilombo►		
	►Abolicionistas (final do séc. XIX)	►Líderes do movimento abolicionista.
		►participação ativa nas atividades econômicas da cidade.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Mattos (2015) Formas de Resistência Escrava

Os negros escravos tentavam, por meio da fuga, a libertação das algemas impostas pelo sistema, sendo quase sempre capturados. Poucos obtinham êxito na empreitada, e, quando apanhados, sofriam o castigo estabelecido para os fujões: surras, palmatórias de acapu, duas a três dúzias, ou com chicote de couro cru, amarrados em troncos e castigados por seus próprios irmãos de cor.

Na busca pela liberdade e na tentativa de fugir do sofrimento que diariamente conviviam, os escravos promoviam fugas e revoltas e reagiam de diferentes maneiras diante da violência e da opressão provocadas pelo sistema

escravista. Reagiam não somente em busca de sua liberdade, mas também ante os maus-tratos recebidos, péssimas condições de trabalho e de vida, separação de parentes por meio das vendas, proibição de realizar festas e reuniões, entre várias outras questões.

Os negros que conseguiam fugir reuniam-se e construíam comunidades no mato. Para atender suas necessidades, surgiam os roçados, casebres, organização política e social, baseada na propriedade coletiva, e uma força guerreira.

Em 1645, no núcleo de um mocambo, comenta Rodrigues:

> (...) as casas eram número de 20 e no meio delas erguia-se uma igreja, quatro forjas e uma grande casa de conselho: havia entre os habitantes toda sorte de artífices e o rei os governava com severa justiça, não permitindo feiticeiro entre a sua gente e quando alguns negros fugiam mandava-lhes crioulos ao encalço e uma vez pegados eram mortos, de sorte que entre eles reinava o terror, principalmente dos negros de Angola. (RODRIGUES, 2004, p. 92).

Vários foram os quilombos que lutaram resistiram, mas nenhum deles teve a importância de Palmares. Considerado uma espécie de estado negro, africano, no Brasil. Na descrição de Palmares, segundo Malheiros, o quilombo ficava:

> Em uma extensão de 50 a 90 léguas mais ou menos, abundante de palmeiras, pela parte superior do rio São Francisco, até o cabo de Santo Agostinho, dominando povoações importantes de Pernambuco e Alagoas, onde se abrigaram desde os primeiros tempos negros fugidos, nas matas principais da serra da Barriga; e aí foram agregando outros escravos, e também desertores e pessoas livres, sobretudo durante a Guerra holandesa, que não dava tempo aos habitantes de os perseguirem e de reaverem os escravos. (MALHEIROS, 1976, p. 35).

Quase todo os quilombos foram destruídos, mas ensinaram a lição de que a luta é melhor do que o cativeiro. O quilombo de Palmares resistiu por 67 anos e só foi destruído em 1697 por uma força militar estimada em 3 a 8 mil homens. Entre o período de 1645 e 1678, teve como seu líder Ganga Zumba.

Um quilombo poderia ter 5 ou 6 casebres ou organizações poderosas como o de Palmares, que chegou a ter 20 mil habitantes e uma eficiente força militar. Este quilombo era formado por vários núcleos, uma espécie de estado dividido em várias comunidades, que se deslocavam de acordo com as lutas, perseguições e invasões dos senhores.

Os heróis negros e o Romantismo que Palmares inspirou idealizaram a sociedade negra escravizada no mato como um mito. Na verdade, o que deveria ser

núcleo de liberdade negra, foi mais um espaço que não repudiou totalmente a escravidão.

Os negros que conseguiam fugir e conquistavam a liberdade permaneciam livres na comunidade. O mesmo não acontecia com os negros que fossem resgatados das roças e resistissem a ir para Palmares. Eram submetidos a condição de escravos até integrarem a nova ordem. De toda forma, este modelo de escravidão era considerado menos duro e pouco se diferenciava o escravo do senhor.

Cabe mencionar que isso em nada diminuiu o valor da rebelião negra. A fuga como forma de resistência e busca pela liberdade desestruturava o trabalho, deixando os canaviais improdutivos, diminuíam a fabricação de açúcar, causavam danos econômicos às vezes irreparáveis, além da repercussão política e econômica.

Não eram poucos os escravos que se vingavam de várias maneiras: tentavam contra a vida do senhor, envenenavam, agrediam, incendiavam os campos. No que se refere às negras escravas, estas, por sua vez, muitas vezes, enredavam seu senhor nas tramas do vício tornando-o seu cativo, destruía lares ou insuflava o ódio na senzala.

Na tentativa de conter as fugas e evitar tais repercussões, alguns padres se excediam. Um deles sugeriu usar a confissão para conter as revoltas ao afirmar que: “a confissão é o antídoto de insurreição, porque o confessor faz ver ao escravo que seu senhor está no lugar de seu pai e, portanto, lhe deve amor, respeito e obediência”. (COSTA, 1997, p. 229).

Acerca da criminalidade escrava, o código criminal de 1830 previa pena de, no máximo, cinquenta açoites aos escravos que cometessem crimes. Tal medida nem sempre era cumprida e os cativos acabavam recebendo até mais de trezentas chicotadas. A pena prevista para aqueles que cometiam crimes mais graves contra seu proprietário ou sua família era a galés perpétua, sentença de trabalhos forçados, ou de morte.

Os crimes cometidos pelos escravos, em sua maioria, eram de assassinato e de lesões corporais contra seus proprietários, membros da família e feitores. Esses crimes eram muito recorrentes em propriedades médias ou menores, em decorrência da grande proximidade entre os senhores e seus escravos, bem como pela inexistência de um feitor.

Os estelionatos, roubos e furtos configuram o segundo tipo de transgressão mais recorrente entre os escravos. As três infrações significavam a apropriação de algum bem, porém, o roubo previa uma ação violenta e o estelionato previa a fraude ou má-fé.

De acordo com Mattos:

> Os alvos dos roubos e furtos, em geral, eram produção agrícola, objetos, dinheiro, joias e animais. No caso da produção, era muito comum que o proprietário denunciasse os pequenos comerciantes taverneiros que receptavam as mercadorias pelos escravos e as revendiam em seus estabelecimentos. (MATTOS, 2015, p. 127).

Acrescenta Costa:

> Por vingança, por dinheiro, a mando de alguém, como protesto contra as injustiças e castigos, por desvario e loucura, alguns negros assassinavam senhores, feitores ou administradores, e apresentavam-se espontaneamente à polícia. As notícias de crimes bárbaros ocorridos no interior das fazendas/engenhos sucederam-se durante todo o período com uma frequência espantosa. As maiores vítimas eram os feitores: prepostos dos senhores, requintavam-se às vezes no executar punições e castigos. Sobre eles, particularmente, recaía a sanha da escravaria. Acuados nos caminhos, atacados a enxadas e foiçadas em pleno cafezal, não raro sucumbiam às das ciladas que lhes preparavam os escravos. Às vezes, sem que houvesse nenhum motivo aparente, o ódio acumulado dias e dias, mês após mês, explodia numa chacina em que pareciam, além do feitor, pessoas da família do proprietário. (COSTA, 2010a, p. 356).

Ainda como forma, não apenas de resistência, mas também de fuga ao regime escravocrata, os negros recorriam com certa frequência ao suicídio por afogamento que, em especial, tinha um significado muito específico, pois em algumas línguas como kikongo, quimbundo e undumbo, o mar, assim chamado de kalunga, representava a separação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos.

Explica Mattos:

> A cor branca significava justamente a morte, porque os espíritos eram brancos e os homens pretos. Por isso, quando os africanos foram escravizados e transportados para a terra dos brancos, isto é, a América, achavam que estavam indo para o mundo dos mortos. Dessa maneira, realizando o caminho inverso, atravessando o mar ou um rio, eles voltariam para a África encontrariam o mundo dos vivos, dos seus descendentes e renasceriam. (MATTOS, 2015, p. 131).

Acreditavam que ao morrer, por meio do suicídio ou por afogamento, libertariam sua alma e assim fariam a travessia de volta a sua terra.

O suicídio também era praticado por crianças que, não vendo outra solução para escapar das crueldades de seus senhores, tiravam a própria vida. Outras

optavam pela morte ao presenciar os senhores assinarem de maneira bárbara seus pais, mães e irmãos.

3.6 A escravidão: Exploração pelo sexo

Desde as civilizações mais antigas, o sexo propiciou a mais antiga forma de exploração do corpo humano, cultivando a satisfação sexual das mais diversas formas e por qualquer que fosse o motivo. Assim, por serem as escravas consideradas sua propriedade, e, portanto, objeto de uso da forma que conviesse ao seu senhor, pois este tinha à disposição o atendimento às solicitações e desejos dos mais estranhos e diversos.

Em relação ao período escravocrata brasileiro, Chiavenato explica que:

> Como a escrava era submissa pela sua posição social, podia-se “fazer tudo” com ela: usaram e abusaram das negras, com um forte sentimento de depravação, nem sempre isento de desvios sádicos. Às vezes excediam o abuso pessoal e obrigavam-nas à prostituição, uso tão comum quanto o aluguel das amas de leite. (CHIAVENATO, 2012, p. 118).

Abusos sexuais acompanhados de cinismo criavam crenças que marcavam as escravas. Em *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre destaca algumas formas brutais de exploração sexual:

> (...) O negro se sifilizou no Brasil. Um ou outro vivia já contaminado. A contaminação em massa verificou-se nas senzalas coloniais. A raça inferior, a que se atribui tudo que é handicap no brasileiro, adquiriu da superior o grande mal venéreo que desde os primeiros tempos de colonização nos degrada e diminui. Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram de lues as negras da senzala. Negras tantas vezes entregues virgem, ainda molecas de 12 e 13 anos, a rapazes brancos já podres de sífilis das cidades. (FREYRE, 1987, p. 317).

Em Pernambuco, meninas negras eram servidas aos brancos “porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sifilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem” (FREYRE, 1987, p. 317).

O processo de sifilização chegou a tal ponto que prejudicou o comércio do aluguel das amas de leite. Continua Freyre: “é igualmente de se supor que muita mãe negra, ama de leite, tenha sido contaminada pelo menino de peito, alastrando-se também por esse meio, da casa-grande à senzala, a mancha da Sífilis”. (FREYRE, 1961, p. 317).

A maioria das enfermidades que os negros trouxeram da África foi introduza no continente africano pelos europeus, assim como os portugueses contagiaram os

índios no Brasil. Os africanos foram contagiados pelos europeus e as escravas pelos seus senhores e bebês sifilíticos, passando de vítimas a culpados. “Respeitáveis” senhores acusavam “canalha” negra e índia de degenerar a “pureza racial” brasileira.

No ano de 1875, momento em que, possivelmente, o casamento entre escravos estava mais regulamentado, as investidas dos senhores nos “lares” negros eram comuns, requisitando as mulheres mais atraentes. Para evitar tais situações que os escravos tiveram como costume se casarem com as negras mais feias; isso evitaria que suas mulheres fossem divididas com seus senhores. Apenas por imposição dos patrões, depois de engravidá-las, os negros casavam com as mais bonitas, para evitar aborrecimento de paternidade.

Muitos padres auxiliavam nessas situações, celebrando casamento de negras prenhes com os escravos escolhidos nas senzalas.

Ao contrário do que se coloca em algumas publicações, a mestiçagem no Brasil nunca foi uma política de democracia étnica e social, mas de opressão, impondo a superioridade branca sobre o negro, em que as classes dominantes usufruíam das mulheres negras, ou seja, a democracia racial no Brasil é um mito oriundo da violência sexual dos negros escravos e mantido pela hipocrisia da sociedade.

3.7 A igreja Católica no contexto da Escravidão

Ao tratar da escravidão negra no Brasil, faz-se necessária uma abordagem do papel da igreja neste contexto, uma vez que a Santa Sé e sua alta hierarquia participaram ativamente do processo do tráfico negreiro. Para que a articulação do tráfico tivesse êxito, alguns papas tiveram um papel fundamental, oferecendo direito moral e religioso para a captura e comercialização dos negros africanos em troca de gordas comissões desse comércio ilícito.

Os padres, em terras brasileiras, foram dos mais cruéis senhores de escravos. Cabe colocar que a Santa Madre Igreja sequer foi a última instituição a apoiar a campanha abolicionista, porque nem veio a apoiar, salvo um ou outro padre. Outro artifício usado pela igreja para justificar e fomentar o comércio de negros africanos em busca cada vez maior de lucros foi a defesa dos índios e o fim de sua escravidão.

A igreja não era a favor da abolição, segundo Nabuco, em *O abolicionismo*:

> Entre nós o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso dos senhores de escravos. No sacerdote, estes não viam senão um homem que os podia comprar e, a última pessoa que se lembraria de acusá-los. A deserção, pelo nosso clero, no posto que o Evangelho lhe marcou foi a mais vergonhosa possível: ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhes o cativeiro e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. (NABUCO, 1949 [2012], p. 17).

Assim, o Estado teve mais atuação em favor dos negros escravos que a igreja. Esta sempre esteve aliada aos escravistas. Muitos padres foram cruéis proprietários de escravos e muitos acusados de sadismo. Não foram poucos os padres e outros membros hierárquicos da igreja que usaram as negras para saciar sua luxúria, fazer-lhes filhos, que já nasciam na condição de escravos, abandonados à dura sorte. Não muito diferente, cabe acrescentar que os holandeses também usaram a religião para justificar o escravismo e controlar os negros escravizados.

No período entre 1400 e 1900, houve uma estagnação da população negra no continente africano. Ao longo desses quinhentos anos, homens, mulheres e crianças foram mortos, torturados e violentados fisicamente e culturalmente para que o europeu pudesse explorar suas colônias. Devido às guerras ocorridas na África e à invasão dos colonizadores europeus, cerca de 100 milhões de africanos foram vitimados. O regime escravocrata levou muitos à morte, e boa parte morreu porque não pôde nascer.

No século XV, a exploração do negro africano se deu também por alguns papas que atuaram como empresários frios, a exemplo de Alexandre VI (1431–1503), um Bórgia que seguia a tradição de seus antecessores e autorizava cruzadas militares. Vários papas antes de Alexandre VI apoiaram os ataques à África e editaram bulas que permitiram aos portugueses saquearem e apossarem-se de Tânger e Ceuta, no ano de 1415.

Nicolau V (1397–1455) foi um dos primeiros papas a apoiar a escravidão. Chegou, inclusive, pela bula *Romanus pontifex*, em 8 de janeiro de 1455, a dar exclusividade aos lusitanos nos negócios da África, e, ainda, a apresar negros e mandá-los para o reino, bem como a garantia do monopólio do tráfico. A igreja usava como justificativa para tais práticas que os negros seriam batizados e sua captura e escravidão serviriam para salvar-lhes as almas.

Segundo Chiavenato:

> Esse piedoso papa teve seguidores enquanto o comércio de escravos foi lucrativo e a Igreja Católica recebia comissões dos traficantes. Na implantação do comércio negreiro duas bulas emitidas em 1456 e 1481 foram muito importantes. Nelas os papas Calixto III (1378-1458) e Sisto IV (1414-1484) confirmaram que o ouro e os escravos eram os principais produtos da costa da África. E somente Portugal (que já praticava por conta própria desde 1441, pelo menos) estava autorizada a realizar esse negócio, enquanto a Igreja não estendesse sua permissão a outros. (CHIAVENATO, 2012, p. 77).

Dessa forma, ao apoiar o rentável negócio, os papas concederam indulgências aos portugueses que iam caçar africanos. Se nessa missão, por ventura morressem, estariam limpos de qualquer pecado e poderiam bater às portas de São Pedro sem susto, pois o velho porteiro branco tinha ordem de aceitá-los sem mais conversas; garantia assim a Santa Sé.

O Padre Vieira concordava com a escravidão, e, ao afirmá-la em um de seus sermões, diz: “é melhor ser escravo no Brasil e salvar sua alma que viver livre na África e perdê-la”. O aval à prática da escravidão, violência tida como pequena coisa, era dado pelo Vaticano, uma vez que os negros seriam batizados, e, ao morrerem, iriam para o céu.

A ordem social era considerada expressão dos desígnios da Providência Divina e, assim, não era questionada. Dessa forma, Costa (2010a) explica que:

> Acreditava-se que era a vontade de Deus que alguns nascessem nobres, outros, vilões, uns ricos, outros pobres, uns livres, outros escravos. De acordo com essa teoria, não cabia aos homens modificar a ordem social. Assim, justificada pela religião e sancionada pela Igreja e pelo Estado – representantes de Deus -, a escravidão não era questionada. A Igreja limitava-se a recomendar paciência aos escravos e benevolência aos senhores. (COSTA, 2010a, p. 13)

Segundo Chiavenato (2012), no negócio da escravidão, junto aos portugueses, a Igreja Católica ganhava 5% de comissões sobre a venda dos negros escravos. Em contrapartida, a Santa Sé permitia que se resgatassem os negros africanos e os escravizasse, como forma de trazê-los ao cristianismo.

Dessa forma, nascem falsas explicações acerca da índole do índio, usadas como argumento contra a sua escravização. Assim, justificava a importação de negros, negócio lucrativo à Coroa, à Igreja e aos traficantes.

O prejuízo aos negros africanos não se deu apenas pelas situações já mencionadas, mas também lhe foi tirado o direito da união dos negros, negado e

prejudicado pela Igreja ao apoiar os portugueses no sistema de divisão de nações e famílias, para evitar que em uma só propriedade convivessem escravos que falassem a mesma língua, pois poderiam, ao se comunicar, organizar resistência.

Consoante Chiavenato:

> A divisão entre negros, mulatos, crioulos e africanos – e brancos – foi bem visível nas irmandades. Era parte da ideologia cuidando amortizar os choques causados pela escravidão. Mas que afastar os “negros sujos” e “repelentes” das riquíssimas igrejas frequentadas por senhores e sinhazinhas, significava equilibrar e amortecer a revolta negra, “dando-lhes” irmandades próprias. O sucesso dessa ideologia de transplante do racismo – o oprimido aceitando as regras do opressor. (CHIAVENATO, 2012, p. 93).

Ao que Sales (1963, p. 43) acrescenta: “Não podem entrar nessa Irmandade judeus, mulatos e hereges”.

Acerca da moralidade dos padres na atuação dos dogmas religiosos e no tratamento de seus escravos, Goulart (1975), em *A escravidão africana no Brasil*, apresenta um comentário impiedoso acerca da cobiça dos padres que iam às minas:

> A incontinência da gente monástica chegou ao ponto de se tornar necessário proibir-lhe a entrada na região. Frades de diversas ordens se fazem mineiros, só preocupados em adquirir cabedais, ainda que por meios ilícitos, sórdidos e impróprios de seu estado: nunca sacerdotes mais perversos administraram o pasto espiritual. (GOULART, 1975, p. 133).

Clarkson (1821), líder britânico, em prol da cassação do tráfico e emancipação dos escravos, dizia:

> (...) deverão sempre ter presente aquele terrível dito do cacique que posto em tormento pelos espanhóis conquistadores da América e oferecendo-lhes o céu se recebia o batismo, perguntou se entravam no céu os espanhóis, ao responderem-lhe que sim, contestou: se é assim não quero ir para o céu. O mesmo com mais razão dirão os africanos, a quem se lhes prega a religião de Cristo. Como pode ser bom sendo a religião dos negociantes de escravos? (CLARKSON, 1821, p. 97).

O grande primeiro proprietário de escravos foi a Igreja, que, por muito tempo, estimulou a reprodução de seus escravos. Em Pernambuco, os padres incentivavam o “cruzamento” dos escravos mais fortes e belos para conseguirem peças mais apuradas, permitiam o “cruzamento” de brancos com negras, que davam os mulatos de maior valor, mas, em hipótese alguma, permitiam negros com brancas, pois os frutos dessa união não seriam legalmente escravos, dessa forma, confirmava o preconceito racial da época em que o negro contaminava a branca.

Entre as Ordens religiosas, a Ordem de São Bento e das Carmelitas mantinham fazenda-creatório, onde as crias negras ficavam até a idade suficiente

para o trabalho nas propriedades dos religiosos. As carmelitas alugavam seus negros na cidade, um negócio que lhes rendia um lucro duas vezes mais que o trabalho na roça.

Cabe colocar que os negros não eram explorados apenas em serviços braçais, domésticos e de aluguel, mas também reféns da imoralidade de muitos padres. Consoante Chiavenato:

> Como muitos padres foram grandes procriadores, não podiam condenar a imoralidade dos senhores. Destes, os que mais apoiavam a ideologia da Igreja eram os maiores emprenhadores de negras. Não era raro o senhor possuir de 20 a 40 mulatos gerados por eles nas suas escravas; e muitos vendiam seus bastardos sem nenhum escrúpulo (...) A maioria dos padres no Brasil refletia ideologicamente mais as classes dominantes das quais eram dependentes do que a própria Igreja. (CHIAVENATO, 2012, p. 97).

A igreja não tinha autoridade de condenar a imoralidade dos senhores por ser ela mesma uma das instituições a praticar toda forma de abuso e exploração. Os padres podiam ser vistos levando consigo o latim e abençoando e jogando água benta em qualquer lugar da propriedade de um senhor, mas nunca nas senzalas.

Foi no final do século XVII que as entidades religiosas ganharam privilégios para importar escravos. Entre 1693 e 1694, chegaram a importar 1.200 negros. Dada a massa de escravos no Brasil, era preciso domá-los, contê-los, e um dos meios utilizados para esse fim foi a religião. Via-se na religião o freio que sustentava os escravos.

Nas palavras de Costa:

> A religião aparecia como mediadora entre o senhor e o escravo: “o freio do homem impetuoso, o consolo do aflito, o alento do fraco, a esperança do desgraçado”, apaziguadora do escravo; o confessor: “o conselheiro ideal do escravo a recomendar-lhe resignação, conformismo, obediência ao senhor, pintado como um pai, a ser temido e respeitado. (COSTA, 2010a, p. 295).

A forte parceria entre a Coroa e a Igreja teve no escravismo um de seus melhores negócios. De acordo com Chiavenato (2012), não se pode esquecer que a Ordem de Cristo ganhava 5% de cada transação, paga pela Casa dos Escravos, motivo da má vontade da Igreja em defender os escravos e a base da desmoralização da maior parte do clero. Justificavam essa situação apelando para preconceitos, ao dizer que o negro nasceu naturalmente escravo.

De acordo ainda com Chiavenato (2012), a Santa Sé não permitia que os negros trabalhassem nos domingos e dias santos, porém, os senhores não cumpriam, reclamavam e não aceitavam tais perdas, forçando os escravos a

trabalharem nos domingos e dias santos. A Santa Igreja, para livrar os negros do pecado, em 06 de junho de 1852, mediante um documento do papa Pio IX (1792-1878), anistiou os negros do pecado ao declarar: agora eles não precisam mais guardar os dias santos de modo a não prejudicar mais a lavoura dos seus senhores, podiam a partir de então trabalhar, pois seriam perdoados.

Ainda sobre a questão, segue uma citação de Chiavenato, que bem sintetiza o papel da Igreja no regime escravocrata brasileiro:

> A Santa Sé só se pronunciou pelo fim da escravidão no Brasil em 1888 – depois da Lei Áurea – a pedido de Joaquim Nabuco. A entrevista de Nabuco com o papa Leão XIII – descrita em *Minha formação* – parece a mendicância de um abolicionista por uma palavra de simpatia, ao menos, do Vaticano. A “simpatia” veio na promessa de Leão XIII (1810 – 1903) de que assinaria uma encíclica condenando a escravidão. Essa promessa foi a maior contribuição as Santa Sé (a três meses da Abolição temendo inquietar o imperador) ao movimento abolicionista. A encíclica de Leão XIII só apareceu depois que a abolição foi assinada pela princesa Isabel. (CHIAVENATO, 2012, p. 100).

3.8 Negação da constituição da família escrava

O interesse de pesquisadores pela família escrava como objeto de investigação é bastante recente. Os argumentos utilizados pela historiografia, ao atribuir pequeno significado à temática são:

- A predominância de escravos do sexo masculino, provocando um desequilíbrio entre os sexos, que dificultou as uniões;
- A baixa taxa de fecundidade das cativas, em função de vários fatores, entre os quais aqueles relacionados à própria escravidão: o desalento em gerar um filho já privado da liberdade ao nascer, o receio de vê-lo sofrer castigos ou ter de separar-se dele; até mesmo o temor do parto, que assustava as sinhazinhas e seria muito mais terrível ante a condição da escravizada;
- O repúdio ao cativeiro, ampliado por práticas senhoriais arbitrárias e prepotentes. Os proprietários exerciam seus direitos sem limitações, engravidando as escravas, fossem elas casadas ou não, interferindo na escolha dos cônjuges, não poupando as mães que amamentavam...
- A falta de privacidade, materializada nas senzalas coletivas e separadas por sexo, que constituíam grande obstáculo à organização da vida familiar.

Todos esses fatores contribuíam para a não constituição da família escrava por parte da sociedade senhorial, que impediu o desenvolvimento da instituição.

Sobre o tema, Graham acrescenta:

> a historiografia nunca negou a existência de casais, com filhos e vida familiar, durante o regime escravista. Basta ver as inúmeras referências às propriedades religiosas, na quais o casamento era incentivado e grande o número de famílias escravas. O que se nega é a predominância do tipo de vivência exigido pela família nuclear, conceituada como um grupo constituída de pai, mãe, filhos legítimos ou não, vivendo sob o mesmo teto, em caráter privado e permanente. (GRAHAM, 1979, p. 112).

A formação de uma família escrava dependia de estabilidade, fator primordial, privacidade e facilidade para se constituir, bem como a qualidade de vida que possa obter. Ribeyrolles (1941, p. 67), acrescenta que: “a religião os acolhe só ao pé dos altares. Casa-os, mão não lhe garante a família, a esposa, os filhos”.

Acerca da temática, Ituassú acrescenta:

> O homem precisa de liberdade para o desenvolver de sua personalidade. É o oxigênio de sua vida interior e nela baseia as aspirações, porque sem ela praticamente inexiste como ser e se torna um simples instrumento. Mas o sentido social da liberdade condiciona o seu teor ao interesse comum e o homem é livre para agir desde que não lesione outrem, ou não interfira no setor peculiar dos demais. (ITUASSÚ, 2007, p. 57)

Foi uma prática muito comum a de separarem famílias, mães e filhos, pais e irmãos; senhores que violaram de maneira brutal negrinhas de 10, 12, 15 anos de idade; senhores que geravam filhos nas suas escravas para obterem o que consideravam crias mais claras e vendê-las por um preço mais alto para os serviços domésticos; um período em que a economia brasileira baseou-se na escravidão.

3.9 Ideologia e branqueamento

Para explicar que o racismo é tão velho quanto o mundo, buscou-se em Aristóteles, por ser muito citado, a crença de que certas raças nasciam para a escravidão. Com o objetivo de desculpar o período colonial dos séculos XV e XVI, alguns ideólogos tentaram encontrar a origem do racismo em tempos remotos e de tê-lo introduzido como um dos componentes da escravidão. Foi com a descoberta da América que a escravidão incorporou o racismo.

Na busca de uma justificativa não apenas política, mas também moral, o escravismo gerou uma ideologia. Sua existência foi legitimada ao usar os

preconceitos nascidos do trabalho escravo como fundamento ideológico que reduziram o negro a um estado de inferioridade. Assim, a classe dominante se reservava ao direito de usá-los, sem considerar a sua condição humana.

Nas palavras de Chiavenato:

> A escravidão foi a grande ideologia brasileira. Dela nasceu uma série de preconceitos. A origem do principal deles – o racismo – não está na cor da pele, mas no conteúdo da herança dos negros: a classe oprimida que depois da abolição alienou-se como força de trabalho. Os preconceitos não ferem só a vítima; eles penetraram por meio da ideologia na própria historiografia, permeando-se também para largas parcelas da sociedade. (CHIAVENATO, 2012, p. 11)

Acrescenta ainda que:

> O negro era a besta de trabalho: não se questionou ou sequer se pensou em sua humanidade. O processo começou antes do primeiro africano chegar ao Brasil, teve sutis formas de sedimentação e arraigou-se a tal ponto na sociedade que os preconceitos passaram à história e prevalecem ainda hoje, mais de cem anos depois da abolição. (idem, p. 150).

Os extravagantes conceitos e estranhos preconceitos em relação ao negro eram atribuídos por muitos filósofos e cientistas que manifestaram ideias racistas. Houve uma forte colaboração, por parte da Igreja Católica, de teólogos protestantes e filósofos, afirmando em bulas papais, sermões e livros, que Deus e a natureza determinaram a inferioridade do negro.

É interessante que Voltaire, defensor da essência e da igualdade dos homens, tenha sido um ganancioso comerciante de negros. Viveu em tempos áureos do tráfico francês, aliou-se a traficantes, investiu no comércio de escravos e usou do cinismo ao que fazia assim uma bela ação. Escreveu a um de seus sócios, capitão de um navio negreiro, demonstrando alegria por ter comprado 5 mil francos de ações:

> Congratulo-me convosco pelo feliz êxito do navio – o congo – chegado oportunamente à costa da África para livrar da morte tantos negros infelizes. Sei que os que vão embarcados em vossos navios são tratados com muita doçura e humanidade, e por isso me felicito de ter feito um bom negócio, praticando ao mesmo tempo uma boa ação. (VOLTAIRE, apud SIMONSEM, 1977, p. 137).

No comércio de escravos, os negros eram transportados “com muita doçura” em navios franceses, os quais provocavam a morte de 25% deles, e, os que sobreviviam, eram vendidos nas colônias americanas. Outros que se aliavam, hipocritamente, a Voltaire eram Rousseau e Buffon, nas lamentações moralistas em defesa dos direitos humanos.

Construiu-se uma imagem degradada do negro, que era usada para legitimar a escravidão. Estiveram neste rendoso negócio historiadores, cientistas e religiosos, sobretudo o Vaticano. Justificava-se e difundia-se o preconceito com o exemplo do reverendo Josiah Priest, em 1852, que, com a Bíblia na mão e conceitos científicos na cabeça, garantia que os negros não pertenciam à raça humana.

Para tentar mascarar a escravidão, nações cultivavam ideais de fraternidade. Os negros, no século XVIII, eram chamados pela constituição estadunidense de “outras pessoas”, e pela francesa de “homens não livres”. O ministro da legação diplomática, conde Arthur de Gobineau (1816-1882), autor do Ensaio sobre as *Desigualdades das Raças Humanas* (1855), afirmava que os negros eram a raça inferior e profetizou ainda uma degeneração genética para os brasileiros em um período inferior a 200 anos, pois:

> (...) nem um só brasileiro tem sangue puro, porque os exemplos de casamento entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor tão infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores. (GOBINEAU, apud SKIDMORE, 1976, p. 46).

Gobineau, amigo do Imperador Pedro II, escreveu que, excluindo o imperador, “todo mundo é feio aqui, mas incrivelmente feio; como macacos” (GOBINEAU, apud SKIDMORE, 1976, p. 47). Afirmava, ainda, que os brasileiros não eram capazes de produzir nem se reproduzirem. A saída seria se purificar com o sangue europeu, para eliminar a mistura do negro. As ideias de Gobineau eram anticientíficas, mas foi uma voz usada pelas classes dominantes para justificar a escravidão.

A escravidão já era uma prática comum na África, lugar em que o negro já conhecia, cultivava e praticava como sistema político. É a partir desse posicionamento histórico que se transfere aos negros a responsabilidade pela escravidão, afirmando que as elites brasileiras pouco tiveram a ver com o passado negro do Brasil.

Na política de branqueamento como solução racial para o Brasil, além do já citado Gobineau, acrescenta-se, nesta mesma linha de pensamento, o historiador e jurista Oliveira Viana, um dos maiores ideólogos e discípulo de Gobineau, que defendia uma completa e bem-vinda arianização do povo brasileiro, contando com o crítico literário Silvio Romero.

Os brancos, que na metade do século XIX eram a minoria da população, temiam que os negros, por serem em maior quantidade, povoassem o país. Foi esse medo que estimulou a prática do branqueamento e a procura da arianização como modelo salvador.

Ainda acerca dos ideólogos do branqueamento que camuflam o seu racismo, encontra-se nosso maior escritor da literatura infantil, Monteiro Lobato, com seus personagens que encantaram gerações e aceitam os preconceitos sobre os negros. Estes, retratados como estúpidos, primitivos, feios, reagem como patetas e são incapazes de elaborar um pensamento crítico. “era um racista que chegou a extremos, como a carta de 1938, recentemente descoberta” (CHIAVENATO, 2012, p. 163), em que apoia e admira a Ku Klux Klan:

> Um dia se fará justiça ao Ku Klux Klan; tivéssemos uma defesa dessa ordem, que mantém o negro em seu lugar, e estávamos livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo o jogo do galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva. (LOBATO apud NIGRI, 2011, p. 31).

Os preconceitos formam uma ideologia que justifica e explica a escravidão, incorpora-se à nossa cultura oficial e penetra a historiografia brasileira. Gilberto Freyre (1900-1987) é um autor que reúne os preconceitos acerca da escravidão, trata a cultura afro-brasileira com paternalismo ao ponto de reduzir o negro a um ser que precisa de proteção. Todavia, esse paternalismo decorre do patronato.

Segundo Chiavenato:

> Freyre disfarça o cerne de sua ideologia exaltando o sensualismo africano, do qual ele mais desfruta que respeita como manifestação psicocultural. O contraponto desse racismo é o seu antissemitismo. O antissemitismo é o veículo para ele manifestar seus preconceitos. O paternalismo, o “lado bom” do seu pensamento, levou-o a descobrir um “lado bom” também na escravidão, a “doçura nas relações de senhores com escravos domésticos”, que ele afirma em *Casa-grande & senzala*, livro em que expressa suas ideias raciais. (CHIAVENATO, 2012, p. 167).

Em *Casa-Grande & Senzala*, há várias citações antissemitas, utilizadas como veículo para manifestar seus preconceitos. É por meio de um possível parentesco judaico que o autor explica o escravismo dos jesuítas:

> Os padres teriam se deixado escorregar para as delícias do escravismo ao mesmo tempo que para os prazeres do comércio. Não fossem eles bons portugueses e talvez até bons semitas, cuja tradicional tendência para a mercancia não se modificara sob a roupeta de jesuíta nem com os votos de pobreza seráfica. (FREYRE, 1987, p. 153).

Para pôr fim aos alegados abusos dos judeus, Freyre chega a justificar a Inquisição:

> Para conter os ódios que se levantaram quentes, fervendo, contra a minoria israelita, é que se organizou o *Tribunal do santo Ofício*. (...) os judeus haviam se tornado antipáticos menos pela sua abominação religiosa do que pela falta completa de delicadeza de sentimento, tratando-se de questões de dinheiro com os cristãos. Suas fortunas acumularam-se principalmente pela usura, proibida pela Igreja aos cristãos, ou pelo exercício, na administração pública, nas casas fidalgas e mesmo nas corporações católicas, de cargos que convinham aos interesses dos cristãos latifundiários fossem exercidos por indivíduos desembaraçados de escrúpulos católico-Romanos e das leis da Igreja. (Ibidem, p. 207).

Freyre vai além ao criar o estereótipo de judeu, que vai ao encontro das caricaturas exploradas pelo nazismo:

> Técnicos da usura, tais se tornaram os judeus em quase toda a parte por um processo de especialização quase biológico que lhes parece ter aguçado o perfil no de ave de rapina, a mímica em constante gestos de aquisição e de posse, as mãos em garras incapazes de semear e de criar. Capazes só de amealhar. (FREYRE, 1987, p. 226).

A obra *Casa-grande & Senzala* foi publicada em 1933, momento máximo da ideologia nazista, momento em que os estereótipos aplicados aos judeus pelos fascistas alemães se identificaram com os preconceitos de Gilberto Freyre. O estereótipo aplicado ao povo judeu vai desde os hipotéticos crimes econômicos ao ridículo humano.

Nas palavras de Chiavenato:

> Tudo é culpa dos judeus: a exploração, a escravidão. Nada escapa das "mãos em garras", do "perfil de ave de rapina". A linguagem de Freyre permeia-se de traços antissemitas. As maldades das suas sinhá-moças são descritas como "toda uma série de judiarias". Os sinhozinhos gostavam de "matar passarinho e de judiar com moleque". Nas brincadeiras infantis "é de imaginar quanto se judiava então com as crias e com as meninas". (CHIAVENATO, 2012, p. 171).

Diz Freyre, mesmo depois da abolição da escravatura, que não há brasileiro que não tenha "gosto de judiar com negro". Ironicamente, o sociólogo juntou o verbo ao substantivo.

Casa-grande & Senzala, praticamente, é o único livro acerca da escravidão no Brasil que atingiu várias gerações, desde o seu lançamento em 1933. Assim, a obra clássica de Gilberto Freyre formou gerações de professores e intelectuais que transmitiram e continuam transmitindo tais preconceitos, ajudando a ofuscar as mazelas do racismo e estimulando distorções históricas que inviabilizam a interpretação e evolução política e econômica.

Por ter sido o escritor que mais influenciou a cultura brasileira, merece estudos e análises. Além disso, é preciso destacar seus enganos e estereótipos construídos acerca da escravidão.

3.10 O trabalho dos negros africanos no engenho brasileiro

Os objetivos de exploração econômica no Brasil só foram possíveis com a mão de obra escrava. Era preciso um produto que se adequasse às necessidades de exploração e que fosse produzido em larga escala, e a cana-de-açúcar atendia aos propósitos. Seu cultivo teve início na Península Ibérica por volta do século XIV, com a expansão marítima de Portugal e Espanha. Passou a ser cultivada também nas ilhas do atlântico: Madeira, São Tomé, Açores, Cabo Verde e Canárias.

No século XVI, o plantio foi promovido em várias localidades do Brasil. Foi nas capitanias de Pernambuco e Bahia que a cana-de-açúcar melhor se adaptou. No final do mesmo século, o produto estava entre as principais mercadorias adquiridas em Londres, Antuérpia, Hamburgo e Amsterdã.

No início da produção, os engenhos construídos eram pequenos, em sua maioria movidos por animais e poucos utilizavam a força hidráulica. No primeiro momento, a força utilizada era a indígena, por conta da acessibilidade. Os africanos começam a ser inseridos no século XVII, a partir do tráfico atlântico de escravos, convertendo o africano em peça fundamental da empresa açucareira.

Quadro 6 - Africanos desembaraçados no Brasil

Período	**N◦**	**Período**	**N◦**
1551-1575	10.000	1781-1790	181.200
1576-1600	40.000	1791-1800	233.600
1601-1625	150.000	1801-1810	241.300
1626-1650	50.000	1811-1820	327.700
1651-1675	185.000	1821-1830	431.400
1676-1700	175.000	1831-1840	334.300
1701-1720	292.700	1841-1850	378.400
1721-1740	312.400	1851-1860	6.400
1741-1760	354.500	1861-1870	-
		Total	**4.029.800**

Fonte: ALENCASTRO (2000).

Pernambuco, no início do século XVII, recebeu aproximadamente 4 mil escravos por ano, e a Bahia, aproximadamente, 3 mil negros africanos.

A maior parte do trabalho na produção de açúcar era realizada no campo e nos canaviais.

Segundo Mattos:

> O cultivo e a colheita eram tarefas muito cansativas, que exigiam força para preparar e cavar a terra pesada de massapê. Outra atividade frequente nos engenhos era o corte de lenha utilizada nas casas das caldeiras. Muitos senhores até preferiam comprar madeiras de outras regiões a ter de usar seus escravos. O escravo também ficava encarregado da manutenção da propriedade, construir cercas, poços, fossos, além de, em alguns engenhos, cuidar de sua própria subsistência, cultivando um pedaço de terra fornecido pelo proprietário, depois que cumprisse sua cota estipulada de trabalho. (MATTOS, 2015, p. 105).

Na fabricação do açúcar, os escravos eram constantemente supervisionados por trabalhadores especializados. Dada a especificidade da atividade açucareira, e em atendimento às exigências das técnicas de produção, os engenhos precisavam de mão de obra qualificada; assim, era necessário que os escravos tivessem a qualificação devida para operacionalizar e garantir a produção de produtos derivados da cana-de- açúcar.

As atividades de trabalho nos engenhos eram divididas por sexo. Dessa forma, aos homens cabiam as tarefas mais pesadas, desde o desmatamento e corte de lenha, enquanto as mulheres eram aproveitadas no corte da cana e na produção do açúcar, colocadas, principalmente, na moenda, onde duas ou três delas passavam a cana pelos tambores, tarefa muito perigosa e que necessitava de muita habilidade e atenção. Não eram raras as vezes em que, por descuido ou cansaço, tinham a mão, o braço ou até mesmo o corpo inteiro esmagado.

Cabia ainda às mulheres levar o bagaço da cana para alimentar os animais, enquanto outras tiravam o caldo e levavam para a casa das caldeiras. Não menos perigosas eram as atividades na casa de purgar, onde o caldo da cana era fervido, engrossado e enformado em recipientes untados e apropriados para a produção até a embalagem do açúcar.

Trabalhava-se quase 20 horas por dia, divididas em dois turnos; o do dia e o da noite. Aproximadamente 25 escravos trabalhavam, por turno, nas atividades de moagem da cana-de-açúcar e cozimento do caldo. Para que os engenhos funcionassem adequadamente, precisavam de 60 a 80 escravos no total.

3.11 Etapas para se obter a abolição oficial jurídica da escravatura brasileira

Durante o período de três séculos (século XVI a XVIII) a escravidão foi aceita e praticada sem que as classes dominantes questionassem a legitimidade do cativeiro. Muitos justificavam que a escravidão era uma forma de retirar os negros da ignorância em que viviam e serem convertidos ao cristianismo. Assim, a conversão libertava os negros do pecado e abria a porta da salvação eterna.

No processo histórico das principais Leis de caráter abolicionistas anteriores a lei Áurea, pode-se citar:

A Lei Eusébio de Queiróz (1850), que considerava a importação de escravos como ato de pirataria, e, desse modo, deveria ser punida. As embarcações envolvidas no comércio ilícito seriam vendidas com toda a carga encontrada a bordo, seu produto entregue aos apresadores, deduzido um quarto para quem denunciasse. Os escravos apreendidos seriam reexportados, por conta do governo, para os portos de origem ou qualquer outro porto fora do império. Enquanto isso não fosse providenciado, os escravos deveriam ser empregados em trabalhos públicos sob tutela do governo. A Lei (581, de 04 de setembro de 1850) ficou também conhecida como Lei para inglês ver:

> A Lei era precisa: declarava livres todos os escravos que, vindos de fora, entrassem em território brasileiro (...) Resultou do compromisso assumido com a Inglaterra (...) pelo qual o Brasil deveria proibir por completo, no prazo de três anos, o tráfico de escravos da Costa da África, considerado pirataria a partir de então. Foi expedida, em 21 de maio de 1883, uma portaria que declarava livres os africanos importados, mandando processar os contrabandistas. Verificada a pouca força de tal portaria, sobreveio a lei de 7 de novembro, que foi também escandalosamente desrespeitada. Daí ter sido chamada de lei para inglês ver. (MOURA, 2004, p. 240).

Lei do Ventre livre (1871). Esta foi, acima de tudo, uma manobra política para acalmar a oposição logo após a guerra do Paraguai. Consistia ainda na libertação dos escravos que nasciam após a data de sua promulgação, mas não suas mães. Assim, os menores ficavam com suas mães até os oito anos, momento em o senhor optava entre receber do Estado uma indenização no valor de 600 mil-réis e utilizar os serviços do menor até 21 anos. Não raras vezes os senhores alteravam a data de nascimento dos cativos na hora da matrícula para poder prorrogar o cativeiro. O reflexo dessa prática tornava o processo de abolição mais lento e controlado.

Da mesma maneira que a lei que proibia o tráfico era manipulada, a Lei do Ventre Livre podia ser facilmente desrespeitada, com a conivência do poder público.

Giacomini (2013), acerca da Lei do Ventre Livre, cita um caso ocorrido em 1881 por um senhor que: em vista da Lei do ventre Livre, acaba de atirar à rua, para morrer, um recém-nascido de escrava sua. Era a terceira vez que assim agia, tendo liquidado anteriormente outros dois filhos da mesma escrava. (A voz do escravo, 01/05/1881).

Lei Saraiva Cotegipe, ou também conhecida como Lei dos Sexagenários (1885): foi contestada desde a época de sua promulgação. Dava liberdade aos escravos acima de 60 anos e não descartava a possibilidade de permanecer na mesma condição até os 65. Sabe-se que a média de vida de trabalho no campo variava de 10 a 15 anos, e que escravos com 30 anos eram frequentemente descritos por seu aspecto senil, cabelos brancos e bocas sem dentes. Os poucos que atingiam a idade de 60 anos significavam um encargo, e não um benefício. Assim, mais uma vez a lei se tornava um instrumento a favor dos senhores, e não dos cativos.

Áurea (1888): a Lei Áurea selava uma sorte inevitável e que estava determinada já fazia algum tempo. Em verdade, quando em 13 de maio de 1888 a princesa Isabel aboliu a escravidão, muitos cativos já haviam conseguido sua liberdade sem terem aguardado o ato.

O texto da lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888 – "Declara extinta a escravidão no Brasil. A Princesa Imperial regente, em nome de sua Majestade o Imperador, o senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

> Artigo 1º: declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.
> Artigo 2º: Revogam-se todas as disposições em contrário.
> Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e exceção da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.
> O secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.
> Dado no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888 - 67º da Independência e do Império. (MOURA, 2004, p.15)

Nota-se que os assuntos relacionados ao negro eram basicamente tratados por órgãos públicos que lidavam com assuntos relacionados à agricultura e ao comércio.

Segundo Chiavenato (2012), a Lei Áurea libertou cerca de 736 mil escravos – cerca de 5,6% da população.

O momento em que se dava a abolição dos escravos no Brasil também resultaria no fim do Império brasileiro, que se deu em 1889.

Segundo Costa:

> Antes mesmo de a abolição ter-se tornado uma aspiração nacional, a escravidão fora condenada, tanto no ponto de vista econômico quanto do ponto de vista moral, nos países mais desenvolvidos. O Brasil era, na segunda metade do século XIX, um dos poucos países onde ainda havia escravos. Mas, nessa época, a escravidão passara a ser identificada com ignorância e atraso e a emancipação, com progresso e civilização. (COSTA, 2010b, p. 128)

Os abolicionistas estavam mais interessados em livrar a sociedade brasileira do vergonhoso regime escravocrata do que em cuidar da sorte dos libertos. Ao conquistar a abolição, conquistava-se também seu objetivo. Não havia medidas visando a integração do ex-escravo na sociedade. Depois da abolição, os libertos foram esquecidos. A preocupação em libertar os brancos do fardo da escravidão era maior do que consentir aos negros os direitos da cidadania.

Em verdade, nos anos que sucederam a abolição, os sonhos de liberdade foram transformados em pesadelo por razões das péssimas condições que tiveram que enfrentar. Os ex-escravos reconheceram que sua luta não havia acabado, caberia a eles próprios se organizarem para alcançar seus objetivos, pois a abolição foi apenas o primeiro passo em busca da tão sonhada liberdade.

Após a abolição da escravatura, os negros foram abandonados à própria sorte, tornaram-se caminheiros descalços e desfalecidos, famintos esfarrapados, sem pátria, sem trabalho, sem apoio e sem esperança, vagando sem Norte e inseridos em uma liberdade falseada e sem nenhum preparo para viver como homens livres, sem acesso a nenhuma oportunidade de inserção à estrutura econômica e social do país.

Assim, aglutinavam-se junto a grupos de movimentos de resistência, como as irmandades, nos terreiros de Candomblé e quilombos, em busca constante de sobreviver e de recuperar a sua identidade e os seus direitos, perdidos ao longo dos anos de escravidão.

De acordo com Gennari (2011), as principais causas da abolição da escravatura seguem 5 aspectos fundamentais:

> 1. Nos interesses econômicos das principais potências capitalistas da época, com ênfase especial para a Inglaterra;
> 2. Nas novas possibilidades de investimento, perante as quais as quantias empatadas na compra e manutenção dos escravos começam a ganhar as cores do desperdício;
> 3. Na política migratória dos países europeus interessados em se livrar dos grandes excedentes de desempregados, cujo descontentamento eleva as tensões sociais;
> 4. Na campanha abolicionista que passa a contar com o apoio de setores da elite, da intelectualidade, das classes médias, dos trabalhadores estrangeiros e de parte das forças antes destinadas à repressão das rebeliões escravas;
> 5. No vertiginoso aumento das fugas dos escravos que dão o tiro de misericórdia no combalido sistema escravista. (GENNARI, 2011, p. 114).

Cabe mencionar que a extinção do escravismo no Brasil depende, em grande parte, das pressões impostas pela Inglaterra. Não houve nenhum outro país que mais se beneficiou e ganhou tanto dinheiro com o tráfico de carne humana ao longo dos séculos XVII e XVIII. Foi no início de 1800 que Londres começa a desfraldar a bandeira da abolição, momento em que já tinha recursos suficientes para financiar a revolução industrial. Dessa forma, setores da burguesia inglesa veem no sistema escravista um sério empecilho à expansão dos seus negócios.

3.12 Contribuição dos negros para o Brasil

Sabe-se que a diversidade cultural e étnica trazida pelos negros africanos para o Brasil enriqueceu o país, resultando em uma mistura de crenças, raças, cor e costumes, constituindo como parte da nossa história, que não pode ser esquecida e nem contada de uma maneira fragmentada. Sabe-se, ainda, que a Lei Áurea foi assinada segundo os interesses políticos, sociais e econômicos que ocasionaram tal decisão.

Gomes (1995) acrescenta que:

> O aluno negro, ao ingressar na escola, além de encontrar a história de sua raça trabalhada de maneira folclorizada, ainda encontra reforços por parte do corpo docente no que diz respeito à negação de sua origem racial (...). (GOMES, 1995, p. 89)

Os africanos influenciaram de maneira profunda a sociedade brasileira e deixaram muitas contribuições importantes para o que se chama atualmente de cultura afro-brasileira.

A influência africana na culinária brasileira: os africanos trazidos para o Brasil foram levados a trabalhar, entre outros serviços, como escravos domésticos. Dentre as várias atividades desempenhadas dentro da casa-grande, fazendas ou casarões, a arte do preparo das refeições era tarefa primordial. Foi dos escravos africanos que vieram as técnicas e os modos de cozinhar os alimentos. Por que não citar gostosas, picantes, cheirosas, apetitosas as variadas guloseimas da mãe preta[21] no fogão?

Uma variedade de produtos foi introduzida no Brasil graças ao comércio realizado com a África, dentre eles o azeite de Dendê, a Banana, o Café, a Pimenta Malagueta, o óleo de Amendoim, a Abóbora, o Quiabo, entre outros. Um dos pratos mais populares no Brasil é o Acarajé, o Vatapá, o Angu, a Mqueca de peixe ou de Camarão, e a Feijoada.

A Feijoada, conhecida como comida de escravos, em 1930 converte-se em prato nacional. A Capoeira, muito reprimida pela polícia no final do século XIX, foi oficializada como modalidade esportiva nacional em 1937. O Samba sai da marginalidade e ganha as ruas. Em 1933 o Futebol, originalmente um esperte inglês, foi sendo associado a negros, momento em que a profissionalização dos jogadores tendeu a mudar a coloração dos clubes futebolísticos. Ainda nesse momento, se dá a escolha de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil. A nova santa, meio branca, meio negra, era mestiça como os brasileiros.

Com o passar do tempo surge o Frevo, uma derivação da capoeira, uma dança coletiva que possui movimentos mais estilizados, sempre executados com uma pequena sombrinha na mão, que auxilia no equilíbrio e também embeleza a coreografia. O Frevo tornou-se símbolo do Carnaval de Pernambuco. Assim como o Frevo, o Maracatu[22] é oura atividade e também representa uma tradição no mesmo estado.

Os Batuques eram praticados em dias de folga do trabalho árduo, em geral aos domingos, dias santos e de festas religiosas. O Batuque era incentivado por muitos proprietários de escravos como forma de evitar um descontentamento que pudesse levar às graves rebeliões. Assim, os africanos e seus descendentes aproveitavam as festas de religiosas, como o Natal, a Quaresma e a Semana Santa,

---

[21] A palavra mãe refere-se exclusivamente a uma relação entre mulher branca e seus filhos. Quando a escrava é a mãe, ela é a mãe-preta, ou seja, ama de leite da criança branca.

[22] Uma espécie de desfile carnavalesco oriundo dos ritmos da congada. A expressão cultural consiste no uso de instrumentos de percussão e remete às cerimônias de coroação dos reis africanos.

para realizar suas específicas manifestações culturais, como a dança, Batuques e capoeiras.

Uma grande contribuição foi a influência africana no Português falado no Brasil. Dado o enorme contingente africano, a língua portuguesa recebeu diversos elementos das línguas africanas. O negro escravo, em terras brasileiras, perdeu sua liberdade, mas não sua cultura.

Cabe ressaltar não apenas as contribuições que o povo africano trouxe para o Brasil, mas um verdadeiro dever necessário para a construção da identidade do povo brasileiro. Darcy Ribeiro (2006), em seu livro *O povo brasileiro*, apresenta um relato sobre as matrizes culturais. No capítulo chamado gestação étnica está uma leitura sobre a contribuição cultural do negro. Segundo Darcy:

> Nenhum povo que passasse por isso com sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios suplicados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os suplicou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a agente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da marginalidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria. A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturados impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, suriciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos (...). (RIBEIRO, 2006, p. 108).

Ressalta-se, ainda, que há uma imprecisão sobre os detalhes da escravidão no Brasil, uma vez que os registros sobre o período escravocrata existentes em arquivos nacionais foram, em sua maioria, queimados no ano de 1890, sob a ordem de Rui Barbosa, então ministro de finanças naquele momento. Assim, registros importantes referentes à vida dos negros no Brasil no período da escravidão foram retirados dos capítulos oficiais da nossa história.

Segundo Chiavenato (2012),

> quando ministro, Rui Barbosa mandou queimar os arquivos da escravidão, para destruir os documentos que comprovariam a posse e evitar processos de indenização, afirmando que “se alguém deve ser indenizado, indenizem os escravos”. Os mais espertos alforriavam os escravos antes da Lei Áurea, com contratos que os obrigavam a ser serviço quando eles se tornassem “livres”. (CHIAVENATO, 2012, 217).

Assim, desde então, uma narrativa romântica que falava de senhores severos, mas paternais, e de escravos submissos e serviçais, encontrou um espaço fértil para vários posicionamentos.

Em síntese, este capítulo apresentou os resultados obtidos da investigação historiográfica a respeito da escravatura brasileira, apresentando-a como uma exploração da mão de obra e do sexo feminino. Tal exploração é realizada com crueldade afim de atender a maior produtividade para se ter maior lucro e maior prazer.

A seguir, é apresentado o capítulo com os resultados obtidos das análises realizadas com o texto *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto. Esses resultados tratam do autor a partir de sua obra e mostram o que foi cancelado, o que foi privilegiado e o que foi exaltado por ele, a partir de suas cognições sociais relativas ao paradigma científico que postulava a abolição da escravatura no mundo, e das cognições sociais familiares que postulava, conservadoramente, a escravatura.

CAPÍTULO 4

SENHORES E ESCRAVOS NEGROS EM *CASA-GRANDE & SENZALA:* REPRESENTAÇÃO ABOLICIONISTA OU ESCRAVOCRATA?

Eita negro!
Quem foi que disse
Que a gente não é gente?
Quem foi esse demente,
Se tem olhos não vê...

Solano Trindade (s/d)

Houve um tempo em que não eras uma escrava, lembra-te disso.
Caminhavas sozinha, alegre, e banhavas-te com o ventre nu.
Dizes que perdeste toda e qualquer lembrança disso, recorda-te...
Dizes que não há palavras para descrevê-lo, dizes que isso não existe.
Mas lembra-te. Faze um esforço e recorda-te.
Ou, se não o conseguires, inventa.
'Les Guérillères'
Monique Witting

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos das análises dos papéis sociais, representados pelo negro e seus senhores em *Casa-Grande & Senzala*. Esses resultados são relativos às seguintes categorias analíticas: 1. Papéis sociais masculinos e femininos, dentro e fora da casa-grande; 2. Castigos e privilégios; 3. A dominação pelo poder do senhor; 4. A representação social do negro e seus senhores em intertextos. Esses resultados apresentados foram obtidos das análises das seleções lexicais e sua adjetivação, a transitividade verbal e sequências oracionais. Neste capítulo, são apresentados apenas os sentidos mais globais das representações em língua existente.

4.1 Papéis sociais masculinos e femininos, dentro e fora da casa-grande

A obra é intitulada pelo seu autor *Casa-Grande & Senzala*. Este título focaliza tanto a casa-grande quanto o que está fora dela, a senzala, apagando o canavial e o engenho. Todavia, a obra privilegia dentro da casa-grande, e, quando se refere a fora dela, o faz de forma muito superficial e ligeira. Dentro da casa-grande se privilegia a mulher escrava, pois o homem é representado em pouquíssimos papéis sociais e de pouca relevância.

4.1.1 Papéis sociais masculinos do escravo

Os resultados das análises indicam que a presença masculina do negro escravo é pequena e com pouca representatividade para a vida na casa-grande:

a. Fora da casa-grande não ocorre, no texto, os papéis sociais dos negros. Raramente é abordado o papel social masculino como mão de obra da lavoura ou engenho, e o feminino existia para auxiliá-lo nas tarefas.

b. Papéis sociais masculinos dentro da casa grande.

De forma geral, esses papéis estão cancelados. As poucas representações que ocorrem do homem negro são para a função de cozinheiro por ter excelente tempero na comida, satisfazendo a gula dos seus senhores; e, representado como músicos e malabaristas, para satisfazer a necessidade de diversão de seus senhores.

4.1.1.1 Cozinheiro

Dentro da casa-grande, as tarefas da cozinha eram consideradas de extrema especialização de escravos. Dessa forma, reservavam para esta tarefa sempre dois e, às vezes, três indivíduos. De ordinário, grandes pretalhonas; às vezes, negros incapazes de serviço bruto, mas sem rival no preparo de quitutes e doces. Negros sempre amaricados, uns até usando por baixo da roupa de homem cabeção picado de renda e enfeitado de cor-de-rosa; e ao pescoço, tetéias de mulher. Foram esses os grandes mestres da cozinha colonial; continuaram a ser os da moderna cozinha brasileira.

Fragmento 1

“Dentro da extrema especialização de escravos no serviço doméstico das casas-grandes, reservaram-se sempre dois, às vezes três indivíduos, aos trabalhos de cozinha. De ordinário, grandes pretalhonas; às vezes, negros incapazes de serviço bruto, mas sem rival no preparo de quitutes e doces. Negros sempre amaricados; uns até usando por baixo da roupa de homem cabeção picado de renda, enfeitado de fita cor-de-rosa; e ao pescoço teteias de mulher. Foram estes, os grandes mestres da cozinha colonial; continuaram a ser os da moderna cozinha brasileira”. (FREYRE, 2006, p. 542).

4.1.1.2 Músicos

Durante a escravidão brasileira, alguns escravos homens, tanto na época colonial quanto no império, são representados como músicos, tanto no coro das

igrejas quanto em bandas de música. Quando crianças, foram meninos de coro nas igrejas.

Fragmento 2

“Os pretos foram músicos na época colonial e do tempo do império. Os moleques, meninos de coro nas igrejas. Várias capelas de engenho tiveram coros de negros; várias casas-grandes, conservando a tradição de mangue *la bote*, mantiveram por deleite dos brancos, bandas de música de escravos africanos”. (FREYRE, 2006, p. 505).

4.1.1.3 Acrobata

Alguns escravos masculinos representam o papel de acrobata, executando difíceis piruetas e saltos ornamentais. Muitos meninos brasileiros devem ter por seu primeiro herói, não nenhum médico, oficial de marinha ou bacharel branco, mas um escravo acrobata que viu executando piruetas difíceis nos circos e bumbas meu boi de engenho; ou um negro tocador de pistom ou de flauta.

Fragmento 3

“Muito menino brasileiro deve ter por seu primeiro herói, não nenhum médico, oficial de marinha ou bacharel branco, mas um escravo acrobata que viu executando piruetas difíceis nos circos e bumbas meu boi de engenho; ou um negro tocador de pistom ou de flauta”. (ibidem, p. 505)

4.2 Os papéis sociais femininos dentro da casa-grande

Os papéis sociais femininos dentro da casa-grande podem ser diferenciados em papel principal e papéis secundários.

4.2.1 o papel social principal: a mucama

O papel social designado “mucama” pode ser representado por diferenças de idade da mulher negra: adolescente, adulta e idosa.

4.3 A representação das negras escravas: o papel social da mucama

Em se tratando dos papéis domésticos femininos desempenhados pelas criadas, as mucamas se singularizavam. Estas eram bem conhecidas pela intimidade que desfrutavam junto à família; muitas se vestiam, luxuosamente, e, por

serem as criadas pessoais, elas realizavam seus papéis para servir diretamente aos membros da família, situando-se ela mesma como um deles.

Assim, deveriam diferenciar-se, em relação às demais negras escravas, pela educação e beleza; pois eram, geralmente, escolhidas entre às que tinham melhor aparência.

Holanda-Ferreira (2009, p. 1368), apresenta a seguinte definição de mucama: “A escrava negra moça ou de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família, e que, por vezes, era a ama de leite”.

Geralmente, o papel social de mucama é representado por uma escrava jovem que servia a sua sinhazinha adolescente, a quem se dedicava e para a qual executava uma série de tarefas, dentre elas: ouvir os segredos da sinhazinha, cuidar dos penteados, broches, vestidos, joias, catar piolho, fazer cafuné e infinitas outras atividades. A mucama era considerada a que mais se beneficiava com seu ofício, se comparado com as outras escravas negras que desempenham a função da limpeza e da lavagem de roupa, enquanto que a mucama de confiança frequentava e transitava os espaços íntimos da casa como as alcovas.

É a negra, adolescente, e na maioria das vezes adulta, que com estima e na intimidade, representa o papel que inicia as meninas nos mistérios do amor. Era a orientadora da área sexual da menina. Tinha ainda a responsabilidade de cuidar e criar os filhos das sinhazinhas por morte de sua senhora no parto ou por despreparo por conta da idade em não saber ou não querer cuidar.

As famílias, dada a necessidade de uma constante companhia vigilante para a sinhazinha, disponibilizavam para esta tarefa uma mucama que acabava, por esta função, dividindo com ela o confinamento dos muros domésticos.

Segundo Freyre (2006, p. 423), “Sabe-se que enorme prestígio alcançaram as mucamas na vida sentimental das sinhazinhas. Pela negra ou mulata de estimação é que a menina se iniciava nos mistérios do amor”.

Acrescenta ainda que:

> Durante o dia a moça ou menina branca estava sempre sob as vistas de pessoa mais velha ou da mucama de confiança. Vigilância que se aguçava durante a noite. À dormida das meninas e moças reservava-se, nas casas-grandes, a alcova, ou camarinha, bem no centro da casa, rodeada de quartos de pessoas mais velhas. (FREYRE, 2006, p. 422).

Seu ofício estava relacionado, diretamente, à boa educação,

> A criação e educação de uma boa mucama deviam ser pautados pelos valores caros à elite senhorial: recato, honestidade, recolhimento. Ela devia, em suma, parecer-se o quanto possível com o grupo no qual ela iria ser inserida. Esse era o preço a ser pago para usar vestidos custosos, adornos de luxo, e desfrutar intimidade doméstica de seus senhores. (SILVA, 2011, p. 232).

O fato do processo de aculturação e sua presença no seio da família e da casa, espaço onde ela transitava, não isentava a mucama de abusos patriarcais e escravistas, "sujeitas mais diretamente aos caprichos da ama e do senhor", e "muito mais fiscalizadas". (COSTA, 1998, p. 297).

Havia, algumas vantagens, também, quando adulta:

> As criadas pessoais – camareiras e amas-de-leite – podiam aspirar a ser recompensadas com afeição ou confiança. [...] Ser uma mucama trazia recompensas tangíveis – entendidas como tais por ambos os lados – em retribuição por um serviço apreciado: podiam receber um atavio ou ornamento que significasse um status especial, como por exemplo, um lenço de seda para atar o cabelo ou um par de chinelas; uma excursão ou, às vezes, até mesmo uma longa viagem [...]; ou, talvez, um casamento com um escravo preferido do patrão. Por serem as mais privilegiadas dentre as criadas, [...] embora fossem escravas, podiam talvez esperar a alforria. (GRAHAM, 1992, p. 61).

Havia uma preocupação exagerada com o comportamento da mucama, pois ela era a mais próxima da sinhá-moça. Esse cuidado também se dava para que a sinhazinha ficasse a salvo da corrupção e dos vícios que os escravos supostamente teriam e, dessa forma, transmitiriam tais elementos corruptores à ingênua sinhá-moça.

A mucama é um personagem que representa vários papéis, por isso seu papel na estrutura social da casa-grande é variado. O próprio Gilberto Freyre sinaliza em sua obra que as mucamas não tinham um papel ou função bem definidos. Ela representa o dominado pelo patronato (o poder) e o governado pela senhora (controle), pois obedece às ordens e suas funções são guiadas pelo poder. Sua senhora na condição de controle e a escrava mucama na condição de dominada e subserviente. Porém, esse controle é passivo para Gilberto Freyre; ele a representa como totalmente submissa.

4.3.1 Quando jovem ou adulta, pode representar o papel de...

O papel de vigilante das sinhazinhas:

Fragmento 4

“Durante o dia a moça ou menina branca estava sempre sob as vistas de pessoa mais velha ou da mucama de confiança. Vigilância que se aguçava durante a noite. À dormida das meninas e moças reservava-se, nas casas-grandes, a alcova, ou camarinha, bem no centro da casa, rodeada de quartos de pessoas mais velhas”. (FREYRE, 2006, p. 422).

O papel de confidente:

Fragmento 5

“A mucama escrava, observou no meado do século XIX o Romancista Joaquim Manuel de Macedo, embora escrava, é ainda mais que o padre-confessor e do que o médico da donzela: porque o padre-confessor conhece-lhe apenas a alma, o médico, ainda nos casos mais graves de alteração da saúde, conhece-lhe imperfeitamente o corpo enfermo, e a mucama conhece-lhe a alma tanto quanto o padre e o corpo mais do que o médico. (FREYRE, 2006, p. 423).

O papel de conhecedora das práticas sexuais e educadora:

Fragmento 6

“Diz-se que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava”. (FREYRE, 2006, p. 398).

Fragmento 7

“Histórias de casamento, de namoros, ou outras, menos românticas, mas igualmente sedutoras, eram as mucamas que contavam às sinhazinhas nos doces avagares dos dias de calor, a menina sentada, à mourisca, na esteira de pipiri, cosendo ou fazendo rendas; ou então deitada na rede, os cabelos soltos, a negra catando-lhe piolho, dando-lhe cafuné; ou enxotando-lhe as moscas do rosto com um abano”. (FREYRE, 2006, p. 424).

O papel de esperteza da escrava para utilizar de sus dotes físicos para atrair, pela sensualidade:

Fragmento 8

“Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens imoderados desejo de possuir o maior número possível de crias”. (FREYRE, 2006, p. 399).

O papel de Procriadora:

Fragmento 9

"O que se queria era que os ventres das mulheres gerassem. Que as negras produzissem moleques". (FREYRE, 2006, p. 399).

O papel de ama de leite e educadora do filho alheio:

Fragmento 10

"(...) sem tempo de criarem nem o primeiro filho. Sem provarem o gosto de ninar uma criança de verdade em vez dos bebês de pano, feitos pelas negras de resto de vestidos. Ficava então o menino para as mucamas criarem. Muito menino brasileiro do tempo da escravidão foi amamentado por negra. Que não aprendeu a falar mais com a escrava do que com o pai e a mãe". (FREYRE, 2006, p. 399).

Fragmento 11

"A tradição brasileira não admite dúvida: para ama-de-leite não há como a negra". (FREYRE, 2006, p. 444).

Fragmento 12

"Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida". (FREYRE, 2006, p. 367).

Fragmento 13

"Os peitos deverão ser convenientemente desenvolvidos, nem rijos nem moles, os bicos nem muito pontudos nem encolhidos, acomodados ao lábio do menino". (FREYRE, 2006, p. 445).

O papel de ama de leite e cuidadora de nhonhô quando: limpa, bonita, forte e sedutora:

Fragmento 14

"A negra ou mulata para dar de mamar a nhonhô, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, às vezes para substituir-lhe a própria mãe – é natural que fosse escolhida dentre as melhores escravas da senzala. Dentre as mais limpas, mais bonitas, mais fortes". (FREYRE, 2006, p. 436).

O papel de ama de leite e contadora de histórias:

Fragmento 15

“Por intermédio das amas de menino, histórias africanas, principalmente de bichos – bichos confraternizando com pessoas, falando como gente, casando-se, banqueteando-se – acrescentaram-se às portuguesas, de Trancoso, contadas aos netinhos pelos avós coloniais – quase todas as histórias de madrastas, de príncipes, gigantes, princesas, pequenos-polegares, mouras-encantadas, mouras-tortas”. (FREYRE, 2006, p. 436).

O papel de ama de leite e ensino da língua:

Fragmento 16

“À figura da ama negra que, nos tempos patriarcais, criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras em português errado, o primeiro “padre-nosso”, a primeira “ave-maria” a”, o primeiro “vote!” ou “oxente”, que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne e molho de ferrugem”, ela própria amolengando a comida - outros vultos de negros se sucediam na vida do brasileiro de outrora”. (FREYRE, 2006, p. 419).

O papel de ama de leite, cuidadora e organizadora doméstica para senhoras jovens:

Fragmento 17

“A esse fato, e não a nenhuma imposição da moda, deve-se atribuir a importância, em nossa organização doméstica, da escrava ama de leite, chamada da senzala à casa-grande para ajudar franzinas mães de quinze anos a criarem os filhos”. **(**(FREYRE, 2006, p. 444).

O papel de boas parideiras e cuidado com a higiene:

Fragmento 18

“Negra ou mulata. Peitos de mulheres sãs, rijas, cor das melhores terras agrícolas da colônia. Mulheres cor de massapê e de terra roxa. Negras e mulatas que além do leite mais farto apresentavam-se satisfazendo outras condições, das muitas exigidas pelos higienistas portugueses do tempo de D. João V. Dentes alvos e inteiros (nas senhoras brancas era raro encontrar-se uma de dentes sãos, e pode-se afirmar, através dos cronistas, das anedotas e das tradições coloniais, ter sido essa uma das causas principais de ciúme ou rivalidade sexual entre senhoras e mucamas). Não serem primíparas. Não terem sardas. Serem mães de filhos sadios e vivedouros”. (FREYRE, 2006, p. 444-445).

O papel de quem cuida da higiene:

Fragmento 19

"Não nos parece justo acusar a negra quituteira, cozinheira ou criada de copa, de suja ou descuidada, no preparo da comida ou na higiene doméstica. Um tabuleiro de bolo de negra quituteira chega a brilhar de limpeza e de alvura de toalha. A cozinheira da casa-grande brasileira dos tempos coloniais não foi decerto nenhum modelo de higiene". **(**FREYRE, 2006, p. 550).

O papel de ama de leite e transmissora de sífilis:

Fragmento 20

"É igualmente de supor que muita mãe negra, ama de leite, tenha sido contaminada pelo menino de peito, alastrando-se também por esse meio, da casa-grande à senzala, a mancha de sífilis". (FREYRE, 2006, p. 400).

Fragmento 21

"As negras amas de leite "não poderiam se entregar ao aleitamento mercenário sem atestações ou exames de sanidade pelo médico competente": mas também "teriam o direito de reclamação sobre os pais ou tutores dos meninos que lhes houvessem comunicado a moléstia sifilítica". (FREYRE, 2006, p. 400).

O papel de vigilante das sinhazinhas:

Fragmento 22

"Durante o dia a moça ou menina branca estava sempre sob as vistas de pessoa mais velha ou da mucama de confiança. Vigilância que se aguçava durante a noite. À dormida das meninas e moças reservava-se, nas casas-grandes, a alcova, ou camarinha, bem no centro da casa, rodeada de quartos de pessoas mais velhas". (FREYRE, 2006, p. 422).

O papel de cuidadora e educadora das crianças brancas:

Fragmento 23

"A negra ou mulata para dar de mamar a nhonhô, para niná-lo, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, às vezes para substituir-lhe a própria mãe – é natural que fosse escolhida dentre as melhores escravas da senzala". (FREYRE, 2006, p. 436).

O papel de objeto de prazer sexual dos filhos do senhor:

Fragmento 24

"Em outros vícios escorregava a meninice dos filhos do senhor de engenho; nos quais, um tanto por efeito do clima e muito em consequência das condições da vida criadas pelo sistema escravocrata, antecipou-se sempre a atividade sexual, através de práticas sadistas e bestiais. As primeiras vítimas eram os moleques e animais domésticos; mais tarde é que vinha o grande atoleiro de carne: a negra ou mulata. Nele é que se perdeu, como em areia gulosa, muita adolescência insaciável". (FREYRE, 2006, p. 455).

O papel de objeto de exploração sexual:

Fragmento 25

"Em nenhuma das modinhas antigas se sente melhor o visgo de promiscuidade nas relações de sinhô-moços das casas-grandes com mulatinhas das senzalas. Relações com alguma coisa de incestuoso no erotismo às vezes doentio". (FREYRE, 2006, p. 424).

O papel de iniciadora sexual dos filhos de seu senhor:

Fragmento 26

"Daí fazer-se da negra ou mulata a responsável pela antecipação de vida erótica e pelo desbragamento sexual do rapaz brasileiro". (FREYRE, 2006, p. 455).

O papel de objeto de prazer sexual dos filhos do senhor:

Fragmento 27

"Não seria extravagância nenhuma concluir, deste e de ouros depoimentos, que os pais, dominados pelo interesse econômico dos senhores de escravos, viram sempre com olhos indulgentes e até simpáticos a antecipação dos filhos nas funções genésicas: facilitavam-lhes a precocidade de garanhões. Referem as tradições rurais que até mães mais desembaraçadas empurravam para os braços dos filhos já querendo ficar rapazes e ainda donzelos, negrinhas ou mulatinhas capazes de despertá-los da aparente frieza ou indiferença sexual". (FREYRE, 2006, p. 455 – 456).

Fragmento 28

“O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo não: ordem”. (FREYRE, 2006, p. 456).

Fragmento 29

“Ninguém nega que a negra ou a mulata tenha contribuído para a precoce depravação do menino branco da classe senhoril; mas não por si, nem como expressão de sua raça ou do seu meio-sangue: como parte de um sistema de economia e de família: o patriarcado brasileiro”. (FREYRE, 2006, p. 457).

Fragmento 30

“Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem”. (FREYRE, 2006, p. 367).

Fragmento 31

“Conhecem-se casos no Brasil não só de predileção, mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negra”. (FREYRE, 2006, p. 368).

Fragmento 32

“a pureza das senhoras brasileiras do tempo da escravidão, que muita dessa castidade e dessa pureza manteve-se à custa da prostituição da escrava negra; à custa da tão caluniada mulata; à custa da promiscuidade e da lassidão estimulada nas senzalas pelos próprios senhores brancos”. (FREYRE, 2006, p. 539).

O papel de cuidadora e conselheira:

Fragmento 33

“Sabe-se que enorme prestígio alcançaram as mucamas na vida sentimental das sinhazinhas. Pela negra ou mulata de estimação é que a menina se iniciava nos mistérios do amor”. (FREYRE, 2006, p. 423).

O papel de corruptora:

Fragmento 34

“Nós, uns inocentinhos: elas, uns diabos dissolvendo-nos a moral e corrompendo-nos o corpo”. (FREYRE, 2006, p. 462).

O papel de confidente:

Fragmento 35

“A mucama escrava, observou no meado do século XIX o Romancista Joaquim Manuel de Macedo, embora escrava, é ainda mais que o padre-confessor e do que o médico da donzela: porque o padre-confessor conhece-lhe apenas a alma, o médico, ainda nos casos mais graves de alteração da saúde, conhece-lhe imperfeitamente o corpo enfermo, e a mucama conhece-lhe a alma tanto quanto o padre e o corpo mais do que o médico. (FREYRE, 2006, p. 423).

O papel de transmissora de doença:

Fragmento 36

“É claro que, sifilizadas – muitas vezes ainda impúberes – pelos brancos seus senhores, as escravas tornaram-se, por sua vez, depois de mulheres feitas, grandes transmissoras de doenças venéreas entre brancos e pretos. O que explica ter se alagado de gonorreia e de sífilis a nossa sociedade do tempo da escravidão”. (FREYRE, 2006, p. 400).

Fragmento 37

“É claro que, sifilizadas – muitas vezes ainda impúberes – pelos brancos seus senhores, as escravas tornaram-se, por sua vez, depois de mulheres feitas, grandes transmissoras de doenças venéreas entre brancos e pretos. O que explica ter se alagado de gonorreia e de sífilis a nossa sociedade do tempo da escravidão”. (FREYRE, 2006, p. 400).

Fragmento 38

“Mas no ambiente voluptuoso das casas-grandes, cheias de crias, negrinhas, molecas, mucamas, é que as doenças venéreas se propagaram mais à vontade, através da prostituição doméstica – sempre menos higiênica que a dos bordéis”. (FREYRE, 2006, p. 401).

O papel de transmissora da cultura negra:

Fragmento 39

“A linguagem infantil também aqui amoleceu ao contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana”. (FREYRE, 2006, p. 414).

Fragmento 40

“A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as silabas moles”. (FREYRE, 2006, p. 414).

Fragmento 41

“Amolecimento que se deu em grande parte pela ação da negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco”. (FREYRE, 2006, p. 414).

O papel de mandingueiras:

Fragmento 42

“Muita africana conseguira impor-se ao respeito dos brancos; umas, pelo temor inspirado por suas mandingas; outras, como as Minas, pelos seus quindins e pela sua finura de mulher. Daí uma minoria delas conquistado para si uma situação quase idêntica à que o moralismo parcial dos jesuítas só soubera assegurar para as índias. Situação de “caseiras” e “concubinas” dos brancos; e não exclusivamente de animais engordados nas senzalas para gozo físico dos senhores e aumento do seu capital-homem”. (FREYRE, 2006, p. 401).

O papel de transmissora da cultura negra por feitiçarias:

Fragmento 43

“Mas o grosso das crenças e práticas da magia sexual que se desenvolveram no Brasil foram coloridas pelo intenso misticismo do negro; algumas trazidas por ele da África, outras africanas apenas na técnica, servindo-se de bichos e ervas indígenas. Nenhuma mais características que a feitiçaria do sapo para apressar a realização de casamentos demorados”. (FREYRE, 2006, p. 408).

O papel de transmissora da cultura negra nas crendices sexuais:

Fragmento 44

“O sapo tornou-se também, na magia sexual afro-brasileira, o protetor da mulher infiel que, para enganar o marido, basta tomar uma agulha enfiada em retrós verde, fazer com ela uma cruz no rosto do indivíduo adormecido e coser depois os olhos do sapo. Poe outro lado, para conservar o amante sob seu jugo precisa apenas a mulher de viver com um sapo debaixo da cama, dentro de uma panela. Neste caso, um sapo vivo e alimentado a leite de vaca”. (FREYRE, 2006, p. 408).

Fragmento 45

“Foi a perícia no preparo de feitiços sexuais e afrodisíacos que deu tanto prestígio a escravos macumbeiros junto a senhores brancos já velhos e gastos”. (FREYRE, 2006, p. 408).

O papel de transmissora da cultura negra nas crendices e Superstições:

Fragmento 46

“Não devemos esquecer o papel importante que chegou a representar o café na magia sexual afro-brasileira. Há mesmo no Brasil a expressão “café mandingueiro”. Trata-se de um café com mandinga dentro: muito açúcar e “alguns coágulos de fluxo catamenial da própria enfeitiçante”. Antes filtro amoroso do que mandinga. Mas um filtro amoroso como não se pode imaginar outro mais brasileiro: café bem forte, muito açúcar, sangue de mulata. Há outra técnica: a de coar-se o café na fralda de uma camisa com que tenha dormido a mulher pelo menos duas noites consecutivas. Este café deve ser bebido pelo homem duas vezes, uma no almoço, outra no jantar. Aliás a fralda suja de camisa de mulher entra na composição de muita mandinga de amor, como entram outras coisas nojentas. Pelos de sovaco ou das partes genitais. Suor. Lágrimas. Saliva. Sangue. Aparas de unhas. Esperma”. (FREYRE, 2006, p. 409).

O papel de transmissora da cultura negra para o excesso de sensualidade e no preparo de venenos para eliminar os brancos:

Fragmento 47

“É verdade que muito senhor de engenho, já sem força para dar conta dos haréns de negras e mulatas, teve os dias encurtados pelo uso de beberagens afrodisíacas preparadas por pretos mandingueiros. Também houve quem morresse de “coisas feitas” e de veneno africano.” (FREYRE, 2006, p. 440).

O papel de professora de erotismo através da música popular:

Fragmento 48

“Modinhas e canções, era ainda com as mucamas que as meninas aprendiam a cantar – essas modinhas coloniais tão impregnadas do erotismo das casas-grandes e das senzalas; do erotismo dos ioiôs nos seus derreios pelas mulatinhas de cangote cheiroso ou pelas priminhas brancas”. (FREYRE, 2006, p. 424).

O papel de mulher para os colonos brancos:

Fragmento 49

“O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África “donas de casa” para seus colonos sem mulher branca (...)”. (FREYRE, 2006, p. 391).

O papel de transmissora da cultura negra da senzala:

Fragmento 50

“Mesmo a língua falada conservou-se por algum tempo dividida em duas: uma, das casas-grandes; outra, das senzalas. Mas a aliança da ama negra com o menino branco, da mucama com a sinhá-moça, do sinhozinho com o moleque acabou com essa dualidade. Não foi possível separar a cacos de vidro de preconceitos puristas forças que tão frequente e intimamente confraternizavam”. (FREYRE, 2006, p. 416).

O papel de passividade aparente para sobreviver ao sadismo e histeria das senhoras:

Fragmento 51

“O isolamento árabe em que viviam as antigas sinhá-donas, principalmente nas casas-grandes de engenho, tendo por companhia quase exclusivamente escravas passivas; sua submissão muçulmana diante dos maridos, a quem se dirigiam sempre com medo, tratando-os de “Senhor”, talvez constituíssem estímulos poderosos ao sadismo das sinhás, descarregado sobre as mucamas e as molecas em rompantes histéricos; “passado adiante”, como em certos jogos ou brinquedos brutos. Sadistas eram, em primeiro lugar, os senhores com relação às esposas”. (FREYRE, 2006, p. 421).

O de quem executa práticas de medicina popular e profissões:

Fragmento 52

“A arte de sangrar, exerceram-na no Brasil colonial e do tempo do Império escravos africanos, que foram também barbeiros e dentistas; e o mister de parteiras, exerceram-no ao lado de brancas e caboclas boçais, negras nas mesmas condições; todas apelidadas de *comadres*. *Comadres* que, além de partejarem, curavam doenças ginecológicas por meio de bruxedos, rezas, benzeduras. As casas que habitavam tinham à porta uma cruz branca. E elas quando saíam a serviço, era debaixo de uns mantos ou xales compridos, como umas côcas; muitas “levando debaixo das matilhas cartas de alcoviteiras, feitiços e puçangas”; algumas conduzindo também, “a abandonar nas ruas e recantos, os produtos das práticas ilícitas e criminosas a que essa profissão se presta e a que sem escrúpulos se entregavam”. (FREYRE, 2006, p. 446).

O papel de transmissor de cultura negra na gastronomia brasileira:

Fragmento 53

“O escravo africano dominou a cozinha colonial, enriquecendo-a de uma variedade de sabores novos”. (FREYRE, 2006, p. 541-542).

O papel de transmissão cultural e Inovadora na cozinha brasileira:

Fragmento 54

“No regime alimentar brasileiro, a contribuição africana afirmou-se principalmente pela introdução do azeite de dendê e da pimenta-malagueta, tão característicos da cozinha baiana; pela introdução do quiabo; pelo maior uso da banana; pela grande variedade da maneira de preparar a galinha e o peixe”. (FREYRE, 2006, p. 542).

O papel representado pela escrava negra:

Fragmento 55

“A maioria era usada como exclusivamente animais engordados nas senzalas para gozo físico dos senhores e aumento do seu capital-homem”. (FREYRE, 2006, p. 516).

Fragmento 56

“O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo não, ordem”. (FREYRE, 2006, p. 456).

Fragmento 57

“Ninguém nega que a negra ou mulata tenha contribuído para a precoce depravação do menino branco da classe senhoril (...)”. (FREYRE, 2006, p. 457).

Quando idosa, representa o papel de ama preta ou ama seca:

Fragmento 58

Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a benção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleeiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos de casa, havia de supô-las senhoras bem-nascidas; nunca ex-escravas vindas da senzala”.

O papel, quando velha pretalhona, de delatora e fuxiqueira, tanto das negras escravas quanto das brancas - idosa:

Fragmento 59

“E se as mucamas e moleques foram quase sempre aliados naturais dos filhos contra os “senhores pais”, das mulheres de quinze anos contra os “senhores maridos” de quarenta e cinquenta, de sessenta e setenta, houve casos de escravas enredeiras e fuxiquentas, uma delatoras, outras que pro vingança inventavam histórias de namoro das sinhá-moças ou das sinhá-donas. De modo que estas deviam estar sempre prevenidas; e nunca considerarem sozinhas, nem mesmo para inocentes namoros de leque, de lenço ou de recados trazidos pelas negras boceteiras”. (FREYRE, 2006, p. 510).

O papel de mãe pretalhona Alforriadas:

Fragmento 60

Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a benção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleeiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos de casa, havia de supô-las senhoras bem-nascidas; nunca ex-escravas vindas da senzala”. (FREYRE, 2006, p. 435).

O papel de pretalhona contadora de história:

Fragmento 61

“da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado”. (FREYRE, 2006, p. 413).

Fragmento 62

“Foram as negras que se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias”. (FREYRE, 2006, p. 367).

Fragmento 63

“Negras que andavam de engenho em engenho contando histórias às outras pretas, amas dos meninos brancos”. (FREYRE, 2006, p. 413).

Assim, o papel da mucama na casa-grande, que é o espaço da família, é representado com um certo respeito e prestígio pelo espaço social que ocupa em relação aos demais escravos que estão fora da casa-grande, considerados objetos coisificados e, consequentemente, pertencentes a outro espaço, ou seja, à senzala, à plantação e ao engenho. Dessa forma, o papel de mucama é assumido pela negra escrava ao ascender da senzala para casa-grande. Na maioria das vezes, devido ao relevante papel representado pela mucama, esta negra escrava era considerada como membro da família, segundo o critério de afetividade e não por consanguinidade.

Dessa forma, a negra atuava como partícipe da família, não exercendo, qualquer ação deliberativa, apenas desempenhando uma função determinada em um espaço determinado pelos seus senhores, pois não tomava decisões, não era um sujeito deliberador, mas submisso. Nesse contexto, era mais poupada, em algumas situações, e, dependendo de seus senhores, gozava de privilégios e, em relação às demais escravas, às vezes, eram poupadas de castigos mais severos. Gozava de alguns privilégios como comer na casa-grande, não trabalhar em serviços braçais ou na lavoura, usava joias e geralmente estavam sempre adornadas.

Gilberto Freyre, ao escrever *Casa-Grande & Senzala,* constrói-a a partir do seu ponto de vista, que é guiado pelo do senhorio açucareiro pernambucano. Assim,

a casa-grande é o local onde o senhor com sua família está situado, incluindo a negra que também é parte dessa família.

A mucama representa um papel avaliado positivamente. Ela é intima da família e de estima dos seus senhores. Por ser colaboradora, ela passa a fazer parte de família e é considerara, por sua senhora, indispensável. Mas, devido à sua beleza saudável e sua sensualidade, a mucama passa a ser considerada rival, por sua senhora, perdendo a estima; por essa razão, torna-se objeto de castigo violento realizado com sadismo e crueldade. O desenvolvimento físico da escrava adolescente marcava a passagem de animal de estimação para objeto sexual, momento esse em que as consequências eram inevitáveis na relação senhora e escrava. Assim, por ser a escrava objeto de desejo sexual dos brancos e seu corpo usado como estupro institucionalizado fez classificar a negra escrava como objeto sexual e, consequentemente, impronunciáveis sentimentos de inveja por parte das senhoras.

Dada as devidas particularidades, a senhora era considerada a versão feminina do feitor. Sua função era a de administradora dos escravos da casa-grande, ou seja, o controle sobre o trabalho forçado dos escravos domésticos.

No que diz respeito à relação da mucama e os filhos da senhora, caracterizava-se como papel positivo, pois há estima tanto por parte da mucama quanto das crianças, embora não sejam seus filhos. Os papéis representados pela mucama, ainda nessa relação, são de confidente, educadora, amiga entre outros.

No caso do senhor, ele avalia a mucama de forma positiva por sua sensualidade, sua beleza e sedução que a torna objeto de desejo.

O papel representado pelo patrão é fora da casa-grande. Dentro, ele delega à senhora o papel de premiar e castigar os escravos, sendo, portanto, omisso. Dentro da casa-grande o papel do senhor é de depravado, libertino e dominado pela necessidade, na maioria das vezes, depravada e apenas por prazer sexual. Ele representa o papel de seduzido pela sensualidade erótica da escrava negra. A título de exemplificação, apresenta-se o seguinte fragmento:

Fragmento 64

> “Cada branco de casa-grande ficou com duas mãos esquerdas, cada negro com duas mãos direitas. As mãos do senhor só servindo para desfiar o rosário no terço da Virgem; para pegar as cartas de jogar; para tirar rapé das bocetas ou dos

corrimboques; para agradar, apalpar amolegar os peitos das negrinhas, das mulatas, das escravas bonitas dos seus haréns". (FREYRE, 2006, p. 518).

4.3.2 O papel de senhor tanto de agente de ações brutais quanto de agente de ações amorosas

Transmissor de doenças para senzala:

Fragmento 65

"É preciso notar que o negro se sifilizou no Brasil. Um ou outro viria já contaminado. A contaminação em massa verificou-se nas senzalas coloniais. Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram de lues as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres da sífilis das cidades. Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sifilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem". (FREYRE, 2006, p. 399-400).

Abuso sexual e sadismo:

Fragmento 66

"Não era o negro, portanto, o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores. Não era a "raça inferior" a fonte de corrupção, mas o abuso de uma raça por outra. Abuso que explicava conformar-se a servil com os apetites da todo-poderosa. E esses apetites estimulados pelo ócio". (FREYRE, 2006, p. 402).

Fragmento 67

"Nas condições econômicas e favoráveis ao masoquismo e ao sadismo criadas pela colonização portuguesa – colonização, a princípio, de homens quase sem mulher - e no sistema escravocrata de organização agrária do Brasil; na divisão da sociedade em senhores todo-poderosos e em escravos passivos é que devem procurar as causas principais do abuso de negros por brancos, através de formas sadistas de amor que tanto se acentuaram entre nós; e em geral atribuídas à luxúria africana". (FREYRE, 2006, p. 404).

Em outros termos, o senhor é representado como quem não tem estima pelo negro, apenas pela negra que o seduzisse. Ele não tem amigo negro. O negro homem é apenas servidor braçal para grande produtividade e maior lucro. De estima é quem presta serviço a senhora. A senhora é representada como quem tem estima,

pela escrava que lhe presta serviço e lhe é fiel. Quando a escrava se torna uma ameaça para ela, por ser objeto de desejo do senhor, a mucama negra torna-se objeto de crueldades e sadismo.

Desse modo, a mucama é avaliada tanto como colaboradora quanto adversária por sua senhora.

4.3.3 O papel da senhora como adversária, caracterizado pelo sadismo e crueldade de seu tratamento com a escrava negra

Fragmento 68

“Quanto maior crueldade das senhoras que dos senhores no tratamento dos escravos é fato geralmente observado nas sociedades escravocratas”. (FREYRE, 2006, p. 420).

Fragmento 69

“ e ainda outras mandando arrancar dentes de escravas por qualquer desconfiança de xumbergação do marido com as negras”. (FREYRE, 2006, p. 428).

Fragmento 70

“Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro de compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhe cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou orelhas. Toda uma série de judiarias”. O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. “O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher”. (FREYRE, 2006, p. 421).

Cabe ressaltar que a senhora branca representa o papel de reprodutora para perpetuar o poder senhorio e de herdeira para ampliar o poder financeiro, político e patrimonial do senhor de engenho. Já as escravas, são representadas como objeto para satisfazer os desejos sexuais do patrão, bem como ventre procriador e multiplicador do rebanho escravo de seus senhores.

Por muito tempo mulher branca manteve sua castidade às custas da negra, atribuindo o papel da escrava como objeto de prazer sexual do senhorio.

Fragmento 71

“a pureza das senhoras brasileiras do tempo da escravidão, que muita dessa castidade e dessa pureza manteve-se à custa da prostituição da escrava negra; à custa da tão caluniada mulata; à custa da promiscuidade e da lassidão estimulada nas senzalas pelos próprios senhores brancos”. (FREYRE, 2006, p. 539).

Dessa forma, a mucama, pela disposição e pertença de seu senhor, era usada, também, como deleite e objeto de caprichos dos patrões. Não raras vezes, os homens não podendo ter relações descompromissadas com as moças brancas de família, se deleitavam-se à custa da prostituição da negra.

Em síntese, a rivalidade da senhora pela escrava propicia que esta deixe de ser representada como colaboradora, perdendo o papel de membro da família para se tornar objeto de punição. O papel representado pelo senhor é o de omissão, pois não participa das punições impostas pela senhora dentro da casa-grande.

Logo é o mandonismo da senhora que determina a estrutura da família na escravatura. Essas representações são ideológicas, na medida em que discriminam socialmente a figura da negra escravizada e coisificada: **a.** pela classe que manipula e legitima o poder econômico, político e ideológico; **b.** pelos papéis desempenhados pelas negras escravas ocupando um lugar de humilhação, servidão e obediência, embora sejam representadas pela esperteza para poderem sobreviver à condição de coisa, imposta a ela.

4.3.4 Outros papéis secundários representados pela escrava na casa-grande

Os papéis secundários representados pelas escravas dentro da casa-grande são: o de cozinheira, de arrumadeira, de faxineira, bordadeira, engomadeira e de lavadeira. São papéis considerados secundários, porém gozavam de privilégios por serem incorporados ao espaço da senhora, ou seja, à esfera doméstica.

4.4 Castigos e privilégios

A desobediência e a rivalidade eram castigadas com crueldade. Os privilégios eram concedidos às escravas negras por suas funções de auxiliar a sua senhora, com fidelidade. À senhora era delegado pelo senhor o poder de reger o cotidiano de dentro da casa-grande. Por isso, competia a ela castigar ou privilegiar seus escravos.

4.4.1 Os castigos

Os castigos impostos pela senhora, geralmente, são relativos por ela se sentir ameaçada pela sensualidade, pela juventude e beleza física da escrava.

Fragmento 72

“Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro de compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhe cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou orelhas. Toda uma série de judiarias”. O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. “O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher”. (FREYRE, 2006, p.421)

4.4.2 Privilégios

Os privilégios doados pela senhora eram para agradecer a suas escravas pelo serviço prestados, por elas, aos membros de sua família.

Fragmento 73

“Sabe-se que enorme prestígio alcançaram as mucamas na vida sentimental das sinhazinhas. Pela negra ou mulata de estimação é que a menina se iniciava nos mistérios do amor”. (FREYRE, 2006, p.423).

Fragmento 74

“(...) sem tempo de criarem nem o primeiro filho. Sem provarem o gosto de ninar uma criança de verdade em vez dos bebês de pano, feitos pelas negras de resto de vestidos. Ficava então o menino para as mucamas criarem. Muito menino brasileiro do tempo da escravidão foi amamentado por negra. Que não aprendeu a falar mais com a escrava do que com o pai e a mãe”. (ibidem, p.433)

Fragmento 75

“A mucama escrava, observou no meado do século XIX o Romancista Joaquim Manuel de Macedo, embora escrava, é ainda mais que o padre-confessor e do que o médico da donzela: porque o padre-confessor conhece-lhe apenas a alma, o médico, ainda nos casos mais graves de alteração da saúde, conhece-lhe imperfeitamente o corpo enfermo, e a mucama conhece-lhe a alma tanto quanto o padre e o corpo mais do que o médico. (FREYRE, 2006, p.423)

Fragmento 76

“A negra ou mulata para dar de mamar a nhonhô, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, às vezes para substituir-lhe a própria mãe – é natural que fosse escolhida dentre as melhores escravas da senzala. Dentre as mais limpas, mais bonitas, mais fortes”. (FREYRE, 2006, p. 436)

Fragmento 77

“À figura da ama negra que, nos tempos patriarcais, criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras em português errado, o primeiro “padre-nosso”, a primeira “ave-maria”, o primeiro “vote!” ou “oxente”, que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne e molho de ferrugem”, ela própria amolengando a comida - outros vultos de negros se sucediam na vida do brasileiro de outrora”. (FREYRE, 2006, p. 419)

Fragmento 78

“A esse fato, e não a nenhuma imposição da moda, deve-se atribuir a importância, em nossa organização doméstica, da escrava ama de leite, chamada da senzala à casa-grande para ajudar franzinas mães de quinze anos a criarem os filhos”. (FREYRE, 206, p. 444)

Fragmento 79

“Negra ou mulata. Peitos de mulheres sãs, rijas, cor das melhores terras agrícolas da colônia. Mulheres cor de massapê e de terra roxa. Negras e mulatas que além do leite mais farto apresentavam-se satisfazendo outras condições, das muitas exigidas pelos higienistas portugueses do tempo de D. João V. Dentes alvos e inteiros (nas senhoras brancas era raro encontrar-se uma de dentes sãos, e pode-se afirmar, através dos cronistas, das anedotas e das tradições coloniais, ter sido essa uma das causas principais de ciúme ou rivalidade sexual entre senhoras e mucamas). Não serem primíparas. Não terem sardas. Serem mães de filhos sadios e vivedouros”. (FREYRE, 2006, p. 445)

4.5 A dominação pelo poder

Na Tipologia Ideal de Dominação, Weber propõe os seguintes tipos: o patriarca, o burocrata, carismático. Na obra casa-grande & Senzala, a dominação pelo poder é realizada pelo senhorio, o patrão, pois é ele quem controlava a sociedade rural da época, de forma a dominá-la como burocrata. Quando o poder da

dominação é executado por outro papel, tal poder é, simplesmente, delegado pelo senhor de engenho.

Ele manda na igreja, nos demais senhores, que gozam de menor prestígio diante da sociedade, nos políticos e é isso que está em suas cognições sociais.

Fragmento 80

“Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro de compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhe cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou orelhas. Toda uma série de judiarias”. O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. “O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher”. (FREYRE, 2006, p. 421)

No fragmento acima, é possível afirmar que o poder/autoridade das [...senhoras de engenho contra escravos inermes], das [Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos...], das [Baronesas já de idade...], bem como das [Outras que espatifavam...] reside no livre arbítrio do senhor de engenho em concede-lo, ainda que momentaneamente. Isto se justifica por conta da promiscuidade entre o dono do engenho e suas escravas, que o deixava vulnerável aos ciúmes da esposa, independentemente da posição hierárquica que ele ocupava na estrutura da Casa-Grande.

Sendo assim, por conta das características apresentadas no recorte analisado, é correto caracterizar o senhor de engenho como patriarca reformista.

Fragmento 81

“Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias”. (FREYRE, 2006, p.399)

O fragmento acima exemplifica o tipo de dominação burocrática, já que apresenta o senhor de engenho como empresário em busca do sucesso para seu empreendimento, preocupado em ampliar seus lucros através da multiplicação de

seu “rebanho”, ainda que tal multiplicação incluísse os frutos de suas aventuras sexuais com as escravas.

Fragmento 82

“Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América”. FREYRE, 2006, p. 435

Neste exemplo, o senhor de engenho é mostrado como o burocrata (Empresário) que tem boa relação com os funcionários que laboram próximos a si.

Fragmento 83

“A casa-grande fazia subir da senzala para os serviços mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas da casa”. (FREYRE, 2006, p. 435

Neste caso, o senhor de engenho também age como o pai que se preocupa com seus filhos (ainda que não pudessem ser reconhecidos por legitimidade), caracterizando-se como o patriarca conservador, já que tem suas bases tipológicas associadas à tradição (área objetiva).

Fragmento 84

“Alguns senhores mandavam dizer missa por alma dos escravos de estimação; enfeitavam-lhes as sepulturas de flores; choravam com saudade deles como se chora com saudade de um amigo ou de um parente querido”. (FREYRE, 2006, p. 527).

Aqui é possível identificar dois tipos de poder: 1. O tipo patriarca renovador, e 2. O tipo burocrático.

No primeiro tipo, isso se evidencia quando os senhores, por tradição (conservador), cuidam de dar a um “membro da família” homenagens de todo tipo. Ao mesmo tempo, deve-se observar que, por livre arbítrio (reformista), essa honraria é concedida a um escravo, que, em circunstâncias normais, era abandonado em qualquer lugar e sem qualquer preocupação sanitária. Dessa forma, pela hibridização dos dois tipos, chega-se ao tipo renovador.

No segundo tipo, o burocrata se manifesta na preocupação de quem toma as decisões na hierarquia da estrutura organizacional da Casa-Grande (Enquanto escritório central da estrutura engenho), com os seus funcionários. Em outras palavras, o chefe homenageia, postumamente, os funcionários que se destacaram e contribuíram para o funcionamento e o sucesso do seu empreendimento.

Fragmento 85

"Não seria extravagância nenhuma concluir, deste e de outros depoimentos, que os pais, dominados pelo interesse econômico dos senhores de escravos, viram sempre com olhos indulgentes e até simpáticos a antecipação dos filhos nas funções genésicas: facilitavam-lhes a precocidade de garanhões. Referem as tradições rurais que até mães mais desembaraçadas empurravam para os braços dos filhos já querendo ficar rapazes e ainda donzelos, negrinhas ou mulatinhas capazes de despertá-los da aparente frieza ou indiferença sexual". (FREYRE, 2006, p. 455-456)

4.6 Nos intertextos: pinturas, capas de revistas e anúncios de jornal da época da escravidão

Neste item serão apresentados os resultados das análises de textos construídos com imagens e cores presentes em pinturas de grandes artistas da época, como Vamhargem e Debret. Essas pinturas estão ancoradas na crueldade com os escravos africanos.

Os intertextos foram selecionados de pinturas e capas de revistas relativas à época histórica da escravidão, tratada por Gilberto Freyre; as pinturas são construídas por imagens e cores, ao passo que as capas de revistas são multimodais, ou seja, representadas por imagens, cores e o verbal.

4.6.1 Pintura com imagem e cor

São apresentadas três pinturas, a título de exemplificação.

4.6.1.1 O papel da negra escrava e sua representação como objeto sexual no nordeste patriarcal-escravocrata

Figura 1 – Pintura *Three young men and a black woman*

Fonte: Three young men and a black woman. (van Couwenbergh, 1632)

O texto imagético selecionado é formado por imagem e cor. A título de exemplificação, apresenta-se a imagem de um quadro de autoria do holandês Christiaen van Couwenbergh, pintado na Europa em 1632, intitulado *Three young men and a black woman.* A imagem tematiza o abuso e o sadismo sofrido pela mulher negra no Brasil colonial e disponibilizada no www.google.com.br, bem como fragmentos do texto base.

Fragmentos do texto base:

Fragmento I

“A maioria era usada como exclusivamente animais engordados nas senzalas para gozo físico dos senhores e aumento do seu capital-homem”. (FREYRE, 2006, p. 516).

Fragmento II

“O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo não, ordem”. (FREYRE, 2006, p. 456).

Fragmento III

“Ninguém nega que a negra ou mulata tenha contribuído para a precoce depravação do menino branco da classe senhoril (...)”. (FREYRE, 2006, p. 457).

Na composição da imagem, há à esquerda o sabido, que é a depravação dos filhos do senhorio. Centralizado para a direita está o abuso realizado pelos homens. Nota-se a violência sexual dos rapazes que se utilizam da escrava como objeto sexual. As cores claras dão saliência, a fisionomia sádica dos rapazes. As roupas na cama marcam o local do sacrifício da escrava. O novo é a negra que tenta reagir diante da situação que lhe é imposta. A imagem está ancorada pela crueldade praticadas com os escravos negros africanos.

Gilberto Freyre trata a escrava representando o papel de instrumento de prazer sexual para os filhos de senhor de engenho, porém isso não é tratado com sadismo e crueldade.

Em *Casa-Grande & Senzala,* Gilberto Freyre, interpreta a sociedade escravocrata brasileira, sobretudo, na região Nordeste, e analisa a circunstância econômica da formação patriarcal. O papel da negra escrava e como ela era vista e tratada é um dos pontos para reflexão e análise, sobretudo no que se refere à exploração sexual. Freyre aponta ainda o intercurso sexual entre o senhor e a mulher negra escravizada como uma questão que permeia a situação desfavorável à mulher.

Um ponto indispensável para entender o estigma da mulher negra a partir da objetificação sexual era o fato colocado por Gilberto Freyre de que os meninos, filhos de senhores eram muitas vezes iniciados sexualmente com negras e mulatas.

Faz referência às tradições rurais que até mães mais desembaraçadas empurravam para os braços dos filhos já querendo ficar rapazes e ainda donzelos, negrinhas ou mulatinhas, Freyre (1933).

Justifica-se esse comportamento pelas influências sociais praticadas com os filhos de famílias escravocratas, pois dada a condição de senhor, cercado de escravos e “animais dóceis”, induzia-os a bestialidade e ao sadismo. Dessa forma, essa atmosfera criaria condições favoráveis ao que Freyre coloca como sadismo.

Freyre destaca ainda o ponto de vista da casa-grande que atribuía às mulheres negras da senzala a depravação precoce do menino. Na obra, a negra escrava ainda é citada por alguns publicistas e cientistas brasileiros como uma influência perniciosa, que corrompia os filhos brancos. Ainda, corrompem os costumes dos filhos de seus senhores. A escrava negra sofria, além da violência física e sexual, a violência expressa em assédio moral e cinismo. Corruptora, diz-se, geralmente, que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava.

A negra escrava não servia apenas para iniciação sexual, mas ao longo da vida os senhores encontravam na mulher negra uma amante, mesmo contra a vontade de sua mulher. Não cabia à negra escrava outra coisa senão a condição de ser reprimida pelo homem, o seu senhor. A mulher escravizada era vítima também do ciúme e inveja da senhora branca, o que resultava em mais ações violentas. A maioria era usada, nas palavras de Gilberto Freyre, “exclusivamente animais engordados nas senzalas para gozo físico dos senhores e aumento do seu capital-homem”. (FREYRE, 1933, p. 516). Essa constante sexualidade povoava a colônia, pois a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador. Assim, ainda nas palavras de Gilberto Freyre, não há escravidão sem depravação sexual.

Nesse sistema escravocrata, na maioria das vezes, havia violência e até estupro nas relações sexuais miscigênicas. Por ser dono dos escravos, o senhor de engenho sentia-se totalmente responsável por eles e no direito de fazer o que quisesse. Isso incluía a utilização das negras como mero elemento sexual e para exclusiva satisfação do prazer pessoal.

Dessa forma, as escravas negras eram convertidas em objeto sexual nas mãos de seus senhores, gerando filhos que eles não reconheciam e, portanto, também considerados escravos. Prado Júnior afirma que "a mulher escrava (...) não

ultrapassará o nível primário e puramente animal do contacto sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos". (PRADO JÚNIOR, 1971:343).

As esposas brancas eram usadas apenas para reprodução, enquanto as escravas serviam para a satisfação dos verdadeiros desejos. Os mulatos gerados desta violência no calor tropical eram aproveitados na lavoura, o trabalho braçal era considerado algo desprezível pelos rapazes brancos.

Nas palavras de Freyre, nenhuma casa-grande do tempo da escravidão quis para si a glória de conservar filhos maricas ou donzelões. O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com sua docilidade de escrava: abrindo as pernas ao primeiro desejo do senhor–moço, desejo não, ordem. Nota-se que não há afetividade presente na obra de Gilberto Freyre, mas apenas um sentimento de pertença. Consoante o mesmo autor, não era o negro o libertino, mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores.

Em alguns casos, os senhores chegavam a adotar escravas como suas amantes habituais para prática sexual regada à violência e obrigação de atender à vontade do senhor. De acordo com o comentário de Vainfas a respeito dessas relações sexuais:

> "Misoginia e racismo, eis o tempero das relações pluriétnicas da colonização lusitana no Brasil, malgrado o empenho de Gilberto Freyre em adocicá-las. A tais enlaces sexuais não faltaram ardor e mesmo afeto(...). Mas ao padrão pluriétnico da sexualidade colonial, fiel às hierarquias, não faltaram também a humilhação das mulheres, os estigmas raciais de todo tipo(...). Não faltou, enfim, a violência física, combinada à exploração da miséria, traços essenciais do colonialismo escravocrata e das práticas de poder no Antigo Regime". (DIVERSOS, 1997, p. 241).

Nas palavras de Prado Júnior.:

> "a casa-grande (...) dá lugar à promiscuidade com escravos, as facilidades que proporciona às relações sexuais irregulares e desbragadas, a indisciplina que nela reina, mal disfarçada por uma hipócrita submissão, puramente formal, ao pai e chefe, tudo isto faz a casa-grande ser antes uma escola de vício e desregramento, apanhado a criança desde o berço, que de formação moral". (PRADO JÚNIOR., 1971, p. 351).

Muitos homens, não podendo ter relações descompromissadas com as moças brancas de família, se deleitavam à custa da prostituição da negra.

A representação da negra escrava como objeto sexual, corruptora da moralidade e dos bons costumes, falsamente pregados e empregados no período

patriarcal escravocrata, pautava-se em uma relação de exploração, subserviência e verdadeiros abusos sexuais seguidos de sadismo praticados pelos senhores e outros ilustres representantes sociais, inclusive eclesiásticos.

Por meio da composição e análise do verbal com o visual, representado na imagem de van Couwenbergh, evidencia-se a relação das negras escravas com seus senhores como objetos disponíveis aos prazeres e desmandos de seus donos, pois as negras escravizadas estavam desprotegidas e subjugadas às vontades dos homens sob o amparo das leis e do consentimento por parte da classe dominante. Assim, uma família patriarcal que acolhe seus escravos como membro da família esconde as manifestações sádicas dos homens sobre as mulheres negras.

Essas representações são ideológicas, na medida em que discriminam socialmente a figura da negra escravizada e coisificada: **a.** pela classe que manipula e legitima o poder econômico, político e ideológico; **b.** pelos papéis desempenhados pelas negras escravas ocupando um lugar de humilhação, servidão, obediência e mero objeto sexual para satisfação do prazer pessoal. Não apenas por prazer, mas procriação e interesse na parte mais produtiva da propriedade escrava que era o ventre gerador.

A vontade senhorial era incontestável. Nem mesmo sua família poderia contrariar seus atos, impedi-lo de ter quantas amantes quisesse ou abusar das escravas. O abuso sexual e sentimento de pertença também serviram como um dos sustentáculos da família patriarcal e, por extensão, da sociedade brasileira, pois dessa forma o colono português teria dado conta de ocupar a terra com uma prole mestiça e garantido, assim, o sucesso do empreendimento colonial.

Cabe ressaltar que o papel exercido pela escrava negra permite entender que por muito tempo ela sustentou a castidade da mulher branca e foi usada para garantir o primeiro ato sexual dos meninos. Atribui-se ainda, às negras, a culpa pelos atos impostos e acusações como: depravadas por aliciarem os garotos do engenho, meretrizes que se relacionavam com os homens de família, entre outros termos.

Dessa forma, inúmeras gerações se formaram a partir da miscigenação do negro com o branco, frutos dos abusos sexuais praticados desde os sinhozinhos aos grandes senhores de engenhos e representantes outros da sociedade patriarcal da época. Essa relação social, criada no cenário da escravidão, imortalizou a

representação da negra escrava como objeto sexual de atração e procriação tanto nas imagens quanto no verbal no período escravocrata.

Os resultados apresentados indicam, ainda, que os elementos selecionados, a partir dos textos apresentados, participam de sistemas sociais de cognição (simbólico, interacional e enciclopédico), armazenados na memória de longo prazo das pessoas, após terem sido processados por elas. Todavia, é necessário considerar que a ativação do que está armazenado nem sempre é consciente, pois a Ideologia do Poder, que tem acesso ao público, pelos discursos, passa a dominar a mente das pessoas, levando-as a sustentar essa ideologia por sua reprodução textual, no e pelo discurso, através de argumentos de persuasão.

Em síntese, na interação comunicativa entre as pessoas, todas as práticas sociais e os textos estão inter-relacionados, de algum modo, às formas de conhecimento, representações mentais sociais e individuais que são crenças originadas no social. Logo, são elas que guiam as ações das pessoas no mundo, tanto para manter quanto para modificar, dinamicamente, a memória social.

4.6.2 Texto multimodal: Texto, discurso e multimodalidade em anúncio publicitário para a representação do negro e sua comercialização no mercado de escravos brasileiro

Neste item serão apresentados os resultados das análises de textos construídos com imagens e cores e o verbal presentes em capa de revista, ou seja, textos multimodais. Estes apresentam dificuldades para a sua compreensão, por ter sido o letramento por muito tempo direcionado para o texto verbal, razão essa da necessidade em investigar a produção desses textos. Assim, faz-se necessário trabalhar a composição textual-discursiva e verificar a inter-relação entre imagens e o verbal.

O material analisado é constituído de capas de revista de história do Brasil, tematizadas pela escravatura no Brasil. A título de exemplificação, apresenta-se a imagem de capa da revista impressa “História em Curso” ano II, número 9, também disponibilizada no site www.edminuano.com.br. Trata-se de divulgação científica: discursos científico, jornalístico e propagandístico.

Figura 2 - Capa de Revista - História em curso

Fonte: www.edminuano.com.br

A composição espacial "em cima e embaixo"

No texto exemplificado, a composição espacial segue a distribuição das imagens e cores com o verbal. O texto multimodal selecionado é construído com o quadro, o comércio de negros no Brasil, que está disposto no centro da página; acima e abaixo da fotografia, nesse quadro está o texto verbal. Segundo Kress e van

Leeuwem (1996), o que está em cima representa o “ideal”; em baixo, o concreto, o real. A página é construída com uma estratégia argumentativa de apresentar o sentido mais global que agrupa todos os textos publicados: “Escravidão e Escravismo”.

No alto, o produtor apresenta como manchete a diferença entre as lexias “Escravidão” X “Escravismo”, seguidas de linha fina com informações históricas da escravatura. Embaixo, segundo Kress e van Leeuwen, está situado o concreto, ou seja, fatos ocorridos e vivenciados socialmente:

Segmento 1. “Gangazumba, um rei tão herói quanto Zumbi dos Palmares e até mais valente”. Gangazumba está representado por valor positivo atribuído pela explicitação de adjetivos “famoso e valente” do substantivo adjetivado “um rei herói”.

Segmento 2: política colonial – “como a capitania de São Paulo deixou de existir e se tornou um simples distrito do Rio de Janeiro”. Este segmento explicita uma relação predicativa relativa a perda da existência da capitania de São Paulo que passa a se integrar ao distrito do Rio de Janeiro. Os substantivos selecionados, neste segmento, designam São Paulo em contextos históricos diferentes**. Contexto 1** – tempo anterior: a capitania de São Paulo. **Contexto 2** – tempo posterior: distrito do Rio de Janeiro composto com a inserção com a antiga capitania de São Paulo. A narrativa cronológica está ancorada nas expressões “política colonial”. Argumentativamente, São Paulo é representado como “paciente” da ação política governamental não tendo possibilidades de reagir.

Segmento 3: “68 anos apagados”, este segmento é construído por um substantivo, um adjetivo e um numeral. Estrategicamente o produtor utiliza aspas na expressão “apagados”, para orientar o leitor a reconstruir as ações do poder político brasileiro que com o seu discurso retira da história do Brasil as ações dos senhores de escravos, dos traficantes e dos feitores. O texto síntese inicial “68 anos ‘apagados’” está expandido por uma estratégia argumentativa que orienta o leitor pela seleção de “como se omitiu parte da história...” a construir sentidos atribuindo ao poder político brasileiro a ação de omitir informações a respeito de seus objetivos, interesses e procedimentos.

Segmento 4 – Imposto da capitação: neste seguimento o texto reduzido “imposto da capitação” é relativo ao quinto do ouro, ou seja, o tributo de 20% de sua quantidade total paga à coroa portuguesa. O sistema de imposto por capitação substituiria os quintos permitindo a saída do ouro *in natura* para fora de Minas. Pela

capitação pagariam semestralmente quatro oitavas e três quartos de ouro por cada escravo possuído. Os negros forros para não serem acusados de vadiagem trabalhavam com as próprias mãos e tinham de pagar o mesmo imposto de capitação, assim como os brancos pobres.

Abaixo do texto reduzido está o texto expandido “O tributo que originou o Quilombo do Campo Grande, maior que o Quilombo dos Palmares”.

Todos os segmentos que se encontram abaixo da página representam o concreto, ou seja, o acontecido, experienciado e vivido pelos brasileiros mineradores. O produtor do texto usa a estratégia de redução e expansão de informações para construir para o seu público alvo os sentidos mais globais que se pretende que o leitor construa. Trata-se, portanto, de uma estratégia persuasiva para levar o outro a aceitar a opinião do editor da revista. Tal revista é de divulgação científica que se caracteriza pela inter-relação do discurso da história, discurso jornalístico e discurso propagandístico. Cada um desses discursos é caracterizado por um macroato argumentativo:

- o discurso da História, científico, tem por macroato de fala <<fazer –saber>> as descobertas da pesquisa científica;

- o discurso jornalístico, tem por macroato de fala <<construir a opinião para o público>> a respeito da escravidão e escravismo no Brasil;

- o discurso propagandístico tem por macroato de fala <<fazer o interlocutor ser consumidor>> da opinião e comprar a revista.

A argumentação, no texto multimodal exemplificado, é orientada por esses três macroatos de fala inter-relacionados, de forma a obter o consumo da revista em circulação nacional ao mesmo tempo que se consome a opinião do editor e a descoberta realizada por historiógrafos.

No alto da imagem há o título “Escravidão e Escravismo” que são, em síntese, os segmentos verbais que se encontram abaixo e acima na linha vertical. Estrategicamente, ao se trazer para a página de rosto os segmentos analisados acima, o produtor dessa multimodalidade, argumenta para seduzir o outro a ler o conteúdo da revista, pois cada dos segmentos apresenta um resumo dos capítulos que compõe o volume da revista.

Em outros termos os segmentos que se encontram são organizados pelos moldes do texto jornalístico. Para que haja a construção da opinião ele já encaminha o leitor pela manchete e pela linha fina, de forma a construir, argumentativamente, a

opinião para o leitor. Assim, a linha fina é um texto construído pelas pessoas do corpo da revista e ao construí-lo é transmitido algum valor opinativo. A opinião é uma forma de conhecimento que tem valor positivo ou negativo ao construir o texto para o leitor. A linha fina progride o texto da manchete de forma a persuadi-lo a ler no texto expandido aquilo que o editor quer.

A disposição espacial "No centro"

No centro está situada em toda a dimensão da página o quadro de Debret. Este é expresso pela pintura através de imagens e cores. Distribuídas na linha horizontal de forma a expressar o "dado" e o "novo". Segundo Krees e van Leeuwen (1996) à direita situa-se a informação nova e esta é construída, argumentativamente, por uma saliência em relação ao fundo. À esquerda, o "dado", negros escravos brasileiros que se expande como fundo para a saliência projetada.

O visual expressa os negros sendo comercializados em mercado de escravos brasileiro. No fundo: os negros são representados sem fisionomia delineada estrategicamente utilizando-se de borrões. Nota-se que não se tem nenhum traço ou características físicas que os definam como seres humanos.

Há um negro em pé, ao contrário do demais, esse negro é uma criança e possivelmente não poderia ser comercializado por ser resguardado pela Lei do Ventre Livre. Lei esta imposta de fora para dentro do Brasil pelos ingleses. A criança é representada em pé, com as mãos na cintura olhando para o leitor, de forma a estabelecer com ele uma transitividade argumentativa. As figuras que cercam a criança são representadas como lordes da política inglesa que influenciaram o Brasil. Os lordes, ao contrário dos negros, que assumem a postura subserviente, apontam com autoridade. O olhar dos lordes está fixo um no outro, estabelecendo uma transitividade entre eles e não com o leitor. Nota-se ainda uma fisionomia séria. A transitividade com o leitor é estabelecida pela criança negra.

À direita, de forma a representar um momento histórico relativo à promulgação à Lei do Ventre Livre há a saliência, as imagens dos lordes são representadas como pessoas livres e com fisionomia bem delineada por movimentos, estão bem trajados e representam a classe detentora de um poder econômico e social representado pelos traços físicos e a postura como se posicionam e apontam

com autoridade, ao contrário dos negros escravos que assumem uma postura de subserviência e estão disponíveis no mercado de escravos,

Há uma criança negra em pé, com liberdade adquirida pelo Vente Livre. Essa figura da criança negra compõe mais um elemento do novo.

Os resultados obtidos indicam que a representação do negro no comércio de escravos é uma relação de exploração e subserviência, fica evidente, por meio da composição do verbal com o visual, o seu papel social naquele período. Essas representações são ideológicas, na medida que discriminam socialmente a figura do negro escravizado e coisificado: **a.** pela classe que manipula e legitima o poder econômico, político e ideológico; **b.** pelos papéis desempenhados pelos negros escravos ocupando um lugar de humilhação, servidão e obediência. Acrescenta-se ainda que, Gilberto Freyre, por se tratar da vida dentro da casa-grande cancela ou apaga o mercado de escravos.

Os resultados também indicam que os elementos selecionados pelo produtor participam de sistemas sociais de cognição (simbólico, interacional e enciclopédico), armazenados na memória de longo prazo das pessoas, após terem sido processados por elas. Todavia, é necessário considerar que a ativação do armazenado nem sempre é consciente, pois a ideologia do Poder, que tem acesso ao público, pelos discursos, passa a dominar a mente das pessoas, levando-as a sustentar essa ideologia por sua reprodução textual, no e pelo discurso, por meio de argumentos de persuasão, construções e explicitações opinativas e de complementaridade de sentidos entre o imagético e o verbal.

Em síntese, na interação comunicativa entre as pessoas, todas as práticas sociais e os textos estão inter-relacionados, de algum modo, às formas de conhecimento, representações mentais sociais e individuais que são crenças originadas no social. Logo, são elas que guiam as ações das pessoas no mundo, tanto para manter quanto para modificar, dinamicamente, a memória social.

A escravidão tem se modificado gradualmente e assumido diversas formas, mesmo que assuma fisionomias diferentes, quaisquer que sejam, objetivam apenas a mesma coisa: a dominação. A escravidão enquanto sistema não tem apenas uma fisionomia, mas múltiplas, oriundas da instituição humana em conseguir lucros por todos os meios, sem nenhuma limitação, seja ela material, financeira, econômica, seja do espirito.

Cabe colocar ainda que, após serem vendidos, os negros escravos passavam a pertencer ao seu senhor que tinha, como posse de qualquer objeto ou bem, o direito de utilizá-lo e explorá-lo da forma que lhe conviesse. Ressalta-se que na zona rural, reduto dos engenhos e da sociedade agrária que detinha o poder político e econômico, imperava livre a autoridade senhorial. O senhor, portanto, representava a Igreja, a justiça, a força política e militar. Seu domínio era sem limites, a benevolência, a autoridade, assim como a crueldade tinham ampla oportunidade para agir.

4.6.3 Texto multimodal: A representação do negro no regime escravocrata brasileiro em texto multimodal

O material analisado é constituído de capa de revista de história do Brasil, tematizada pela escravatura brasileira. A revista impressa tem por nome "História em Foco" – História da Escravidão - Ano 2, número 3 – 2017, tendo como texto base uma imagem do artista Jean-Baptiste Debret, intitulada "*O jantar*", também disponibilizada no site www.loja.editoraastral.com.br.

A capa da revista selecionada é composta por um texto multimodal. Há a representação de um quadro que não trata da escravidão, pois esta está centrada na imagem e emoldurada com o verbal, o que não procede, pois o verbal modifica o visual.

Na perspectiva historiográfica, os produtores da revista estão se referindo a qualquer sistema escravocrata brasileiro, mas no intertexto eles citam Debret. Assim, ao analisar a composição dos textos multimodais, deve-se considerá-los como um produto de vários recursos semióticos e, consequentemente, esses podem ser analisados separadamente ou em conjunto, suas partes vistas como interagindo ou afetando as outras.

Figura 3 - Capa de Revista - História em Foco

HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO
HISTÓRIA EM FOCO
Da África ao Brasil, a rota da injustiça
O JANTAR, Jean-Baptiste Debret (séc. XIX)
VIOLÊNCIA NO CATIVEIRO
Os abusos dos senhores eram tolerados pelas autoridades
R$ 9,90
alto astral
7 897710 223620
História em Foco - História da Escravidão - Ano 2, nº 3 - 2017
Desigualdade social
A sinistra herança do regime escravista mantém os afrodescendentes brasileiros à margem de seus direitos

Fonte: Imagem capa revista: História em foco – História da escravidão – Ano 2, nº 3 – 2017

Cognição, sociedade e discurso segundo a vertente sociocognitiva

Para van Dijk (1997), há uma inter-relação entre três categorias, para uma análise crítica do discurso: Sociedade, Discurso e Cognição, pois uma se define pela outra. Nesse sentido, todas as formas de cognição social e individual são construídas no e pelo discurso, em uma dialética, na medida em que o social guia o individual e

este o modifica. A sociedade é constituída de grupos sociais que se diferenciam entre si pelas suas cognições sociais.

Desde que as formas de conhecimento são construções mentais, elas são produzidas na memória de trabalho de longo prazo e armazenadas na memória das pessoas. Kintsc e van Dijk (1983) tratam das estratégias de compreensão discursiva, a partir do modelo de memória por armazéns que diferencia a memórias de curto, de médio e de longo prazo.

O Discurso é definido como uma prática social, selecionada pelo grupo social, cujos textos-produtos estão em uso. van Dijk (1997), ao inserir a categoria Cognição na inter-relação das categorias Sociedade e Discurso, para a ACD, afirma que todas as formas de conhecimento são construídas no e pelo discurso.

No texto exemplificado, a composição espacial segue a distribuição das imagens e cores com o verbal. O texto multimodal selecionado é construído com o quadro do Debret e o texto verbal, a *História da Escravidão – Da África ao Brasil, a rota da injustiça*, que está disposto no centro da página; acima e abaixo da imagem. Segundo Kress e van Leeuwem (1996), o que está em cima representa o “ideal”; embaixo, o concreto, o real. Neste caso, o ideal está presente em “Da África ao Brasil, a rota da injustiça”. E o concreto é a “Desigualdade social” e que veio historicamente da relação dos senhores e escravos.

A capa da revista é construída com uma estratégia argumentativa de apresentar o sentido mais global que agrupa todos os textos publicados: “História da Escravidão”.

Essa revista é da historiografia e o produtor vai utilizar a imagem do Debret, que está modificada pelo historiógrafo, e passa a representar a escravidão como injustiça; violência, que causa desigualdade social e produziu durante todo tempo da escravidão, que foi um período muito grande, uma sinistra herança do regime escravista e até hoje o negro é tratado com preconceito.

O texto tomado é um texto multimodal historiográfico e apresenta a sua composição com os intertextos artísticos e historiográfico. O Visual é artístico e o verbal é historiográfico. O presente texto imagético é contraditório com o texto verbal.

No alto, o produtor apresenta como manchete a diferença entre as lexias “História da Escravidão”, seguidas de linha fina com informações históricas da escravatura. No centro está situado o **segmento 1.** “A violência no Cativeiro – Os abusos dos senhores eram tolerados pelas autoridades”. As várias atrocidades e

perversidades sofridas pelos negros africanos no Brasil eram legitimadas e praticadas pela Igreja, pelos seus senhores e pelas demais autoridades que faziam parte da estrutura social da época.

Embaixo, segundo Kress e van Leeuwen, está situado o concreto, ou seja, fatos ocorridos e vivenciados socialmente. **Segmento 2.** “Desigualdade Social”. As imposições, trabalho árduo chegando a 18 horas por dia, maus tratos, castigos de todos os tipos, eram relegados à condição de animal, usados e abusados por meio de sua força produtiva, a procriação para engordar o capital do senhor, objetos sexuais e fadados a morrerem em tais condições sem esperança da tão sonhada liberdade. Dependendo do papel social atribuído na estrutura social, o negro pode ser representado com valor positivo ou negativo, mas sempre inseridos e representados enquanto desigualdade social.

Segmento 3: “A sinistra herança do regime escravista mantém os afrodescendentes brasileiros à margem de seus direitos”. Este segmento explicita a relação do regime escravista e a condição dos negros escravizados trazidos para o Brasil. Embora o regime tenha, teoricamente, sido extinto com a assinatura da lei Áurea em 1888, o racismo perdura em suas várias faces e formas de representação. O substantivo “herança” pode ser analisado pela perspectiva positiva e negativa a partir do ponto de vista do analista. **Contexto 1.** Como valor positivo, em se tratando das várias contribuições afro na construção e desenvolvimento cultural, linguístico, físico, gastronômico e social, ou seja, como uma das bases da constituição da sociedade brasileira. **Contexto 2.** Como valor negativo, ao se considerar o olhar e concepção racista enquanto depreciador da cultura e dos bons costumes, corruptores da moral e da família, considerados ainda, sujeito transgressor de toda ordem.

Todos os seguimentos que se encontram abaixo da página representam o concreto, ou seja, o acontecido, experienciado e vivido pelos brasileiros. O produtor do texto usa a estratégia de redução e expansão de informações para construir para o seu público-alvo os sentidos mais globais que se pretende que o leitor construa. Trata-se, portanto, de uma estratégia persuasiva para levar o outro a aceitar a opinião do editor da revista de divulgação científica que se define pela intersecção dos discursos da história, do jornalismo e o da propaganda.

- o discurso da História, científico, tem por macroato de fala <<fazer –saber>> as descobertas da pesquisa científica;

- o discurso jornalístico, tem por macroato de fala <<construir a opinião para o público>> a respeito da escravidão no Brasil;

- o discurso propagandístico tem por macroato de fala <<fazer o interlocutor ser consumidor>> da opinião e comprar a revista.

A argumentação, no texto multimodal exemplificado, é orientada por esses três macroatos de fala inter-relacionados, de forma a obter o consumo da revista em circulação nacional ao mesmo tempo que se consome a opinião do editor e a descoberta realizada por historiógrafos.

No alto da imagem, há o título “História da Escravidão – Da África ao Brasil, a rota da injustiça” que são, em síntese, os segmentos verbais que se encontram abaixo e acima na linha vertical, tem uma unidade semântica que acaba ao final da imagem. Estrategicamente, ao se trazer para a página de rosto os segmentos analisados acima, o produtor dessa multimodalidade argumenta para seduzir o outro a ler o conteúdo da revista, pois cada um dos seguimentos apresenta um resumo dos principais capítulos que compõe o volume da revista.

Em outros termos, os segmentos que se encontram são organizados pelos moldes do texto jornalístico: manchete e linha fina. Para que haja a construção da opinião ele já guia o leitor na construção dos sentidos pela manchete e pela linha fina, de forma a construir, argumentativamente, a opinião para o leitor. Assim, a linha fina é um texto construído pelas pessoas do corpo da revista e ao construí-lo é transmitido algum valor opinativo. A opinião é uma forma de conhecimento que tem valor positivo ou negativo ao construir o texto para o leitor. A linha fina progride o texto da manchete de forma a persuadi-lo a ler no texto expandido aquilo que o editor quer.

A disposição espacial “No centro”

No centro, está situado em toda a dimensão da página, o quadro de Debret. Este é expresso pela pintura por meio de imagens e cores distribuídas na linha horizontal de forma a expressar o “dado” e o “novo. Assim, à direita situa-se a informação nova e esta é construída, argumentativamente, por uma saliência em relação ao fundo.

À esquerda, o “dado”, uma negra escrava no papel de mucama abanando sua senhora que está sentada e vestida com ricas vestimentas, muito bem adornada

com colar, pulseiras, arranjo no cabelo e um leque em suas mãos, dando comida a uma criança negra e sem roupa, deixando entender uma relação confraternizante entre senhores e escravos.

Há, ainda, dois negros, bem trajados à disposição e ao serviço do luxo de seus senhores e para atender a qualquer solicitação. Na imagem, os senhores estão jantando, sentados nos dois principais lados de uma mesa.

O visual expressa os negros em posição servil, à disposição de seus senhores, em ricos trajes e, de maneira oposta, aos demais negros escravos que estão fora da casa-grande, ou seja, os da senzala. No fundo: há uma farta mesa adornada com taças, pratos, talheres, alimentos e forrada com uma toalha de cor clara e bem adornada.

O que está em primeiro plano na imagem são os negrinhos porque, a partir deles, são construídos “História da escravidão” e “Desigualdade Social”. Os dois negrinhos estão sem roupa, um em pé e o outro sentado no chão, comendo tranquilamente, participando do jantar, autorizados pelo senhor. Segundo Debret, era normal a mulher se distrair com os negrinhos que substituíam os doguezinhos, ou seja, os cachorros de estimação. Nota-se ainda o aspecto físico das crianças, elas têm uma barriga muito saliente indicando, possivelmente, um quadro de verminose.

Os senhores são representados na imagem como paternais e não como injustos. Os negrinhos estão comendo com os patrões. Pode-se dizer que um aspecto negativo no quadro é a nudez das crianças, tratadas como objetos, animais de estimação. Os negrinhos participam do jantar por consentimento do senhor. A senhora age de modo maternal, pois ela dá comida do prato dela para a criança e mostra, embora maternalmente tratados, eram injustiçadas e diferenciadas. Trata-se de uma casa de senhores de tradição e são senhores que tem poder aquisitivo.

O olhar da senhora estabelece uma transitividade com a criança negra. A criança negra não estabelece reciprocamente a mesma transitividade. O negro que está mais centralizado na imagem, de pé com os braços cruzados, estabelece uma transitividade com seus senhores e tem a função de servir a mesa. Possivelmente seu olhar está, também fixo, na comida posta, por estar faminto ou mal alimentado.

Os sujeitos representados na imagem não estabelecem transitividade com o leitor. A fisionomia do negro que está encostado na porta de braços cruzados é uma fisionomia séria, este tem a função de ponte estre a cozinha e a sala de jantar. O

senhor está de cabeça baixa, concentrado em sua atividade e não estabelece transitividade com os demais integrantes da imagem.

A saliência está presente nos dois senhores. Na dimensão, os dois negrinhos compõem o primeiro plano e negam os dizeres “Violência no cativeiro” e confirmam a “injustiça” e a “Desigualdade Social”. Isso explica a escolha do quadro e não outro para justificar as palavras “injustiça”, “violência”, “abuso”, “desigualdade” e “sinistra herança”.

No implícito, a desigualdade está presente na possibilidade dos negrinhos serem filhos do senhor com sua escrava, pois na imagem todos estão vestidos e os negrinhos não, permanecendo à margem de “seus direitos”.

A cena focaliza, ainda, a distinção entre quem são os senhores e quem são os cativos, sendo a cor um dos principais aspectos. Esses negros cativos, embora considerados inferiores, faziam parte como membros da família. Os senhores, ao contrário dos negros, assumem uma postura de autoridade.

Os contextos no anúncio publicitário

Desde que se insira a categoria Cognição às categorias Sociedade e Discurso, todos os contextos são entornos mentais projetados no processo das informações do texto-produto, enquanto formas de representação mental, ou seja, formas de conhecimento sociais e individuais. Dessa forma, os sentidos produzidos são dependentes dos contextos ativados da memória de longo prazo para a memória de trabalho, a partir da percepção de como o texto multimodal está composto, a fim de serem produzidos os sentidos. No texto exemplificado, poder-se-ia, a partir de sua composição, situar os seguintes contextos:

Contexto social

Este contexto é formado pelos grupos sociais selecionados de fontes que compõem as cognições sociais. No quadro de Debret, apresentado a título de exemplificação, o contexto social brasileiro é relativo ao ano de 1827, período posterior à Proclamação da Independência, datada em 1822. O ano de 1827, também é marcado pela Lei de Primeiras Letras aprovada pelo Império e a “Lei para inglês ver”, que embora existisse, não dava condições de sobrevivência ao negro fora

da casa de seu senhor, por isso ele se mantinha naquele espaço, na mesma subserviência e escravidão total.

As identidades dos papéis sociais do negro são modificadas, pois são representados pela escravidão, que é representada pelos papéis de servidão e de subserviência mantidos ao longo de séculos pelo sistema escravocrata brasileiro que tem o negro como objeto de compra e venda. Mantem-se, ainda, uma relação entre os membros internos, os dominados, que obedecem ao poder, e os membros externos que dominam e manipulam o poder. A representação do negro é ideológica, pois tem valor negativo extragrupal na sociedade brasileira cujas raízes históricas situam-se no discurso histórico e político de modo a garantir e manter as cognições sociais.

Contexto cognitivo

O contexto cognitivo é composto pelas crenças sociais da audiência, de forma a produzir um entorno relativo às identidades sociais e suas relações entre as pessoas. Segundo as cognições sociais, ideologicamente, a escravidão é representada com valor positivo por aqueles que defendiam e praticavam e, com valor negativo, propiciando a sua discriminação social. Nesse texto, há, portanto, uma relevância, com alto grau de informatividade, que obriga o interlocutor a mudar o seu contexto cognitivo que vinha sendo construído com os conhecimentos sociais ativados da memória de longo prazo: o verbal e o visual representam um momento do sistema escravocrata brasileiro ao apresentar a imagem retratando os papéis sociais desempenhados pelos negros em uma imagem de Debret ao retratar *o Jantar* no século XIX.

Dessa forma, o contexto cognitivo cria o entorno para definir os modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso: a função textual do tema, a História da Escravidão – Da África ao Brasil, a rota da injustiça e outros comentários como “A sinistra herança do regime escravista mantém os afrodescendentes brasileiros à margem de seus direitos”.

Contexto

O contexto histórico é construído com a ativação de conhecimentos que situam cronologicamente os eventos no mundo. O tempo cronológico selecionado é o

período da Escravidão no Brasil, tendo por cenário a “Violência no cativeiro e a desigualdade social”.

Em síntese, a escravidão é uma das maiores vergonhas já testemunhada pela humanidade. No Brasil, sob o mandonismo de cruéis senhores, o negro escravo, em sua breve existência, suou e sangrou ao desempenhar qualquer que fosse seu papel social ao longo dos mais de 300 anos do regime escravocrata. As atrocidades sofridas pelos negros africanos iniciavam com a logística do tráfico até o fim de sua vida em árduo trabalho, sofrendo todo tipo de terror e se estende ao preconceito, a discriminação racial e as desigualdades sociais.

Os resultados das análises indicam que a representação do negro a partir da imagem do Debret, intitulada *O jantar* é uma relação de exploração, subserviência ficando evidente, por meio da composição do verbal com o visual, o seu papel social naquele período evidenciando a desigualdade social. Essas representações são ideológicas, na medida que discriminam socialmente a figura do negro escravizado e coisificado: **a.** pela classe que manipula e legitima o poder econômico, político e ideológico; **b.** pelos papéis desempenhados pelos negros escravos ocupando um lugar de humilhação, servidão e obediência.

As imagens selecionadas nos intertextos não reproduzem, mas complementam o verbal.

Os resultados apresentados abrem novas perspectivas de pesquisa para se tratar de outros gêneros discursivos que utilizam textos multimodais para a sustentação do preconceito racial no Brasil.

4.7 Anúncios relativos a compra e venda de escravos, em jornais brasileiros do século XIX

> “(...) Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncio nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. “gratificar-se-á generosamente” – ou “receberá uma boa gratificação” . “Muita vez anuncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse...”
> Pai contra mãe – Machado de Assis

Na segunda metade do século XIX, era normal cada anunciante preencher o seu espaço da forma que lhe conviesse, utilizando recursos e argumentos que considerassem legítimos. Freyre (1979) afirma que, trata-se de uma linguagem à

vontade, já que os anúncios, na maioria das vezes, eram escritos por pessoas iletradas que buscavam vender seus produtos ou anunciar seu escravo evadido.

Nesse mesmo espaço, eram anunciadas vendas de casas, fugas de escravos, fotografias, venda de medicamentos, divulgação de hotéis. Para Marcondes (2001), o anúncio nasceu de uma colagem de recursos e manifestações conhecidas.

No século XIX, os anúncios de escravos tinham por objetivo informar um determinado conhecimento como: captura, permuta, compra, venda, aluguel. O Diário de Pernambuco é o único jornal em circulação, no Brasil, desde a época colonial, 1825, até os dias atuais.

Nesses anúncios, as notícias misturavam-se, pois no mesmo espaço em que colocava um sitio à venda, artigos importados, também era anunciado um escravo fugido ou venda de escravos em meio a outros anúncios como compra e venda de animais e produtos diversos.

Anúncio 1

Diário Pernambuco: segunda-feira, 17 de maio de 1853.
Vende-se para o mato uma preta da costa de idade de quarenta e tantos anos, muito sadia e bastante robusta, sabe bem lavar cozinhar o diário de uma casa, vende-se em conta por haver precisão, no beco Largo, n. 2 na mesma casa vende-se uma tartaruga verdadeira.

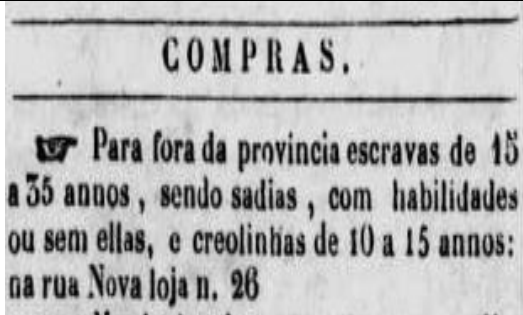
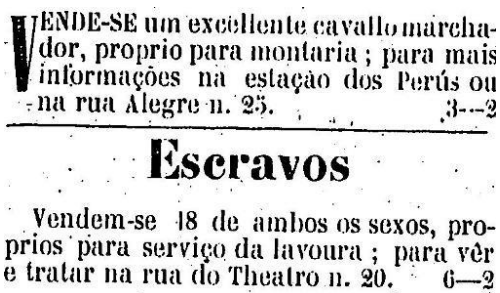
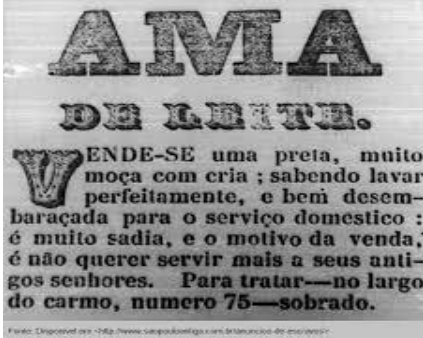
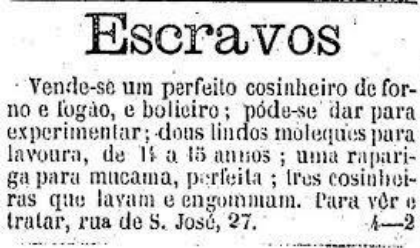
No discurso de Gilberto Freyre o senhor de escravos é representado como amigo e benevolente e o cativo um submisso e fiel. O senhor de engenho era considerado complacente e adocicava a relação social entre senhor e escravo. Agia de crueldade só em alguns momentos como de rompante, os senhores eram severos, mas paternais. Porém, muitos anúncios mostram incoerências nessa relação, bem como a revolta dos escravos em relação à sua condição.

Anúncio 2

Diário de Pernambuco: sexta-feira, 11 de março de 1853.
Leilões – O agente Oliveira fará leilão de três ótimos escravos: a saber, uma excelente negra, cabra, moça, para todo o serviço, uma linda e jovem mulatinha[23] com princípio de costura, e um formoso curibocazinho, próprio para ser educado em qualquer serviço, ou

---

[23] O termo 'mulata' s.f. significa filha da mãe branca e pai negro ou vice-versa. Vem de 'mu(l)-: elemento de composição antepositivo, do latim m*ūlus*, i masc. e m*ūla*, *ae* feminino, 'mulo', 'mula'; como 'asno', serve de termo de injúria conforme Meyer-Lübke. (HOUAISS, 2001).

ofício, todos recebidos em dívida da liquidação da massa de Joaquim de Azevedo Pereira: sexta-feira, 11 do corrente, ao meio-dia em ponto, no seu escritório, na rua da cadeia.

São nos anúncios mais descritivos e detalhados que se pode observar o comportamento rebelde dos escravos dentro do cativeiro. A fuga era a busca pela liberdade e de uma vida melhor. Nota-se ainda que os escravos eram nomeados apenas com o primeiro nome.ao contrário do seu dono ou senhor que era identificado pelo nome completo e seu lugar social.

Anúncio 3

Diário de Pernambuco: Sábado, 05 de março de 1853.
Avisos diversos: Anúncio publicado nesta data pelo DIÁRIO – Ausentou-se da casa do abaixo assinado do Engenho do Macaco, pertencente à Comarca do Paudalho o seu escravo por nome Fidelis, o qual lhe servia de pagem, e tem os sinais seguintes: cabra escuro, baixo, cheio do corpo, pernas grossas, cara larga, pouco barbado, cabelos não pixaim, pés e mãos pequenos, bastante regrista, bebe, e muitas vezes se embebeda, e nessas ocasiões dá pra valente; tem de idade 35 anos: gratifica-se bem a quem o pegar e entregar no referido engenho e protesta com todo o rigor da lei contra qualquer pessoa que o tiver em sua companhia. – Antônio Gonçalves Ferreira Cascão.

Anúncios diversos 4

COMPRAS. Para fora da provincia escravas de 15 a 35 annos, sendo sadias, com habilidades ou sem ellas, e creolinhas de 10 a 15 annos: na rua Nova loja n. 26	VENDE-SE um excellente cavallo marchador, proprio para montaria; para mais informações na estação dos Perús ou na rua Alegre n. 25. 3—2 **Escravos** Vendem-se 18 de ambos os sexos, proprios para serviço da lavoura; para vêr e tratar na rua do Theatro n. 20. 6—2
AMA DE LEITE. VENDE-SE uma preta, muito moça com cria; sabendo lavar perfeitamente, e bem desembaraçada para o serviço domestico: é muito sadia, e o motivo da venda, é não querer servir mais a seus antigos senhores. Para tratar—no largo do carmo, numero 75—sobrado.	**Escravos** Vende-se um perfeito cosinheiro de forno e fogão, e bolieiro; póde-se dar para experimentar; dous lindos moleques para lavoura, de 14 a 15 annos; uma rapariga para mucama, perfeita; tres cosinheiras que lavam e engommam. Para vêr e tratar, rua de S. José, 27. 4—2

Fonte: Anúncio publicado no Diário de Pernambuco, em Setembro de 1857.

Nota-se os recursos linguísticos ao descrever e exaltar os escravos quando os anúncios tratam de venda, ou seja, a qualificação é realizada pela adjetivação (bonita, sadia), os verbos com força ilocutória (vender), da substantivação (escrava); intensificação (muito), entre outros destacando sempre os atributos positivos do cativo. Assim, os escravos eram sempre representados como fortes, robustos e sadios. Tais recursos auxiliavam a confecção do texto de modo a atrair o interesse dos compradores.

Encontra-se em muitos anúncios escravos sendo permutados ou trocados por outros objetos, pois o negro sempre representava uma mercadoria de grande valor econômico.

Anúncio 5

Diário de Pernambuco: Quinta-feira, 20 de julho de 1854.

Avisos diversos: Troca-se por duas escravas, pequeno sítio junto a esta cidade, muito propício para morar, plantar e criar pois está livre da maior cheia que possa haver. O qual está situado um terreno próprio, e tem muitos e excelentes pés de fruteiras de todas as qualidades, e muitas outras proporções que que se farão ver a quem o pretender: tratar em Fora de Portas, casa nº 55.

Assim, os anúncios visavam informar um determinado acontecimento: fuga, venda, compra ou permuta de escravos. Eram redigidos com estrutura semelhante ao da notícia, o emissor se apaga e dá ênfase ao evento discursivo, ou seja, o escravo fugido, a ser vendido ou permutado. As falas são legitimadas porque advém do poder escravocrata instituído pela sociedade que representa o poder dominante. Em tais anúncios, em que prevalece o discurso do dominador, os interlocutores são aqueles que pertencem ao mesmo grupo social, político e econômico.

Em casos de fuga os anúncios eram escritos com o máximo de detalhes e características que pudesse identificar o negro fugitivo. Abaixo, segue um anúncio do Diário de Pernambuco datado em 1873.

Anúncio 6

Escravos fugidos

Maria, cabra, moça, bem parecida, ladina, de boa altura e corpo correspondente, tem os braços pintados com tinta encravada de janipabo, em forma de coração e o nome della, natural do Ceará, é cozinheira, sendo sua occupação actual de enchada; esta escrava costuma embriagar se e neste estado é atrevida, e foge constantemente para o Recife e seus arrabaldes, aonde é muito conhecida, estando desta vez ausente desde 5 do corrente.

Felippa, negra, cabra, já idosa, cozinheira, alta e secca, foi escrava da viuva do fallecido Jacintho Botelho, tem um filho escravo do Sr José Antão de Souza Magalhães, que andava fugido, e que veio seduzir a mãi para acompanha-lo; está ausente desde o dia 6 do corrente.

Roga-se á policia e capitães de campo a captura das mesmas escravas que são do engenho Sapucaia de Beberibe.

As características físicas da escrava Maria: cabra, moça, bem parecida, ladina, boa altura, corpo correspondente; origem: Ceará; características exteriores: braços pintados com tinta de jenipapo em forma de coração e o seu nome; ofício: cozinheira e ocupação atual de enchada. **As características da escrava Felippa:** negra, cabra, já idosa, alta e secca; ofício: cozinheira; outras características: seus proprietários seguidos de nome e sobrenome.

Ainda fazem parte desse tipo de anúncio as seguintes informações: nome do escravo, o nome do senhor ou a quem o cativo deve ser entregue, geralmente os trajes, fisionomia e demais traços físicos, hábitos e comportamentos, local onde teria avistado a última vez, alguma recompensa pela captura e local onde procurar caso tenha informações ou conduzi-los.

Nota-se a discriminação transparente ou velada e as relações de poder e controle impostas pelos senhores em relação aos escravos e também impostos pelo próprio sistema. Dessa forma, os intertextos provam os cancelamentos intencionais realizados na obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*.

4.7.1 Representações positivas no tratamento dado pelo senhor a seus escravos no texto Casa-Grande & Senzala

O papel caracterizado por uma ideologia de miscigenação positiva humanizadora:

Fragmento 86

“Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América”. (FREYRE, 2006, p. 435).

O papel do escravo enterrado após a morte:

Fragmento 87

Quando eram negros já antigos na casa morriam como qualquer pessoa branca: confessando-se, comungando, entregando a alma a Jesus e a Maria; e a São Miguel, São Gabriel, São Rafael, São Uriel, São Teatriel, São Baraquiel. Arcanjos louros que devem ter acolhido os pretos velhos como São Pedro à negra Irene do poema de Manuel Bandeira”. (FREYRE, 2006, p. 527).

O papel de mãe pretalhona alforriada:

Fragmento 88

Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a benção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleeiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos de casa, havia de supô-las senhoras bem-nascidas; nunca ex-escravas vindas da senzala”. (FREYRE, 2006, p. 435).

O papel de pretalhona e contadora de histórias:

Fragmento 89

“Foram as negras que se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias”. (FREYRE, 2006, p. 413).

Fragmento 90

“Por intermédio das amas de menino, histórias africanas, principalmente de bichos – bichos confraternizando com pessoas, falando como gente, casando-se, banqueteando-se – acrescentaram-se às portuguesas, de Trancoso, contadas aos netinhos pelos avós coloniais – quase todas as histórias de madrastas, de príncipes, gigantes, princesas, pequenos-polegares, mouras-encantadas, mouras-tortas”. (FREYRE, 2006, p. 414).

O papel de senhor como agente de ações amorosas:

Fragmento 91

Alguns senhores mandavam dizer missa por alma dos escravos de estimação; enfeitavam-lhes as sepulturas de flores; choravam com saudade deles como se chora com saudade de um amigo ou de um parente querido”. (FREYRE, 2006, p. 527).

A miscigenação positiva como ideologia humanizadora:

Fragmento 92

“Não que no Brasil subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos em um todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro”. (FREYRE, 2006, p. 418).

O papel de certas senhoras brancas que executam o papel da mulher generosa e amorosa:

Fragmento 93

“Diz-nos Perdigão Malheiro que houve senhoras de tal modo interessadas no bem-estar dos escravos que levavam aos próprios seios molequinhos, filhos de negras falecidas em consequência de parto, alimentando-os do seu leite de brancas finas; que nos engenhos e fazendas vários escravos chegaram a unir-se pelo casamento “vivendo assim em família, com certas regalias que os senhores lhes conferem”. (FREYRE, 2006, p. 418).

Assim Gilberto Freyre representa de maneira positiva e não como o senhor cruel, sádico e explorador. Ele cancela tais práticas e considera as ações de prazer sexual como benéficas para a procriação.

4.7.2 Fragmentos que tratam das origens culturais brasileira no texto Casa-Grande & Senzala

O papel de transmissora da cultura negra:

Fragmento 94

“A linguagem infantil também aqui amoleceu ao contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana”. (FREYRE, 2006, p. 414).

Fragmento 95

“A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as silabas moles”. (FREYRE, 2006, p. 414).

Fragmento 96

“Amolecimento que se deu em grande parte pela ação da negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco”. (FREYRE, 2006, p. 414).

O papel de ama de leite e do ensino da língua:

Fragmento 97

À figura da ama negra que, nos tempos patriarcais, criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras em português errado, o primeiro “padre-nosso”, a primeira “ave-maria” a”, o primeiro “vote!” ou “oxente”, que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne e molho de ferrugem”, ela própria amolengando a comida - outros vultos de negros se sucediam na vida do brasileiro de outrora”. (FREYRE, 2006, p. 419).

O papel de crente religiosa das práticas festivas cristãs:

Fragmento 98

“Verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e de sentimentos. Predominantemente coletivistas, os vindos das senzalas; puxando para o individualismo e para o privativismo, os das casas-grandes. Confraternização que dificilmente se teria realizado se outro tipo de cristianismo tivesse dominado a formação social do Brasil; um tipo mais clerical, mais ascético, mais ortodoxo; calvinista ou rigidamente católico; diverso da religião doce, doméstica, de relações quase de família entre santos e os homens, que das capelas patriarcais das casas-grandes, das igrejas sempre em festas – batizados, casamentos, “festas de bandeiras” de santos, crismas, novenas – presidiu o desenvolvimento social brasileiro. Foi este cristianismo doméstico, lírico e festivo, de santos compadres, de

santas comadres dos homens, de Nossas Senhoras madrinhas dos meninos, que criou nos negros as primeiras ligações espirituais, morais e estéticas com a família e com a cultura brasileira”. (FREYRE, 2006, p. 438).

As origens miscigenadas da cultura do Brasil relativas a religiosidade do brasileiro:

Fragmento 99

“A religião tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas, a do senhor e a do negro; e nunca uma intransponível ou dura barreira”. (FREYRE, 2006, p. 439).

O papel de transmissor da alegria que modifica a melancolia portuguesa:

Fragmento 100

“Foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria. O português, já de si melancólico, deu no desconfiado, quase um doente na sua tristeza. Seu contato só fez acentuar a melancolia portuguesa. A risada do negro é que quebrou toda essa “apagada e vil tristeza” em que se foi abafando a vida nas casas-grandes. Ele que deu alegria aos são-joões de engenho; que animou os bumbas meu boi, os cavalos-marinhos, os carnavais, as festas de reis”. (FREYRE, 2006, p. 551).

Formação do povo brasileiro e a voluptuosidade brasileira:

Fragmento 101

“Nada nos autoriza a concluir ter sido o negro quem trouxe para o Brasil a pegajenta luxúria em que nos sentimos todos prender, mal atingida a adolescência. A precoce voluptuosidade, a fome de mulher que aos treze ou quatorze anos faz de todo brasileiro um don-juan não vem do contagio ou do sangue da “raça-inferior”, mas do sistema econômico e social da nossa formação; e um pouco, talvez, do clima; do ar mole, grosso, morno, que cedo nos parece predispor aos chamegos do amor e ao mesmo tempo nos afastar de todo esforço persistente”. (FREYRE, 2006, p. 403).

O papel de transmissora da cultura negra da senzala:

Fragmento 102

“Mesmo a língua falada conservou-se por algum tempo dividida em duas: uma, das casas-grandes; outra, das senzalas. Mas a aliança da ama negra com o menino

branco, da mucama com a sinhá-moça, do sinhozinho com o moleque acabou com essa dualidade. Não foi possível separar a cacos de vidro de preconceitos puristas forças que tão frequente e intimamente confraternizavam". (FREYRE, 2006, p. 416).

Miscigenação positiva ideologia humanizadora:

Fragmento 103

"Não que no Brasil subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos em um todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro". (FREYRE, 2006, p. 418).

O papel de transmissora da cultura negra por feitiçarias:

Fragmento 104

"Mas o grosso das crenças e práticas da magia sexual que se desenvolveram no Brasil foram coloridas pelo intenso misticismo do negro; algumas trazidas por ele da África, outras africanas apenas na técnica, servindo-se de bichos e ervas indígenas. Nenhuma mais características que a feitiçaria do sapo para apressar a realização de casamentos demorados". (FREYRE, 2006, p. 408).

O papel de transmissora da cultura negra nas crendices sexuais:

Fragmento 105

"O sapo tornou-se também, na magia sexual afro-brasileira, o protetor da mulher infiel que, para enganar o marido, basta tomar uma agulha enfiada em retrós verde, fazer com ela uma cruz no rosto do indivíduo adormecido e coser depois os olhos do sapo. Por outro lado, para conservar o amante sob seu jugo precisa apenas a mulher de viver com um sapo debaixo da cama, dentro de uma panela. Neste caso, um sapo vivo e alimentado a leite de vaca". (FREYRE, 2006, p. 408).

Fragmento 106

"Foi a perícia no preparo de feitiços sexuais e afrodisíacos que deu tanto prestígio a escravos macumbeiros junto a senhores brancos já velhos e gastos". (FREYRE, 2006, p. 408).

O papel de transmissora da cultura negra nas crendices e superstições:

Fragmento 107

“Não devemos esquecer o papel importante que chegou a representar o café na magia sexual afro-brasileira. Há mesmo no Brasil a expressão “café mandingueiro”. Trata-se de um café com mandinga dentro: muito açúcar e “alguns coágulos de fluxo catamenial da própria enfeitiçante”. Antes filtro amoroso do que mandinga. Mas um filtro amoroso como não se pode imaginar outro mais brasileiro: café bem forte, muito açúcar, sangue de mulata. Há outra técnica: a de coar-se o café na fralda de uma camisa com que tenha dormido a mulher pelo menos duas noites consecutivas. Este café deve ser bebido pelo homem duas vezes, uma no almoço, outra no jantar. Aliás a fralda suja de camisa de mulher entra na composição de muita mandinga de amor, como entram outras coisas nojentas. Pelos de sovaco ou das partes genitais. Suor. Lágrimas. Saliva. Sangue. Aparas de unhas. Esperma”. (FREYRE, 2006, p. 409).

O papel de transmissora da cultura negra para o excesso de sensualidade e no preparo de venenos para eliminar os brancos:

Fragmento 108

“É verdade que muito senhor de engenho, já sem força para dar conta dos haréns de negras e mulatas, teve os dias encurtados pelo uso de beberagens afrodisíacas preparadas por pretos mandingueiros. Também houve quem morresse de “coisas feitas” e de veneno africano.” (FREYRE, 2006, p. 440).

Em síntese, os papéis representados pelos negros escravos, principalmente femininos, são responsáveis como transmissores da cultura negra para formação miscigenada da cultura brasileira.

4.8 Dados obtidos das análises para responder a questão: escravocrata ou abolicionista, científico ou anticientífico

Gilberto Freyre é considerado escravocrata conservador, pois ele é guiado pelas cognições sociais de sua instituição família. Ele é anticientífico por tratar a escravidão negra minimizando a crueldade do senhor e sua exploração desumana da mão de obra e do sexo, a fim de obter grande produtividade para maior lucro, porém há a contribuição dada por Gilberto Freyre, enquanto antropólogo, e pela primeira vez, para os estudos das origens miscigenadas da cultura brasileira.

Embora anticientífico e construindo o mundo dos possíveis, onde a crueldade, o sadismo e a exploração do escravo está cancelada, Gilberto Freyre contribui para explicar as origens da cultura miscigenada brasileira. O autor privilegia a cultura afro-negra em relação à cultura indígena, o que de fato ocorre nos traços culturais do brasileiro. Este, não tem uma religião específica, tem uma religiosidade que o leva a recorrer a diferentes religiões e, continua supersticioso.

A grande intenção de Gilberto Freyre foi verificar como se construiu a cultura brasileira na miscigenação, por isso cancelou tudo o que não interessava, porém, o tipo de cancelamento feito é de um conservador escravocrata. Ele não menciona a crueldade e a exploração e é isso que os intertextos mostram, ou seja, os intertextos da historiografia, da pintura, das capas de revistas e dos anúncios de jornal.

4.9 Síntese dos papéis sociais dos negros escravos e seus senhores representados em *Casa-Grande & Senzala*

Quadro 7 - Papéis sociais dos negros escravos e seus senhores representados em Casa-Grande & Senzala

Papel social	**Masculino escravo dentro da casa-grande**
Papel de cozinheiro	“Dentro da extrema especialização de escravos no serviço doméstico das casas-grandes, reservaram-se sempre dois, às vezes três indivíduos, aos trabalhos de cozinha. De ordinário, grandes pretalhonas; às vezes, negros incapazes de serviço bruto, mas sem rival no preparo de quitutes e doces. Negros sempre amaricados; uns até usando por baixo da roupa de homem cabeção picado de renda, enfeitado de fita cor-de-rosa; e ao pescoço teteias de mulher. Foram estes, os grandes mestres da cozinha colonial; continuaram a ser os da moderna cozinha brasileira”. (FREYRE, 2006, p. 542).
Papel de músicos	“Os pretos foram músicos na época colonial e do tempo do império. Os moleques, meninos de coro nas igrejas. Várias capelas de engenho tiveram coros de negros; várias casas-grandes, conservando a tradição de mangue la bote, mantiveram por deleite dos brancos, bandas de música de escravos africanos”. (FREYRE, 2006, p. 505).
Papel de acrobata	“Muito menino brasileiro deve ter por seu primeiro herói, não nenhum médico, oficial de marinha ou bacharel branco, mas um escravo acrobata que viu executando piruetas difíceis nos circos e bumbas meu boi de engenho; ou um negro tocador de pistom ou de flauta”. (FREYRE, 2006, p. 505).

Papel social	Masculino escravo fora da casa-grande
	Raramente é abordado
Papel social	**Masculino senhor dentro da casa-grande**
	O papel representado pelo patrão é fora da casa-grande. Dentro, ele delega à senhora o papel de premiar e castigar os escravos, sendo, portanto, omisso.
Papel do senhor como dependente total do serviço escravo. (Esse papel ocorre dentro e fora da casa-grande, pois raros são os registros dentro da casa-grande).	"escravos que se tornaram literalmente os pés dos senhores: andando por eles, carregando-os de rede ou de palanquim. E as mãos – ou pelo menos as mãos direitas; as dos senhores se vestirem, se calçarem, se abotoarem, se limparem, se catarem, tirarem os bichos dos pés. De um senhor de engenho pernambucano conta a tradição que não dispensava a mão do negro nem para os detalhes mais íntimos da toalete". (FREYRE, 2006, p. 517).
Papel de patrão que só realiza ações desnecessárias ao bom andamento da casa-grande	"Cada branco de casa-grande ficou com duas mãos esquerdas, cada negro com duas mãos direitas. As mãos do senhor só servindo para desfiar o rosário no terço da Virgem; para pegar as cartas de jogar; para tirar rapé das bocetas ou dos corrimboques; para agradar, apalpar amolegar os peitos das negrinhas, das mulatas, das escravas bonitas dos seus haréns". (FREYRE, 2006, p. 518).
Papéis de senhor tanto de agente de ações brutais quanto de agente de ações amorosas	"Alguns senhores mandavam dizer missa por alma dos escravos de estimação; enfeitavam-lhes as sepulturas de flores; choravam com saudade deles como se chora com saudade de um amigo ou de um parente querido. Mas havia também muito senhor bruto". (FREYRE, 2006, p. 527).
Papel social	**Masculino senhor fora da casa-grande**
Papel de transmissor de doenças para senzala	"É preciso notar que o negro se sifilizou no Brasil. Um ou outro viria já contaminado. A contaminação em massa verificou-se nas senzalas coloniais. Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram de lues as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres da sífilis das cidades. Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sifilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem". (FREYRE, 2006, p. 399-400).
Papel de abuso sexual e sadismo	"Não era o negro, portanto, o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores. Não era a "raça inferior" a fonte de corrupção, mas o abuso de uma raça por outra. Abuso que explicava conformar-se a servil com os apetites da todo-poderosa. E esses apetites estimulados pelo ócio".

	(FREYRE, 2006, p. 402).
Papel de abuso sexual e sadismo	"Nas condições econômicas e favoráveis ao masoquismo e ao sadismo criadas pela colonização portuguesa – colonização, a princípio, de homens quase sem mulher - e no sistema escravocrata de organização agrária do Brasil; na divisão da sociedade em senhores todo-poderosos e em escravos passivos é que devem procurar as causas principais do abuso de negros por brancos, através de formas sadistas de amor que tanto se acentuaram entre nós; e em geral atribuídas à luxúria africana". (FREYRE, 2006, p. 404).
Papel social	**Feminino escrava dentro da casa-grande - Quando jovem ou adulta**
Papel de vigilante das sinhazinhas	"Durante o dia a moça ou menina branca estava sempre sob as vistas de pessoa mais velha ou da mucama de confiança. Vigilância que se aguçava durante a noite. À dormida das meninas e moças reservava-se, nas casas-grandes, a alcova, ou camarinha, bem no centro da casa, rodeada de quartos de pessoas mais velhas". (FREYRE, 2006, p. 422).
Papel de confidente	"A mucama escrava, observou no meado do século XIX o Romancista Joaquim Manuel de Macedo, embora escrava, é ainda mais que o padre-confessor e do que o médico da donzela: porque o padre-confessor conhece-lhe apenas a alma, o médico, ainda nos casos mais graves de alteração da saúde, conhece-lhe imperfeitamente o corpo enfermo, e a mucama conhece-lhe a alma tanto quanto o padre e o corpo mais do que o médico. (FREYRE, 2006, p. 423).
Papel de conhecedora das práticas sexuais e educadora	"Diz-se que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava". (FREYRE, 2006, p. 398).
Papel de conhecedora das práticas sexuais e educadora	"Histórias de casamento, de namoros, ou outras, menos românticas, mas igualmente sedutoras, eram as mucamas que contavam às sinhazinhas nos doces avagares dos dias de calor, a menina sentada, à mourisca, na esteira de pipiri, cosendo ou fazendo rendas; ou então deitada na rede, os cabelos soltos, a negra catando-lhe piolho, dando-lhe cafuné; ou enxotando-lhe as moscas do rosto com um abano". (FREYRE, 2006, p. 424).
Papel confidente	"A mucama escrava, observou no meado do século XIX o Romancista Joaquim Manuel de Macedo, embora escrava, é ainda mais que o padre-confessor e do que o médico da donzela: porque o padre-confessor conhece-lhe apenas a alma, o médico, ainda nos casos mais

	graves de alteração da saúde, conhece-lhe imperfeitamente o corpo enfermo, e a mucama conhece-lhe a alma tanto quanto o padre e o corpo mais do que o médico. (FREYRE, 2006, p. 423).
Papel de esperteza da escrava para utilizar de sus dotes físicos para atrair, pela sensualidade:	"Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens imoderados desejo de possuir o maior número possível de crias". (FREYRE, 2006, p. 399).
Papel de Procriadora	"O que se queria era que os ventres das mulheres gerassem. Que as negras produzissem moleques". (FREYRE, 2006, p. 399).
Papel de ama de leite e educadora do filho alheio	"(...) sem tempo de criarem nem o primeiro filho. Sem provarem o gosto de ninar uma criança de verdade em vez dos bebês de pano, feitos pelas negras de resto de vestidos. Ficava então o menino para as mucamas criarem. Muito menino brasileiro do tempo da escravidão foi amamentado por negra. Que não aprendeu a falar mais com a escrava do que com o pai e a mãe". (FREYRE, 2006, p. 399).
Papel de ama de leite e educadora do filho alheio	"A tradição brasileira não admite dúvida: para ama-de-leite não há como a negra". (FREYRE, 2006, p. 444)".
Papel de ama de leite e educadora do filho alheio	"Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida". (FREYRE, 2006, p. 367).
Papel de ama de leite e educadora do filho alheio	"Os peitos deverão ser convenientemente desenvolvidos, nem rijos nem moles, os bicos nem muito pontudos nem encolhidos, acomodados ao lábio do menino". (FREYRE, 2006, p. 445).
Papel de ama de leite e cuidadora de nhonhô quando: limpa, bonita, forte e sedutora	"A negra ou mulata para dar de mamar a nhonhô, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, às vezes para substituir-lhe a própria mãe – é natural que fosse escolhida dentre as melhores escravas da senzala. Dentre as mais limpas, mais bonitas, mais fortes". (FREYRE, 2006, p. 436).
Papel de ama de leite e contadora de histórias	"Por intermédio das amas de menino, histórias africanas, principalmente de bichos – bichos confraternizando com pessoas, falando como gente, casando-se, banqueteando-se – acrescentaram-se às portuguesas, de Trancoso, contadas aos netinhos pelos avós coloniais – quase todas as histórias de madrastas, de príncipes, gigantes, princesas, pequenos-polegares, mouras-encantadas, mouras-tortas". (FREYRE, 2006, p. 436).
Papel de ama de leite e ensino	"À figura da ama negra que, nos tempos patriarcais,

da língua	criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras em português errado, o primeiro “padre-nosso”, a primeira “ave-maria” a”, o primeiro “vote!” ou “oxente”, que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne e molho de ferrugem”, ela própria amolengando a comida - outros vultos de negros se sucediam na vida do brasileiro de outrora”. (FREYRE, 2006, p. 419).
Papel de ama de leite, cuidadora e organizadora doméstica para senhoras jovens	“A esse fato, e não a nenhuma imposição da moda, deve-se atribuir a importância, em nossa organização doméstica, da escrava ama de leite, chamada da senzala à casa-grande para ajudar franzinas mães de quinze anos a criarem os filhos”. ((FREYRE, 2006, p. 444).
Papel de boas parideiras e cuidado com a higiene	“Negra ou mulata. Peitos de mulheres sãs, rijas, cor das melhores terras agrícolas da colônia. Mulheres cor de massapê e de terra roxa. Negras e mulatas que além do leite mais farto apresentavam-se satisfazendo outras condições, das muitas exigidas pelos higienistas portugueses do tempo de D. João V. Dentes alvos e inteiros (nas senhoras brancas era raro encontrar-se uma de dentes sãos, e pode-se afirmar, através dos cronistas, das anedotas e das tradições coloniais, ter sido essa uma das causas principais de ciúme ou rivalidade sexual entre senhoras e mucamas). Não serem primíparas. Não terem sardas. Serem mães de filhos sadios e vivedouros”. (FREYRE, 2006, p. 444-445).
Papel de quem cuida da higiene	“Não nos parece justo acusar a negra quituteira, cozinheira ou criada de copa, de suja ou descuidada, no preparo da comida ou na higiene doméstica. Um tabuleiro de bolo de negra quituteira chega a brilhar de limpeza e de alvura de toalha. A cozinheira da casa-grande brasileira dos tempos coloniais não foi decerto nenhum modelo de higiene”. (FREYRE, 2006, p. 550).
Papel de ama de leite e transmissora de sífilis	“É igualmente de supor que muita mãe negra, ama de leite, tenha sido contaminada pelo menino de peito, alastrando-se também por esse meio, da casa-grande à senzala, a mancha de sífilis”. (FREYRE, 2006, p. 400).
Papel de ama de leite e transmissora de sífilis	“As negras amas de leite “não poderiam se entregar ao aleitamento mercenário sem atestações ou exames de sanidade pelo médico competente”: mas também “teriam o direito de reclamação sobre os pais ou tutores dos meninos que lhes houvessem comunicado a moléstia sifilítica”. ”. (FREYRE, 2006, p. 400).
Papel de vigilante das sinhazinhas	“Durante o dia a moça ou menina branca estava sempre sob as vistas de pessoa mais velha ou da mucama de confiança. Vigilância que se aguçava durante a noite. À dormida das meninas e moças reservava-se, nas casas-

	grandes, a alcova, ou camarinha, bem no centro da casa, rodeada de quartos de pessoas mais velhas". (FREYRE, 2006, p. 422).
Papel de cuidadora e educadora das crianças brancas	"A negra ou mulata para dar de mamar a nhonhô, para niná-lo, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, às vezes para substituir-lhe a própria mãe – é natural que fosse escolhida dentre as melhores escravas da senzala". (FREYRE, 2006, p. 436).
Papel de objeto de prazer sexual dos filhos do senhor	"Em outros vícios escorregava a meninice dos filhos do senhor de engenho; nos quais, um tanto por efeito do clima e muito em consequência das condições da vida criadas pelo sistema escravocrata, antecipou-se sempre a atividade sexual, através de práticas sadistas e bestiais. As primeiras vítimas eram os moleques e animais domésticos; mais tarde é que vinha o grande atoleiro de carne: a negra ou mulata. Nele é que se perdeu, como em areia gulosa, muita adolescência insaciável". (FREYRE, 2006, p. 455).
Papel de objeto de exploração sexual	"Em nenhuma das modinhas antigas se sente melhor o visgo de promiscuidade nas relações de sinhô-moços das casas-grandes com mulatinhas das senzalas. Relações com alguma coisa de incestuoso no erotismo às vezes doentio". (FREYRE, 2006, p. 424).
Papel de iniciadora sexual dos filhos de seu senhor	"Daí fazer-se da negra ou mulata a responsável pela antecipação de vida erótica e pelo desbragamento sexual do rapaz brasileiro". (FREYRE, 2006, p. 455).
Papel de objeto de prazer sexual dos filhos do senhor	"Não seria extravagância nenhuma concluir, deste e de ouros depoimentos, que os pais, dominados pelo interesse econômico dos senhores de escravos, viram sempre com olhos indulgentes e até simpáticos a antecipação dos filhos nas funções genésicas: facilitavam-lhes a precocidade de garanhões. Referem as tradições rurais que até mães mais desembaraçadas empurravam para os braços dos filhos já querendo ficar rapazes e ainda donzelos, negrinhas ou mulatinhas capazes de despertá-los da aparente frieza ou indiferença sexual". (FREYRE, 2006, p. 455 – 456).
Papel de objeto de prazer sexual dos filhos do senhor	"O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo não: ordem". (FREYRE, 2006, p. 456).
Papel de objeto de prazer sexual dos filhos do senhor	"Ninguém nega que a negra ou a mulata tenha contribuído para a precoce depravação do menino branco da classe senhoril; mas não por si, nem como expressão de sua raça ou do seu meio-sangue: como parte de um

	sistema de economia e de família: o patriarcado brasileiro". (FREYRE, 2006, p. 457).
Papel de objeto de prazer sexual dos filhos do senhor	"Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem". (FREYRE, 2006, p. 367).
Papel de objeto de prazer sexual dos filhos do senhor	"Conhecem-se casos no Brasil não só de predileção, mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negra". (FREYRE, 2006, p. 368).
Papel de objeto de prazer sexual dos filhos do senhor	"a pureza das senhoras brasileiras do tempo da escravidão, que muita dessa castidade e dessa pureza manteve-se à custa da prostituição da escrava negra; à custa da tão caluniada mulata; à custa da promiscuidade e da lassidão estimulada nas senzalas pelos próprios senhores brancos". (FREYRE, 2006, p. 539).
Papel de cuidadora e conselheira	"Sabe-se que enorme prestígio alcançaram as mucamas na vida sentimental das sinhazinhas. Pela negra ou mulata de estimação é que a menina se iniciava nos mistérios do amor". (FREYRE, 2006, p. 423).
Papel de corruptora	"Nós, uns inocentinhos: elas, uns diabos dissolvendo-nos a moral e corrompendo-nos o corpo". (FREYRE, 2006, p. 462).
Papel de confidente	"A mucama escrava, observou no meado do século XIX o Romancista Joaquim Manuel de Macedo, embora escrava, é ainda mais que o padre-confessor e do que o médico da donzela: porque o padre-confessor conhece-lhe apenas a alma, o médico, ainda nos casos mais graves de alteração da saúde, conhece-lhe imperfeitamente o corpo enfermo, e a mucama conhece-lhe a alma tanto quanto o padre e o corpo mais do que o médico. (FREYRE, 2006, p. 423).
Papel de transmissora de doença	"É claro que, sifilizadas – muitas vezes ainda impúberes – pelos brancos seus senhores, as escravas tornaram-se, por sua vez, depois de mulheres feitas, grandes transmissoras de doenças venéreas entre brancos e pretos. O que explica ter se alagado de gonorreia e de sífilis a nossa sociedade do tempo da escravidão". (FREYRE, 2006, p. 400).
Papel de transmissora de doença	"É claro que, sifilizadas – muitas vezes ainda impúberes – pelos brancos seus senhores, as escravas tornaram-se, por sua vez, depois de mulheres feitas, grandes transmissoras de doenças venéreas entre brancos e pretos. O que explica ter se alagado de gonorreia e de sífilis a nossa sociedade do tempo da escravidão". (FREYRE, 2006, p. 400).
Papel de transmissora de doença	"Mas no ambiente voluptuoso das casas-grandes, cheias de crias, negrinhas, molecas, mucamas, é que as

	doenças venéreas se propagaram mais à vontade, através da prostituição doméstica – sempre menos higiênica que a dos bordéis". (FREYRE, 2006, p. 401).
Papel de transmissora da cultura negra	"A linguagem infantil também aqui amoleceu ao contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana". (FREYRE, 2006, p. 414).
Papel de transmissora da cultura negra	"A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles". (FREYRE, 2006, p. 414).
Papel de transmissora da cultura negra	"Amolecimento que se deu em grande parte pela ação da negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco". (FREYRE, 2006, p. 414).
Papel de mandingueiras	"Muita africana conseguira impor-se ao respeito dos brancos; umas, pelo temor inspirado por suas mandingas; outras, como as Minas, pelos seus quindins e pela sua finura de mulher. Daí uma minoria delas conquistado para si uma situação quase idêntica à que o moralismo parcial dos jesuítas só soubera assegurar para as índias. Situação de "caseiras" e "concubinas" dos brancos; e não exclusivamente de animais engordados nas senzalas para gozo físico dos senhores e aumento do seu capital-homem". (FREYRE, 2006, p. 401).
Papel de transmissora da cultura negra por feitiçarias	"Mas o grosso das crenças e práticas da magia sexual que se desenvolveram no Brasil foram coloridas pelo intenso misticismo do negro; algumas trazidas por ele da África, outras africanas apenas na técnica, servindo-se de bichos e ervas indígenas. Nenhuma mais características que a feitiçaria do sapo para apressar a realização de casamentos demorados". (FREYRE, 2006, p. 408).
Papel de transmissora da cultura negra nas crendices sexuais	"O sapo tornou-se também, na magia sexual afro-brasileira, o protetor da mulher infiel que, para enganar o marido, basta tomar uma agulha enfiada em retrós verde, fazer com ela uma cruz no rosto do indivíduo adormecido e coser depois os olhos do sapo. Por outro lado, para conservar o amante sob seu jugo precisa apenas a mulher de viver com um sapo debaixo da cama, dentro de uma panela. Neste caso, um sapo vivo e alimentado a leite de vaca". (FREYRE, 2006, p. 408).
Papel de transmissora da cultura negra nas crendices sexuais	"Foi a perícia no preparo de feitiços sexuais e afrodisíacos que deu tanto prestígio a escravos macumbeiros junto a senhores brancos já velhos e gastos". (FREYRE, 2006, p. 408).
Papel de transmissora da	"Não devemos esquecer o papel importante que chegou a

cultura negra nas crendices e Superstições	representar o café na magia sexual afro-brasileira. Há mesmo no Brasil a expressão "café mandingueiro". Trata-se de um café com mandinga dentro: muito açúcar e "alguns coágulos de fluxo catamenial da própria enfeitiçante". Antes filtro amoroso do que mandinga. Mas um filtro amoroso como não se pode imaginar outro mais brasileiro: café bem forte, muito açúcar, sangue de mulata. Há outra técnica: a de coar-se o café na fralda de uma camisa com que tenha dormido a mulher pelo menos duas noites consecutivas. Este café deve ser bebido pelo homem duas vezes, uma no almoço, outra no jantar. Aliás a fralda suja de camisa de mulher entra na composição de muita mandinga de amor, como entram outras coisas nojentas. Pelos de sovaco ou das partes genitais. Suor. Lágrimas. Saliva. Sangue. Aparas de unhas. Esperma". (FREYRE, 2006, p. 409).
Papel de transmissora da cultura negra para o excesso de sensualidade e no preparo de venenos para eliminar os brancos	"É verdade que muito senhor de engenho, já sem força para dar conta dos haréns de negras e mulatas, teve os dias encurtados pelo uso de beberagens afrodisíacas preparadas por pretos mandingueiros. Também houve quem morresse de "coisas feitas" e de veneno africano." (FREYRE, 2006, p. 440).
Papel de professora de erotismo através da música popular	"Modinhas e canções, era ainda com as mucamas que as meninas aprendiam a cantar – essas modinhas coloniais tão impregnadas do erotismo das casas-grandes e das senzalas; do erotismo dos ioiôs nos seus derreios pelas mulatinhas de cangote cheiroso ou pelas priminhas brancas". (FREYRE, 2006, p. 424).
Papel de mulher para os colonos brancos	"O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África "donas de casa" para seus colonos sem mulher branca (...)". (FREYRE, 2006, p. 391).
Papel de transmissora da cultura negra da senzala	"Mesmo a língua falada conservou-se por algum tempo dividida em duas: uma, das casas-grandes; outra, das senzalas. Mas a aliança da ama negra com o menino branco, da mucama com a sinhá-moça, do sinhozinho com o moleque acabou com essa dualidade. Não foi possível separar a cacos de vidro de preconceitos puristas forças que tão frequente e intimamente confraternizavam". (FREYRE, 2006, p. 416).
Papel de passividade aparente para sobreviver ao sadismo e histeria das senhoras	"O isolamento árabe em que viviam as antigas sinhá-donas, principalmente nas casas-grandes de engenho, tendo por companhia quase exclusivamente escravas passivas; sua submissão muçulmana diante dos maridos, a quem se dirigiam sempre com medo, tratando-os de "Senhor", talvez constituíssem estímulos poderosos ao

	sadismo das sinhás, descarregado sobre as mucamas e as molecas em rompantes histéricos; "passado adiante", como em certos jogos ou brinquedos brutos. Sadistas eram, em primeiro lugar, os senhores com relação às esposas". (FREYRE, 2006, p. 421).
Papel de quem executa práticas de medicina popular e profissões	"A arte de sangrar, exerceram-na no Brasil colonial e do tempo do Império escravos africanos, que foram também barbeiros e dentistas; e o mister de parteiras, exerceram-no ao lado de brancas e caboclas boçais, negras nas mesmas condições; todas apelidadas de comadres. Comadres que, além de partejarem, curavam doenças ginecológicas por meio de bruxedos, rezas, benzeduras. As casas que habitavam tinham à porta uma cruz branca. E elas quando saíam a serviço, era debaixo de uns mantos ou xales compridos, como umas côcas; muitas "levando debaixo das matilhas cartas de alcoviteiras, feitiços e puçangas"; algumas conduzindo também, "a abandonar nas ruas e recantos, os produtos das práticas ilícitas e criminosas a que essa profissão se presta e a que sem escrúpulos se entregavam". (FREYRE, 2006, p. 446).
Papel de transmissor de cultura negra na gastronomia brasileira	"O escravo africano dominou a cozinha colonial, enriquecendo-a de uma variedade de sabores novos". (FREYRE, 2006, p. 541-542).
Papel de transmissão cultural e Inovadora na cozinha brasileira	"No regime alimentar brasileiro, a contribuição africana afirmou-se principalmente pela introdução do azeite de dendê e da pimenta-malagueta, tão característicos da cozinha baiana; pela introdução do quiabo; pelo maior uso da banana; pela grande variedade da maneira de preparar a galinha e o peixe". (FREYRE, 2006, p. 542).
Papel representado pela escrava negra	"A maioria era usada como exclusivamente animais engordados nas senzalas para gozo físico dos senhores e aumento do seu capital-homem". (FREYRE, 2006, p. 516).
Papel representado pela escrava negra	"O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo não, ordem". (FREYRE, 2006, p. 456).
Papel representado pela escrava negra	"Ninguém nega que a negra ou mulata tenha contribuído para a precoce depravação do menino branco da classe senhoril (...)". (FREYRE, 2006, p. 457).
Papel social	**Feminino escrava dentro da casa-grande - Quando idosa**
Papel de ama preta ou ama seca	Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem

	se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a benção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleeiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos de casa, havia de supô-las senhoras bem-nascidas; nunca ex-escravas vindas da senzala".
Papel, quando velha pretalhona de delatora e fuxiqueira, tanto das negras escravas quanto das brancas - idosa	"E se as mucamas e moleques foram quase sempre aliados naturais dos filhos contra os "senhores pais", das mulheres de quinze anos contra os "senhores maridos" de quarenta e cinquenta, de sessenta e setenta, houve casos de escravas enredeiras e fuxiquentas, uma delatoras, outras que pro vingança inventavam histórias de namoro das sinhá-moças ou das sinhá-donas. De modo que estas deviam estar sempre prevenidas; e nunca considerarem sozinhas, nem mesmo para inocentes namoros de leque, de lenço ou de recados trazidos pelas negras boceteiras". (FREYRE, 2006, p. 510).
Papel de mãe pretalhona Alforriadas	Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a benção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleeiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos de casa, havia de supô-las senhoras bem-nascidas; nunca ex-escravas vindas da senzala". (FREYRE, 2006, p. 435).
Papel de pretalhona contadora de história	"da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado". (FREYRE, 2006, p. 413).
Papel de pretalhona contadora de história	"Foram as negras que se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias". (FREYRE, 2006, p. 367).
Papel de pretalhona contadora de história	"Negras que andavam de engenho em engenho contando histórias às outras pretas, amas dos meninos brancos". (FREYRE, 2006, p. 413).
Papel social	**Feminino senhora dentro da casa-grande**
Papel da branca casta, atribuindo-o ao papel da escrava de objeto de prazer sexual do senhorio	"a pureza das senhoras brasileiras do tempo da escravidão, que muita dessa castidade e dessa pureza manteve-se à custa da prostituição da escrava negra; à custa da tão caluniada mulata; à custa da promiscuidade e da lassidão estimulada nas senzalas pelos próprios senhores brancos". (FREYRE, 2006, p. 539).
Papel de sadismo e crueldade	"Sem contatos com o mundo que modificassem nelas, como nos rapazes, o senso pervertido de relações humanas; sem outra perspectiva que a da senzala vista da varanda da casa-grande, conservavam muitas vezes as senhoras o mesmo domínio malvado sobre as

	mucamas que na infância sobre as negrinhas suas companheiras de brinquedo”. (FREYRE, 2006, p. 420).
Papel de sadismo e crueldade	“Além disso, aborrecendo-se facilmente. Falando alto. Gritando de vez em quando”. (FREYRE, 2006, p. 420).
Papel de sadismo e crueldade	“Quanto maior crueldade das senhoras que dos senhores no tratamento dos escravos é fato geralmente observado nas sociedades escravocratas”. (FREYRE, 2006, p. 420).
Papel de sadismo e crueldade com a escrava negra quando se sentia ameaçada	“Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro de compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhe cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou orelhas. Toda uma série de judiarias”. O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. “O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher”. (FREYRE, 2006, p. 421).
Papel de sadismo e crueldade com a escrava negra	“e ainda outras mandando arrancar dentes de escravas por qualquer desconfiança de xumbergação do marido com as negras”. (FREYRE, 2006, p. 428).
Papel de ser conduzida em ombros	“Algumas senhoras até nas igrejas entravam de rede, muito anchas e triunfantes, nos ombros dos escravos. Verdadeira afronta aos santos”. (FREYRE, 2006, p. 428).
Papel de governante autoritária do lar	“Mulheres sem ter, às vezes, o que fazer. A não ser dar ordens estridentes aos escravos; ou brincar com papagaio, saguis, molequinhos. Outras, porém, preparavam doces finos para o marido; cuidavam dos filhos. As devotas, cosiam camisinhas para o Menino Jesus ou bordavam panos para o altar de Nossa Senhora”. (FREYRE, 2006, p. 432).
Papel social secundários	**Feminino senhora fora da casa-grande**
Papéis secundários como: cozinheira, de arrumadeira, de faxineira, bordadeira, engomadeira e de lavadeira.	São papéis considerados secundários, porém gozavam de privilégios por serem incorporados ao espaço da senhora, ou seja, à esfera doméstica.

Fonte: Elaborado elo autor

O mito da sensualidade da mulher brasileira é criado por Gilberto Freyre a partir dos papéis representados pela mucama na casa-grande. O papel da escrava é privilegiado dentro da casa-grande, ela é objeto de satisfação dos prazeres do seu

senhorio, sexual, gula e diversão. E na atividade de escrava, há a transmissão da cultura afro para ser miscigenada nas origens da cultura brasileira.

Os papéis sociais analisados indicam que o papel social feminino da escava é priorizado para a transmissão da cultura negra no Brasil. Nesse sentido, tudo indica que Gilberto Freyre escreveu sua obra focalizando, pelo seu ponto de vista, as origens da cultura brasileira, miscigenada devido a atuação da escrava ao formar, educar e criar as crianças da casa-grande. Esta representa o poder econômico das origens da sociedade brasileira que é rural.

Ao escrever a obra, o autor foi guiado por um ponto de vista que é conservador e escravocrata, pois a intenção dele era mostrar as origens da cultura brasileira e o papel que foi exercido pelo negro nessa miscigenação, essa cultura quem transmitiu foi a mulher escrava e é por essa razão que ele privilegia a escrava mulher, pois foi ela quem educou, criou e passou sua cultura para os filhos de seus senhores, formando depois a sociedade brasileira. Assim, ao transmitir a cultura para tais crianças também o faz para gerações futuras.

Em síntese, os resultados obtidos das análises relativas às representações sociais dos papéis representados socialmente pelos escravos e escravas e seus senhores indicam que Gilberto Freyre os trata das origens culturais do brasileiro de forma a cancelar a crueldade e a exploração vivida pelos negros africanos no Brasil. Estas são representadas nos intertextos selecionados para demonstrar o ponto de vista utilizado por Gilberto Freyre, ou seja, o ponto de vista contido nas suas cognições sociais construídas na instituição família.

Os intertextos, tanto a pintura, as capas de revistas, quanto os anúncios, eles representam o negro brasileiro como coisa, objeto, tanto de prazer quanto de produtividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No término dessa dissertação, são revistos os objetivos propostos para realização da pesquisa.

Objetivo geral: contribuir para os estudos discursivos da obra *Casa-Grande & Senzala*.

Acredita-se que este objetivo tenha sido atingido, pois com os fundamentos da Analise Critica do Discurso foi possível discutir as duas teses diferentes defendidas pelos críticos de Casa-Grande & Senzala, relativos a Gilberto Freyre.

Objetivos Específicos:

Objetivo especifico 1: verificar, em textos historiográficos brasileiro, quantos papéis sociais as escravas e escravos negros representaram socialmente. Acredita-se, que este objetivo, também, tenha sido atendido. A revisão feita em textos historiográficos brasileiros referentes à escravidão, dão a ela um tratamento que abrange todo o território nacional.

Sendo assim, os escravos femininos e masculinos são representados nas diferentes zonas rurais brasileira, ou seja, açucareira, cafeicultora, aurífera e seringal. Esses escravos, de forma geral, são masculinos e representados pela exploração de sua mão de obra, pelo excesso de horas diárias de trabalho, inclusive, aos dias santos e domingos, devido à dispensa da Igreja para atender às necessidades de lucro do senhorio.

Decorrente da política capitalista mercantilista que privilegia o lucro e, portanto, a produtividade que o ocasiona, a crueldade caracteriza a relação entre senhores e escravos que se utilizam do feitor e da senhora de engenho para executarem a tarefa da punição

Sendo assim, ocorre o cenário das torturas e, principalmente, o tronco com as chibatadas. Ocorre, também, diferentes assassinatos para atender às necessidades do lucro, assim como, o aluguel dos negros escravos ao senhorio e o descarte do negro velho.

Esses resultados propiciaram verificar o que foi cancelado ou privilegiado na obra *Casa-Grande & Senzala.*

Objetivo Específico 2: Verificar quais e quantos papéis sociais os escravos e escravas representam na obra *Casa-grande & Senzala*, confrontando-os com os da historiografia. Acredita-se, ainda, que este objetivo tenha sido atendido.

No que se refere às representações sociais masculinas, Gilberto Freyre, na obra em questão, cancela tanto o canavial quanto a senzala, sendo assim, as representações sociais masculinas não são privilegiadas, pois o autor focaliza o cotidiano da vida na Casa-grande.

Quando ocorre o papel social masculino este é representado pelo cozinheiro afeminado capaz de fazer pratos excelentes e bem temperados, a gosto do senhorio, muitos, inclusive, recebiam a alforria pelos serviços prestados à gula do seu senhor; por músicos e malabaristas que propiciavam diversão ao senhor.

No que se refere aos papéis femininos, estes são diversificados e, de forma geral, são designados pela "mucama", esta representa o papel de fiel, companheira, conselheira, iniciadora sexual dos meninos, dama de companhia, ama-de-leite, mandingueira, orientadora da sexualidade das meninas, além de ser objeto de abuso sexual do seu senhor, sendo privilegiada como esperta, sedutora e colaboradora, por vezes a rival de sua senhora e por isso cruelmente castigada.

Quanto à representação do senhorio, o senhor, representado como patrono é o poder que tudo governa no engenho açucareiro pernambucano, inclusive, delegando à esposa o bom funcionamento das tarefas de dentro da casa-grande. De forma geral, o senhor pode ser representado pelo papel social de respeitado, omisso, depravado sexualmente e temido, porém era omisso na prática da crueldade delegando esta para outros personagens, além disso era o controle geral que, de certa forma, temia a reação dos escravos, pelo seu autoritarismo, ensejando a representação patriarcal paternalista.

Objetivo específico 3: Analisar o ponto de vista projetado por Gilberto Freyre para focalizar a escravidão na Zona açucareira pernambucana. Acredita-se, ainda, que este objetivo tenha sido atendido. Os resultados obtidos propiciaram representar o autor ao escrever a sua obra como guiado pelas cognições sociais dos patronos do engenho açucareiro pernambucano, ou seja, de forma conservadora, cancelando a exploração e a violência com os seus escravos. Essa representação foi transmitida, socialmente, pelo vivido em família de senhores de engenho.

Objetivo Específico 4: Responder à questão: Gilberto Freyre, ao escrever sua Obra Casa-Grande & Senzala, é guiado por uma ideologia conservadora ou revolucionária de forma a ser um escravocrata ou abolicionista?

Acredita-se, também, que este objetivo tenha sido atingido, pois os resultados obtidos dos objetivos anteriores propiciaram que se defendesse que

Gilberto Freyre ao escrever a sua obra Casa-Grande & Senzala é anticientífico, pois devido aos cancelamentos realizados, as adjetivações e as transições verbais ele projetou o ponto de vista dos senhores de engenho ao tratar da escravidão, sendo, portanto, um conservador escravocrata.

É revista, também, a hipótese que orientou a investigação realizada: Gilberto Freyre ao escrever sua obra, *Casa-Grande & Senzala*, é guiado por uma ideologia do poder patronal rural do engenho de açúcar pernambucano, sendo um conservador escravocrata, pois focaliza a escravidão açucareira pelo ponto de vista do senhor de engenho.

A hipótese orientadora mostrou-se adequada, pois numa breve síntese, poder-se-ia dizer que Gilberto Freyre produziu a obra em questão a partir de suas cognições sociais familiares que orientaram a projeção do ponto de vista com o qual focaliza a escravidão nos engenhos açucareiros pernambucanos. Sendo assim, o fato de dele ter sido estendido a um tratamento dado à escravidão brasileira, esse tratamento foi realizado por cientistas sociais críticos e que precisa ser revisto.

Gilberto Freyre, em sua obra, caracteriza o poder do senhor de engenho como paternalista patriarcal. Acredita-se, que essa caracterização precisa ser revista. Para tanto, selecionou-se a teoria da dominação de Weber (2015). Frente ao exposto, e, com os resultados obtidos das análises, entende-se que o senhor de engenho é caracterizado pelo burocrata, ou seja, aquele que lida com o dinheiro, também preocupado em aumentar o seu lucro e por essas razões as suas práticas são voltadas para a grande produtividade do engenho. Nesse sentido, ele delega ao feitor e à senhora as práticas de punição e omite-se frente a elas.

Sendo assim, a caracterização proposta nesta tese é de burocrata patronato. Pois, é o patrão que decide todo tipo de ação e processo do engenho, embora seja omisso em todo tipo de punição e regalia. Suas ações são representadas no sentido de satisfazer os seus prazeres. Prazer sexual, gula e diversão. Dessa forma, a escrava é usada como objeto de prazer, os escravos como objeto de diversão e a cozinheira como objeto de gula.

Após a pesquisa realizada, torna-se possível responder às questões, inicialmente, propostas para tratar da problemática desta pesquisa.

1. Quais papéis sociais as escravas representavam na sociedade açucareira de Pernambuco no final do século XIX e começo do século XX?

Os papéis sociais da escrava no engenho açucareiro representados por Gilberto Freyre são privilegiados com a designação genérica “mucama”. Esta, como já foi indicado representou diferentes papéis. Todos eles estão ancorados na esperteza da escrava que para se livrar dos trabalhos pesados no canavial e no engenho, utiliza-se de suas propriedades físicas para a sedução sensual do seu senhor, tornando-se assim a mucama.

Com isso, Gilberto Freyre cria no imaginário brasileiro o mito da sensualidade negra africana, pela beleza corporal e pelo ritmo de sua movimentação, estas características são privilegiadas para caracterizar a miscigenação de raças no Brasil, a europeia, a indígena, a africanas e a brasileira. Esse privilégio até hoje persiste tanto em relação à negra quanto em relação à mulata, no samba quanto no carnaval.

2. Quais papéis sociais os escravos representavam na sociedade açucareira de Pernambuco no final do século XIX e começo do século XX?

Na obra casa-grande e senzala os papéis representados pelos homens estão cancelados, à exceção, do cozinheiro afeminado cujo, papel era satisfazer a gula dos senhores e o músico e malabarista para diversão dos senhores, pois o autor focaliza apenas o cotidiano dentro da casa-grande, minimizando a senzala o canavial e o engenho.

3. Quais outros papéis sociais se interacionam com os papéis da escravidão nessa época?

Os papéis sociais representados no engenho açucareiro pernambucano, relacionam-se com os papeis sociais representados pela Igreja, pelos dirigentes políticos e por outros senhores de escravos. De forma geral, o papel social mais hierárquico é o do patronato, pois é o dono do engenho de açúcar que representa o poder, na medida em que é quem obtém o maior lucro.

4.Quais valores ideológicos e culturais guiam os papéis sociais representados em língua por Gilberto Freyre em sua obra Casa-Grande & Senzala?

Os valores ideológicos e culturais que guiam Gilberto Freyre ao escrever a sua obra casa-grande & Senzala, são guiados pelos valores patronais do senhor de

engenho açucareiro pernambucano; são esses que estão arquivados em sua memória social a partir da instituição familiar.

Por essa razão, esses valores são conservadores e escravocratas, além da construção de mundos possíveis cancelando a crueldade para a exploração da mão de obra excessiva que tornam Gilberto Freyre um anticientista, embora tenha contribuído para a construção das origens miscigenadas da cultura brasileira.

Assim, entende-se que as críticas feitas a sua obra precisam ser revistas. Segundo alguns críticos, a obra *Casa-grande & Senzala* pode ser estendida do engenho açucareiro pernambucano a todo território nacional brasileiro; segundo outros é uma obra Romanceada, sendo mais adequada a um discurso literário dos mundos possíveis do que a um discurso científico que trata de provas. Os resultados obtidos da investigação indicaram que Gilberto Freyre, ao cancelar a crueldade e a exploração excessiva da mão de obra escrava, projeta o ponto de vista conservador e escravocrata e o faz, pois essa obra está ancorada na sua intenção de tratar das origens miscigenadas da cultura brasileira, construindo, assim, o mito da sensualidade da negra.

Esta tese não se quer conclusa, pois é necessário investigar os demais temas que não foram delimitados ao tratamento dado e aos objetivos previstos nesta pesquisa, ensejando novas abordagens para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALTHUSSER, L. ______. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ALVES, Sérgio. **Racionalidade, carisma e tradição nas organizações empresariais contemporâneas**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2003.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

ATKINSON; HILGARD. **Introdução à Psicologia**. 15. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre e a questão nacional. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Orgs.) **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BLANCO, A. **Cinco tradiciones en la psicología social**. Madrid: Ediciones Morata,1998.

BLUMER, H. **El Interaccionismo Simbólico**. Perspectiva y método. Barcelona: Hora, 1982. (Edición original en inglés, 1969).

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em: 23 set. 2017.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos César (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2014.

CÂNDIDO, A. Aquele Gilberto. In: ______. **Recortes**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil**: mito e realidade. 7. ed. São Paulo: Ática, 1998.

CARREIRA, Antônio. **Notas sobre o tráfico português de escravos.** Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1978.

CAHSMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CATUNDA, Marcus Túlio Tomé. **Análise da configuração organizacional administrativa da Primeira Igreja Batista de Manaus, aplicando o Modelo**

Multidimensional-Reflexivo. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2009.

CHIAVENATO, Julio José. **O negro no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

CLARKSON, T. **Bosquejo sobre o comércio em escravos reflexões sobre este tráfico considerado moral, político e cristãmente**. Londres, 1821.

CINTRA, David. História da Escravidão: da origem aos dias atuais. **História em Foco**, São Paulo, n. 1, ano 1, 2016.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

______. **Da senzala à colônia**. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1997.

______. **Da Senzala à Colônia**. 5. ed. São Paulo: UNESP, 2010a.

______. **A Abolição**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010b.

COSTA, E.V. da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1998, p. 297.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **A história da disciplina Estudos Sociais a partir das representações sociais sobre o negro no livro didático (Período 1981 - 2000)**. 200. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista em Franca, Marília, 2000.

______. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIVERSOS. In: **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo, Cia. Das Letras,1997.

DUVEEN, G. The psychosocial production of ideas: Social Representations and Psychologic. Londres: Cambridge University Press, 1998.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Oxford and Cambridge: Polity Press and Blackwell, 1992.

______. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

______. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). O Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREITAS, Marcos César (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Rio de Janeiro, Global, 1933.

______. ______. ______, 1963.

______. ______. ______, 1979.

______. ______. ______, 1987.

______. ______. ______, 2006.

______. ______. ______, 2009.

GENNARI, Emilio. **Em busca da liberdade**: traços das lutas escravas no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e Escrava**: Uma Introdução Histórica ao Estudo da Mulher Negra no Brasil. São Paulo: APPRIS EDITORA, 2013.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Campos Raposo. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura.** Tradução Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho, Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GONZAGA, Sergius. Manual de Literatura Brasileira. **Mercado Aberto**, Porto Alegre, capítulo II, p. 16, 1985.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1978.

______. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GOULART, Mauricio. **A escravidão africana no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa Ómega, 1975.

GRAHAM, Richard. **A família escrava no Brasil, Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAHAM, S. L. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de janeiro, 1860-1910. Tradução Viviane Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Sentido poético de um livro bem documentado. In: FONSECA, Edson Nery da. (Org.). **Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944**. Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HOLANDA-FERREIRA, A. B. de. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**.4. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009, p. 1368.

HORTA, Cid Rebello. Renovador dos estudos brasileiros. In: FONSECA, Edson Nery da. (org.). **Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944.** Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1985.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

ITUASSÚ, Oyama. **O colonialismo e a escravidão humana**. Manaus: Academia Amazonense de Letras, Governo do Estado do Amazonas e Editora Valer, 2007.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **João Francisco Lisboa**: jornalista e historiador. São Paulo: Ática, 1977.

KINTSCH, Walther; VAN DIJK, Teun. **Strategies discoursive comprehension**. London: Academic Press, 1983.

KRESS, Gunther; VAN LEEWEN, Theo. **Multimodal discourse:** the modes and media of contemporary communication. London: Arnould, 2006.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LINS, Álvaro. Livro de ciência e de literatura. In: FONSECA, Edson Nery da. (Org.). **Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944.** Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1985.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. 3. ed. 2 v. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976. 266 p. (Coleção Dimensões do Brasil).

MARCONDES, Pyr. **Uma história da propaganda brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOSO, K. Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2001.

______. ______. ______. 2003.

MEAD, G. H. **Espiritu, persona y sociedad**: desde el punto de vista del condutismo social. Barcelona: Paidos, 1982. (Trabalho original publicado em 1934).

MILLET, K. **Sexual politics**. New York: Doubleday & Company, 1970.

MOREIRA LEITE, Dante. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Ed. Pioneira, 1969.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974).** 3. Ed. São Paulo, Ática, 1977. 303p. (Coleção Ensaios, 30).

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988. (Série Fundamentos).

______. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo (1849-1910). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NIGRI, André. **Lobato e o racismo**. Bravo!. 165 ed. 2011.

PONTES, Eloy. Uma prosa límpida e inquieta. In: FONSECA, Edson Nery da. (Org.). **Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944**. Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1985.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

______. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1971.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos César (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **Antropologia ou a teoria do bombardeio de Berlim**. Darcy Ribeiro entrevistado por Edilson Martins. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 12, p. 81-100, 1979.

______. **A formação do povo brasileiro**. São Paulo, 1995.

______. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil pitoresco**. São Paulo: Martins Fontes, 1941. 2 v.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 8. d. Brasília: EDUNB, 2004.

SALES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro**. Belo Horizonte: UFMG, 1963.

SANTOS, Juana Elbin dos. **Os nagôs e a morte**. São Paulo, 1975.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Rede de desenvolvimento humano (Brasil)**: Mulheres negras do Brasil. Rio de Janeiro: Redeh, SENAC, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1979. Disponível em: < https://oportuguesdobrasil.files.wordpress.com/2016/04/segredos-internos-engenhos-e-escravos-na-sociedade-colonial-stuart-b-schwartz.pdf >. Acesso em: 14 set. 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, n. 20, p. 71-99, 1995.

SILVA, Martiniano J. **Racismo à Brasileira**: Raízes Históricas. 3. ed. São Paulo: Anita, 1995.

SILVA, M. H. **Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840 –1870)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, coedição, Salvador: EDUFBA, 2011, p. 232.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. Um novo olhar para as narrativas de humor: os sentidos no cotidiano e na cultura. In: **O texto em perspectiva**. PIRES, Leda Corrêa, BEZERRA, Antônio e CARDOSO, Denise (Orgs.), Aracaju-SE: UFA, 2009.

______. **Textos do discurso científico**: pesquisa, revisão e ensaio. São Paulo: Terracota, 2012.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1977.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. Descobridor de uma verdadeira visão do Brasil. In: FONSECA, Edson Nery da. (Org.). **Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944**. Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1985.

SOUZA, Laura de Mello. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos César (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2014.

STRIKER, S.; STATHAM, A. Simbolic Interaction and Role Theory. In: Linzey, G.; Aronson, E. **The Handbook of Social Psychology (cap. 6)**. USA: Addison-Wesley Publishing Company, 1985.

THOMPSON, John B. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VAN DIJK. Teun. **Racismo y análisis críticos de los médios**. Barcelona: Gedisa, 1997.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Centauro editora, 2008.

______. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. reimpr. Brasília: Editora Universidade da Brasília, 2015.

OBRAS CONSULTADAS

A ENCICLOPÉDIA livre. Bairro da Sussuarana. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sussuarana_(Salvador)>. Acesso em: 30 out. 2017.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

ATKINSON; SHIFFRIN, R. M. **Memoria humana**: uma propuesta sobre el sistema y sus procesos de control. Vol. II, Nueva York: Academic Press, 1968. Repoducido con permiso. Versión en castellano de Antonio Maldonado Rico.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: Momentos Decisivos 1750-1880. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

ERVING, Goffman. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 8. ed. Editora Vozes. Petrópolis, 1999.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo, Nacional; Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979, prefácio à 2 edição, p. XII.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOLFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In: FREITAS, Marcos César (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2014.

LEVINSON, S. C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LYOTARD, J.F**. A condição pós-moderna**. Rio de janeiro: L. Olympio, 2002.

MARTINS, Ivan Pedro de. **Introdução à economia brasileira**. Rio de Janeiro: Olympio, 1961.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil***.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1973. (Retrato do Brasil, 83).

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cesar Castanheiras. São Paulo: Boitempo, 2004.

MUNANGA. Kabengele. **Negritude, usos e sentidos**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NIGRI, André. **Revista Bravo,** São Paulo, n. 165, maio de 2011.

OLIVEIRA, Eliana de. **Mulher negra professora universitária, conflitos e identidades**. Brasília: Líber Livros Editora, 2006.

PASCAL, L'oeuvre, **texto estabelecido e anotado por Jacques Chevalier**. Paris: Gallimard, Bibliothéque de la Pléiade, 1950.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED – Centro Editorial Didático, CEAO - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995.

SPERLING, G. Sucessive approximations to a model for short terms memory. **Acta Psychologica**, n. 27, p. 285-292, 1967.

VILHENA, Luiz dos Santos. **Notícias soteropolitanas e brasílicas**. 3 v. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

ANEXO A - HISTÓRICO, ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DE UM ENGENHO AÇUCAREIRO DO NORDESTE PERNAMBUCANO

> Já nesse primeiro século de escravidão podia dizer-se, como no último diria Silveira Martins – “o Brasil é o café, e o café é o negro” – que o Brasil era o açúcar, e o açúcar era o negro. Porque em Pernambuco e em Bahia – os dois grandes centros de opulência, econômica e social, os dois grandes portos brasileiros de expressão internacional, no século XVI – o índio ficou logo em segundo plano. Achatado na sua inferioridade cultural. Inútil e incapaz, dentro do sistema de colonização que ia criar a economia brasileira. E “a lavoura de mantimentos” abafada pelas bandeiras dos canaviais. Nestas é que o português desenganado das riquezas da Índia, viu quase de repente, o *In hoc signo vinces* que o animou à colonização agrária e escravos no Brasil.
>
> Gilberto Freyre (2006, p. 342)

Este texto não trata de uma sondagem nem de uma análise minuciosa, mas apenas tenta esboçar um pouco da ‘fisionomia’ daquela Nordeste agrário, hoje decadente em relação ao que foi, por muito tempo, o centro da economia, da política e da civilização brasileira.

A cana-de-açúcar passou a ser um elemento de alta importância e poder ao longo de sua história e se tornaria objeto de cobiça e garantia de ascensão econômica e social. A cana-de-açúcar foi a grande protagonista no período açucareiro que, por muito tempo, foi desconhecida dos europeus e descrita, em seu primeiro momento, como algo que se parecia fisicamente aos bambus e dela se extraia um líquido doce comparável ao mel.

Segundo Pádua (2013), as primeiras notícias sobre a utilização da cana no Ocidente não mencionavam o açúcar, pois a extração do caldo da cana era empregada para produzir “bebidas inebriantes”, marcando o início da presença da cana-de-açúcar nas sociedades humanas.

A cana-de-açúcar foi disseminada na Bacia do Mediterrânica, a partir do século X por meio do circuito que conectava a expansão árabe entre a Índia e a Europa. A cana-de-açúcar passou a ser produzida no Norte da África, no Sul da Península Ibérica e no Sul da Itália.

A plena produtividade da cana-de-açúcar aconteceu quando ela foi levada para ilhas como a Madeira e as Canárias e, posteriormente, com mais intensidade no Brasil e Caribe.

O Brasil colonial não nasceu do açúcar, mas do Pau-Brasil. Com a introdução da cana-de-açúcar e dos engenhos, seguidos da necessária tecnologia para produção do açúcar, superou o Pau-Brasil, que foi alvo de exploração no

primeiro momento. Segundo Pádua (2013), o açúcar foi a madrasta da colonização, que, por quase dois séculos, regeu a história econômica, social e política do Brasil, e, em algumas regiões, continua a dominar.

No Brasil, os engenhos de açúcar eram de propriedade do Estado, de diferentes instituições, ou de indivíduos em caráter privado. Na origem da indústria açucareira, alguns engenhos chegaram a ser construídos com financiamento real, para estimular a colonização e o crescimento econômico.

Os colonos portugueses que dispunham de capital para se estabelecerem com engenhos, conseguiram prosperar no Brasil, logo nos primeiros tempos, à custa do açúcar e do negro. Pernambuco possuía 23 engenhos movidos a bois ou a água, produzindo, em 1576, de 50 a 70 arrobas de açúcar. Cada um desses engenhos era construído à razão de mais ou menos 10.000 cruzados, 50 peças de escravos ao seu serviço e 15 ou 20 juntas de bois, alcançando uma produção anual por volta de 6 a 10 mil arrobas de açúcar mascavo. O da cana-de-açúcar, que se alonga por terras de Massapê e por várzea, caracterizou no Nordeste a civilização do açúcar. Some-se ainda a monocultura latifundiária e escravocrática, sem esquecer do homem nobre, dono de engenho, gozando quase sozinho os benefícios de domínio sobre a terra e sobre os escravos, marcando na região um perfil com características de um homem aquilino, aristocrático, em certos pontos, mórbido, e um cavalheirismo muitas vezes sádico.

Segundo Freyre (1961):

> Impossível afastar a monocultura de qualquer esforço de interpretação social e até psicológica que se empreenda do Nordeste agrário. A monocultura, a escravidão, o latifúndio – mas principalmente a monocultura – aqui é que abriram na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais fundas. O perfil da região é o perfil de uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa-grande, pelo cavalo de raça, pelo barco a vela, pela palmeira-imperial, mas deformada, ao mesmo tempo, pela monocultura latifundiária e escravocrática; esterilizada por ela em algumas de suas fontes de vida e de alimentação mais valiosas e mais puras; devastadas nas suas matas; degradada nas suas águas. (FREYRE, 1961, p. XII).

A produção de açúcar nas regiões de floresta tropical do novo mundo trouxe um grande impacto social de enorme alcance, pois também marcou o principal estímulo para a construção do escravismo moderno. Assim, foi nos territórios da América tropical que o modelo de produção de monoculturas e trabalho escravo gerou o maior impacto na ecologia das paisagens.

Acerca do Nordeste e sua riqueza natural disponível para os que da região exploram sua produção e sustento, Freyre (1961) diz que:

> Um Nordeste onde nunca deixa de haver uma mancha de água: um avanço de mar, um rio, um riacho, o esverdeado de uma lagoa. Onde a água faz da terra mais mole o que quer: inventa ilhas, desmancha istmos e cabos, altera a seu gosto a geografia convencional dos compêndios. Um Nordeste com a cal das casas de telha tirada das pedras do mar, com uma população numerosa vivendo de peixe, de marisco, de caranguejo, com as mulheres dos mucambos lavando as panelas e os meninos na água dos rios, com alguns caturras ainda iluminando as casas a azeite de peixe. (FREYRE, 1961, p. 5).

Por quatro séculos, o Massapê do Nordeste sugou para dentro de si não apenas as pontas de cana, os pés de homens, as patas dos bois, as rodas vagarosas dos carros, mas também as raízes das mangueiras e das jaqueiras; possibilitou os alicerces das casas e das igrejas e foi explorado, como nenhuma outra terra dos trópicos, pela civilização agrária dos portugueses.

Segundo Freyre (1961), o Massapê tem outra resistência e outra nobreza, tem profundidade. É terra doce sem deixar de ser firme o bastante para que nela se construa com solidez engenho, casa e capela.

Durante o período da formação brasileira, a história do Brasil foi a história do açúcar, período em que se atingiu maior importância econômica e maior interesse nas terras de Massapê, de barro, de argila e de húmus. Terra de solo encarnado, ou preto, em que se lançaram os alicerces dos melhores engenhos. Foram nelas que mais se avermelharam de sangue nos tempos coloniais. Foi nessa terra que luso-brasileiro, caboclo e mulato morreram em função de vários interesses e por várias razões.

Consoante Freyre (1961):

> No Nordeste da cana-de-açúcar, a água foi e é quase, tudo. Sem ela não teria prosperado do século XVI ao XIX uma lavoura tão dependente de rios, dos riachos e das chuvas; tão amiga das terras gordas e úmidas e ao mesmo tempo do sol; tão à vontade dentro de uma temperatura média que em Pernambuco é de 26º,5 e de uma média anual de 176 dias de chuvas; tão feliz numa atmosfera cheia de vapor de água. (FREYRE, 1961, p. 19).

Desse modo, os moinhos de vento não teriam condições de substituir inteiramente a água dos rios e dos riachos nos trabalhos da lavoura e da moagem da cana, pois o vento, por melhor que fosse, era considerado inconstante, se comparado com a água dos rios que, embora pequenos, mas regulares, só deixam de servir às necessidades do homem agrário nos dias de seca.

O primeiro donatário doou a Diogo Gonçalves as “terras do Beberibe”, rio pequeno, mas constante, que foi logo se tornando um auxiliar poderoso da colonização agrária da região. Foi na margem direita do rio que Diogo Gonçalves levantou engenho e construiu casa, e entre o engenho e a casa-grande[24], a capela, alinhando uma união sobre entre as construções, também conhecida como um triângulo. Este adquiriu expressão política, e não apenas econômica, na vida brasileira.

Freyre (1961) explica que:

> Esses triângulos logo se tornaram clássicos: engenho, casa-grande (com senzala) e capela. Eles foram quebrando linhas virgens da paisagem, tão cheia de curvas às margens dos rios, mesmo quando povoados de tabas de caboclos. E introduzindo nesta paisagem desordenada, aqueles traços novos de ordem e de regularidade. A geometria da colonização agrária. (FREYRE, 1961, p. 20-21)

Outros rios que marcaram o surgimento e garantiram a desenvolvimento de outras propriedades foram rios do tipo Beberibe, do Jaboatão, do Una, do Serinhaém, do Tambaí, do Ipojuca, do Pacatuba. Junto deles e dos riachos de Massapê se instalaram confiantes os primeiros engenhos.

Segundo Freyre (1961), as sesmarias e as datas concedidas por Duarte Coelho e pelos seus sucessores seguiram em Pernambuco as várzeas e as margens dos rios, tendo Iguaçu, Olinda, Beberibe, Casa-Forte, Várzea, como os seus primeiros pontos de fixação, e a cultura da cana-de-açúcar como a sua base. Seguiram os vales do Capibaribe, na direção de Pau-d’Alho.

Foi na Várzea do Capibaribe que se consolidou a cultura da cana no Nordeste. Em meados do século XVI já se mencionava a gente da Várzea do Capibaribe como de um verdadeiro nervo da população colonial; pode-se dizer que nesse local surgiram as raízes da primeira aristocracia brasileira de senhores de engenho, que também precisou da várzea de um rio e da fartura de água doce para desenvolver-se dentro da sedentariedade e da endogamia.

Na Várzea do Capibaribe foram levantados outros engenhos, como o São João, o Santo Antonio, o São Francisco, o Madalena, o Santos Cosme e Damião, e vários outros. Alguns com o nome indígena, como Apipucos; outros com o apelido

---

[24] Casa-grande era a casa da família do proprietário das grandes propriedades rurais do Brasil colonial. Inicialmente, o termo não era utilizado para designar toda a residência, chamadas de casas de morada ou casas de vivenda, mas apenas a principal varanda da casa, tendo, por catacrese, passado a denominar toda ela.

do dono, como Curado, e ainda outros, com nome de origem africana, como Maçangana.

A mata no Nordeste, antes da monocultura da cana, era um arvoredo em uma vasta extensão que não se podia dar conta. Porém, o canavial desvirginou todo esse mato grosso do modo mais cru, ou seja, pela queimada. Foi por meio do fogo que se abriu o mato virgem por onde se estendeu o canavial civilizador, mas, ao mesmo tempo, devastador.

Na devastação das matas, pouca madeira foi utilizada de forma útil. Os senhores de engenho preferiam, por ser mais barato, comprar nos armazéns do recife madeira do Pará, a utilizar a dos seus restos de mata. Dessa madeira, aproveitaram para trave na casa-grande, roda-d'água de engenho, carro de boi.

Grande parte dessa madeira foi desmanchada pela coivara transformada em monturo; foram as fornalhas de engenho que engoliram. Madeira usada pelos portugueses para construírem navios e porta de convento em Portugal. Esbanjou-se madeira de lei fazendo cercas enormes como forma e divisão territorial entre um engenho de outro.

Freyre (1961), explica que:

> A civilização brasileira do açúcar, que culminou em Pernambuco, teve de depender do escravo de modo absoluto. A civilização do açúcar no Nordeste criou nesta região brasileira juntamente com o tipo de casa nobre, características dos engenhos, o seu tipo de aristocrata, o seu tipo de escravo, o seu sistema regional de relações entre senhores e escravos. Recife chegou a ser, com os senhores de engenho dirigindo a província, um verdadeiro centro de cultura intelectual e artística, onde o estrangeiro sofisticado se sentia melhor do que no Rio. (FREYRE, 1961, p. 75).

O negro tornou-se parte do grande complexo brasileiro de cana-de-açúcar. A civilização do açúcar não se teria feito sem ele. Foi, principalmente, pelas mãos dos negros escravos que os engenhos se desenvolveram, prosperaram e produziram riquezas e geraram fortunas.

Nesse empreendimento, a maior parte dos escravos concentrava-se nos engenhos de açúcar. Os engenhos compunham a arquitetura rural composta pela casa-grande, o engenho, os currais, os pátios de secagem ou os barracões de trabalho, depósitos, as casas dos agregados e as senzalas dos escravos.

A casa-grande, também conhecida como a casa da fazenda, era construía de pedra, taipa ou tijolo, mas sempre imitando a arquitetura dos solares e as quintas portuguesas, porém, com o acréscimo de uma ou mais varandas para abrandar o

calor. A casa-grande poderia ser edificada ou não sobre amplos porões, e ser térrea ou sobrado.

Conforme Mattos (2014):

> Algumas senzalas não passavam de um conjunto de cabanas com paredes de tabuas, adobe ou tijolos, à europeia, ou de sopapo ou palha, piso de terra batida e uma única porta, à africana. Nos estabelecimentos com numerosa escravaria, era de norma uma ou mais de uma construção retangular, de frente larga, com ou sem alpendre, a dividir-se em vários cubículos estreitos, cada qual com sua porta, com forte fechadura, como delas de prisão. Noutros, grandes barracões funcionavam como dormitórios coletivos, verdadeiros depósitos de escravos, de pé-direito alto, coberto de telha, sem janelas e com uma única porta. (MATTOS, 2014, p. 43).

Ainda nas palavras de Mattos:

> Os senhores que possuíam muitos escravos faziam questão de ir à missa de domingo, por exemplo, ser acompanhados por alguns deles, as escravas cheias de joias e vestidas de sedas ou algodões finos, com rendas e bordados, e os homens de coletes, camisas com folhos e calças cingidas às penas. Uns e outros, porém quase sempre descalços, porque era da condição do escravo andar de pé no chão. (MATTOS, 2014, p. 44).

Quando não havia visitas, era muito comum os senhores e suas senhoras estarem dentro da casa-grande calçados de chinelos e vestidos com roupas simples e leves, como permitia o calor; essas roupas geralmente eram gastas. Não era diferente a situação da vestimenta de seus escravos. De modo geral, imperava o desleixo. Outra característica muito comum na época era o hábito de não tomar banho todos os dias, e muitos nem uma só vez por semana.

No que consistia o engenho?

Na estrutura física de um engenho há diversos elementos, além das gigantescas rodas movidas a água ou tração animal, com que são representados nas mais diversas gravuras. A fase agrícola não exigia maiores investimentos pela excelência das terras nordestinas, ou seja, o solo Massapê, que, por sua característica, dispensava o uso de arado e adubos que, uma vez plantada a cana do tipo crioula, é colhida após um ano e meio. Da mesma forma que o plantio se fazia de maneira rudimentar, também se procedia com a colheita, ou seja, apenas com facão e foice.

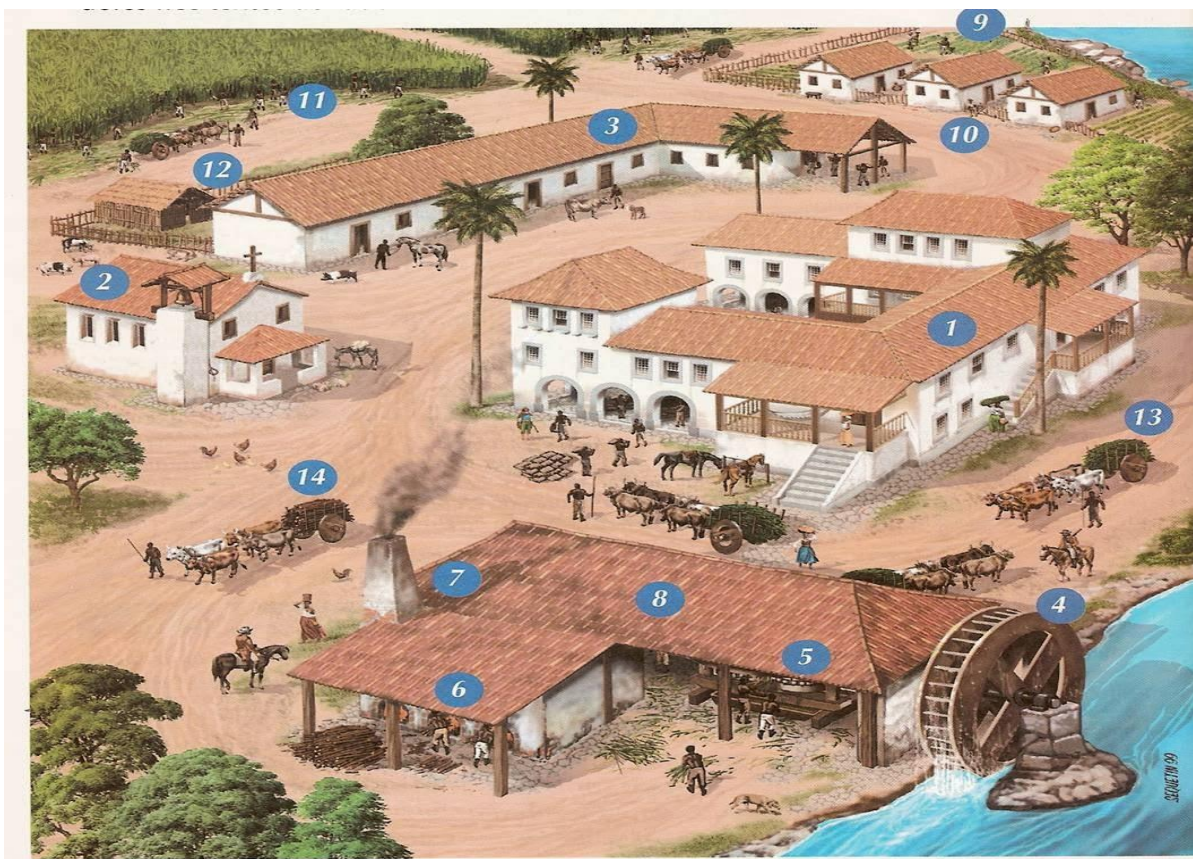
No processamento e manuseio da cana Del Priory (2010), relata que:

> O cozimento do caldo extraído na moenda era realizado em tachos de cobre pousados sobre um fogo de lenha. O calor no interior das casas de caldeira era vulcânico. Por isso escolhiam-se para esta tarefa escravos fortes e robustos: eram os caldeireiros e tacheiros. A cota diária dos primeiros era de processar três caldeiras e meio de caldos, a dos últimos, a quantidade necessária para preencher, ao fim da jornada de trabalho, de quatro a cinco formas de melado. Muito valorizado era o mestre de açúcar, cujo mister era "dar ponto às meladuras" ou "achar o pulso aos açúcares".

A autora acrescenta ainda que:

> A purga ou purificação consistia em acondicionar o caldo cozido em formas cônicas de barro com um furo através do qual o melado escorria durante alguns dias. Tais formas assentavam-se sobre estrados de madeira, com orifícios próprios para acomodá-las. No interior desses pães – nome dado às formas -, o açúcar se depositava de acordo com o valor comercial. Na parte superior, o branco, mais caro e fino; na inferior, o mascavo. Para a fabricação de pães de açúcar, havia olarias nos engenhos. Depois de secos, os diferentes tipos de açúcar eram embalados para comercialização. Muitos engenhos possuíam ainda destilarias para a produção de aguardente utilizada no escambo e escravo e banguês para a fabricação de rapadura. Seguiam-se oficinas, estrebarias e armazéns. (DEL PRIORY, 2010, p. 50)

Era função do escravo todo o trabalho base para o funcionamento de um engenho e de todas as demais atividades relacionadas. Assim, o plantio, a colheita, o colocar a cana para moer, o acondicionamento, o transporte do açúcar até o mar, ou onde fosse necessário, era praticado pelos braços e pés dos negros escravos. Tais atividades, no primeiro momento, foram realizadas pelos indígenas, e depois, substituídas pelo africano.

A título de exemplificação, apresenta-se a estrutura e funcionamento de um engenho de cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro:

Fonte:http://1.bp.blogspot.com/mCoe3WI7PxI/UpTBhgLV3II/AAAAAAAAKtg/_8cJq7rU6HE/s1600/Engenhos.jpg

1. Casa-grande
2. Capela
3. Senzala
4. Roda d'água
5. Moenda
6. Fornalha
7. Cozimento do caldo
8. Casa de purgar
9. Roça
10. Moradia dos trabalhadores livres
11. Canavial
12. Roça dos escravos
13. Transporte de cana
14. Transporte de lenha para a fornalha

Cabe ressaltar que, desde o século XV, no sul de Portugal, e depois nas ilhas do Norte da África, era comum a associação da escravidão dos negros com engenhos de açúcar. Tal escravização foi intensificada ao longo dos séculos XVI e XVII com a prática do tráfico negreiro para o Brasil; assim, a importação de africanos cobria a falta de mão de obra nos engenhos brasileiros.

O plantio e o trato da cana-de-açúcar significavam a possibilidade de participar ativamente na estrutura do poder colonial.

Nas palavras de Del Priory (2010):

> No interior das verdadeiras fortalezas de adobe e taipa, que eram as casas-grandes, vigia a simplicidade e até o desconforto. O mobiliário era pobre e escasso: camas, baús, móveis e cabides. Todas peças toscas, feitas pelo carpinteiro do engenho. Alguns preferiam a doçura das redes, solução refrescante nas noites quentes. Varandas entaladas no meio da faixa principal e pequenos alpendres davam ao senhor de engenho a vista sobre sua terra, cana e gente. Pavimentos térreos, verdadeiros depósitos fechados, iluminados por pequenas frestas nas paredes, permitiam-lhe se defender melhor do inimigo. (DEL PRIORY, 2010, p. 48).

A autora acrescenta ainda:

> No centro de sua família, o senhor de engenho devia irradiar autoridade, respeito e ação. Sob seu comando dobravam-se filhos, parentes pobres, irmãos, bastardos, afilhados, agregados e escravos. Uma esposa, às vezes bem mais jovem, movia-se a sua sombra. Ela vivia para gerar filhos, desenvolvendo também uma atividade doméstica – doçaria, bordados, costura – alternada com práticas de devoção piedosa. A família do senhor era a formulação exterior de uma sociedade, mas não o domínio do prazer sexual. A possibilidade de se servirem de escravas criou no mundo dos senhores uma divisão racial do sexo. A esposa branca era a dona de casa, a mãe dos filhos. A indígena, e depois a negra e a mulata, o território do prazer. (DEL PRIORY, 2010, p. 48).

Os engenhos não alimentavam apenas as atividades econômicas, sociais, atividades agrárias ou políticas, mas era no engenho que também ocorriam as diversas práticas de abusos, sadismos, violência e exploração sexual praticadas pelos senhores de escravos que viam nos negros meros objetos, animais de carga e de trabalho e objeto sexual dos senhores.

O Brasil oferecia uma perfeita combinação de localização, clima, solos, água e florestas necessárias para lenha; esta de suma importância no processo de fabrico do açúcar, entre outros suprimentos. O que a colônia brasileira precisava, na verdade, era apenas resolver o problema de capital e trabalho para tornar-se uma grande produtora.

O primeiro engenho[25], Nossa Senhora da Ajuda, foi construído pelo cunhado de Duarte Coelho, Jerônimo de Albuquerque, mas outros o seriam pelo próprio

---

[25] Chamados de engenhos por antonomásia, pois eram um “amplo teatro da engenhosidade humana, máquinas maravilhosas que requerem arte e muita despesa”. Domingos do Loreto Couto, v. 24 (1902), p. 171.

Duarte Coelho. Este, em 1542, solicitou autorização real para importar africanos como escravos e buscou investidores em Portugal.

Segundo Schwartz (2014):

> Em 1570, havia sessenta engenhos em funcionamento no litoral, concentrando-se a maioria em Pernambuco (23) e na Bahia (18). Nos vinte anos seguintes, a predominância dessas duas capitanias acentuou-se ainda mais, de tal maneira que, em 1585, quando a colônia tinha 120 engenhos, Pernambuco (66) e Bahia (36) respondiam por 85%do total. (SCHWARTZ, 2014, p. 339).

De acordo com o autor, entre 1580 e 1630, Pernambuco e Bahia predominaram no comércio brasileiro. Entre todos os contratos registrados por comerciantes em cartórios de Lisboa e do Porto nesse período, Pernambuco era mencionado em 54%, e a Bahia em 33%. O açúcar continuou sendo importante regionalmente, no litoral do Nordeste, e até o século XVIII representaria uma grande produção das exportações brasileiras, muito depois de o Brasil ter perdido a predominância no mercado europeu do açúcar.

Costa (2010) explica que, em 1857, a porcentagem dos engenhos movidos a tração animal era de 66%; 31 % a água; e 2% a vapor. O número de engenhos movido a vapor aumentou depois de 1870, atingindo o percentual de 21,3% em 1881. Na década de 1880, os engenhos centrais foram multiplicados e sua capacidade de produção muito superior à dos engenhos tradicionais.

Assim, segundo Costa (2010):

> Era o começo da formação das grandes usinas que viriam, com o tempo, eliminar os antigos engenhos. Essas mudanças no sistema de produção afetaram o ritmo de trabalho e as relações de produção, permitindo maior racionalização do trabalho. A área cultivada expandiu-se e a demanda de mão de obra cresceu. No entanto, com o aumento da população livre nas regiões vizinhas, os fazendeiros encontravam um excedente de mão de obra que puderam empregar nas fazendas. Isso compensava a pouca elasticidade da oferta de mão de obra escrava. (COSTA, 2010, p. 64).

A arte de fazer açúcar

O complexo e difícil processo de produção de açúcar era uma arte que influenciou, sob muitos aspectos, a organização social e hierárquica da colônia. A arte de produzir açúcar era o resultando de uma série de processos integrados: cultivo, moagem, cozimento, depuração e embalagem. Cada um desses processos exigia mão de obra específica, e a qualificação era essencial ao bom andamento do engenho.

Com algumas variações regionais, dizia-se que esses moinhos de açúcar eram chamados de engenhos; estes seguiam um método semelhante de funcionamento, com poucas alterações, até o fim do século XVIII.

A safra tinha início quando os moinhos começavam a funcionar no fim de julho e começo de agosto, e, depois de abençoar o engenho e os trabalhadores, fazia-se a invocação da proteção dos santos. Ao longo da safra, a cana era cortada à luz do dia, mas os engenhos só começavam a funcionar às 4 horas da tarde e seguiam até às 10 horas da manhã seguinte, totalizando uma jornada diária entre dezoito e 20 horas. O trabalho era feito em turnos, porém, para os escravos, o ritmo de trabalho logo se tornava exaustivo.

Segundo Pudsey (2000), que no século XVII:

> Se eventualmente um negro fica aleijado, pois são tratados como animais, é posto para alimentar o moinho ou a raspar raízes de mandioca na roda; eles usam os escravos com muito rigor, fazendo-os trabalhar sem fim, e quanto mais os maltratam mais úteis os acham, pois são levados a crer por experiência própria que os bons tratos corrompem seu comportamento. (PUDSEY, 2000, p. 31).

De acordo com Schwartz (2014), a longa duração da safra conferia ao Brasil considerável vantagem em relação aos seus concorrentes; o período de colheita durava, em média, 120-180 dias. Assim, entre o ciclo de moagem e o período de plantio da cana-de-açúcar, praticamente não havia tempo morto, e os escravos eram utilizados quase continuamente em alguma etapa da produção de açúcar.

Os escravos realizavam todo o processo de plantio, cultivo, colheita e processamento da cana de forma manual. Uma vez plantada a cana, grupos de escravos se incumbiam do trabalho de limpá-la de ervas daninhas pelo menos três vezes. Durante a safra, a cana era cortada por grupos de 20 a 40 escravos. Na maioria das vezes, trabalhavam em pares: um homem para cortar as canas e uma mulher para juntá-las em feixes. Após esse processo, era levada ao engenho em carros de boi ou pequenos barcos. O engenho era movido a moinho d’água ou tração animal.

No engenho, o sumo extraído da cana era passado por várias caldeiras, nas quais, por um processo de limpeza e evaporação, o líquido ficava isento das impurezas. Esse processo dependia do calor de enormes fornalhas, que ficavam por debaixo das caldeiras; estas, construídas de ferro e cobre, tinham grandes bocas abertas que tragavam uma quantidade exagerada de madeira.

Schwartz (2014), explica que:

> O trabalho das caldeiras exigia considerável conhecimento e habilidade. Sob a direção do banqueiro, os trabalhadores de cada uma das caldeiras tratavam de limpar o liquido com grandes conchas, até que o fluido purificado e engrossado pudesse ser vertido em grandes formas de argila que eram então levados para uma construção separada, a casa de purgar, sendo dispostas em longas fileiras. O açúcar que se cristalizava nas formas era periodicamente coberto com argila umedecida. A água da argila era filtrada pelas formas de açúcar cristalizado, limpando ainda mais as impurezas e gerando uma forma na qual predominava o açúcar branco. O escoamento das formas era reprocessado para gerar um açúcar mais grosseiro e o melado drenado das formas era destilado para fazer cachaça. (SCHWARTZ, 2014, p. 366)

Na produção do açúcar, o Brasil especializou-se no açúcar branco, pois era mais valorizado que o mascavo. Assim, acrescenta Schwartz (2014):

> Os engenhos brasileiros também produziam açúcares mais grosseiros, e do melado faziam álcool, ou, segundo as diferentes nomenclaturas regionais, cachaça ou geribita. Nos períodos de maior dificuldade, os senhores de engenho brasileiros argumentavam que só conseguiam pagar as despesas na produção de açúcar, dependendo da venda da cachaça para obter lucro. (SCHWARTZ, 2014, p. 367)

Um engenho brasileiro precisava de muita força de trabalho e uma numerosa quantia de mão de obra, além de muita experiência e habilidade. Os engenhos de Pernambuco tinham, em média, entre 60 e 70 escravos, e contavam ainda com a mão de obra dos escravos dos fazendeiros fornecedores de cana. Assim, o número de trabalhadores por engenho podia chegar entre 100 a 120.

Segundo Schwartz (2014):

> Cada engenho também precisava de provimentos adequados de matéria-prima, cana-de-açúcar, muitas cabeças de gado para as carroças e as rodas, grande quantidade de combustível, geralmente madeira, assim como alimentos para a força de trabalho e toda uma série de materiais e equipamentos. (SCHWARTZ, 2014, p. 367)

Além de toda a estrutura física e de pessoas, há ainda a figura do lavrador[26] da cana, que, no Brasil, se tornou um elemento regular e essencial na economia açucareira; sua existência teve profundas implicações na estrutura da economia e

---

[26] Embora a designação lavrador fosse empregada em relação a qualquer tipo de fazendeiro no Brasil, os lavradores de cana eram na verdade uma elite agrária, em posição social logo abaixo dos senhores de engenho e não raro compartilhando muitas de suas origens sociais, características e aspirações; mais isso também decorria da natureza de sua dependência, muitas vezes em conflito com os proprietários de engenhos. (SCHWARTZ, 2014, p. 361)

no funcionamento do regime escravocrata brasileiro. Cabe ressaltar que, até 1650, os lavradores de cana cultivavam a maior parte da cana-de-açúcar produzida no Brasil.

A natureza da relação entre os senhores de engenho[27] e os lavradores, bem como seu status, dependia da posse da terra e do acesso a ela. Os lavradores de cana que tinham terras em regime de sesmarias, ou por aquisição, eram, na verdade, pequenos proprietários, e se encontravam, na maioria das vezes, em posição privilegiada para barganhar com os donos de engenhos.

Essa relação era muito complexa por causa da dependência recíproca e também, não raros, os vários conflitos de relacionamento. Um engenho poderia dispor de até 30 lavradores para fornecimento de cana em uma só colheita, porém, a média de lavradores de cana-de-açúcar por engenho no Nordeste brasileiro era, provavelmente, de três ou quatro.

Segundo Schwartz (2014), em Pernambuco, no ano de 1639, havia 250 lavradores fornecendo cana a cerca de 166 engenhos. Essa situação proporcionava a muitas pessoas uma entrada relativamente fácil na economia açucareira, muitas vezes na expectativa de mobilidade social.

A título de fechamento do referido texto, e não podendo deixar de registar, menciona-se o Engenho Serraria[28], fundado pelo senhor José Florêncio de Barros no ano de 1934, localizado no munícipio de Sairé, interior do Estado de Pernambuco, com o objetivo de produzir mel e rapadura, produtos de grande consumo na região. O fundador administrou o engenho até 1972, ano de seu falecimento, quando seu filho José Florêncio de Barros Filho assumiu os trabalhos.

Na continuidade das atividades desenvolvidas no engenho, em 1970 foi colocada energia elétrica, modernizando o sistema de produção e aumento de sua produção.

No ano de 1985, com o falecimento do senhor José Florêncio de Barros Filho na cidade de Sairé, o senhor José Florêncio de Barros Neto passou a administrar o engenho até sua última moagem em 1989. Nota-se que nesse engenho sua história sempre esteve ligada à continuidade familiar.

---

[27] Na muito citada expressão de Antonil, ser um senhor de engenho no Brasil equivalia a ter um título de nobreza em Portugal. P. 369

[28] Engenho pertencente à família do autor desta pesquisa.

O engenho Serraria foi o último engenho que produziu mel e rapadura e a fechar as portas, no município de Sairé.

Do Engenho Serraria, resta como testemunhos a casa-grande, a carretilha e outros vestígios espalhados nas proximidades de sua sede.

A seguir, uma ilustração da estrutura arquitetônica de um engenho, também presente na obra Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre.

Fonte: Desenho de Cícero Dias para a edição comemorativa de Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre, 1980. Disponível em: http://www.museudohorto.org.br/Casa_Grande_e_Senzala?id=1103. Acesso em 20 set. 2017.

REFERÊNCIAS

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia.** 5 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2010.

Del Priory, Mary. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.** São Paulo. José Olímpio, 1961.

LORETO COUTO, Domingos de. Desagravos do Brasil e glória de Pernambuco. IN: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro***,* vol. 24 (1902), p. 171.

MATTOS, Hebe***. Colonização e escravidão no Brasil – Memória e historiografia****.* In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.), O Brasil Colonial. Vo. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PÁDUA, José Augusto. No rastro da disseminação de uma única planta transformaram-se sociedades, paisagens e culturas. **Revista de história da biblioteca nacional,** Rio de Janeiro, ano 8, n. 94, p. 28 -31, julho de 2013.

PUDSEY, Cuthbert. **Journal of a Residence in Brazil***.* In: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins (eds.), Série Dutch Brazil, 3 vol., Petrópolis: Petrobras, 2000.

SCHWARTZ, Stuart. **O Nordeste açucareiro no Brasil colonial***.* In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.), O Brasil Colonial. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.